piauí_209

fevereiro

Pega que é prebenda, Judas. Não paga imposto

O retorno dos Batista

Os donos da JBS voltam ao jogo na maior disputa corporativa do país, por **Breno Pires**

Infiltrado no crime

O agente disfarçado que prendeu 25 traficantes, por **Allan de Abreu**

Foco no fogo

Os megaincêndios na Amazônia com o El Niño, por **Bernardo Esteves**

A vez de Taylor Swift

A versão distópica das venerações do passado, por **Roberto Muggiati**

Contra o luxo

Thallys Braga faz o perfil do carnavalesco Leandro Vieira

A Covid longa

Mônica Manir descreve a imensa fadiga que a doença lhe causou

O mago argentino

Alejandro Chacoff conta como o escritor César Aira chegou lá

E mais

O ressentimento: a réplica de três autores

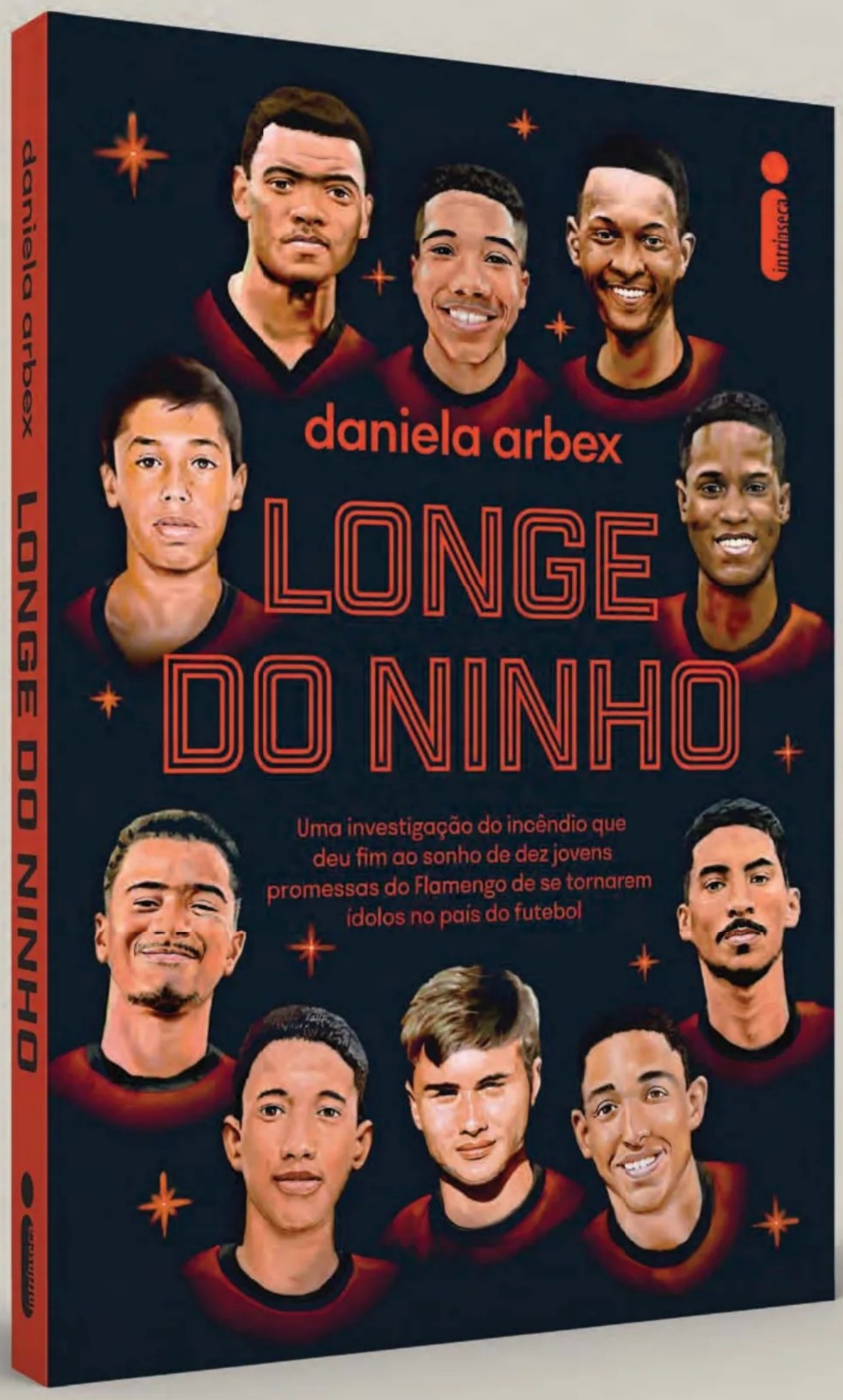
Afrofuturismo e racismo, por Tom Farias

A história das chuvas, por Fernando Tadeu Moraes

Diário do Geraldo: "Caro Júlio, para ganhar o apreço dos bolsonaristas pare de doar alimentos para os pobres. Abra uma igreja e enriqueça à custa dos pobres. Aí eles vão te idolatrar"

5 ANOS SEM JUSTIÇA

A premiada jornalista Daniela Arbex lança livro emocionante sobre o incêndio no Ninho do Urubu que vitimou dez garotos em 2019 e continua sem responsabilização



intrínseca

"As histórias contadas neste livro falarão forte na alma de quem respira futebol. Pela primeira vez, os dez jovens mortos no incêndio do Ninho do Urubu deixam de ser números para serem vida."

— Gabriela Moreira, repórter do SporTV e ex-setorista do Flamengo pela ESPN Brasil

"Uma obra como *Longe do ninho* deveria ser leitura obrigatória para quem faz as leis e para quem as fiscaliza, além de ser também imperdível como peça literária."

— Tino Marcos, jornalista esportivo, cobriu a Seleção Brasileira de Futebol por mais de trinta anos

piauí_209

capa *A prebenda*, de **Caio Borges**, sobre quadro de Giotto di Bondone

colaboradores_4 Quem fez o quê na edição de fevereiro
imagens **Caio Borges**

questões vultosas_5
NINGUÉM INCOMODA OS GENERAIS
Um ano depois do 8/1, a democracia sobrevive sem enfrentar a nata dos golpistas de farda
Fernando de Barros e Silva + imagem **Allan Sieber**

esquina_6 Com roqueiros tarimbados, a banda Os Pitais anima pacientes, idosos e pessoas em situação de rua; os três minutos mais longos da vida de um intérprete; a dupla que alimenta a Seleção Brasileira; Rufo Herrera, o mais mineiro dos bandoneonistas argentinos; o youtuber americano que se encantou com a cultura brasileira; a artista cearense que retrata suas ex-namoradas; municípios do sertão baiano desbravam a viticultura
imagens **Andrés Sandoval**

questões cabeludas_12
O VALE-TUDO
Os métodos dos irmãos Batista na maior disputa corporativa do Brasil
Breno Pires + imagem **Adriano Machado**

questões políticas_réplica_22
O RESSENTIMENTO É REAL
Ao contrário do que pensa Vladimir Safatle, a psicologia afeta concretamente a política, como atesta um estudo recente
Cesar Zucco, David Samuels e Fernando Mello + imagem **Beto Nejme**

diário do geraldo_25
MINHAS FÉRIAS RADICAIS
Comecei o ano com um pesque-pague e depois emendei numa rodada de pif-paf
Renato Terra + imagem **Caco Galhardo**

questões criminais_26
O INFILTRADO
Como um policial federal levou 25 traficantes internacionais de cocaína à prisão
Allan de Abreu

anais do antropoceno_32
FOCO NO FOGO
Os rastros dos megaincêndios na Amazônia num ano de El Niño
Bernardo Esteves + imagem **João Marcos Rosa**

questões pluviométricas_38
TORMENTAS BRASILEIRAS
A necessidade de inserir a chuva nas políticas públicas ganha mais urgência com a mudança climática no planeta
Fernando Tadeu Moraes

questões pandêmicas_46
SOB O PESO DO MUNDO
A imensa fadiga que a Covid longa me causou
Mônica Manir + imagem **Egberto Nogueira**

questões literárias_52
AFROFUTURISMO E RACISMO
As curiosas coincidências entre dois livros de ficção científica
Tom Farias + imagem **Robinho Santana**

vultos do carnaval_56
A ANTINOVIDADE
Como Leandro Vieira se tornou o carnavalesco mais proeminente do seu tempo desafiando as artes visuais
Thallys Braga + imagem **Fe Pinheiro**

anais da idolatria_64
A BIG SISTER DO POP
Culto a Taylor Swift é uma versão distópica das venerações musicais ao longo da história
Roberto Muggiati + imagem **Kleber Sales**

memória_69
ADEUS ABRUPTO
Brent Fay Sikkema, um embaixador da arte brasileira
imagem **Luiz Zerbini**

vultos da literatura_70
O MAGO
Como César Aira, o excêntrico das letras argentinas, ocupou o centro da literatura latino-americana
Alejandro Chacoff + imagem **Manu Gomez**

ficção_78
CRISÁLIDA
O tesouro que herdei da minha bisavó
Bárbara Mazzola + imagem **Valentina Fraiz**

poesia_79 Versos incertos e o sentido imprevisível da palavra
Rodrigo Garcia Lopes + imagem **Andrea Ebert**

cartas_80 Uma exaltação ao trio de missivistas mais assíduos

despedida_82
PIMENTA-ROSA
O percurso brilhante, rebelde e trágico de Denise Assunção
Luiz Chagas

colaboradores_fevereiro

Alejandro Chacoff

Bárbara Mazzola

Breno Pires

Mônica Manir

Tom Farias

Roberto Muggiati

CAIO BORGES

Caio Borges [Capa] é artista gráfico. Ilustrou o livro *De A a Z, eróticas*, de Sheila Hafez, pelo selo Laranja Original (Neotropica). Ilustração baseada no quadro *O pagamento de Judas*, c.1305, de Giotto di Bondone (c.1266-1337).

Fernando de Barros e Silva [*Ninguém incomoda os generais*, p. 5] é repórter da **piauí**. Ilustração de **Allan Sieber**.

Breno Pires [*O vale-tudo*, p. 12] é repórter da **piauí**.

Alberto Benett [Cartuns a partir da p. 14], cartunista, é sócio fundador e editor do *Jornal Plural Curitiba*. Chargista da *Folha de S.Paulo*, publicou *Amok: cabeça, tronco e membros* (Mórula) e *Anedonia* (Arte & Letra).

Cesar Zucco [*O ressentimento é real*, p. 22] é professor na FGV, coautor de *Partisans, antipartisans, and nonpartisans* (Cambridge University Press). **David Samuels**, coautor, é cientista político, professor da Universidade de Minnesota e coautor de *Partisans, antipartisans, and nonpartisans*. **Fernando Mello**, coautor, é pesquisador do Instituto Juan March, em Madri, co-organizador de *Lobby desvendado* (Record). Ilustração de **Beto Nejme**.

Renato Terra [*Minhas férias radicais*, p. 25] é colunista da *Folha SP* e diretor de *Narciso em férias*. Publicou *Diário da Dilma* (Companhia das Letras). Ilustração de **Caco Galhardo**.

Allan de Abreu [*O infiltrado*, p. 26], repórter da **piauí**, é autor dos livros *O delator*, *Cocaína: a rota caipira* e *Cabeça branca* (Record).

Bernardo Esteves [*Foco no fogo*, p. 32] é repórter da **piauí**. Publicou *Admirável Novo Mundo: uma história da ocupação humana nas Américas* (Companhia das Letras).

Fernando Tadeu Moraes [*Tormentas brasileiras*, p. 38] é jornalista.

Mônica Manir [*Sob o peso do mundo*, p. 46] é jornalista. Publicou os livros *Por um ponto final* (Com-Arte) e *Diário de uma fadiga* (Cancioneiro). Fotografia de **Egberto Nogueira**.

Tom Farias [*Afrofuturismo e racismo*, p. 52], jornalista, escritor e roteirista, é colunista da *Folha de S.Paulo*. Publicou, entre outros livros, o romance *Toda fúria* (Gutenberg) e *Carolina, uma biografia* (Malê), sobre a vida de Carolina Maria de Jesus. Ilustração de **Robinho Santana**.

Thallys Braga [*A antinovidade*, p. 56] é repórter da **piauí**. Fotografia de **Fe Pinheiro**.

Roberto Muggiati [*A big sister do pop*, p. 64], jornalista, foi editor das revistas *Manchete, Fatos & Fotos* e *Veja*. Publicou *A contorcionista mongol* (Record). Ilustração de **Kleber Sales**.

Luiz Zerbini [*Adeus abrupto*, p. 69] é artista plástico. Seu livro mais recente é *Luiz Zerbini: sábados, domingos e feriados* (Cobogó).

Alejandro Chacoff [*O mago*, p. 70] é escritor, ensaísta e editor de literatura da **piauí**. Autor do romance *Apátridas* (Companhia das Letras).

Bárbara Mazzola [*Crisálida*, p. 78], atriz, dançarina, mestra em artes cênicas e escritora. Publicou o livro *Cartas de amor em despedida* (edição autoral). Ilustração de **Valentina Fraiz**.

Rodrigo Garcia Lopes [*Poesia*, p. 79] é poeta, romancista e tradutor, autor de *O trovador* (Record) e *Poemas coligidos (1983-2020)* (Kotter Editorial), entre outros. Ilustração de **Andréa Ebert**.

Luiz Chagas [*Pimenta-rosa*, p. 82] é jornalista, músico, tradutor, tocou com Itamar Assumpção e é pai dos músicos Tulipa e Gustavo Ruiz.

Ilustrações de *Esquina* por **Andrés Sandoval**.

Em *Loucura na civilização: uma história cultural da insanidade*, o sociólogo britânico Andrew Scull vai do mundo antigo à contemporaneidade, em diversos pontos do globo, para revelar como os transtornos mentais foram estigmatizados e usados para justificar o silenciamento dos indesejados socialmente.

sescsp.org.br/edicoes

/edicoessescsp

NINGUÉM INCOMODA OS GENERAIS

Um ano depois do 8/1, a democracia sobrevive sem enfrentar a nata dos golpistas de farda

FERNANDO DE BARROS E SILVA

ALLAN SIEBER_2024

Sou de um tempo em que o Grupo Globo era chamado de Organizações – Organizações Globo. De um tempo em que Amaral Netto era "o repórter" e a cadeira de William Bonner era ocupada por Cid Moreira. Para quem pertence à minha geração, o compromisso da família Marinho com a democracia não tem nada de trivial. Só por isso já mereceria registro o documentário *8/1 – A democracia resiste*, exibido pela GloboNews por ocasião do aniversário do golpe que fracassou, atualmente disponível na Globoplay.

A rigor, como disse Eduardo Escorel em sua coluna semanal no site da **piauí**, a obra dirigida por Julia Duailibi e Rafael Norton não é um documentário, e sim uma reportagem televisiva. Não se trata, como ele explica, de uma "firula semântica", uma vez que "há diferença notória entre, de um lado, o que pertence ao âmbito do jornalismo e, de outro, uma forma específica de cinema".

É uma boa discussão essa que envolve a definição das fronteiras entre a criação artística da técnica jornalística, o documentário e a reportagem. Escorel sabe do que fala (basta lembrar que seu extenso currículo inclui a montagem de *Terra em transe*, de Glauber Rocha, e *Cabra marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho, nada menos). Eu me atreveria a dizer apenas que nem sempre "há diferença notória" entre o que pertence ao universo do jornalismo e o que é próprio do cinema documental.

Mas o nosso problema aqui é anterior: somos de um tempo, Escorel e eu, em que a Globo costumava vender gato por lebre e a "reportagem televisiva" não diferia muito da *Voz do Brasil*.

Completaram-se no último dia 25 de janeiro 40 anos do comício pelas Diretas Já na Praça da Sé, em São Paulo. Foi um divisor de águas do movimento popular que tomou o país nos primeiros meses de 1984 pedindo a volta da eleição direta para presidente. A pressão das ruas mudou de patamar após o ato da Sé, mas duas semanas antes, em Curitiba, 50 mil pessoas já haviam dado a largada dos grandes comícios pelas diretas. Essa primeira manifestação foi simplesmente ignorada pela Globo no *Jornal Nacional*, seguindo a boa lógica orwelliana: não noticiamos, logo não existiu.

No caso de São Paulo, a operação de apagamento da realidade era mais delicada. Calculou-se à época que 300 mil pessoas inundaram o Centro da cidade. Ainda que o número estivesse superfaturado, tratava-se de um evento histórico, no sentido forte da palavra – a história do país estava sendo escrita naquele momento e naquele lugar. Entre não dizer nada e noticiar a verdade, a Globo optou por um caminho alternativo (já naquela época a obsessão pela terceira via).

Cito a descrição que faz desse episódio o jornalista Oscar Pilagallo, no livro *O girassol que nos tinge: uma história das Diretas Já, o maior movimento popular do Brasil*, lançado no ano passado pela Fósforo:

Pela primeira vez, a emissora fez imagens de um comício. Mas o noticiário daquela noite informou na escalada – os destaques do dia – que o evento da Praça da Sé tinha sido um show musical por ocasião do aniversário da cidade. Não houve menção à natureza política do comício no jornal televisivo de maior audiência do país. Quanto à reportagem exibida na sequência, de pouco mais de dois minutos, só mencionava brevemente a reivindicação por eleição direta.

Foi preciso esperar pelo comício da Candelária, a duas semanas da votação da Emenda Dante de Oliveira, que seria derrotada no Congresso, para que a Globo decidisse enfim fazer o que se pode chamar de cobertura da campanha das Diretas Já. O ato no Centro do Rio reuniu, conforme se noticiou na ocasião, mais de 1 milhão de pessoas.

No capítulo dedicado ao comício carioca – *Candelária, enfim* –, Pilagallo começa contando que na tarde daquele 10 de abril, depois de interromper sua programação para transmitir flashes ao vivo da manifestação, a Globo foi alvo de uma intimidação cinematográfica. Um helicóptero do Exército passou a sobrevoar o prédio da emissora, detendo-se na altura do décimo andar, onde se localizava a sala de Roberto Marinho. Era possível discernir através da vidraça o vulto dos ocupantes da aeronave, alguns fardados, um deles com uma metralhadora apontada para a janela. "Ali ficaram parados por alguns infindáveis minutos e depois partiram. Nunca consegui saber de onde partiu a ordem para que o helicóptero viesse nos assombrar", relatou Marinho ao livro de memórias oficiais do *Jornal Nacional*.

Corta.

Tenho absoluta certeza de que torciam por uma virada de mesa. Porque tinham ojeriza, ódio – um ódio nos olhos, um ódio que não é presumido, eu vi – ao que nós representávamos.

Quem fala aqui já não é Roberto Marinho, mas Flávio Dino. O relato faz parte de uma passagem do documentário (vamos chamá-lo assim) *8/1 – A democracia resiste*, quando o então ministro da Justiça de Lula descreve a reunião com membros do Alto Comando do Exército na noite da intentona golpista, horas depois da devastação. Pelo contexto da fala, fica claro que Dino se refere ao então comandante do Exército, Júlio Cesar de Arruda, que se recusava a autorizar a prisão da turba que havia retornado para o acampamento em frente ao Q.G. depois de vandalizar os prédios dos Três Poderes.

No topo da hierarquia do Exército, o general agia abertamente como capanga de luxo de um punhado de baderneiros. E chegou a zombar do interventor Ricardo Capelli, dizendo na frente de todos, durante a mesma reunião, que o poder bélico do Exército era maior do que aquele dos policiais encarregados pela prisão.

Diante dessas circunstâncias, o título do documentário – *A democracia resiste* – soa excessivamente otimista e tem algo do espírito de grêmio estudantil. A opção pelo panfleto talvez se explique pelo histórico da emissora, preocupada em alardear num momento grave do país que mudou de lado para valer. Talvez, mais do que isso, o título reitere a mesma lógica orwelliana, com sinais trocados: se a gente está dizendo que ela resiste é porque resiste.

O documentário é melhor que isso. Além do acesso aos principais personagens da crise, do lado governista, e das imagens inéditas, a obra expõe com clareza a aposta dos golpistas na GLO, a Garantia da Lei e da Ordem, pela qual a baderna instaurada se converteria em golpe consumado, aí sim. "Se eu dou autoridade para eles [*os militares*], eu tinha entregado o poder para eles", diz o presidente a certa altura, explicando por que optou pela intervenção federal. Lula, aliás, sempre à vontade com jornalistas, parece tenso diante de Duailibi.

Outro ponto alto da obra está na reconstituição da tensão extrema e da grande incerteza que marcaram as negociações do governo recém-empossado com os militares nas horas que se seguiram ao golpe frustrado. Mas aqui o filme também revela seus limites e serve como documento histórico tanto pelo que mostra como pelo que deixa de mostrar. Somos informados ao final que os militares golpistas foram procurados e não quiseram falar. Não é suficiente para desfazer a sensação de que houve certa cautela, ou quase uma mesura da emissora em relação às Forças Armadas, como se a alma de José Múcio estivesse presente também no espírito da edição.

O ministro da Defesa acaba sendo, por obra de sua pusilanimidade, um personagem relevante, menos pelo que diz e mais pelo que representa como sintoma de um arranjo histórico. A democracia brasileira sobrevive, mais do que resiste, quase como uma solução de compromisso, sem enfrentar à altura a nata dos golpistas de farda. E para piorar, como a gente sabe, o pulso das ruas ainda está mais para *Eu te amo, meu Brasil* do que para *Apesar de você*. ✪

ANDRÉS SANDOVAL_2024

O PODER DA MÚSICA

Com roqueiros tarimbados, a banda Os Pitais anima pacientes, idosos e pessoas em situação de rua

A cena parecia ter pulado de um livro de Oliver Sacks, o neurologista inglês que publicava crônicas sobre seus pacientes para mostrar os misteriosos labirintos do cérebro humano. No final de 2019, a moral andava baixa no Centro de Atenção Integrada à Saúde Mental da Vila Mariana (Caism VM), na Zona Sul de São Paulo. O lugar faz parte do sistema estadual de saúde e é um portento composto por pronto-socorro, enfermarias, hospital-dia e ambulatórios de psiquiatria – ali passam cerca de 2 mil pacientes por mês.

Naquele período, o Caism acabara de enfrentar mudanças administrativas e demissões. Para aplacar o fechamento de um ano duro, a coordenação da unidade decidiu chamar alguma atração musical. Convidou a banda Os Pitais, formada por músicos voluntários. "Foi mágico", descreve o psiquiatra Ary Gadelha, professor e vice-chefe do Departamento de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina/Universidade Federal de São Paulo, instituição à qual coube administrar o Caism durante as mudanças.

Aconteceu então o toque oliver-sackiano: à medida que as músicas avançavam, uma paciente em estado catatônico começou a se movimentar na cadeira, até que se levantou. Gadelha conta: "O vocalista perguntou se a paciente queria cantar. Ela, a princípio lentificada e balbuciando, e depois se soltando, cantou a música *Malandragem*. Não foi curada pelo episódio, embora tenha melhorado. Mas a equipe, que lida com as incertezas de tratar pessoas com quadros mentais muito graves, se entreolhou, como quem percebe que ali tem mesmo uma pessoa que vale a pena ser resgatada. Foi um momento fundamental de conexão." E brinca: "Antes, para mim, a melhor banda eram os Beatles. Hoje são Os Pitais."

Depois do episódio, o grupo se apresentou outras vezes no Caism – e o centro incorporou a música como um tratamento auxiliar.

Os Pitais são uma banda sem formação fixa. Reúne músicos tarimbados do rock nacional, de várias gerações, que tocam como se não houvesse amanhã em instituições públicas de saúde, abrigos ou ONGs. Já fez uma centena de shows em São Paulo, para plateias grandes ou com meia dúzia de gatos pingados, para audiências animadas ou desfalecidas. Apresentou-se em pátios de hospitais – diante de pacientes levados para o ar livre em macas, braços conectados a aparelhos de soro. Cantou para crianças em antessalas de quimioterapia. Tocou sob lonas montadas em praças públicas às vésperas do Natal para pessoas em situação de rua. Animou salões enfeitados de centros de acolhimento a idosos, que dançaram formando trenzinhos. Os músicos riram quando pacientes de centros de reabilitação de drogas ameaçaram matá-los se não tocassem aquela do Raul Seixas. Por via das dúvidas, tocaram.

Fazem parte da trupe nomes como o roqueiro Kiko Zambianchi, cujos hits tocam fogo nas plateias; o metaleiro Andreas Kisser, guitarrista do Sepultura, a mais famosa banda de heavy metal brasileira; o cantor e músico André Frateschi, que levanta os shows com interpretações do Legião Urbana. Às vezes, aparecem convidados de última hora, como integrantes das bandas Cachorro Grande ou NX Zero, ou a cantora Zélia Duncan que, em outubro do ano passado, ganhou um bolo de aniversário (ocorrido dois dias antes), depois de cantar para pessoas em situação de rua em uma instituição beneficente.

Todos são arregimentados para as apresentações por meio de um grupo de WhatsApp administrado por Anna Butler, ex-diretora do núcleo de relações artísticas da MTV. Butler criou o projeto meio que por acaso. Em 2016, passou meses acompanhando a mãe na internação de um hospital em São Paulo. Recebeu a visita de Duda Machado e Martin Mendonça, que foram baterista e guitarrista da cantora Pitty.

Os roqueiros chegaram com violões, dispostos a animar um pouco o ambiente. Não puderam entrar no quarto, então tocaram na sala de espera e criaram uma pequena comoção entre os funcionários. "A gente viu aquelas reações e resolveu fazer um show maior por ali, para agradecer à equipe do hospital", conta Butler. Conseguiram autorização da direção para tocar no pátio, chamaram outros músicos. "E o show deixou todos nós emocionados. Alguma coisa acontece quando você toca nesses ambientes e vê o efeito nas pessoas", diz Rodrigo Luminatti, cantor, baixista, produtor e um dos voluntários mais assíduos da banda. Depois da apresentação, bebendo no bar da esquina e ainda em estado de graça, os músicos resolveram que fariam outros do gênero. O cantor e apresentador China criou o nome: Os Pitais.

No final da manhã de 17 de janeiro, quarta-feira, Os Pitais foram tocar no Centro de Atenção Psicossocial (Caps) Adulto III – Vila Matilde, na Zona Leste de São Paulo, que recebe pessoas com transtornos mentais graves. A banda chegou com uma formação de sete músicos, entre eles Kiko Zambianchi e Johnny Monster, e gente das novas gerações, como o roqueiro Igor Godoi, da banda Sioux 66, e o cantor Thiago Juliani.

Quando os músicos entraram em uma sala decorada com balões azuis e roxos, já encontraram um pequeno aparato de microfones e caixas, providenciados pelo produtor Flavio Cruz, voluntário da trupe há seis meses. "Acompanhei um show deles na oncologia do Hospital das Clínicas e vi um paciente muito debilitado e emocionado, sendo erguido de uma cadeira de rodas por sua mulher para dançar. Caí no choro e pensei: pode ser a última dança deles. Comecei a ajudar nos shows e continuo chorando em todos." Antes de cada apresentação, Cruz pede equipamentos emprestados em empresas de produtos para eventos.

Os Pitais já sabem o repertório que funciona para cada tipo de público. No show da Vila Matilde, os pacientes dançaram com *Anunciação*, de Alceu Valença, e bateram palmas ao ouvir *Epitáfio*, dos Titãs. Os homens cantaram com vigor *Metamorfose ambulante*, de Raul Seixas. O show foi encerrado por Kiko Zambianchi, com a infalível *Primeiros erros* cantada em coro, com alguns pacientes de olhos fechados repetindo o refrão "mas só chove, chove...".

Zambianchi está entre os mais incansáveis integrantes do projeto. Já foi assaltado no trânsito, a caminho de uma apresentação, mas conseguiu chegar assim mesmo. Depois do show na Vila Matilde, em uma salinha para onde foi levado pela equipe de psicólogas do Caps para comer bolo e, sobretudo, tirar fotos, contou por que é tão assíduo nos shows da banda de voluntários. "Poder tocar para essas pessoas é tão bom que é viciante. Hoje é o meu cachê espiritual."

Em anos de estrada, Os Pitais foram criando seus frutos. Um deles é o Patfest, festival beneficente de música criado por Andreas Kisser em homenagem à sua mulher, a empresária e produtora Patrícia, que morreu em 2022 em decorrência de um câncer de cólon. Fã do projeto Os Pitais, ela havia pedido para comemorar o fim de sua primeira fase de quimioterapia com uma festa em que eles tocariam. Não deu tempo – Patrícia morreu logo depois.

Nas duas edições do Patfest, entre dezenas de artistas de estilos díspares – como Sandy, Chitãozinho e Xororó, Nando Reis e João Gordo –, a banda Os Pitais subiu ao palco com dez músicos formando um paredão de violões. O festival acabou atraindo mais ajuda para o projeto. Depois dele, um grande escritório de advocacia ofereceu assessoria *pro bono* para transformar Os Pitais em uma ONG. "A ideia agora é levar o projeto para mais lugares, com frequência maior", planeja Butler. ✪

Angélica Santa Cruz

BEYONCÉ *BACK IN* BAHIA

Os três minutos mais longos da vida de um intérprete

Em 20 de dezembro de 2023, choveu o esperado para todo o mês em Salvador. Iansã tinha decidido encerrar a folga de Bruno Sipho, na Ilha de Maria Guarda, em Madre de Deus, na Região Metropolitana da capital baiana. Depois de ter trabalhado como intérprete inglês-português no Congresso Brasileiro de Urologia, no final de novembro, tudo que ele queria era sossego. Mas o temporal atrapalhou a estadia na ilha e, no dia seguinte, assim que começou a estiar, Sipho e sua mulher, Suiane Mbali, entraram num barco e voltaram para o continente.

Eles tinham acabado de desembarcar quando o celular de Sipho tocou. Era um funcionário da produtora baiana IDW, que buscava com urgência um intérprete negro. A BeyGood, instituição filantrópica da cantora Beyoncé, havia decidido, de última hora, realizar um evento em Salvador e precisava de um profissional para traduzir o que a americana Ivy McGregor, diretora da entidade, falaria ao público soteropolitano. "É coisa boba, no máximo vinte minutos", disseram a Sipho.

O intérprete de 42 anos foi correndo para o Centro de Convenções, na Boca do Rio, onde acontecia o Club Renaissance, um evento para os fãs da cantora de *Single ladies* comemorarem o lançamento no Brasil de *Renaissance: a film by Beyoncé*.

Ao chegar lá, no fim da tarde, Sipho encontrou um clima bem diferente de outros eventos do gênero em que havia trabalhado: muito cochicho, olhares oblíquos e poucas instruções objetivas. Ele resolveu espiar nas redes sociais se havia pistas do que estava acontecendo. Foi parar em uma plataforma de rastreamento de voos, na qual milhares de fãs acompanhavam o trajeto de um Bombardier Global 7500, o maior jato executivo do mundo, que partira de Nova York e se aproximava do Brasil.

Sipho assinou um termo de confidencialidade e foi encaminhado para o baú de um caminhão que estava estacionado atrás do palco. As mensagens de texto piscavam em seu celular. Um Bombardier havia realmente pousado no Aeroporto Internacional de Salvador e uma equipe de batedores da Guarda Municipal fora vista escoltando um carro preto blindado, em direção à orla. Ninguém da organização dizia nada a respeito.

O intérprete foi instalado em uma cabine na qual havia uma televisão, fones de ouvido, um microfone e um computador. O que quer que fosse dito em inglês no palco do evento deveria ser repetido por ele em português. Um gerador de *closed caption* transformaria a fala em legendas que seriam exibidas para toda a plateia – que, àquela altura, já estava aos gritos: Beyoncé havia postado no Instagram uma foto em que o cavalo pratteado que figura na capa do disco *Renaissance* parecia desembarcar de um avião.

Quando cursava letras na Universidade Federal da Bahia, em 2005, Sipho viu um anúncio sucinto na edição dominical do jornal *A Tarde*: "Precisamos de alguém que fale inglês." Como preenchia com eficiência o único pré-requisito da vaga – havia aprendido a língua de Shakespeare e Beyoncé em uma unidade do CCAA no bairro de Itapuã –, ligou para o número informado e marcou a entrevista de emprego.

O processo seletivo incluiu uma dinâmica de grupo em que Sipho era o único negro. Todos os outros candidatos diziam ter aprendido inglês em viagens de intercâmbio ou em temporadas fora do país. "Então dei um supermigué", conta ele. "Falei que tinha morado fora, na primeira cidade que me veio à mente e que eu achei que ninguém ia conhecer: St. Petersburg." Deu certo. Poucos dias depois, ele já trabalhava como intérprete da delegação americana de vôlei de praia, que participava de uma competição na Bahia. Depois disso, Sipho não parou mais.

Além de atuar em congressos de medicina, engenharia e outras áreas especializadas, ele trabalhou no Panorama Percussivo Mundial, evento musical que acontece todos os anos em Salvador. Também foi intérprete das aulas que Mestre King (1943-2018), pioneiro no ensino da dança afro na Bahia, ministrou para estudantes estrangeiros, e ajudou alguns figurões a se fazerem entender no Brasil: a ex-secretária de Estado americana Condoleezza Rice, o ator e ativista Danny Glover, e Carl Ray, maquiador de Michelle Obama.

"A profissão de intérprete vem de uma cultura elitista pra caralho. Só fazia quem tinha dinheiro ou havia morado fora, companheiras e companheiros de diplomatas que tinham aquilo como hobby", diz Sipho. Embora ele não queira ser conhecido como um intérprete de nicho, não dá para negar que seu nome sempre é sugerido quando o contratante quer um profissional negro. Aliás, ao pedirem indicação de outros intérpretes racializados, Sipho sempre tem dificuldade em encontrar nomes para recomendar. Motivo pelo qual montou, em 2023, junto à Universidade Estadual da Bahia, o curso *Democratização do ofício de intérprete: formação profissional de jovens negros como mecanismo para combater as iniquidades sociais*. Ao longo de dois meses, conseguiu capacitar doze pessoas.

Sipho só se deu conta de que Beyoncé estava em Salvador e realmente falaria aos fãs baianos quando McGregor, a diretora da BeyGood – cujas falas ele estava traduzindo –, escapou do discurso institucional e começou a esquentar o público: "Se vocês querem ver alguém essa noite, vocês têm que pedir. Quem vocês querem ver?" Em torno de Sipho, os outros profissionais que ocupavam a cabine fotografavam os telões, embasbacados. Só ele se concentrava na tarefa. "Respira, respira", disse a si mesmo. "Agora todo mundo pode ficar louco, ensandecido, menos você."

Beyoncé permaneceu apenas três minutos no palco, falando para os 3 mil fãs que tiveram a chance de estar lá – e outros milhares que acompanharam as *lives* feitas por aqueles sortudos. "Não há ninguém como vocês. A primeira e única Bahia" – essa foi a frase traduzida por Sipho que mais repercutiu entre baianos e brasileiros, incrédulos com a aparição cintilante da maior estrela atual da música negra nos Estados Unidos. O intérprete não teve nenhum contato direto com a diva.

Não foi a primeira vez que Beyoncé esteve na Bahia: ela já se apresentou em Salvador em 2010 e passou férias em Trancoso, no Sul do estado, em 2013. Sipho, por sua vez, nunca pisou nos Estados Unidos. Nem mesmo em St. Petersburg, cidade da Flórida que mencionou na mentirinha durante a entrevista de emprego. No ano passado, ele fez sua primeira viagem para o exterior e preferiu viajar pela África Austral. Visitou a África do Sul, Essuatíni (a antiga Suazilândia), Moçambique, Zimbábue e Botsuana. "Muito melhor", diz. ✪

Kikita Soares Bahiana

COPA E COZINHA

A dupla que alimenta a Seleção Brasileira

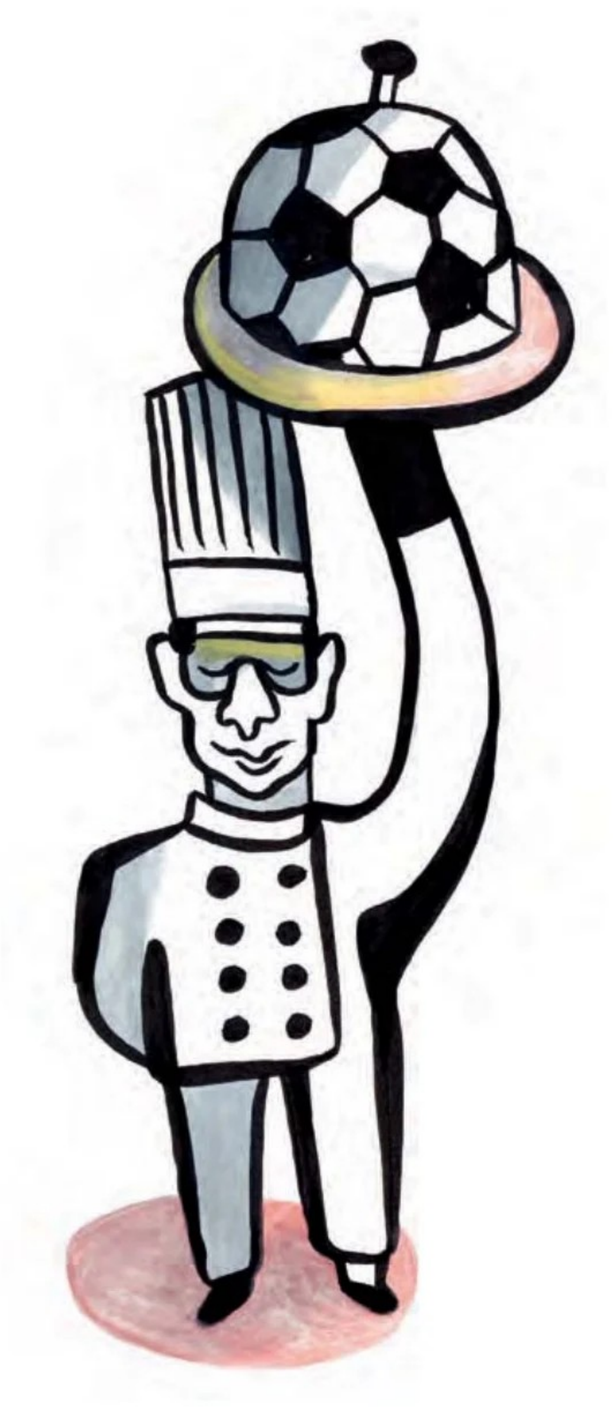
No futebol, o mal pode ser o que entra e não o que sai da boca do homem. Que o diga o lateral Branco: no jogo em que o Brasil foi eliminado pela Argentina na Copa do Mundo de 1990, na Itália, ele bebeu de uma garrafa oferecida pelos adversários e sentiu-se grogue em campo. Não se sabe se a água foi mesmo "batizada" (a estrela do time rival, Diego Maradona, dizia que sim). Felizmente, a equipe da CBF conta hoje com profissionais para garantir que os jogadores só consumam alimentos e bebidas que propiciem o melhor rendimento. Já foi o tempo em que, nos intervalos das partidas eles bebiam água e chupavam laranjas, agora substituídas por repositores de energia. "Cada jogador tem a sua garrafinha individualizada, com seu nome escrito e um preparo especial de acordo com suas necessidades energéticas e de vitaminas", explica a médica carioca Andréia Picanço, de 41 anos.

Ela e o chef gaúcho Jaime Maciel, de 67 anos, comandam a zaga que defende a alimentação dos atletas. Se o posto de treinador é incerto – em janeiro, a CBF substituiu Fernando Diniz por Dorival Júnior, a segunda troca depois da Copa de 2022 –, na cozinha da Seleção reina a estabilidade. Formada em medicina esportiva pela USP, com pós-graduação em nutrologia, Picanço é a titular do cargo de nutróloga há cinco anos. Maciel é veterano: serve os melhores boleiros do país há 28 anos.

Em períodos de treinos e competições, a dupla sua os aventais: são cinco ou seis refeições diárias servidas aos atletas, sempre de três em três horas. Um cardápio decidido com base em vários fatores: as informações de cada craque passadas pelos seus clubes de origem, os exames médicos realizados na apresentação à CBF, os relatórios do fisiologista a cada treino ou atividade física. Há ainda que se considerar casos específicos de alergia ou intolerância a certos alimentos – e tudo isso mantendo a variedade de sabores, com três tipos diferentes de proteína (carne, frango ou peixe), servidos todos os dias, de modo a agradar paladares de jogadores que se acostumaram a culinárias tão díspares como a da Inglaterra (onde jogam Gabriel Jesus e outros) e a da Arábia Saudita (para onde se mudou Neymar).

"Em viagens ao exterior ou mesmo a outras regiões do país, procuramos sempre incluir algum prato que homenageie a culinária local", diz Maciel, trajado a caráter com o dólmã branco que distingue o líder da cozinha e shapô na cabeça. Mas os jogadores que atuam no exterior – maioria absoluta do grupo – chegam com outras carências. "Eles querem matar a saudade do arroz e feijão", diz o chef.

A chegada de Maciel à Seleção se deu por um lance do destino. Depois de trabalhar quinze anos em um hotel em Porto Alegre e outro em Canela, no Rio Grande do Sul, em 1995 ele foi comandar a cozinha do Jandaia, em Santana do Livramento, cidade na fronteira com o Uruguai, onde a Seleção se preparava para a Copa América. Quando a delegação nacional se transferiu para a cidade uruguaia de Rivera,



para estrear na competição, a cozinha local desagradou os jogadores. A comissão técnica à época – Zagallo e o supervisor Américo Faria – não teve dúvida: convocou o gaúcho bom de panelas, que se tornou a partir daí o titular inconteste da cozinha canarinha. Serviu a todos os grupos reunidos desde então, inclusive os pentacampeões de 2002. Entre as iguarias de Maciel que vêm atravessando gerações do futebol, a mais popular é seu pudim de leite. "Antes mesmo de sentarem à mesa, alguns jogadores correm pra provar o pudim", diz o orgulhoso cozinheiro. "E, quando não fui eu que fiz, tratam de gritar, alertando o grupo: 'Esse não é do chef!'"

Na Copa do Catar, em 2022, o açaí passou a ser oferecido depois dos jogos. "Fez o maior sucesso", diz Maciel. Agora, há outra mudança na escalação das frutas: a folclórica laranja está indo para o banco de reservas e entram no lugar as frutas vermelhas, como o morango, tidas hoje como mais revigorantes do que os cítricos.

A manutenção dos padrões culinários e nutricionais nos diferentes países visitados pelo time brasileiro já foi mais difícil. Em conversas com um servidor histórico da Seleção – Paulo César da Costa, o seu Paulinho, conhecido como o "funcionário número 1 da CBF", para a qual trabalha há mais de sessenta anos –, Maciel soube que antigamente o chef viajava com alguns dias de antecedência para treinar equipes locais: "Ia ele e até o médico da delegação para os fogões demonstrar o preparo de comida brasileira."

Nesse tempo, era preciso levar até 1 tonelada de alimentos para o país que sediava a Copa ou outra competição, pois não se encontravam ingredientes da comida brasileira no exterior. "Hoje, em qualquer país, conseguimos encontrar ou encomendar tudo", diz Picanço. Apenas a farofa ainda dá trabalho: para alguns lugares, é preciso levar a farinha do Brasil.

Na Copa do Catar, teve péssima repercussão o episódio em que alguns jogadores foram a um restaurante, a convite de Ronaldo Fenômeno, para jantar carne embrulhada em folhas de ouro. Mas a nutróloga da CBF garante que não procede a história de que os craques sejam festeiros desregrados. "Já faz um tempo que os atletas profissionais de futebol têm muita consciência da importância da alimentação em seu rendimento físico e técnico. Eles mesmos se policiam e colaboram, inclusive nas folgas", diz. Na concentração, todos aderem às refeições regulamentares. Pedir um misto-quente no quarto, tarde da noite, nem pensar.

Resta torcer para que a Seleção Brasileira, neste momento em sexto lugar entre os dez países que competem nas eliminatórias, recupere-se na rodada que começa em setembro. Antes disso, haverá jogos amistosos e a Copa América. A cozinha de Jaime Maciel e Andréia Picanço nunca fecha as portas: a dupla serve a mesa das seleções masculina e feminina em todas as categorias etárias, do sub-15 à principal. E sempre tem pudim de leite para todo mundo. ✪

Claudio Henrique

MILONGA SERTANEJA

Rufo Herrera, o mais mineiro dos bandoneonistas argentinos

Raras são as manhãs em que o músico e compositor Rufo Herrera, de 90 anos, não vai à Fundação de Educação Artística, em Belo Horizonte, com seu bandoneon. O "instrumento infernal", como a ele se referia Astor Piazzolla, arruína-se quando é posto de lado. E, se uma de suas 2,8 mil peças avaria, "o transtorno é grande", diz Rufo.

Além disso, não é possível afiná-lo no Brasil. "Tem de ir num luthier em Buenos Aires, o que é caro. E ainda é preciso esperar numa fila para testar a afinação que demora muitíssimo. O melhor é fazê-lo soar todos os dias", explica o músico, orgulhoso proprietário de um Doble A Premier fabricado na Alemanha em 1936 que está para o bandoneon como o Stradivarius para o violino.

Criado no século XIX pelo alemão Heinrich Band para, com sua dramática e solene sonoridade, acompanhar a música sacra, o bandoneon enveredou por sendas profanas quando aportou em Buenos Aires. Tornou-se símbolo da milonga, um antepassado do tango que se desenvolveu nos bordéis dos arrabaldes portenhos.

Na manhã de 5 de dezembro, terça-feira, Rufo não tocou milongas nem música sacra na Fundação de Educação Artística. Em seu curso, engajou-se numa improvisação, explorando "o aspecto terapêutico da música". Ao fim de três movimentos, seus alunos ficaram em silêncio, meditando. "No mais profundo da emoção humana, ali começa a música", ensinou Rufo.

A música esteve sempre presente na casa em que Herrera cresceu. Nas noites frias da região rural de Rio Primero, província de Córdoba, seu pai, Pedro, um camponês, tocava violão enquanto a mãe, Cristina, aquecia água para o mate. Quando Herrera tinha 5 anos, ouviu um bandoneonista, convidado à casa por um de seus sete irmãos, tocar milongas ao redor da fogueira. Nem conseguiu dormir naquela noite: "Decidi que aquele era o meu instrumento."

Aos 10 anos, ele já tocava em restaurantes. Aos 12, foi estudar em Córdoba, capital da província, e logo se apresentou numa rádio local. A fama de criança-prodígio espalhou-se, e Herrera começou sua carreira no rádio. Nos estúdios, assistiu pela primeira vez a uma apresentação de seu ídolo: Astor Piazzolla, um inovador do tango que naquele início dos anos 1950 entusiasmava os jovens, mas era rejeitado pelos músicos ortodoxos (ou "reacionários", como Herrera prefere chamá-los). Piazzolla advertiu Herrera de que já existiam muitos bandoneonistas autodidatas, mas eram poucos os que se dedicavam ao estudo. Aprofundar-se na teoria musical tornou-se uma missão para o adolescente.

A década de 1950 foi a era de ouro do tango: em Buenos Aires existiam quarenta orquestras típicas e os cafés-concertos garantiam o sustento de centenas de músicos. Contratado por uma orquestra, Herrera, aos 23 anos, mudou-se para a capital argentina, onde também estudou no Conservatório Nacional. Uma mudança nos ventos políticos e culturais, porém, afastou-o de seu país. Em 1955, um golpe militar derrubou o presidente Juan Domingo Perón. Na mesma época, o pop americano invadiu Buenos Aires. Em poucos anos, as quarenta orquestras reduziram-se a oito. "A ditadura arrasou com tudo, a política, a educação, a cultura. Eu me vi na seguinte situação: ou continuava músico e deixava a Argentina, ou ficava lá e abandonava a música", lembra o bandoneonista.

Herrera escolheu a música. Com um pianista, um violinista e um casal de bailarinos, formou um grupo que percorreu a América do Sul apresentando-se em bares, praças e teatros. Aproveitou a vida errante para pesquisar a música folclórica de cada país. Passou um ano com os indígenas aimarás, nos Andes bolivianos. Em 1963, um grupo de La Paz o convidou para gravar um disco em São Paulo, onde estavam os melhores estúdios. O argentino encantou-se com o samba e apaixonou-se pela literatura de Guimarães Rosa, depois de ler os contos de *Sagarana*. Veio o convite para gravar outro disco, de tango. Foi quando decidiu ficar no Brasil.

Em 1969, o maestro suíço-brasileiro Ernst Widmer (1927-90) o convidou para se juntar ao grupo de compositores vanguardistas da Universidade Federal da Bahia, onde foi colega de Tom Zé. Arrebatado pela música de Igor Stravinski e John Cage, Herrera deixou de lado o bandoneon. Compôs óperas, cantatas e balés que desconcertaram a crítica, como *Onirak*, em que um grupo de cantores recita o poema *cidade/city/cité*, de Augusto de Campos. Ao longo da década de 1970, foi estreitando relações com músicos eruditos mineiros. Em 1979, *Nhehengari* (narrar cantando, em tupi), cantata cênica baseada no romance *Maíra*, de Darcy Ribeiro, fez sua estreia em Ouro Preto. No mesmo ano, o compositor mudou-se para Minas Gerais.

Em 1985, a paixão de Herrera por Guimarães Rosa ganhou expressão musical em *Balada para Matraga*. Inspirada no conto *A hora e a vez de Augusto Matraga*, de *Sagarana*, a ópera estreou naquele ano, com a Orquestra Sinfônica de Minas Gerais acompanhada de cantores líricos. O sertanejo de Rosa, acredita o compositor, tem muito em comum com o *gaucho* dos pampas argentinos: "Ele ora cai ao nível da fera, ora paira acima de Deus e do diabo."

ANDRÉS SANDOVAL_2024

Em *Balada para Matraga*, ouviam-se até berrantes, mas o bandoneon não coube no sertão mineiro. No ano seguinte à estreia da ópera, Piazzolla apresentou-se em Belo Horizonte – e voltou a influir nos rumos criativos de Herrera. "E o bandoneon?", perguntou o mestre, durante uma conversa no camarim. Qual um aluno repreendido, Herrera baixou a cabeça, sem resposta. Desde então, retomou o instrumento infernal, para o qual compôs peças que reúnem suas várias referências, da milonga ao dodecafonismo, como *Mantras* e *Kósmitos*.

No fim do ano passado, uma versão reduzida de *Balada para Matraga* foi apresentada no interior da Gruta de Maquiné, que fica na região de Cordisburgo, terra natal do autor de *Grande sertão: veredas*. Depois, Belo Horizonte assistiu à versão integral da remontagem no Palácio das Artes. Herrera reviu sua ópera e, quarenta anos após a estreia, foi como se tivesse se reencontrado nos sons dos violoncelos, dos berrantes e da poesia rosiana. "Me sinto como se estivesse recomeçando", diz o músico. ✪

Leandro Aguiar

UM GRINGO EM GOIÁS

O youtuber americano que se encantou com a cultura brasileira

Pastel, garapa de cana, buchada, PF com arroz e feijão. Clinton Manigault, youtuber americano, provou esses pratos bem brasileiros pela primeira vez em novembro do ano passado. "Não acredito que até hoje eu não sabia que isso existia", disse em um vídeo compartilhado em seu perfil pessoal, quando experimentou o singular sabor do pequi.

Manigault é o criador e apresentador de um canal do YouTube chamado GoonyGoogles, que em janeiro contava com 328 mil inscritos. De início, era só mais um entre tantos canais sobre cinema, televisão e *streaming* tocados por críticos amadores. Com o tempo, porém, ele encontrou um diferencial: tornou-se um entusiasmado divulgador da música e do cinema *made in Brazil*. Embora em inglês, seus vídeos conquistaram fãs brasileiros. E foi graças aos incentivos entusiasmados dos seguidores que ele veio a comer pequi em Goiânia.

Tudo começou em 2020, enquanto o nova-iorquino radicado na Carolina do Norte trabalhava remotamente com gestão de suprimentos. Isolado em casa pela pandemia, ele passou a comentar filmes e séries na plataforma de vídeos. "Eu estava procurando algo para fazer, como todo mundo. Assistia a muitos canais de YouTube naquela época e muitas pessoas me falavam para fazer algo parecido, porque gosto de conversar, rir e brincar", conta.

Ele comprou um microfone e resolveu fazer *reacts* – vídeos que registram a reação imediata do youtuber a filmes, músicas e vídeos. Com um enquadramento fixo e uma tela dividida reproduzindo o que estava assistindo, começou a produzir conteúdo para o GoonyGoogles. Os primeiros registros do youtuber, um homem negro de 38 anos, foram comentários a respeito de *Lovecraft country*, série cujo tema forte é o racismo. "Eu tinha muito para falar sobre assuntos da série: direitos civis, segregação racial nos Estados Unidos", diz.

Manigault não se ocupava só com lançamentos: ele também comentava filmes que não tinha visto na época da estreia nos cinemas, como os da franquia *Harry Potter* e o sul-coreano *Parasita*. E assim chegou a uma "história de gângster do Brasil": *Cidade de Deus*. O filme de Fernando Meirelles, de 2002, o impressionou pela construção dos personagens e a similaridade da trama com conflitos sociais dos Estados Unidos. *Que horas ela volta?*, *Central do Brasil* e *Bacurau*, entre outros filmes brasileiros, passaram a figurar no canal, ao lado de séries como *Breaking Bad* e *Westworld*.

O comentário sobre *Carandiru*, feito a pedido de espectadores, não foi positivo: Manigault achou que a narrativa apressada não se aprofundava nos melhores personagens. Ainda assim, por mistérios dos algoritmos, o vídeo foi indicado a muitos usuários brasileiros. Vários deles deixaram comentários recomendando que Manigault ouvisse um rap sobre a chacina de 1992 na casa de detenção em São Paulo.

"As pessoas me disseram para ouvir uma música sobre o massacre, de um grupo de rap. Hip-hop é meu gênero favorito, mas nunca ouvi o hip-hop brasileiro. Estou interessado em ver o que vai rolar", diz Manigault no início do vídeo. Ele gostou de tudo que ouviu: os *beats*, o modo de cantar de Mano Brown, a letra que acompanhou na legenda em inglês – e *Diário de um detento*, dos Racionais, impulsionou sua incursão pela música brasileira, em particular aquela feita por artistas negros.

Pelos ritmos e versos de Sabotage, Facção Central, Tim Maia, Jorge Aragão, Elza Soares, Cartola e Zeca Pagodinho, ele foi conhecendo o Brasil e fez a virada definitiva do GoonyGoogles para os temas brasileiros. Nos *reacts*, busca referenciais dos Estados Unidos para falar do que ouve: diz que a música de Jorge Ben Jor poderia estar na trilha sonora de filmes de *blaxploitation* (o cinema popular negro dos anos 1970) e que a postura de Alcione lembra a das divas da música americana.

Com o sucesso entre o público brasileiro, o GoonyGoogles passou a se descrever como "um canal baseado nos Estados Unidos que experimenta a arte brasileira através da música e do cinema". A definição, porém, deve ser atualizada em breve, pois o canal já não está baseado nos Estados Unidos, e sim no Brasil.

Uma visita ao país já estava nos planos do youtuber quando uma amiga que fez pelas redes sociais o convidou a passar um tempo em Goiânia, onde ela mora. A mudança veio em boa hora para ajudar Manigault a superar uma crise de depressão e ansiedade. "Eu estava tão nervoso com a viagem em si que não me preocupei se seria difícil ou não. Quando cheguei, me senti em casa", diz o youtuber, que desembarcou em Goiás em novembro passado durante uma das maiores ondas de calor ocorridas no Centro-Oeste.

A adaptação ao clima não é o único desafio: ainda tateando no aprendizado de português, Manigault precisa encontrar um emprego que possibilite sua permanência no país. Também procura meios de profissionalizar seu canal – por causa dos direitos autorais das músicas que comenta, não pode monetizar os vídeos.

Ao chegar ao Brasil, ele não fez alarde, mas desde suas primeiras saídas à rua foi abordado por pessoas que perguntavam se era o "gringo do YouTube". Depois de compartilhar a localização e a intenção de ficar no país, mais seguidores passaram a reconhecê-lo. Também vem recebendo ofertas de hospitalidade em diversas cidades. Por aqui, teve a oportunidade de ver shows de artistas que figuraram em seus *reacts*, como Dexter, Black Pantera e Racionais, e aumentar seu repertório com novos nomes, como Liniker, Marisa Monte e Lia de Itamaracá.

Suas experiências no país aos poucos estão virando vlogs no canal, inclusive a jornada para obter itens que julga indispensáveis à vida no Brasil: CPF, cartão do SUS, ventilador e um par de havaianas. Em uma viagem a São Paulo, ganhou de um tatuador a possibilidade de gravar as famosas sandálias no braço. "É para comemorar a primeira coisa brasileira que tenho", diz. ✪

Nina Rocha

CORES ÍNTIMAS

A artista cearense que retrata suas ex-namoradas

Azuhli demorou a se assumir como pintora. A primeira tela em que se exercitou, em 2015, foi presente de uma namorada que tentava arrancá-la da hesitação. "Ela foi ao Centro de Fortaleza, comprou tinta, pincel, e me disse: 'Agora pinta'", lembra a artista cearense. "Era uma tela grande, de 1 metro de altura por 80 cm de largura. Ficou lá em casa por meses, mas depois consegui fazer."

O trabalho foi intitulado *O monstro que nasce quando o amor acaba*. Traz uma figura de gênero não identificado, sentada em uma cadeira. Sua expressão e postura transmitem dor. "Acho que é meio um autorretrato", diz a pintora. No mesmo ano em que o relacionamento terminou, Azuhli pintou outra tela, *A gente*. No lugar das cores vibrantes que costuma utilizar, adotou tons preto, azul-petróleo e branco.

Aos 28 anos, Azuhli é uma das revelações da arte feita no Ceará. Seus trabalhos, que já foram expostos em alguns dos principais espaços culturais de Fortaleza, chamam a atenção ao retratar, em composições cromáticas exuberantes, casais homoafetivos e figuras femininas, muitas delas ex-companheiras ou flertes da artista. Nem todos os namoros foram inspiradores: alguns não renderam nem um desenho. Mas outros foram arrebatadores, como o que teve com a ginecologista Bárbara Barros. "Para ela, fiz mais de trinta pinturas", contabiliza a Azuhli. "Namorar a Luiza me aproximou da arte", diz Barros.

Criada por um casal de tios que a adotou, Luiza Maynara Diogo Veras era a caçula em uma casa com quatro filhos. "Fui adotada assim que saí da maternidade, porque minha mãe biológica teve depressão pós-parto", conta. Como muitas crianças, ela gostava de desenhar. Usava cotonetes como pincéis para pintar paisagens e cartões de Natal. "Eu fazia tudo meio sozinha, porque meus irmãos eram bem mais velhos do que eu."

Quando foi fazer curso superior, apostou em química e, depois, em engenharia de petróleo. Passou para as duas faculdades, mas seus pais acharam que nem uma nem outra combinavam com a jovem. "Eles foram muito iluminados, me falaram para esperar um pouco, que eu deveria fazer algo que tivesse mais a ver comigo."

Em 2013, Azhuli entrou no curso de arquitetura e urbanismo da Universidade de Fortaleza (Unifor), uma faculdade privada. Enquanto frequentava o curso, trabalhou no Espaço Cultural Unifor, que abriga parte da relevante coleção de arte do empresário Airton Queiroz (1946-2017), que foi mantenedor da universidade. Coube a um de seus professores, Lucas Gomes, dar uma nova sacudida na estudante. "Ele me aconselhou a largar

tudo aquilo e me dedicar à arte." Em 2018, ela ingressou no curso de artes visuais na Universidade Nacional das Artes, na Argentina, uma faculdade pública em Buenos Aires. "Mas era muita xenofobia e não completei o curso", diz.

Foi nessa época que a artista passou a se apresentar como Azuhli, um anagrama de seu nome, Luiza, acrescido da letra H. Chegou a pensar em se chamar Azul, mas desistiu. "É o nome de uma cor, como eu iria patentear isso?" O azul, cor matriz de sua obra, ainda ressoa no nome, que também incorpora uma referência mineral: o lápis-lazúli é uma pedra muito apreciada no mundo da ourivesaria por seu azul singular, que não é tão brilhante, conservando certa opacidade.

Outra virada aconteceu em 2022, quando Azuhli fez uma residência de três meses na associação cultural Soma, na Cidade do México, recomendada por Pablo León de la Barra, curador de arte latino-americana do Museu Guggenheim, de Nova York. Durante a estadia, ela se deparou com o catálogo de uma exposição realizada no Museu Estanquillo entre 2016 e 2017, *Que se abra esta puerta! Sexualidad, sensualidad y erotismo*. O que mais chamou sua atenção no livro foi a série de imagens de casais homoafetivos desde o século XVII. A artista também ficou impressionada com a paisagem urbana da capital mexicana. "Comecei a procurar cores opostas e olhar para a saturação, para encontrar a harmonia que encontrei por lá: um portão rosa, com muro amarelo, detalhe em roxo, e ao fundo a casa em azul-cobalto. Era incrível."

De volta ao Brasil, Azhuli terminou um relacionamento que mantinha desde 2021 porque o pai de sua companheira não aceitava a orientação sexual da filha. "Eu estava passando pela mesma coisa que lia em relatos de mulheres lésbicas no passado. As famílias só descobriam os relacionamentos dessas mulheres depois que elas morriam e eram achadas fotos delas com suas parceiras", diz a artista. "Aqui em Fortaleza tem muito isso, histórias de primas ou amigas que vivem juntas, mas são, na verdade, um casal." A discriminação também acontece na atividade profissional: "Várias vezes, fui aconselhada a não falar tanto de relacionamentos lésbicos, ainda mais em Fortaleza, que é uma cidade que consome pouca arte e tem muita gente conservadora."

Neste ano, Azuhli se prepara para fazer uma mostra individual com cerca de setenta trabalhos, em um espaço ainda a ser definido. No ateliê que montou em um prédio comercial no Centro de Fortaleza, um letreiro luminoso traz a frase que guia sua vida e sua arte: "O amor é a coisa mais importante." ✪

Tatiane de Assis

UVAS DIAMANTINAS

Municípios do sertão baiano desbravam a viticultura

Ao percorrer as estradas que cortam a Chapada Diamantina, o viajante mergulha em uma paisagem inóspita, de plantas rasteiras que espalham seu tom verde-amarelado até o horizonte, emoldurado por grandes montanhas rochosas. No passado, essas terras do interior baiano foram marcadas pela mineração dos diamantes que lhe deram o nome. Hoje, atraem sobretudo aventureiros dispostos a se embrenhar por trilhas labirínticas com o objetivo de alcançar grutas pouco acessíveis e bonitas quedas d'água. Recentemente, outro grupo de pessoas tem viajado até a Chapada Diamantina, porém interessadas mais nas aventuras do paladar do que nas do ecoturismo: são os enófilos, que chegam muito curiosos para experimentar os vinhos que estão sendo produzidos ali.

O Sul é ainda a região brasileira com mais tradição na viticultura. Mas o Nordeste tem se firmado há algum tempo como referência na produção tanto de uvas de mesa (para o consumo *in natura*) quanto de uvas viníferas (destinadas aos vinhos). O Vale do São Francisco conta com vinícolas importantes, como a Rio Sol, em Pernambuco, e uma filial da gaúcha Miolo, na Bahia.

A ideia de desenvolver um *terroir* na Chapada Diamantina foi do engenheiro agrônomo Jairo Vaz, que em 2008 plantou as primeiras videiras. Satisfeito com o resultado, ele abriu oito anos depois a Vinícola Vaz, na cidade de Morro do Chapéu. A iniciativa estimulou produtores, que inauguraram duas outras vinícolas no município: a Santa Maria, criada por parceiros de Vaz no plantio pioneiro, e a Reconvexo, cujo nome brinca com o antagonismo geográfico da Chapada com o Recôncavo Baiano, região em torno da Baía de Todos-os-Santos, onde fica Salvador.

Com três vinícolas instaladas em Morro do Chapéu, a Assembleia Legislativa da Bahia achou por bem dar ao município o título de Capital do Vinho da Chapada Diamantina.

A quarta e mais recente vinícola a se instalar na região fica na cidade de Mucugê, distante cerca de 243 km de Morro do Chapéu. Chama-se Uvva e tem a ambição de produzir vinhos finos, de maior complexidade aromática.

Na sede da empresa, o visitante que chega para o passeio de degustação é recebido em uma grande sala envidraçada, decorada com móveis de madeira feitos por artesãos baianos. Uma pequena varanda oferece um bom ponto para selfies, tendo como cenário os 52 hectares do vinhedo e a imponente Serra do Sincorá. "Quando você entra pela porta, vê que na verdade o grande personagem que brilha é a paisagem da Chapada Diamantina", diz Fabiano Borré, sócio e diretor-executivo da Fazenda Progresso, à qual a vinícola pertence.

A Uvva foi inaugurada em 2022, mas projetada dez anos antes, quando as primeiras videiras para o plantio chegaram à propriedade da família Borré. Em 2015, elas já davam frutos, mas em pequena quantidade. Somente em 2018 a Uvva lançou a primeira safra, um Cabernet Sauvignon com produção de oitocentas garrafas, que não foram comercializadas. "Elas estão lá, guardadas. Estamos pensando se vale a pena botar para vender. Está um vinho muito especial", diz Borré. Hoje, a vinícola oferece doze rótulos diferentes, feitos com nove castas, duas brancas e sete tintas, todas provenientes da França. No site da Uvva, os brancos custam em média 150 reais e os tintos estão em torno de 200 reais.

Em 2020, durante a pandemia, o consumo médio de vinho no Brasil chegou a 2,8 litros por pessoa. Dois anos depois, caiu para 2 litros por pessoa, de acordo com a Associação Brasileira de Sommeliers. Borré avalia que os brasileiros têm resistência ao vinho nacional e que ainda vai demorar até que os tintos e brancos do país conquistem o prestígio dos argentinos e chilenos. É possível que os vinhos brasileiros não sejam tão admirados porque é difícil encontrar os melhores rótulos em lojas e supermercados. O preço cobrado também desanima os compradores.

Fabiano Borré administra a vinícola em parceria com outros membros da família. A propriedade é herança de seu avô, Pedro Borré, que em 1984 deixou São Paulo das Missões, no Rio Grande do Sul, para adquirir terras na Bahia. Foi o início da Fazenda Progresso, que se tornou referência primeiro por sua produção

ANDRÉS SANDOVAL_2024

de batatas e depois pelo café *premium*, comercializado no Brasil e no exterior.

Para visitar a Uvva, é preciso agendar com antecedência no site da vinícola. No início de novembro passado, a enóloga Erika Samantha, que ingressou na empresa em 2021, acompanhou durante uma hora e meia um grupo de oito pessoas no passeio pela fazenda. Com o cuidado de quem acolhe um recém-nascido, Samantha acariciava os pequenos cachos de Syrah, ainda sem as frutas, mas já florindo, enquanto explicava o sistema da colheita, que acontece no inverno.

Depois de andar pelos vinhedos, o grupo desceu ao subsolo da vinícola, onde barricas de carvalho francês cheias de vinho dividem espaço com a instalação *O tempo espelhado*, do artista baiano Marcos Zacariades, que, entre outros temas, aborda a geologia e a história da Chapada Diamantina.

Um dos visitantes perguntou por que o nome da vinícola é grafado com dois "vês". Samantha apontou para o logotipo da Uvva em uma das barricas e explicou: "O primeiro V faz referência à base de um cacho de uva; o segundo V simboliza os diamantes da Chapada." As vogais têm a forma sintética de semicírculos: o U virado para cima e o A para baixo. "Se as duas vogais fossem unidas pela base", disse Samantha, "formariam uma forma ovalada que lembra a bateia dos garimpeiros que extraíam diamantes na Chapada no século XIX".

A explicação exige bastante da imaginação, mas serviu para a enóloga chegar a uma conclusão triunfante: "Hoje, a uva é o novo diamante da Chapada Diamantina." ✪

Pedro Tavares

Ponte sobre o Rio Araguaia-Xambioá – TO

O NOVO PAC DO GOVERNO FEDERAL É O BRASIL NO RUMO CERTO

O Novo PAC é o maior programa de investimentos do país.

São investimentos em infraestrutura em todos os estados do Brasil para acelerar o crescimento econômico e a inclusão social, promover moradia digna e saúde, gerar empregos e renda e impulsionar o crescimento sustentável do nosso país, melhorando a vida de cada brasileiro.

O NOVO PAC É O NOSSO PAC:

DA GERAÇÃO DE EMPREGO.

DA TRANSIÇÃO ECOLÓGICA.

DO CRESCIMENTO ECONÔMICO.

ACESSE **GOV.BR/NOVOPAC** E SAIBA MAIS

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

O VALE-TUDO

Os irmãos Batista e a maior disputa corporativa do Brasil

BRENO PIRES

Joesley Batista, em Brasília: o empenho da J&F para

O ambiente estava extremamente tenso e as divergências eram intransponíveis até que se ouviu um brado de guerra:

– A gente então vai para a briga. Vamos à Justiça – decretou o empresário Cláudio Cotrim, presidente da Paper Excellence, a companhia que lutava para concluir a compra da Eldorado Brasil, uma das maiores fabricantes de papel e celulose do país.

– Você começa, eu termino – retrucou Francisco de Assis e Silva, diretor jurídico da J&F, a holding da família Batista, que batalhava para impedir a conclusão do negócio.

Naquele dia de agosto de 2018, estava aberta a maior disputa corporativa em curso no Brasil, que logo chegou aos mais estrelados escritórios de advocacia, mobilizou os tribunais e contaminou os bastidores da política. Um ano antes, o empresário Joesley Batista abrira as portas de sua casa no Jardim Europa, bairro rico de São Paulo, para festejar o negócio com o empresário Jackson Wijaya, o sino-indonésio que concordara em pagar 15 bilhões de reais pela Eldorado. Os dois – e os demais convidados – estavam satisfeitos. Wijaya adquirira a fábrica que desejava, fortalecendo a Paper Excellence e marcando sua entrada no lucrativo mercado brasileiro. Joesley, por seu lado, dera um passo importante no plano de desinvestimento da J&F, que corria o risco de quebrar diante das turbulências financeiras provocadas pelas múltiplas investigações de corrupção que vinha sofrendo.

Assim que o negócio foi fechado, no dia 2 de setembro de 2017, saiu o comunicado conjunto em que a J&F e a Paper Excellence diziam que a transação era uma "satisfação" e atendia os "interesses das partes". Dois dias depois, na noite de segunda-feira, os dois empresários bilionários – Joesley, da família Batista, dona de um império que emprega 280 mil pessoas e inclui a JBS, a maior processadora de proteína animal do mundo, e Wijaya, neto de Eka Tjipta Wijaya, o fundador do Sinar Mas, um dos grandes conglomerados empresariais do Sudeste Asiático – queriam celebrar e estreitar laços, já que a transação previa que a troca de comando da Eldorado levaria um ano. Acompanhado de Cláudio Cotrim, Wijaya chegou à casa de Joesley por volta das 19 horas. Logo o celular do anfitrião começou a apitar com insistência – e seu mundo começou a desabar.

Em Brasília, diante das câmeras de televisão, o então procurador-geral Rodrigo Janot, quase tremendo de tão sério, anunciou a descoberta de "áudios com conteúdo grave, eu diria, gravíssimo". Os áudios mostravam que Marcello Miller, um procurador, estava trabalhando em favor dos irmãos Batista, enquanto ainda exercia seu cargo de procurador no Ministério Público Federal. E mostravam que os Batista haviam trapaceado no acordo de colaboração premiada ao ocultar, entre os 1 829 políticos que denunciaram, nomes importantes, como o de Ciro Nogueira, presidente do Progressistas, que recebera 500 mil reais. Em uma conversa gravada, mas desconhecida até então, Joesley discutia com Nogueira os detalhes do pagamento dos 500 mil reais – que, segundo executivos da J&F, acabou se concretizando.

Atordoado com a revelação, Joesley retirou-se da sala de jantar e foi para um cômodo reservado, onde passou a receber informações para entender as implicações daquilo tudo. Enquanto isso, os convidados jantavam com a família Batista, sem a presença do líder do império. O pior desdobramento veio quatro dias depois.

ADRIANO MACHADO_REUTERS_2017

mudar a legislação sobre a arbitragem, depois que sofreu uma derrota de 3 a 0 para a Paper, se assemelha, nas palavras de um observador, a "tocar fogo no açougue só para assar um bife"

O procurador Rodrigo Janot pediu a prisão de Joesley e de um de seus executivos, Ricardo Saud. Pouco depois, Joesley Batista, então com 45 anos, entregou-se à polícia, junto com Saud. Ele fizera tudo para evitar a prisão. Em busca de um acordo de imunidade penal, já tinha até grampeado o então presidente Michel Temer, mas acabou atrás das grades, um dos seus maiores temores. Ficou seis meses preso.

O jantar fora a ave do mau agouro.

Um ano depois daquela noite, o acordo entre a J&F e a Paper Excellence estava indo para o brejo, inaugurando o primeiro capítulo de uma disputa que envolve cifras bilionárias, espionagem cibernética, ameaça de morte, golpes e contragolpes, orgulho, ganância e, nos lances mais recentes, até questões de soberania nacional. Durante cinco meses, a **piauí** investigou o conflito, cujos desdobramentos mostram que os irmãos Batista, depois do vendaval da corrupção e de três temporadas na prisão, estão de volta à cena do jogo pesado.

A operação de compra da Eldorado desdobrava-se em três etapas. Nas duas primeiras, até o fim de 2017, a Paper Excellence pagou 3,6 bilhões de reais por 49,41% das ações da empresa, adquirindo participações que pertenciam à J&F e a outros acionistas. A terceira e última etapa estabelecia que, até 3 de setembro de 2018, os compradores deveriam pagar mais 4,4 bilhões de reais, além de liberar as garantias dadas pelos irmãos Batista das dívidas da Eldorado, que somavam 7 bilhões de reais. As garantias eram ações da JBS, a empresa-símbolo da família. À medida que se aproximava o prazo final, as divergências entre as partes começaram a brotar e foram crescendo cada vez mais.

Na visão da J&F, a Paper Excellence, para liberar as garantias das dívidas, tinha de substituí-las, oferecendo ativos de sua propriedade. A Paper, em vez disso, queria liberar as garantias de outro modo: saldando as dívidas ou injetando na Eldorado valor suficiente para que a própria Eldorado pagasse o que devia. Entre parceiros de boa vontade, o ponto não parece instransponível, considerando que as garantias, de um jeito ou de outro, estariam devidamente liberadas. Mas, naquela reunião no início de agosto, não houve acordo.

No dia 14, com o rompimento entre as partes, a Paper efetivamente entrou na Justiça pedindo adiamento do prazo para a conclusão do negócio e alegou falta de colaboração da J&F. Oito dias depois, uma audiência de conciliação acabou sem acordo. A J&F solicitou então uma reunião entre os acionistas dos dois lados. Agendaram o encontro em Los Angeles, no fim de semana de 25 e 26, pois não havia tempo a perder. Os irmãos Wesley e Joesley Batista foram representados por dois jovens sobrinhos: Aguinaldo Ramos Filho, à época com 25 anos, que presidia a Eldorado, e José Antônio Batista Costa, de 34 anos, então presidente da J&F.

Com oito participantes, a reunião no sábado não avançou. No domingo, os sobrinhos dos Batista sentaram-se com Wijaya, ele também um jovem de 37 anos, que comparecera ao encontro na companhia do seu advogado de confiança, o irlandês Bertie Mehigan, que viera de sua base em Hong Kong. Com a presença apenas dos quatro, a conversa desandou. A certa altura, Aguinaldo Ramos, que assumira o comando da Eldorado apenas em dezembro de 2017, quando a negociação da venda da empresa já havia sido concluída, aceitou adiar o

prazo final, exatamente como queria Wijaya, mas apresentou uma condição que espantou seus interlocutores: rever os valores do negócio.

No Brasil, Aguinaldo Ramos havia conversado com alguns bancos de investimentos e saiu convencido de que a Eldorado fora negociada por um valor excessivamente baixo. Nos meses seguintes à venda, alguns fatores contribuíram para valorizar a empresa. Houve uma expressiva alta no preço da celulose, o real se desvalorizou em relação ao dólar e a produção da Eldorado havia aumentado. Na reunião em Los Angeles, ele expôs essa nova realidade, apresentou números e concluiu dizendo que, diante disso, a J&F queria receber 6 bilhões de reais a mais para prorrogar o prazo e fazer os ajustes para concluir a venda.

Wijaya ficou perplexo. O advogado irlandês, em depoimento prestado tempos depois, disse o seguinte: "Ouvimos uma proposta do senhor Aguinaldo Ramos com relação a um *new deal*, um novo acordo, que envolveria o pagamento do valor adicional de 6 bilhões de reais pelas ações da Eldorado [...]. Como podem imaginar, o senhor Wijaya ficou chocado com essa sugestão; ele reiterou, como já fizera no sábado, que não tinha qualquer interesse em uma nova transação, que já tinha os fundos disponíveis para fechar a transação e que estávamos ali para fazer isso." A reunião de Los Angeles terminou abruptamente.

A animosidade entre as duas empresas então se cristalizou. A Paper Excellence fez seis propostas para fechar o negócio antes do prazo final, todas rejeitadas pela J&F, e depositou 11,6 bilhões de reais em um banco no Brasil para demonstrar que tinha o dinheiro para concluir a transação. Até hoje, os indonésios repetem sua visão de que os irmãos Batista se arrependeram da venda da Eldorado, dada a valorização da empresa, e então começaram a inventar sucessivas exigências para inviabilizar o desfecho do negócio. Os Batista, por seu turno, garantem que cooperaram no que foi possível e tudo se resume ao fato de que a Paper descumpriu o prazo do contrato.

A disputa confronta dois conglomerados habituados a navegar em águas turvas. A J&F já passara por toda sorte de investigações e escândalos, de tal modo que a JBS se tornara uma espécie de sinônimo de corrupção e suborno. Seu acordo de leniência pelas práticas ilegais ultrapassou 10 bilhões de reais. Sete executivos da J&F fizeram acordos de colaboração premiada e assumiram multas que somavam 225 milhões de reais. Joesley foi preso duas vezes. Wesley, seu irmão, passou cinco meses na cadeia sob acusação de traficar informação privilegiada.

De outro lado, o grupo Sinar Mas, ao qual pertence a Paper Excellence, é um grupo poderoso, acostumado a contornar dificuldades na Indonésia e com um histórico de destruidor do meio ambiente mundo afora. Em razão das más práticas florestais, a Asia Pulp & Paper (APP), uma de suas subsidiárias, perdeu o certificado emitido pelo Forest Stewardship Council (FSC), com sede na Alemanha, que atesta o manejo florestal responsável. A própria Paper Excellence vem sofrendo queixas no Canadá, onde hoje é líder em papel e celulose. Ativistas reivindicam que a Paper, em decorrência de seus laços com a APP, também seja subtraída do certificado. No Parlamento canadense, os membros da comissão que trata de recursos naturais tentam, há meses, marcar uma audiência com Jackson Wijaya. O empresário, filho do dono da APP, alega que as empresas são separadas e independentes. (A Paper afirma que "é uma das maiores detentoras de certificados FSC no mundo, com 100% das florestas certificadas".)

Wijaya é do tipo que gosta de anunciar investimentos bilionários para ganhar influência. Em 2019, durante o primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro, ele posou para uma fotografia ao lado do então vice-presidente Hamilton Mourão, que estava em visita à Ásia. Na foto, ambos aparecem segurando um enorme cheque de papelão onde se lê "27 bilhões de reais", a serem destinados à "Eldorado Celulose". Pouco depois, o deputado Eduardo Bolsonaro visitou Jacarta e fez a mesma foto. Desta vez, o cheque anunciava "31 bilhões de reais" em "investimentos diretos no Brasil" – desde que o caso Eldorado fosse resolvido. Era uma forma pouco sutil de ganhar o apoio do governo. (Outro presidente cortejado pela Paper foi Michel Temer, que, em sua nova fase como advogado, tornou-se consultor da empresa de Wijaya no litígio com a J&F.)

Com o negócio da Eldorado em suspenso, a Paper fez o que previa o contrato no caso de eventuais divergências: recorreu a uma câmara de arbitragem.

Criado no Brasil em 1996, o instituto da arbitragem é um meio de resolver litígios privados fora da Justiça. É uma forma mais discreta, porque quase sempre sigilosa, e mais rápida, já que não passa por múltiplas instâncias. Em geral, quando as partes em conflito concordam em recorrer à arbitragem, cada uma escolhe um árbitro de sua preferência, e esses dois árbitros escolhem um terceiro nome para exercer a função de presidente do tribunal arbitral. As partes podem impugnar os nomes indicados de um e outro, mas, uma vez aceitos, o processo segue em frente – e, para arrematar, todos concordam que a decisão do tribunal arbitral será definitiva. Ou seja: é para cumprir, sem recorrer à Justiça.

Quando negociaram a Eldorado em 2017, a J&F e a Paper Excellence definiram que qualquer disputa eventual seria resolvida por meio de arbitragem e escolheram que o tribunal arbitral seria a filial brasileira da Câmara de Comércio Internacional (CCI), uma das maiores do mundo, com sede em Paris. Com o litígio estabelecido, a Paper indicou como árbitro o procurador estadual e professor Anderson Schreiber, da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). A J&F designou José Emilio Nunes Pinto, um dos autores da lei brasileira de arbitragem. Os dois escolheram o espanhol Juan Fernández-Armesto, um dos maiores arbitralistas da Europa, para presidir o tribunal. As partes aceitaram os três nomes, e deu-se o início das oitivas, audiências e exame de provas.

No dia 3 de fevereiro de 2021, saiu a sentença: 3 a 0 para os indonésios. Até o árbitro indicado pela J&F votou a favor da Paper Excellence. Os três consideram que os irmãos Batista "obstaram maliciosamente" a concretização do negócio. A arbitragem ordenou que eles cooperassem com os estrangeiros e adotassem "todas as providências necessárias" para fechar a transação. A decisão unânime esmagou as pretensões dos irmãos Batista, mas a derrota poderia ser ainda maior, já que a arbitragem agora entraria na etapa de apurar os danos que a Paper Excellence afirmava ter sofrido diante dos entraves criados pela J&F.

Com receio de uma derrota dupla, os Batista tentaram um acordo. Wesley, o irmão mais ponderado da dupla, pediu uma conversa com Cláudio Cotrim. Numa videoconferência no dia 26 de fevereiro de 2021, com a presença dos respectivos advogados, Wesley declarou: "A gente quer passar a régua." Explicou que a J&F aceitava concluir o negócio nos termos da sentença da arbitragem, não tentaria anular a decisão e encerraria todas as disputas. Os irmãos Batista, pela primeira vez, estavam oferecendo uma bandeira branca.

A oferta vinha acompanhada de duas condições bastante razoáveis. Os indonésios teriam que desistir de buscar indenização por danos no tribunal arbitral e aceitar uma fórmula de cálculo do preço final da Eldorado, elaborada pela J&F, pela qual abririam mão de algumas centenas de milhões de reais – nada que fizesse tanta diferença no universo dos negócios bilionários. Cotrim ouviu a proposta e se comprometeu a levá-la ao acionista. Mas nunca trouxe a resposta. "Se ganhamos a arbitragem, por que vamos abrir mão?", disse-lhe Jackson Wijaya, quando foi apresentado à proposta dos Batista. De acordo com uma fonte familiarizada com a Paper Excellence que pediu para não ser identificada, Wijaya queria dar uma lição nos irmãos Batista. Tudo poderia ter terminado ali, mas, movido por orgulho ou vingança, o indonésio prolongou o litígio.

Depois de três semanas de silêncio do outro lado, a J&F entrou na Justiça, em São Paulo. Como as partes haviam concordado em não contestar judicialmente o conteúdo da sentença arbitral, a J&F começou sua empreitada para anular a arbitragem como um todo. O caso ficou na 2ª Vara Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem, em São Paulo. Muito além das alegações de que a Paper não fizera o pagamento dentro do prazo, os Batista aproveitaram o processo para desovar todo um arsenal criminal que vinham montando à sorrelfa, reunindo dados em inquéritos que, havia quase dois anos, estavam sendo abertos, um depois do outro, em São Paulo, Rio de Janeiro e Diadema, na Região Metropolitana de São Paulo.

A essa altura, a J&F estava voltando a respirar. A pior parte do calvário provocado pelas investigações de corrupção, prisões e delações parecia ter ficado para trás. A empresa fizera alguns negócios importantes no seu projeto de descapita-

lização – vendera suas ações da Vigor Alimentos, empresa centenária do setor de laticínios, e da Alpargatas, gigante do setor de calçados, famosa pelas Havaianas* – e finalmente estava entrando num horizonte de estabilidade. Tudo contribuía para que os Batista pudessem voltar a exibir seu poder de fogo. E assim foi.

No dia 27 de maio de 2019, ainda nos primórdios do conflito entre os bilionários, o diretor jurídico da J&F, Francisco de Assis e Silva, disse que conversava com o advogado Ricardo Gardini, quando recebeu um telefonema em seu escritório. Naquela altura, Assis e Silva já provara sua lealdade aos irmãos Batista. Fizera um acordo de colaboração premiada no âmbito da Lava Jato, concordara em pagar 1,5 milhão de reais e continuava no cargo. Era fiel, mas também era ousado, uma característica admirada pelos irmãos. Ao atender o telefone, Assis e Silva diz que ouviu uma voz disparar: ou ele e os irmãos Batista entregavam o controle da Eldorado para a Paper Excellence ou seriam assassinados.

Assis e Silva afirma que não reconheceu a voz, mas desligou o telefone convencido de que era alguém ligado ao grupo de Wijaya. No mesmo dia, pediu abertura de um inquérito no Departamento Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP), da Polícia Civil de São Paulo, por ameaça, extorsão e coação. Sua defesa, feita pelo escritório de Frederick Wassef, então advogado do presidente Jair Bolsonaro, fez um relato forte à polícia. Disse que o advogado recebera "gravíssimas ameaças de morte" e a voz anônima lhe avisara que era amiga do "chinês". Disse que, além da ligação, o advogado vinha recebendo mensagens intimidadoras por WhatsApp e estava convicto de "tratar-se de uma quadrilha". A quadrilha, ainda segundo a defesa, vinha extorquindo o advogado e outros executivos da J&F, com o objetivo de gerar uma "bilionária vantagem financeira indevida" à Paper Excellence.

O inquérito avançava a passos lentos até que, em março de 2020, um delegado da Polícia Civil, Ronaldo Sayeg, avocou o caso para si, alegando "razões de interesse público, próprias da investigação ainda em andamento". Daí em diante, o caso andou com celeridade e só trouxe boas notícias para a J&F. Pouco depois de assumir, o delegado ganhou uma ajuda providencial do advogado Leandro Daiello, o mais longevo diretor da Polícia Federal na era democrática. Aposentado da PF, Daiello trabalhava – e ainda trabalha – no escritório Warde Advogados, de Walfrido Warde, e fora contratado pela J&F para fazer uma investigação paralela sobre o caso.

Daiello fez o que pôde. Chegou a buscar uma testemunha no Espírito Santo para depor na Polícia Civil paulista, com direito a jatinho fretado pela J&F, ida e volta. Solícito, o delegado Sayeg se dispôs a ouvir a testemunha, Bernardino Coelho da Silva, em pleno feriado. Quando encerrou seu trabalho paralelo de investigação, Daiello entregou um alentado relatório sobre o caso nas mãos de Sayeg. Cinco dias depois, o delegado apresentou à Justiça um documento de 45 páginas pedindo prisão temporária de dez pessoas – entre elas, Jackson Wijaya, Cláudio Cotrim e Guilherme Cunha Costa, então diretor de Relações Institucionais da Paper Excellence. Segundo o delegado, eram todos suspeitos de integrar uma "organização criminosa". (Num desdobramento curioso, Guilherme Cunha Costa, anos depois de ser acusado de criminoso pela J&F, deixou a Paper e foi trabalhar na J&F. Procurado pela **piauí**, Costa não quis se manifestar alegando que está distante do caso há muito tempo.)

Na época em que formulou o pedido de prisão, o delegado Sayeg já tinha escolhido o nome para a ação policial que prenderia o pessoal da Paper – Operação Pemerasan, que significa "extorsão", no idioma indonésio. Tudo parecia caminhar na direção que a J&F desejava. Mas a Operação Pemerasan nunca aconteceu. A juíza Marcia Mayumi Okoda Oshiro, da 2ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores de São Paulo, concluiu que não havia "fundadas razões" para decretar as prisões. Menos de um mês depois, a J&F enviou ao delegado Sayeg mais dois "relatórios forenses complementares", ambos assinados por Daiello. Quatro dias após receber o novo material da J&F, Sayeg apresentou outro pedido de prisão à Justiça. A juíza voltou a negar, mas, desta vez, acatou o pedido para prender uma das dez pessoas da lista do delegado.

Encerradas as investigações, o delegado Sayeg concluiu que houve crime, mas não identificou os criminosos. Os promotores Renan Rodrigues e Pedro Alonso apontaram inconsistências e puseram em dúvida a própria existência da ameaça: "A suposta ligação extorsionária recebida por Francisco de Assis e Silva apresenta várias inconsistências, que minam a sua credibilidade." E lembraram que a "representação criminal megalômana" de Assis e Silva se dava num "contexto de disputa bilionária", situação que deveria servir de alerta às autoridades para que não fossem "manipuladas" pelas "teses e interesses empresariais" da J&F. Apesar do arquivamento do caso, Sayeg pediu – em vão – para enviar uma cópia do inquérito para uma delegacia em Diadema, onde corria, em paralelo, a investigação mais controvertida da trama: a espionagem cibernética.

As denúncias estavam pipocando. Surgiram inquéritos no Rio e em Brasília. Todos eram provocados por gente ligada ao grupo dos Batista, às vezes diretamente, outras vezes indiretamente. Envolviam personagens diferentes, mas havia um norte comum: as denúncias invariavelmente relatavam crimes cometidos por pessoas ligadas à Paper Excellence ou crimes que beneficiavam a empresa. Foi neste contexto que surgiu o inquérito em que o grupo dos Batista acusava os indonésios de espionagem cibernética. O caso foi aberto no 1º Distrito Policial de Diadema e ficou a cargo do delegado Nelson Caneloi Júnior.

A J&F relatou que e-mails corporativos de suas empresas haviam sido interceptados, sugerindo que a Paper Excellence estava fazendo arapongagem corporativa. A perícia constatou que o monitoramento durou quase um ano, acessou 115 endereços eletrônicos e envolveu 70 mil mensagens de e-mail de executivos da J&F, advogados e outras pessoas envolvidas na venda da Eldorado. Ao longo de três anos, o inquérito reuniu muito material. Laudos periciais, análises de sistemas supostamente invadidos e, principalmente, depoimentos – com idas e vindas, afirmações e contradições.

Uma das testemunhas, Filipe Balestra, especialista em segurança cibernética e dono de uma empresa chamada Pride Security, disse que, em meados de setembro de 2019, uma pessoa chamada Rodrigo Lima lhe dera acesso ao domínio para o qual os e-mails espionados do grupo J&F seriam redirecionados. Disse, ainda, que Lima mencionara nas conversas o nome de uma tal de Moema Ferrari. (Antes de depor na polícia, Balestra deu todas essas informações ao diretor jurídico da JBS.) Pouco depois, Rodrigo Lima faleceu, e Balestra retificou a acusação: a conversa não tinha sido com Lima, mas com Danilo Vaz Bernardi, um profissional da área de segurança da informação que já tinha prestado serviços para a sua empresa, a Pride Security.

O inquérito de Diadema chegou a múltiplas conclusões. Concluiu que duas pessoas, Erik Assunção Figueiredo e Matheus Campos Viana, invadiram o sistema da CTI Net, a empresa que a JBS contratou para hospedar seus e-mails. Concluiu que o especialista em informática Leonardo de Sena, que usava o pseudônimo Slayer, programou a interceptação dos e-mails a pedido de Danilo Vaz Bernardi. Concluiu que Vaz Bernardi criou as contas para onde os e-mails eram redirecionados e forneceu as senhas para Moema Ferrari, que, por sua vez, foi contratada para a empreitada delitiva por executivos da Paper Excellence, de quem recebeu 4,2 milhões de reais ao longo de dois anos.

O delegado Caneloi Júnior concluiu tudo isso, indiciou todos eles, incluindo Cláudio Cotrim, o principal executivo da Paper que, segundo o delegado, era um dos "destinatários finais das informações subtraídas das vítimas (JBS, J&F, Eldorado e dezenas de pessoas físicas)". O delegado também indiciou Josmar Verillo, um empresário e ativista em organizações de

Exposição Temporária | "Essa nossa canção"

Patrocínio Máster · Patrocínio · Apoio

Museu da Língua Portuguesa

Gestão · Parceria de Mídia · Concepção e Implantação · Realização

* O fundador da **piauí**, João Moreira Salles, tem participação na Cambuhy Alpa Holding, uma das compradoras do controle acionário da Alpargatas.

combate à corrupção, que foi contratado como consultor pela Paper Excellence no início da disputa com a J&F. O delegado justificou o indiciamento dizendo que Verillo obtivera uma cópia de um aditivo do acordo de leniência assinado pela J&F no âmbito das investigações de corrupção, coisa que só seria possível por meio de um hackeamento. (Em depoimento, Verillo disse que recebeu o documento de um jornalista em Brasília. À **piauí**, disse que tinha orientação de seu advogado para não falar do assunto.)

Com os indiciamentos, o jogo parecia resolvido em favor da J&F, mas as conclusões do delegado não deram em nada. O Ministério Público apontou uma série de problemas na investigação, como a falta de consistência nos depoimentos e ausência de corroboração das acusações. A promotora Andrea Maria Rollo destacou a existência de uma irregularidade de origem: funcionários da J&F estiveram presentes em operações de busca e apreensão em locais que nem pertenciam à J&F e orientaram os policiais sobre a coleta e a preservação de dados. Rollo entendeu que isso maculou o que os especialistas chamam de "cadeia de custódia" – ou seja, o conjunto de ações que garantem a integridade das provas colhidas na investigação. Em outras palavras: prova sob suspeita de manipulação não vale.

O relatório final do Ministério Público foi afirmativo: "O fato é que as investigações levadas a cabo pela autoridade policial não foram capazes de evidenciar todas as circunstâncias dos fatos, ou mesmo caracterizar e comprovar a efetiva ocorrência dos reclamados desvios de e-mails ou a obtenção de comunicação privada pretérita e/ou em tempo real, ou mesmo quem teria participado ou providenciado tal prática." No dia 31 de outubro de 2022, o Ministério Público pediu o arquivamento do caso de espionagem. No dia 6 de novembro, a juíza Maria da Conceição Pinto Vendeiro homologou o pedido.

Exatamente no mesmo dia em que o Ministério Público pediu o arquivamento do caso de espionagem em Diadema, o advogado Cristiano Zanin Martins, que se tornou conhecido como defensor de Lula, fazia outro movimento em Brasília: entrou com uma ação sigilosa no STF – o mesmo tribunal do qual, mais tarde, se tornaria ministro.

Ao longo de 282 páginas, Zanin, ao lado de outros advogados, pedia a anulação da arbitragem do caso Eldorado porque a espionagem cibernética contra a J&F que fora investigada em Diadema havia violado as comunicações entre advogado e cliente, que são protegidas por lei. Ou seja: na sua versão, as conversas eletrônicas entre os executivos da J&F e a equipe jurídica, inclusive sobre estratégias de defesa, haviam chegado ao conhecimento da Paper Excellence, numa ilegalidade flagrante. A alegação se mostrou capenga, já que as investigações em Diadema, encerradas três horas antes de Zanin apresentar seu pleito no STF, não haviam sequer comprovado a existência da espionagem. Mas Zanin fazia seu trabalho como advogado de defesa da J&F. Se o STF engolisse a história, tanto melhor para seu cliente.

No curso da ação, Zanin fez um movimento ousado para fortalecer sua tese e obteve excelente resultado: pediu – e levou – o apoio da OAB. Zanin convidou o presidente da entidade, Beto Simonetti, para analisar suas alegações. Cumprindo o dever de quem representa os advogados e defende suas prerrogativas, Simonetti se dispôs a examinar o assunto. E, para alegria de Zanin, concluiu que o caso abordava a "preservação e observância da garantia do sigilo profissional entre cliente e advogado". O presidente da OAB então decidiu entrar com pedido de admissão como *amicus curiae* – ou amigo da corte, posição que permite se manifestar ao longo do processo.

A entrada da entidade no caso incomodou os advogados do lado adversário, que não chegaram a ser ouvidos. Afinal de contas, a investigação policial em Diadema não conseguira nem mesmo comprovar a existência do hackeamento e fora arquivada três semanas antes da decisão da OAB. Ainda mais complicado era o fato de que, no curso da investigação, houve falhas na tal "cadeia de custódia", comprometendo a lisura do processo, um tema sempre caro aos advogados. De onde vinha então a convicção da OAB de que deveria apoiar um caso de violação do sigilo entre advogado e cliente numa situação tão controvertida, quando nem mesmo a espionagem fora comprovada? Consultado pela **piauí**, Simonetti mandou dizer, por meio da assessoria de imprensa, que "a defesa das prerrogativas é a prioridade da OAB, que atua em favor de todas as advogadas e advogados que formalizam a solicitação de ajuda, não importa quem sejam seus clientes ou os casos em que atuam".

Sorteado para analisar o caso, o ministro Luís Roberto Barroso, do STF, rejeitou a ação. Os irmãos Batista haviam perdido mais uma batalha, mas não a guerra.

No dia 26 de maio de 2022, por volta das sete da noite, um operador do Disque Denúncia da Polícia Civil do Rio de Janeiro atendeu a um telefonema. Do outro lado da linha, uma voz anônima afirmou que Anderson Schreiber, professor de direito da Uerj que fora escolhido pela Paper como árbitro no caso da Eldorado, costumava receber propina. Como? Vendendo sentenças em tribunais de arbitragem. Sozinho? Não, em sociedade com procuradores do estado do Rio. O que o professor fazia com o dinheiro? Entre outras coisas, comprara um apartamento à beira-mar, em Ipanema. Por quanto? Por 12 milhões de reais.

No dia 7 de junho, menos de duas semanas depois da denúncia anônima, a J&F fez uma representação ao Ministério Público pedindo a abertura de uma investigação em São Paulo. Por coincidência, acusava Schreiber de ter um apartamento caríssimo de frente para o mar de Ipanema, de atuar em parceria com outros advogados para obter vantagens ilícitas em arbitragens coletivas iniciadas por associações de fachada e, por fim, de ser diretamente subordinado à Paper Excellence. Os dois casos – no Rio e em São Paulo – foram para o arquivo. Em São Paulo, diante da falta de indícios ou provas, os promotores escreveram que não haviam conseguido nem mesmo "identificar qual seria a hipótese a ser investigada". No Rio, o promotor do caso concluiu que "os fatos noticiados são absolutamente falsos", dado que o imóvel "nunca pertenceu ao advogado".

Na ação que entrara na 2ª Vara Empresarial e de Conflitos de Arbitragem para anular a sentença da arbitragem, a J&F já apontara sua mira contra Anderson Schreiber, o que resultou em sua renúncia ao tribunal arbitral para preservar a integridade do processo. Os advogados dos Batista disseram que Schreiber compartilhara uma sala comercial e um telefone fixo com o escritório Stocche Forbes, de Guilherme Forbes, o advogado que comparecera às reuniões em Los Angeles como defensor da Paper. A ação da J&F também dizia que os dois escritórios haviam trabalhado juntos em algumas ações. Eram, portanto, vizinhos e parceiros. Como Schreiber não havia informado nada disso previamente, a J&F alegava que seu silêncio era a prova de sua parcialidade no tribunal de arbitragem.

Pelas normais legais, os árbitros têm o chamado "dever de revelação", que os obriga a revelar quaisquer dados – relação profissional, pessoal, interesse financeiro, o que for – que possam gerar dúvidas razoáveis sobre sua imparcialidade ou independência. Ao ser nomeado, Schreiber revelou que atuava como árbitro em outra arbitragem envolvendo a J&F, mas nada disse sobre o Stocche Forbes.

A J&F disse que não contestara a indicação de Schreiber antes porque não tinha notícia de seus "vínculos de fortíssima intimidade" com advogados da Paper Excellence. Na época, em defesa de Schreiber, integrantes do Stocche Forbes enviaram cartas dizendo que nunca haviam atuado juntos em qualquer caso. (Os dois escritórios atuaram juntos em dois processos, mas Schreiber não participou de nenhum deles.) O advogado Guilherme Forbes afirmou que nem sequer conhecia Schreiber pessoalmente. Além disso, o contrato de vizinhança dos escritórios se encerrara quase três anos antes do início da arbitragem do caso J&F e Paper.

Os outros dois árbitros, José Emilio Nunes Pinto e Juan Fernández-Armesto, também defenderam Schreiber. Em carta, escreveram: "Gostaríamos de observar que, em todo o momento ao longo desta arbitragem, incluindo durante as deliberações do Tribunal Arbitral, a conduta do prof. Anderson Schreiber, no que toca à sua imparcialidade e independência, foi irrepreensível." Também lembraram que a decisão arbitral fora unânime.

Na sua carta de renúncia ao tribunal arbitral, Schreiber disse que não tinha relação profissional ou pessoal com os integrantes do Stocche Forbes e defendeu que cumprira o dever de revelação nos termos tanto da lei brasileira como das diretrizes da International Bar Association (IBA), uma espécie de OAB global, com sede em Londres. As regras de sus-

peição e impedimento da IBA – seguidas por algumas câmaras de arbitragem no Brasil – são até mais rigorosas do que as aplicadas aos juízes pelo Código de Processo Civil. (Procurado pela **piauí**, Schreiber disse que não falaria em razão do dever de confidencialidade dos árbitros.)

Ávida por melar a sentença arbitral, a J&F optou por um movimento mais ousado: questionou a integridade do árbitro que ela própria indicara. José Emilio Nunes Pinto, 75 anos, considerado o papa da arbitragem no Brasil, irritou-se com a acusação e pulou fora. Escreveu numa carta: "Diante de uma informação sobre procedimentos judiciais obtida por internet, J&F e Eldorado apressaram-se em afirmar que eu não gozaria mais de sua confiança, estando afetadas a minha independência e imparcialidade para ser árbitro. Não há espaço para que se discuta (e nem desejo) se a declaração de perda de confiança teria ou não fundamento. Neste caso, essa é uma questão de foro íntimo de quem alega."

Nessa altura, a J&F tinha esperança de anular a sentença de arbitragem na 2ª Vara Empresarial e de Conflitos de Arbitragem. Apoiava-se no caso Schreiber e no caso da espionagem cibernética (que ainda era investigado em Diadema e só seria arquivado dali a três meses). No dia 29 de julho de 2022, no entanto, as esperanças dos irmãos Batista ruíram. Em uma sentença longa e densa, a juíza Renata Mota Maciel afirmou que não havia provas de que a Paper Excellence promovera a ação de espionagem cibernética. Também decidiu que Schreiber não quebrara o dever de revelação. As informações que ele deixou de antecipar – o compartilhamento dos escritórios e despesas administrativas – não eram suficientemente relevantes para invalidar a sentença arbitral. Por fim, a juíza censurou a J&F por entender que a empresa guardou na manga suas queixas sobre Schreiber e a espionagem, deixando para apresentá-las apenas em caso de derrota no tribunal arbitral como forma de obter uma anulação – tática malvista que o meio jurídico chama de "nulidade de algibeira".

Os irmãos Batista recorreram ao Tribunal de Justiça, em São Paulo, para anular a sentença da juíza Renata Maciel. O caso deve ser analisado por três desembargadores.

Faltavam três meses para a eleição presidencial. O país estava mesmerizado pela disputa e o risco de um golpe de Estado, mas o deputado Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, ocupou-se de avalizar uma negociação que envolveu líderes de seis partidos. A articulação foi costurada pelo maranhense André Fufuca, do mesmo partido de Lira e atual ministro do Esporte, e resultou na apresentação de um pedido de urgência para aprovação de um novo projeto de lei sobre um assunto ao qual pouca gente estava prestando atenção: a arbitragem. O projeto fazia uma revolução nas regras.

A autora do projeto era a deputada piauiense Margarete Coelho, também do PP e integrante do grupo da estrita confiança de Arthur Lira, que já a escalara para missões sensíveis. Indicara a deputada para a relatoria de dois projetos relevantes – um que protegia os parlamentares de condenação por certos crimes, apelidado de PEC da Impunidade, e outro que reformava o Código Eleitoral. As duas propostas naufragaram, mas evidenciaram que, quando o assunto é quente, Lira recorria à deputada, que é formada em direito e considerada habilidosa. No projeto, Coelho defendia a necessidade de "aperfeiçoamento da exitosa experiência arbitral" no Brasil. Seu conteúdo, porém, colocava o mundo da arbitragem de cabeça para baixo.

O projeto entrou na pauta ainda antes da decisão da juíza Renata Mota Maciel, de São Paulo, que rejeitou anular a arbitragem a pedido dos irmãos Batista. E entrou a jato, sem passar por uma audiência pública. Se fosse aprovado, transformaria a sentença da juíza em pó. A proposta definia que um árbitro não podia atuar em mais de dez arbitragens – o que ninguém entendeu, dado que um juiz de direito, por exemplo, julga em média 4,5 mil casos por ano – e impedia que os mesmos árbitros atuassem em painéis arbitrais concomitantes. A razão dessa restrição também não era clara, mas o ponto central do projeto era outro: ampliava – e ampliava muito – o dever de revelação.

Na lei atual, feita em conformidade com o modelo da Comissão da ONU para o Direito Comercial Internacional, os árbitros têm a obrigação de revelar fatos que possam gerar "dúvidas justificadas" sobre sua imparcialidade ou independência. No projeto de Coelho, a expressão mudava para "dúvidas mínimas". Por exemplo: o árbitro Anderson Schreiber, ao ser nomeado para o caso da disputa da Eldorado, não informou que, três anos antes, fora vizinho de outro escritório de advocacia. A informação soa irrelevante, mas, quando se amplia a "dúvida" para o campo do "mínimo", as coisas mudam de figura.

A comunidade da arbitragem, alertada para a existência do projeto, foi à luta para tentar barrá-lo. O Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAr), associação que reúne o maior número de árbitros, advogados e estudiosos do assunto, deu telefonemas, fez reuniões e visitas a Brasília e apresentou notas técnicas. Tentou mostrar que o limite de dez causas por árbitro forçaria uma abertura artificial do mercado, na contramão do que se faz no mundo. E que a adoção de "dúvidas mínimas" não aperfeiçoava nada. Ao contrário, apenas abria a porta para contestações infinitas da parte derrotada num tribunal de arbitragem.

Além do CBAr, outras entidades do setor se manifestaram contra as mudanças do projeto de lei. A Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Ciesp-Fiesp divulgou nota assinada por seu presidente, Sydney Sanches, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, refutando as alterações. Os arbitralistas estranharam que a deputada Margarete Coelho, apesar de advogada, não tivesse nenhuma experiência ou envolvimento com o tema da arbitragem. Tentaram marcar uma audiência para expor seus pontos de vista, mas a deputada não recebeu ninguém.

Com o assunto ganhando tração no setor e gerando muita oposição, tornou-se imprudente colocar o projeto em votação às carreiras. Deu-se então o recuo. Em novembro de 2022, o deputado Arthur Lira participou do seminário Como Aperfeiçoar a Arbitragem no Brasil, realizado pelo site *Poder360* com apoio da OAB. No evento, Lira anunciou que o projeto estava adiado por tempo indeterminado. "Não haverá açodamento, tumulto", disse. (A **piauí** procurou o deputado para perguntar por que havia acelerado a tramitação do projeto, mas o parlamentar não quis dar entrevista.) Margarete Coelho, que não se reelegeu deputada, disse à revista que a ideia do projeto nasceu de "debates sobretudo na advocacia", negou que tenha havido "aceleração atípica" e afirmou que sempre esteve aberta ao diálogo: "É preciso reconhecer que há diferenças fundamentais entre dialogar para construir e dialogar com a intenção de obstruir. Minha recusa foi sempre em relação a este último."

O projeto de lei adormeceu, a eleição presidencial passou, Lula venceu, o novo governo tomou posse, os bolsonaristas promoveram a intentona golpista, os presidentes da Câmara e do Senado foram reeleitos para um novo mandato – e, em março de 2023, o Supremo Tribunal Federal ainda se recuperava da depredação golpista quando recebeu uma ação com um linguajar agressivo: o União Brasil pedia a suspensão imediata de todos os processos de arbitragem no país. Todos, não. Apenas aqueles em que havia algum tipo de contestação sobre a questão do dever de revelação. Como no caso da Eldorado.

O União Brasil de Antônio Rueda anda de braços dados com o PP de Arthur Lira. Já pensaram em se fundir, abrigando os 59 deputados do União e os 50 do PP num único partido, para ter a maior bancada da Câmara, com 109 parlamentares. "Na raiz dos partidos, a cepa é a mesma", já disse Lira. A fusão não aconteceu, mas as duas siglas continuam fazendo tabela. Um dos signatários da ação proposta pelo União Brasil, por exemplo, é o advogado Celso de Barros Correia Neto, diretor-geral da Câmara desde que Lira ascendeu à presidência da Casa.

Na ação, o União Brasil faz uma avaliação devastadora dos árbitros. Diz que formam um *country club*, onde cevam "relacionamento promíscuo". São antié-

ticos (sempre dispostos a decidir segundo os interesses de quem lhes indica) e gananciosos (sempre atrás de "mais arbitragens" para receber "cifras cada vez mais milionárias"), além de omitir dados importantes de suas biografias. Por tudo isso, o União Brasil pede que o STF discipline o dever de revelação de modo a afastar "interpretações inconstitucionais" dos juízes de direito.

Entre exemplos de "interpretações inconstitucionais", a ação cita a sentença da juíza Renata Mota Maciel, que rejeitou o pedido da J&F para anular a sentença arbitral da venda da Eldorado. E vai ao ponto central: pede que o STF defina em que momento a independência de um árbitro pode ser questionada – se no início, no meio ou mesmo depois de encerrado o processo arbitral, recorrendo, neste caso, à Justiça comum. O União Brasil defende a última hipótese, pois "a falha no dever de revelação é matéria que ofende a ordem pública". Seus advogados também mostraram um quadro bastante negativo do setor. "A arbitragem está doente no Brasil", escreveram. "A comunidade empresarial brasileira tem estado bastante cética no tocante à condução dos procedimentos arbitrais, especialmente pela falta de parâmetros concretos sobre o dever de revelação."

É um retrato parcial. A pesquisa *Arbitragem em números*, de Selma Lemes, pesquisadora do assunto, mostra um leve crescimento do setor. Em 2021, havia 1 047 processos em curso no país. No ano seguinte, 1 116. Num sinal de que o instituto ganha prestígio, até entidades da administração pública têm recorrido mais à arbitragem: 27 casos em 2021, e 36 no ano seguinte. Outra pesquisa, desta vez realizada pelo CBAr, entidade que representa o setor, mostra que, de todas as sentenças arbitrais, o Judiciário tem anulado apenas 1,5% delas. "Isso significa que só um pequeno percentual dos laudos tem algum vício. Então, o sistema arbitral e o mecanismo de controle previsto na lei estão em funcionamento como esperado", avalia André Abbud, presidente do CBAr.

Antônio Rueda, do União Brasil, disse à **piauí** que seu partido propôs a ação ao perceber que alguns ministros e juristas já vinham debatendo o tema. "Hoje, nas grandes discussões de arbitragem, você tem que saber se o árbitro tem ou não o dever de revelação e a boa-fé. Se você pegar o ministro Dias Toffoli, alguns ministros do STF, eles já vêm discutindo esse tema. E o partido se adiantou e trouxe a discussão. Já trouxemos diversos temas para o STF e esse foi mais um." Rueda afirmou que nunca debateu a petição do União Brasil com representantes da J&F e negou que o caso da Eldorado tenha sido o motivo da petição. (A **piauí** perguntou se algum executivo da J&F debateu o projeto com algum parlamentar, mas a holding não respondeu.)

O STF não marcou data do julgamento.

No final de junho passado, aconteceu a décima primeira edição do Fórum Jurídico de Lisboa, o evento organizado anualmente pelo ministro Gilmar Mendes, decano do STF, que costuma reunir alguns dos mais altos integrantes do poder político, jurídico, acadêmico e financeiro. A afluência de autoridades é tal que o evento ganhou o jocoso apelido de Gilmarpalooza. Na edição de junho, houve um debate sobre meios alternativos de resolução de conflitos – a arbitragem era um deles. "Com a ausência do dever de revelação, não há outra hipótese que não anular a arbitragem", defendeu Marcus Vinicius Furtado Coêlho, que, aos 41 anos, foi o mais jovem advogado a assumir o comando da OAB no Brasil, no biênio 2013-2015.

Influente e bem relacionado, Furtado Coêlho trabalha para a J&F pelo menos desde o início de 2021, quando foi contratado para atuar na ação anulatória do caso da Eldorado no Tribunal de Justiça de São Paulo. (Coube a ele atrair o ex-ministro Ricardo Lewandowski para a cruzada da J&F contra a arbitragem. Apenas dois dias depois de sua aposentadoria no STF, Lewandowski já era anunciado como novo parecerista e consultor da J&F no caso Eldorado. O ex-ministro acabou deixando a função para assumir o Ministério da Justiça no lugar de Flávio Dino.)

Quatro meses depois do Gilmarpalooza, em outubro, o Grupo Esfera organizou seu 1º Fórum Internacional, no Pavillon Vendôme, em Paris. Entre debates sobre transição energética e segurança para o capital estrangeiro, Furtado Coêlho resolveu falar do dever de revelação na arbitragem, tema que nem constava dos assuntos em discussão. "Os árbitros nas arbitragens brasileiras não têm controle ético algum", disse, numa mesa-redonda com o tema "Reformas em pauta". Ao concluir, conclamou: "Temos aqui empresas relevantes neste evento. Eu saúdo aqui a Cedro, a JBS, a EMS e tantos outros, que contribuem com o nosso país, que sabem que são fundamentais as arbitragens, como meio alternativo de resolução de conflitos, mas para que a gente possa salvar a arbitragem, fortalecê-la, é importante esse controle ético."

Os dois eventos – o de Lisboa e o de Paris – contaram com a presença da família Batista. Em Paris, Wesley aproveitou a ocasião para anunciar o que Furtado Coêlho poderia chamar de mais uma "contribuição com o nosso país": um plano para investir mais de 20 bilhões de reais na Eldorado. Duas semanas depois, a própria J&F organizou informalmente – tendo o cuidado de não exibir sua marca – uma outra conferência. Dessa vez, em Brasília. Foi o Primeiro Fórum Internacional de Arbitragem, oficialmente organizado pelo Instituto Brasileiro de Direito Legislativo (IBDL), com transmissão pelo site *Poder360*.

Mais da metade dos participantes estava trabalhando ou já tinha trabalhado para a J&F. Em um dos debates, Furtado Coêlho reafirmou sua posição. "A única certeza que tenho é o cumprimento da lei, no que a lei exige que o Judiciário seja rigoroso na anulação de arbitragens que faltem com o dever de revelação, porque esse é o único controle hoje existente", afirmou. Os discursos pareciam um jogral, dado o consenso sobre os defeitos da arbitragem, a começar pelo organizador oficial, o IBDL, que entrou no STF como *amicus curiae* com o objetivo de apoiar aquela ação proposta pelo União Brasil.

O evento em Brasília terminou como começou: um coro para mudar as regras da arbitragem, sobretudo o dever de revelação. Coube ao presidente do STF, o ministro Luís Roberto Barroso, um entusiasta da arbitragem, uma observação crítica. "É sempre importante ter o cuidado de que interesses contrariados não mudem as regras de instituições que funcionem bem." Um observador – que falou mediante a condição de não ter sua identidade revelada – criticou a unanimidade dos conferencistas e a intenção de mudar a lei com a seguinte afirmação: "Não dá para tocar fogo no açougue só para assar um bife."

Com a sucessão de derrotas – na arbitragem, na Justiça paulista, no STF –, os irmãos Batista estavam perdendo terreno e precisavam descobrir uma forma de avançar sua pauta para barrar a venda da Eldorado. As denúncias de extorsão, ameaça de morte, espionagem, nada disso havia surtido efeito. Até que apareceu uma luz no fim do túnel.

A sede da Eldorado fica em Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul. No município e arredores, a empresa é proprietária de 14,5 mil hectares e arrendatária de 285 mil hectares. E, pela legislação nacional, estrangeiros não podem sair comprando (ou arrendando) vastas extensões de terra no Brasil, a menos que tenham autorização expressa do Congresso ou do Incra, a autarquia federal que cuida das terras rurais. Com base nisso, a J&F esboçou a sua nova frente de batalha, amparada no seguinte raciocínio: como pertence a um grupo da Indonésia, a Paper Excellence deveria ter pedido autorização para comprar a Eldorado – levando seus milhares de hectares – e, como não o fez, o negócio teria então que ser desfeito.

Desde 2015, tramita no STF uma ação que discute se as restrições à compra de terras por estrangeiros, estabelecidas por uma lei de 1971, estão (ou não) em conformidade com a Constituição de 1988. Na disputa com a Paper Excellence, a J&F passou a apoiar a lei de 1971 e defender a tese de que a venda da Eldorado precisa ser anulada em razão da ausência da autorização do Congresso ou do Incra. A Paper, por sua vez, alega que o negócio não deve ser desfeito, pois se trata da compra de uma indústria, e não de terras, das quais pretende se desfazer assim que assumir o controle da Eldorado.

Em março de 2023, a J&F ganhou um aliado nessa nova batalha. A OAB – de novo a OAB – decidiu pedir ao STF para participar na condição de *amicus curiae* sobre a discussão da lei de 1971. Quando a OAB entrou, o julgamento do mérito fora suspenso porque estava sendo transferido do plenário virtual para o plenário físico. Mesmo assim, demonstrando senso de urgência, Beto Simonetti, o presidente da OAB, pediu à Corte que concedesse uma liminar suspendendo as transações fundiárias. O escopo do pedido era tão amplo que, se atendido, levaria à imediata suspensão inclusive da venda da Eldorado. No dia 10 de abril, com o julgamento do mérito ainda suspenso, Simonetti apresentou

uma segunda petição ao STF, reforçando a necessidade de concessão da liminar.

A decisão da OAB de entrar no assunto passou pela análise de uma comissão constitucional do seu Conselho Federal, presidida por Marcus Vinicius Furtado Coêlho, um dos cabeças da equipe jurídica da J&F. A ideia avançou com rapidez dentro da entidade. Foi formalmente apresentada no dia 1º de março. Doze dias depois, foi aprovada numa reunião plenária do Conselho Federal em Belo Horizonte. No dia 29 de março, estava sendo entregue ao STF. Na sua manifestação de catorze páginas, a OAB disse que fizera uma ampla busca nos tribunais e descobriu que "grande parte das ações encontradas contrariavam a regulamentação das aquisições de imóvel rural por estrangeiros". Citou quatro ações. Uma delas era a da Eldorado.

A Paper Excellence entendeu que a OAB fora longe demais. Antes, já encampara a ação de Cristiano Zanin sobre sigilo entre advogado e cliente no caso da espionagem, o que favorecia a J&F. Agora, apoiava os irmãos Batista na questão fundiária. Em reação, a Paper entregou ao Supremo um memorial em que chama a entidade de "fantoche" dos Batista, diz que "passou a atuar como alter ego da J&F" e afirma que o objetivo é "criar embaraços para a transferência do controle acionário da Eldorado".

Simonetti se defende. Em nota da assessoria de imprensa, disse que "Marcus Vinicius Furtado Coêlho não atua perante o STF nesse caso em nome da OAB" e afirmou que a entidade "desconsidera em suas ações o eventual impacto em processos de terceiros". Disse, ainda, que "a única preocupação da Ordem é cumprir as tarefas que lhe são atribuídas pela Constituição – neste caso, referentes à soberania nacional, à segurança alimentar e à proteção do meio ambiente e das populações rurais". O relator do caso no STF, ministro André Mendonça, concordou em parte com o pedido da OAB, mas a liminar não foi referendada pelo plenário e perdeu a validade. O julgamento do mérito ainda não aconteceu.

Mas a questão fundiária da lei de 1971, antes adormecida, foi subitamente reavivada e começou a se espalhar pelo interior do país. No dia 18 de maio, Luciano Buligon, ex-prefeito da cidade catarinense de Chapecó, entrou com uma ação popular na Justiça Federal, pedindo a suspensão da venda da Eldorado para a Paper, embora as empresas nem ficassem em Santa Catarina. A fundamentação era rala: ele se baseou numa ata notarial de um advogado que ouvira falar que os indonésios estavam sondando a compra de terras em Santa Catarina. (O ex-prefeito de Chapecó é parceiro político do ex-deputado estadual Gelson Merisio, integrante do Conselho de Administração da JBS.) Nesse contexto, Buligon alegou à Justiça que a venda da Eldorado para uma empresa com capital majoritariamente estrangeiro violava a legislação.

A juíza de Chapecó decidiu que o pedido não deveria sequer ser analisado. Buligon recorreu e ganhou. Em decisão de 3 de julho de 2023, o desembargador Rogério Favreto, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que se tornou nacionalmente conhecido ao atender um pedido para soltar Lula da prisão em 2018, acolheu a alegação de Buligon e travou a venda até que a Paper Excellence apresentasse a autorização do Congresso ou do Incra. Era a primeira vitória da J&F em cinco anos de disputa. (Decorridos seis meses de sua decisão, Favreto ainda não colocou o recurso para julgamento colegiado.)

Em Três Lagoas, sede da Eldorado, a tese da J&F também entrara em teste por meio de uma ação da Fetagri, a entidade que representa os trabalhadores rurais e agricultores familiares de Mato Grosso do Sul, que também questionava a venda. A Fetagri contratou o renomado advogado paulista Modesto Carvalhosa, mas, em dado momento, a entidade desistiu do processo. A J&F então propôs que o Ministério Público Federal assumisse a causa. O procurador da República Alexandre Aparizi, de Três Lagoas, respondeu que o MPF não tinha interesse em fazê-lo, pois entendia que a venda da Eldorado "não versa apenas sobre a transferência de propriedade dos imóveis rurais, mas, *a priori*, do controle acionário". Neste caso, Aparizi opinou que "nada impede que a empresa estrangeira se comprometa a se desfazer de parte dessas terras". Era música para os ouvidos da Paper Excellence.

Em mais uma reviravolta, operou-se então uma dança das cadeiras no MPF em Mato Grosso do Sul. O caso trocou de mãos e ganhou um reforço de Brasília. Em Três Lagoas, o assunto ficou a cargo do procurador Marcelo José da Silva. De Brasília, o procurador-geral Augusto Aras, quatro dias antes de deixar seu posto, designou o procurador Michel François Drizul Havrenne para também atuar no caso. Aras tomou sua decisão em conjunto com a subprocuradora-geral Lindôra Araújo, coordenadora da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão de Terras. Havrenne nunca escondeu que tinha interesse no assunto e defendia a lei de 1971.

"Está tudo errado!", disse ele à **piauí**. "O que eles [*Paper Excellence*] querem? Eles falaram assim: a gente recebe tudo e se compromete a vender as terras em um prazo razoável. Não falam qual prazo, não falam nada. Olha o absurdo, o absurdo! Querem ficar com essa quantidade de terras, que é absurda", reclamou. E prosseguiu em seguida, distribuindo exage-

LANÇAMENTO **SELO SESC**

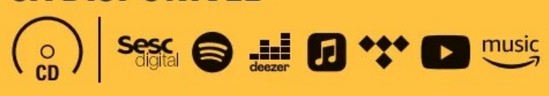
VIVER GONZAGUINHA

OS SAMBAS DO MORRO DE SÃO CARLOS

Sombrinha

PARTICIPAÇÕES DE **Martinho da Vila**
Larissa Luz • Vidal Assis
Zélia Duncan • Criolo
Yvison Pessoa • Elba Ramalho

JÁ DISPONÍVEL



sescsp.org.br/selosesc

ros: "É outro país dentro de Mato Grosso do Sul. Você vai ter que pegar visto para ir para esse outro canto aí. Porque não é mais Mato Grosso do Sul. A gente vai ter aí uma Indonésia! Com 450 mil hectares!" A extensão é de 285 mil hectares, e não 450 mil. A Justiça ainda não decidiu se o MPF pode ou não voltar atrás em sua desistência e reassumir o caso.

Mas o procurador Marcelo da Silva já voltou atrás. No dia 16 de novembro, ele se reunira com representantes da Paper Excellence e se mostrara aberto a um acordo. Disse que, se a empresa se comprometesse a vender as terras e alterar os contratos de arrendamento para parcerias rurais, os obstáculos poderiam ser removidos e a venda da Eldorado poderia ser finalmente concluída. Depois da reunião, porém, Silva conversou com Havrenne e mudou de opinião. "Ele me explicou e eu fiquei convencido de que ele estava correto", disse à **piauí**. "O que eu estava pensando em fazer não ia ter como se tornar efetivo."

Com o MPF se inclinando a favor de sua tese, a J&F ainda contava com um recente e poderoso aliado. No dia 6 de outubro, o ministro Paulo Pimenta, da Secretaria de Comunicação, considerado um porta-voz das posições do governo, tuitou sobre o assunto e defendeu a suspensão do negócio em razão da questão das terras. E completou: "Ninguém pode estar acima da lei da CF [*Constituição*]. Esta situação atenta contra nossa soberania e essa e outras vendas à revelia da lei devem ser anuladas!!"

Sem alarde, o governo federal já trabalhava no caso. Em 1º de março, o Incra recebeu uma denúncia anônima, apresentada por um "cidadão brasileiro que passou a vida lutando pela reforma agrária e quer ver o Brasil andar para a frente". Falava do caso da Eldorado, repetia os argumentos apresentados em Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, e terminava assinando com um brado – "Justiça Sempre!". No dia seguinte, outro anônimo, por meio de um e-mail, tratou de alertar o superintendente regional do Incra em Mato Grosso do Sul a respeito da chegada da denúncia. "Superintendente, ajude com essa denúncia grave no estado. Obrigada", escreveu. Mobilizado para avaliar o assunto, o Incra deu andamento.

Duas semanas depois, o caso já estava em Brasília. A chefe da Divisão de Fiscalização e de Controle de Aquisições por Estrangeiros considerou os fatos "gravíssimos" e escreveu: "O Incra não pode ficar silente." Pediu "máxima urgência, com o intuito de evitar que o negócio, se for comprovado, se concretize". Nos meses seguintes, o Incra concluiu que a J&F e a Paper não haviam pedido aprovação do negócio fundiário aos órgãos competentes. A transação, então, não podia ser feita, a menos que as duas partes se entendessem em torno do assunto. Depois de anos de briga implacável, era óbvio que essa alternativa não existia. O caso ainda será julgado pela Justiça, mas é uma vitória parcial da J&F.

Em conversa com a **piauí**, o ministro Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, contou que esteve com representantes da J&F e da Paper. Saiu com a convicção de que a operação está malparada. "Esse negócio de compra de terras tem um rito. A lei diz que terras no Brasil só podem ser adquiridas por brasileiros. Excepcionalmente, os estrangeiros podem comprar. Mas eles precisam de autorização. Não tendo autorização, eles não podem comprar." Os indonésios, disse o ministro, lhe disseram que vão se desfazer das terras, mas, para tanto, terão antes que comprá-las, o que Paulo Teixeira diz que viola a lei. A Paper Excellence está tentando a hipótese de um ajuste de contrato, que, na visão do ministro, não seria suficiente para resolver o problema. A empresa também insiste que comprou uma fábrica de celulose, e não terras rurais.

Da cidade de Andradina, no interior de São Paulo, um empresário acompanha toda a saga da Eldorado como quem assiste à reprise de um velho filme. Em 2005, Mário Celso Lopes fundou a Floragua, uma empresa de produção de mudas e reflorestamento. Quatro anos depois, a J&F comprou metade da empresa por 300 milhões de reais. A Floragua passou a chamar-se Eldorado – e começou a implementar um plano para tornar-se uma gigante do mercado de papel e celulose. A oportunidade para a ampliação não demorou a aparecer.

Aproveitando a política do PT de criar os "campões nacionais" à base de farto financiamento público, Joesley bateu na porta do BNDES. Em junho de 2010, já tinha a garantia de um empréstimo de 2,7 bilhões de reais para construir uma das maiores e mais modernas fábricas no mundo, em Três Lagoas, marcando o salto da Eldorado. Na véspera do lançamento da pedra fundamental da nova fábrica, Joesley estava no rancho de Lopes. Os dois saíram para uma caminhada. No trajeto, Joesley fez um cálculo societário que mudaria tudo.

"Ó, nós botamos 300 milhões de reais e somos donos da metade", começou ele. "Agora, vai entrar esse financiamento de 2 bi e 700. E aí muda a história porque esse dinheiro só saiu por minha causa. Sendo assim, a participação societária sua, de 50%, vai reduzir para 5%", concluiu, segundo rememorou Lopes em conversa com a **piauí**. "Então não temos mais como ser sócios dentro desse espírito aí", retrucou Lopes. "Pode esquecer."

Diante do desentendimento, Lopes sugeriu vender a Eldorado. Segundo ele, Joesley aceitou a sugestão porque tinha certeza de que não haveria um bom comprador. Só que, pouco depois, Lopes já tinha na mesa uma boa proposta da Suzano, a maior fabricante de celulose de fibra curta do mundo, cuja sede fica em São Paulo. As conversas começaram com 1 bilhão, aumentaram para 1,2 bilhão, mas Joesley criou dificuldades e bloqueou o negócio. Mais tarde, Lopes conversou com o Mondi Group, um gigante da África do Sul, que apresentou uma proposta ainda melhor: pagava 2,5 bilhões aos acionistas e assumia as dívidas da empresa, que batiam em 4,5 bilhões. Segundo Lopes, Joesley mais uma vez sabotou a transação. Ao perceber que nunca conseguiria vender a Eldorado diante da resistência de Joesley, Lopes acabou se desfazendo de sua parte por 300 milhões de dólares ao aceitar uma proposta apresentada por José Batista Sobrinho, o patriarca da família. Perdeu muito dinheiro, saiu contrariado e reserva palavras duras ao seu ex-sócio, a quem chama de "psicopata crônico". "É o perfil dele mesmo, de macerar, macerar, macerar e macerar até virar pó. Ele não honra nada, faz o que acha que é o melhor para ele, entende?"

A **piauí** consultou a direção da J&F e da Paper sobre os diversos pontos mencionados nesta reportagem. As duas empresas enviaram notas extensas, com detalhes de suas versões. A leitura das notas mostra que as posições se mantêm intactas desde que o conflito começou. A Paper Excellence defende a atuação do árbitro Anderson Schreiber, que "nunca foi sócio de nenhum dos advogados da empresa [*da própria Paper*] e nem atuou em causas conjuntas conforme alegações da J&F". Por sua vez, a J&F diz que Schreiber "quebrou o dever de revelação [...] ao omitir que manteve uma sociedade de fato com o escritório de advocacia que assinou sua indicação para julgar o caso".

Em relação à espionagem, a Paper diz que o caso "foi considerado pelo Ministério Público como 'natimorto' e 'megalômano', já que não havia nenhuma prova envolvendo a Paper Excellence" e completa: "Os inquéritos, instrumentalizados por representantes da J&F, foram arquivados pela Justiça de São Paulo [...], uma vez que foram identificadas várias irregularidades ao longo da investigação." A J&F rebate: "Fato é que, segundo laudos periciais e confissões às autoridades policiais, essa arbitragem foi manchada pela espionagem de mais de 70 mil e-mails do grupo J&F, incluindo a íntegra das comunicações trocadas com todos os seus escritórios de advocacia e testemunhas da arbitragem."

Quanto à questão das terras, a J&F diz que ela própria é ré nas ações referentes ao assunto, junto com a Eldorado e a Paper Excellence, e afirma que "a Paper Excellence teve conhecimento de todos os contratos que demonstravam as áreas próprias e arrendadas pela Eldorado antes da assinatura do contrato, que já superavam os 200 mil hectares na época" e, no entanto, "nunca solicitou autorização prévia para a aquisição [...] antes de assinar o contrato de compra da Eldorado". A Paper rebate: "A Eldorado é proprietária de apenas 5% (14 464 hectares) das terras que utiliza em sua operação – um complexo industrial e o viveiro de mudas da empresa, que ficam numa área urbana, no município de Três Lagoas – não havendo, portanto, nenhum conflito com a legislação de venda de terras rurais para estrangeiros."

O único ponto em comum entre as duas notas é a certeza da vitória. Diz uma: "A J&F está confiante de que o sistema jurídico brasileiro não chancelará os vícios e crimes cometidos contra ela ao longo desse litígio." Diz a outra: "A Paper confia que sua posição prevalecerá no Judiciário."

Em dezembro, a J&F avançou várias casas. Conseguiu desarquivar o inquérito contra Anderson Schreiber, alegando o surgimento de "fatos novos" sobre sua atuação em uma arbitragem da Petrobras. O Ministério Público concordou em reavaliar o caso. Na vitória mais expressiva, a J&F conseguiu suspender a multa de 10,3 bilhões de reais, imposta ao grupo no acordo de leniência selado em 2017. O diretor jurídico Francisco de Assis e Silva alegou que a J&F estava pressionada por um conluio formado por "procuradores e a Transparência Internacional". O objetivo do conluio, segundo Assis e Silva, era fechar um acordo de leniência com multa bilionária de modo a "forçar a venda de ativos" por parte da J&F. Diz a ação: "A requerente [*refere-se à J&F*], por estar à mercê dos abusos da Lava Jato, viu-se forçada a realizar diversos negócios jurídicos, patrimoniais, desvantajosos. A título de exemplo, podem-se citar as vendas da Eldorado, da Vigor e da Alpargatas, que, à época, somavam quantia de aproximadamente 24 bilhões de reais."

A Vaza Jato, que trouxe à tona os bastidores obscuros da Operação Lava Jato, mostrou que, de fato, o então juiz Sergio Moro trocava mensagens com os procuradores, sobretudo Deltan Dallagnol, sugerindo providências, orientando ações, cobrando agilidade e fornecendo pistas, numa evidência de que a investigação era uma operação orquestrada. Nesse contexto, não é difícil que delatores tenham falado sob pressão, ou que provas tenham sido obtidas de forma irregular, e interesses políticos – e sabe-se lá o que mais – tenham movido os investigadores. A alegação da J&F, no entanto, tem outra gênese.

Assis e Silva diz que a evidência do conluio de que a J&F foi vítima está em um suposto diálogo entre o procurador Anselmo Lopes e o empresário Josmar Verillo, no qual se discute um plano para forçar a venda da Eldorado. O procurador trabalhava na Operação Greenfield, que investigou fraudes em fundos de pensão e envolveu a JBS. Já o empresário, segundo a denúncia de Assis e Silva, era representante da Transparência Internacional (não era) e contratado pela Paper Excellence (só seria um ano depois). Nunca apareceu indício de que esse diálogo exista. Assis e Silva não menciona que, antes de negociar a Eldorado com a Paper, a J&F estava prestes a vender a empresa para a companhia Arauco, do Chile, que ofereceu 13,2 bilhões de reais. Mas, numa demonstração de que não houve pressão para fazer a venda, a J&F deixou vencer o prazo da proposta chilena porque a Paper apareceu com uma oferta maior.

De todo modo, a essência de alegação de Assis e Silva – de que a J&F foi forçada a vender ativos pelos procuradores do MPF – era engenhosa, mas é desmentida pelo próprio Joesley. A **piauí** teve acesso a um trecho do depoimento que o empresário prestou no caso de arbitragem da Eldorado. Ali, Joesley afirma que a multa bilionária da leniência não foi a razão pela qual o grupo colocou em prática um plano de desinvestimento, vendendo ativos importantes. A seguir, trecho do diálogo entre Joesley e o advogado da Paper Excellence, Marcelo Ferro:

– Senhor Batista, eu estou correto em assumir que esse processo de desinvestimento foi um movimento forçado do senhor em razão da multa imposta ao grupo no acordo de leniência? – pergunta o advogado.

– Não, o senhor está errado – responde Joesley.

– Eu estou errado? – insiste o advogado.

– Isso – diz Joesley.

– Perfeito – acata o advogado.

– Está errado no que diz respeito à leniência – esclarece Joesley.

O ministro Dias Toffoli, do STF, no entanto, concordou com a alegação do diretor jurídico da J&F e concedeu uma liminar suspendendo a multa de 10,3 bilhões. Sua decisão, tomada às vésperas do recesso judiciário, chamou a atenção para um dado: a mulher do ministro, Roberta Maria Rangel, é advogada da J&F na causa que discute a arbitragem. Ela atua no Tribunal de Justiça de São Paulo e no Superior Tribunal de Justiça, em Brasília, mas não junto ao STF, onde seu marido trabalha.

Ainda em dezembro, a J&F teve outra excelente notícia. Em uma liminar, também concedida às vésperas do recesso, a ministra Daniela Teixeira, a mais nova integrante do Superior Tribunal de Justiça, mandou desarquivar o inquérito de Diadema, que investigou o caso de espionagem cibernética. Teixeira entendeu que o caso deveria ter sido analisado em Brasília, pois tinha conexões com um inquérito na capital federal. Como o inquérito em Brasília já havia sido arquivado, a decisão da ministra, na prática, ressuscitou dois inquéritos numa tocada só – o de Diadema e o de Brasília.

O mês de janeiro também começou alvissareiro para a J&F. A sentença da juíza Renata Mota Maciel, que derrubou a alegação de espionagem e de parcialidade do árbitro Anderson Schreiber, estava prestes a ser confirmada. Dos três desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo escalados para analisar o caso, dois já haviam decidido contra a J&F. Mantiveram a validade da sentença da juíza Maciel e condenaram os irmãos Batista a pagar 30 milhões de reais por litigência de má-fé. Na véspera da votação do terceiro desembargador, o julgamento foi suspenso por uma decisão do ministro Mauro Campbell, do Superior Tribunal de Justiça. O adiamento deu mais tempo para J&F.

Com tudo isso – os casos de Anderson Schreiber e da espionagem reabertos, mais a suspensão da multa bilionária e adiamento do julgamento em São Paulo –, a J&F começou 2024 podendo sonhar, pela primeira vez, com a possibilidade de encerrar o maior conflito societário do país com uma vitória. Os irmãos Batista, definitivamente, estão de volta. ✪

EM BREVE NO TOMIE

MARIA LIRA MARQUES
RODA DOS BICHOS

DIÁSPORAS ASIÁTICAS

CHEN KONG FANG
O REFÚGIO

HEE SUB AHN
O CAMINHO

TOCAR A TERRA-
CERÂMICA CONTEMPORÂNEA NIPO-BRASILEIRA

A PARTIR DE 29.FEV

SAIBA MAIS EM WWW.INSTITUTOTOMIEOHTAKE.ORG.BR
ENTRADA GRATUITA VERIFIQUE A CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

Apoio de mídia

Idealização

Realização

O RESSENTIMENTO É REAL

Ao contrário do que pensa Vladimir Safatle, a psicologia afeta concretamente a política, como atesta um estudo recente

CESAR ZUCCO, DAVID SAMUELS E FERNANDO MELLO

No texto *Os limites do ressentimento* (**piauí** 206_novembro de 2023), Vladimir Safatle critica o uso de conceitos da psicologia – especialmente o "ressentimento" – para explicar o apoio à extrema direita. O ponto central do professor de filosofia é que o recurso a tais conceitos leva a crer que a adesão à extrema direita é uma reação patológica das sociedades contra a democracia, advinda de processos irracionais, como as "regressões", no sentido psicanalítico. Na visão de Safatle, essa interpretação psicologizante, formulada sobretudo pela esquerda, conduz a uma "moralização extensiva do campo político", ao separar os eleitores progressistas daqueles que "não são como nós" – ou seja, os ressentidos. Com isso, tende-se a colocar no mesmo nível "pessoas beneficiadas pela ordem econômica" (que aderem à extrema direita para manter seu status e privilégios) e "pessoas em situação de extrema precariedade social" (que aderem à extrema direita por não verem outra saída). Para Safatle, as explicações psicológicas acabam servindo mais para esconder a "impotência das políticas progressistas" do que para explicar de fato o que leva "trabalhadores e grupos precarizados a se converterem à extrema direita".

Concordamos que não faz sentido explicar um processo político como uma falha moral ou uma reação patológica de parte da sociedade. No entanto, é fundamental reconhecer a forma pela qual o "ressentimento" está intimamente conectado à realidade material. Os gatilhos do ressentimento variam conforme o contexto, mas em todos os casos há alguma relação com mudanças econômicas e sociais concretas e a maneira como são percebidas. Em todos os países nos quais o conceito veio à baila para explicar a ascensão da extrema direita, notou-se que há uma relação entre o ressentimento e a percepção de determinados grupos de que mudanças sociais em curso estão prejudicando suas vidas e alterando as hierarquias sociais.

Esse é também o caso do Brasil, como revela uma pesquisa de opinião que fizemos em setembro de 2023, cujos dados aparecem nesta réplica pela primeira vez. A pesquisa foi realizada com o objetivo de entender como os brasileiros encaram os benefícios sociais dados pelo governo aos grupos em situação de vulnerabilidade e saber se a visão política das pessoas é afetada pelo sentimento de que seu status socioeconômico está ameaçado. Na pesquisa, realizada pela Atlas-Intel, foram ouvidas, via internet, 2 037 pessoas de diferentes classes sociais, com idades entre 18 e 90 anos, em 801 municípios. A cada entrevistado, apresentamos uma série de perguntas para medir se a importância que ele atribui a si mesmo e a pessoas como ele aumentou ou diminuiu nos últimos vinte anos – ou seja, desde que o PT chegou à Presidência pela primeira vez, com a posse de Lula em 2003. Uma das perguntas, por exemplo, foi formulada da seguinte maneira:

Entre 2003, quando o PT chegou à Presidência pela primeira vez, e 2023, quando o PT retornou à Presidência, você diria que você e pessoas como você: 1) Ganharam muita importância na sociedade; 2) Ganharam alguma importância na sociedade; 3) Nem ganharam, nem perderam importância na sociedade; 4) Perderam alguma importância na sociedade; 5) Perderam muita importância na sociedade.

Buscamos ainda aferir a percepção dos entrevistados sobre ganho ou perda de status de outros grupos sociais, definidos por critérios socioeconômicos, regionais, étnico-raciais, de gênero, entre outros aspectos.

Os resultados indicam que 43% dos brasileiros consideram ter ganhado importância nos últimos vinte anos, enquanto 30% pensam o oposto: que perderam a importância que tinham. A percepção de ganho é maior entre as mulheres (46,2%), os pretos e pardos (48,5%) e as pessoas do Nordeste (61%) do que entre os homens (40%), os brancos (34%) e as pessoas do Sul e do Sudeste (32,5%). O mais alto índice de ganho de importância aparece entre as mulheres nordestinas e não brancas de baixa renda (71%). Já o menor índice está entre os homens brancos e mais velhos, com renda média ou alta do Sudeste (25%) – são os polos antagônicos da pesquisa.

Na média, os brasileiros acham que os segmentos sociais que mais ganharam importância nos últimos vinte anos foram as mulheres, os nordestinos, os negros, os indígenas e os grupos LGBTQIA+. Em contraste, os que menos ganharam importância foram os homens, os brancos e as pessoas de renda alta. O resultado

FOTOMONTAGEM DE BETO NEJME (2024) SOBRE DETALHE DO QUADRO *O ANJO CAÍDO*, 1847, ALEXANDRE CABANEL (1823-89)

Fotomontagem a partir de *O anjo caído*, de Alexandre Cabanel: a direita no Brasil sempre caminha para o extremismo se políticas públicas alteram o *status quo* econômico, racial e sexual

não é muito controverso, mas confirma que existe, sim, em todos os segmentos da sociedade a percepção de que nos últimos vinte anos alguns ganharam importância e outros perderam.

Perceber a si mesmo e ao seu grupo social como ganhador ou perdedor produz não apenas reações psicológicas como também consequências políticas, inclusive em termos de preferências partidárias. Considere, preliminarmente, que em nossa amostra completa 40% se identificam como antipetistas e 27% como petistas. Esses números médios, no entanto, escondem forte variação entre grupos ganhadores e perdedores. Em meio aos que consideram ter perdido importância social nas últimas décadas, o número de antipetistas sobe para 70% e o de petistas cai para apenas 2%. Em contraste, entre os que consideram que ganharam importância, o número de antipetistas cai para 16% e o de petistas sobe para 50%.

Os dados mostram, portanto, uma forte associação entre a adesão à extrema direita e a percepção de perda de status, em sintonia com pesquisas similares feitas nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, que constataram a mesma conexão. E o motor por trás desse movimento é o ressentimento, como veremos a seguir.

Na pesquisa, incluímos três baterias de perguntas desenvolvidas em estudos internacionais para medir de forma consistente percepções em relação ao esforço/merecimento das pessoas pobres, e também ao machismo e ao racismo. Perguntamos aos entrevistados, por exemplo, se concordavam ou discordavam de afirmações como "a maioria dos desempregados não quer realmente arranjar emprego" ou "os problemas raciais no Brasil são situações raras e isoladas". Com base nas perguntas de cada bateria, produzimos três índices (que variam de 0 a 1), referentes a merecimento, machismo e racismo. Essa escala é o que nos permite medir o grau de ressentimento em relação aos mais pobres, às mulheres e aos negros. Os três índices são moderadamente correlacionados. Ou seja: indivíduos ressentidos em relação a um grupo podem não ser em relação aos demais. Mesmo assim, os números são mais parecidos entre si do que divergentes. Quem considera ter perdido status social apresenta valores altos em cada um dos três índices, o que indica a conexão entre a percepção de perda de status e o ressentimento com relação a pobres, mulheres e/ou negros.

A descoberta-chave, aqui, é que o ressentimento permite prever a preferência política. Pessoas com elevado grau de ressentimento nos três índices têm probabilidade muito alta de serem antipetistas e probabilidade muito baixa de serem petistas. Por exemplo, pessoas situadas no ponto mais alto de ressentimento têm probabilidade 0,8 de ser antipetista e 0,04 de ser petista. Com relação a pessoas com baixo grau de ressentimento nos três índices, ocorre exatamente o contrário: a probabilidade de ser antipetista é apenas 0,1, ao passo que a de ser petista é 0,55. Ainda que Safatle considere que o ressentimento de classe, raça ou gênero não seja um conceito útil para explicar a adesão à extrema direita, nossa pesquisa sugere que, sem eles, deixamos de entender completamente esse fenômeno.

Suspeitamos que variações nas percepções de ganho ou perda de status, talvez coloridas pelas preferências partidárias, sejam as causas dos ressentimentos, mas não há como inferir uma relação absoluta de causalidade entre os dados. Não há dúvida, porém, de que o ressentimento afeta grande parte da sociedade, e sua existência tem base material bastante clara. Nossa pesquisa mostra que as pessoas que se situam politicamente à direita tendem a acreditar que perderam status nas duas últimas décadas e se ressentem dos ganhos obtidos por outros grupos – exatamente os mesmos que julgam ter ganhado mais status, especialmente os pobres, os negros e as mulheres.

Indo mais longe, podemos dizer que a associação entre a adesão à esquerda e a percepção de ganho nas últimas duas décadas indicam que a relação entre o ressentimento e o apoio à extrema direita pode ser interpretada como consequência não dos fracassos, mas dos sucessos de governos de esquerda. É o exato oposto do que propõe o artigo de Safatle.

Em termos especulativos, uma das bases concretas de tal ressentimento está relacionada às políticas públicas implementadas pelo PT – que ocupou a Presidência quatro vezes entre 2002 e 2022 – com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais, raciais e de gênero no

Ministério da Cultura e Nubank apresentam

HISTÓRIAS INDÍGENAS

20.10.2023 – 25.2.2024

MASP MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND

Patrocínio master

Apoio cultural

Lei de Incentivo a Cultura

NATIONAL GALLERY OF CANADA

MUSÉE DES BEAUX-ARTS DU CANADA

Canada Council for the Arts

Conseil des arts du Canada

creative nz

CULTURA

INBAL

Apoio

Coorganização

Realização

Sotheby's

kode

MINISTÉRIO DA CULTURA

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Brasil. Entre os esforços mais proeminentes estão o aumento real do salário mínimo, a facilitação do acesso à Previdência via MEI, a estruturação de um sistema de assistência social com transferências diretas de renda, a redução da insegurança habitacional, a regularização do emprego de trabalhadores domésticos, o aprimoramento da segurança alimentar, a expansão maciça do acesso à educação superior, a implementação de ações afirmativas de classe social e raça, o reconhecimento e a demarcação de quilombos, entre outras iniciativas.

Os governos do PT também buscaram alterar as tradicionais hierarquias de gênero e o tratamento discriminatório de minorias sexuais, aprovando a primeira lei brasileira a respeito da violência doméstica (Lei Maria da Penha) e endurecendo as punições para casos extremos de abuso infantil (Lei Menino Bernardo), além de promover currículos antibullying nas escolas. Nem todas essas políticas foram bem desenhadas e aplicadas, mas no conjunto constituem uma agenda progressista que alterou o debate acerca das desigualdades no país.

Faz sentido conjecturar que essas políticas dos governos petistas tiveram efeitos concretos na percepção de ganhos e perdas dos brasileiros. Por um lado, acarretaram benefícios aos seus destinatários. Por outro, suscitaram preconceitos de classe em pessoas que temem perder a importância social. Esse desconforto muitas vezes ficou claramente manifesto em declarações que entraram para o anedotário nacional das últimas décadas, como quando reclamaram que os aeroportos estavam parecidos com rodoviárias, depois que o barateamento das passagens aéreas franqueou os voos às classes baixas.

Mas as divisões afetam também pessoas em situação de precariedade social. Algumas delas podem se ressentir por não terem tido acesso ao Bolsa Família ou a uma universidade pública, como aconteceu com outras pessoas da sua classe social. Podem se ressentir inclusive de avanços de grupos que até então tinham um status mais baixo que o delas. Fora isso, políticas relacionadas a gênero, sexualidade e família estão entre as que hoje, além de alimentar sentimentos populistas de direita, ampliam a polarização entre os que são a favor e os que são contra o PT.

O ressentimento é real. Ele não é a causa última da adesão à extrema direita, mas é esse campo político que dá vazão ao ressentimento até então latente, valorizando-o de forma explícita e até violenta, para fins políticos. Essa estratégia repete uma fórmula da direita radical que hoje lhe rende apoio e votos em diferentes países. Em cada caso, o ressentimento tem uma origem e um desdobramento particular. Em algumas nações europeias, por exemplo, é direcionado a grupos de imigrantes ou minorias culturais e religiosas vistas como estranhas à nação e dá origem ao populismo nacionalista e nativista e ao protecionismo econômico. No Brasil, como demonstra a pesquisa que fizemos, está relacionado à percepção de alguns grupos sociais de sua perda de status social nas duas últimas décadas em favor de outros grupos, antes subalternos.

O ressentimento, que se dá inicialmente no plano individual e psicológico, ganha a dimensão de fenômeno social quando se generaliza por todo um grupo e é em seguida compartilhado por outros. Por exemplo, homens – inclusive os que não pertencem à elite econômica – podem se ressentir de políticas que concedem às mulheres trabalhadoras mais direitos e benefícios. Ou brancos – inclusive os que não pertencem à elite – podem se ressentir por achar que não brancos em geral se beneficiam injustamente de programas de ação afirmativa. Por isso, não compartilhamos da visão de Safatle de que determinados aspectos psicológicos não sejam úteis para explicar a manifestação coletiva de adesão à extrema direita.

Safatle afirma que a esquerda brasileira atual exibe uma "incapacidade real em apresentar ações robustas e críveis para problemas de precarização e vulnerabilidade social". Mas, como vimos, no Brasil parece ter acontecido o oposto. Os nossos dados sugerem, indiretamente, que foram os resultados concretos e simbólicos de políticas públicas bem-sucedidas que alteraram relativamente as hierarquias sociais. Políticas que redistribuem recursos e/ou poder alteram o status relativo dos diferentes grupos, gerando resistências. A esquerda imaginou ter encontrado uma fórmula mágica de redistribuir poder e recursos sem gerar uma forte reação – mas essa reação foi apenas adiada. Por fim, a reação se materializou com a chegada ao poder da extrema direita, liberando e ativando politicamente o ressentimento.

A forma específica pela qual esse ressentimento se expressou é mais contingente do que necessária. Em termos históricos, a resposta típica da direita brasileira quando os anseios de mudança da população se acentuam é recorrer ao governo para manter (conservar) hierarquias sociais, econômicas e culturais. Pode-se sempre argumentar, como Safatle o faz, que a esquerda não está fazendo, nunca fez, o suficiente para eliminar as desigualdades históricas do país. Talvez a esquerda pudesse ter feito mais, porém o que fez foi suficiente para despertar um forte ressentimento. No Brasil, a direita sempre caminha para o extremismo quando políticas públicas ameaçam alterar bastante o *status quo* econômico, racial e sexual, e sempre se investe da tarefa de desfazer as conquistas sociais. Foi o que aconteceu novamente nos últimos anos, sob os auspícios de grupos afetados pelo ressentimento com os ganhos concretos obtidos por grupos historicamente marginalizados. ✪

MINHAS FÉRIAS RADICAIS

CACO GALHARDO_2024

1º DE JANEIRO_Caetano decretou férias radicais, mas comigo não tem lero-lero. Nem no primeiro dia do ano eu marco touca. Preparei toda a programação para as férias radicais *à la* Alckmin. Como tenho psilocibina correndo pelas veias, propus uma ousadia: um pesque-pague em plena quinta-feira à tarde. No dia seguinte, pra manter a intrepidez lá em cima, sugeri uma rodada de pif-paf. Vamos ver quem tem coragem.

2 DE JANEIRO_Ano novo, filosofia nova. Sou radicalmente prafrentex, não transijo, razão pela qual pedi a meus assessores que transformassem a nossa sala de reuniões num ambiente instagramável. Eles adoraram a ideia. Valeu a pena ter passado a virada do ano de cueca amarela. Em 2024 vou botar pra quebrar. Nem a Jovem Guarda terá ido tão longe.

Dúvida pertinente que anotei durante as férias: quando eu era jovem em Pindamonhangaba, minha mãe não me deixava pular na piscina depois das refeições. "Chuchuzinho, você precisa fazer a digestão antes de mergulhar." Vejo em meus netos que esse hábito se perdeu. Despachei um relato detalhado para o Ministério da Saúde. É preciso investigar se as novas gerações estão digerindo mais rápido ou se estamos diante de uma catástrofe silenciosa.

Anotei na agenda: "Equacionada a questão acima, será hora de enfrentar o problema da manga com leite e da corrente de ar depois do banho." Aqui não há descanso.

3 DE JANEIRO_*É tão bom quando a gente tem fé e acredita que existe uma vida bonita com quem cultiva uma flor.* Me peguei comovido com essa canção de Luiz Caldas depois que publiquei um reels das minhas férias radicais em família no meu perfil secreto do Instagram. E isso apesar de não pescar bem a sintaxe do verso. O Luiz Caldas teve uma vida bonita com alguém que passou toda a vida cultivando uma só flor? Artista é mesmo uma gente do balacobaco.

É tão bom quando a gente junta trabalho, lazer e justiça social. Hoje, numa reunião com o presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos, dei uma ideia luminosa: um pacote turístico que leve negacionistas das mudanças climáticas para navegar nas enchentes de janeiro. E cobre caro por isso.

5 DE JANEIRO_Meio de férias, meio no batente, descolei uma reunião em São Paulo na sexta-feira. Bati um papo com o pessoal da Fiesp, depois marquei com Libelu num restaurante chinês que gostamos. Emendamos num bailado contagiante num clube de polca. Sou um exemplo vivo de como otimizar compromissos profissionais, sociais, empresariais, pessoais e matrimoniais. Eficiência que chama.

7 DE JANEIRO_Ano novo, esperanças renovadas. Pedi para o cerimonial deixar uma cesta de quitutes orgânicos colhidos pelo MST na casa do Chico Buarque. Tô plasmando: esse encontro tem que acontecer em 2024.

8 DE JANEIRO_Ajudei a preparar os festejos do ato da Democracia Inabalada. Passei a manhã enchendo bexigas, cortando cartolinas e enrolando brigadeiros. Preparei também uma caixinha com brindes e um farnelzinho pros convidados.

De noite, reuni a família para ver o documentário da GloboNews sobre a tentativa de golpe. Fiquei passado de não reconhecerem o papel seminal que desempenhei na salvação da nossa democracia. O Xandão é invenção minha! Ao longo do fatídico 8 de janeiro do ano passado, mandei vários áudios para o President'Lula lendo o ato de 2002 em que nomeei Xandão secretário de Segurança! Acrescentei fotos da posse, em que Xandão me abraça agradecido pela chance! Até emojis eu mandei pra descontrair o ambiente. Tudo ignorado pela História.

9 DE JANEIRO_Recebi um recado de cientistas pedindo para divulgar que as mudanças climáticas estão aumentando o potencial catastrófico do El Niño. Criei um slogan que julguei genial: "Se já faz esse calorão com El Niño, imagina quando crescer e virar rapaz." Vai pegar.

11 DE JANEIRO_Meu Deus, inventaram uma CPI para investigar... o padre Júlio Lancellotti. São os resquícios bolsonaristas provando que o germe da lacração ainda viceja por aí. Comigo não, violão. Não venham mexer com padre que o Geraldo aqui sobe nas tamancas. Mandei uma sugestão para o santo homem: "Caro Júlio, para ganhar o apreço dos bolsonaristas pare de doar alimentos para os pobres. Abra uma igreja e enriqueça à custa dos pobres. Aí eles vão te idolatrar."

13 DE JANEIRO_Minha antena está sempre calibrada para detectar as novidades socialistas. Por isso, aderi à moda sustentável. Agora só compro roupas usadas. E fui além: comecei uma campanha para doar as meias divertidas que meus pisantes tornaram famosas. O primeiro par, claro, foi para o President'Lula. Aliás, cabe registrar que Libelu e eu aplicamos um método inca de desodorização de meias que consiste em borrifar de duas em duas horas doses homeopáticas de suor de alpaca e depois ferver tudo em balaios de linhaça ao som de Mercedes Sosa.

15 DE JANEIRO_Não esperava tamanho prestígio do President'Lula. Eu já sabia de sua generosidade, mas me ceder espaço num evento de tamanha projeção mundial é coisa de fazer Irmã Dulce parecer uma pessoa mesquinha. Embarquei esfuziante para representar o nosso Brasil na posse do presidente da Guatemala. Até abri uma Sidra Cereser sem álcool pra celebrar. Acho que foi reparação pelo papel insignificante que me deram naquele documentário da GloboNews. O President'Lula sabe motivar sua equipe.

17 DE JANEIRO_É preciso inventar uma nova palavra para descrever essa sensação térmica de 60ºC. Isso não pode virar o novo normal. A gente sai na rua e se sente um chester com aquele pininho vermelho prestes a saltar. Visitei a Sonia Guajajara para ver se existe alguma expressão indígena para descrever esse apocalipse climático. "*Llapan allpata kutichipuwayku chay sasachakuy allichakunga*", disse ela. Quando perguntei o significado, ela me fuzilou com os olhos: "Quer dizer: 'Devolvam todo o território para os indígenas que o problema se resolve, Zé Mané.'"

18 DE JANEIRO_Postei nas redes sociais: "Tive a honra de me encontrar com o ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Wang Yi, que visita o Brasil para a IV Reunião do Diálogo Estratégico Global Brasil-China." Ele veio com aquele papinho de que "crise é sinônimo de oportunidade" e queria me convencer que esse calorão é oportunidade para aumentar a importação de desodorantes chineses. Não sei se foi uma proposta comercial ou uma indireta.

19 DE JANEIRO_Acompanhar o *BBB* tem suas vantagens. Hoje descobri que o Rodriguinho não paga IPVA há sete anos e acumula multas de trânsito. Encaminhei a denúncia para os órgãos competentes. Sou mesmo um funcionário público exemplar.

21 DE JANEIRO_Mandei colocar as bandeiras a meio pau. E fiz um reverente minuto de silêncio. Hoje é o centenário da morte de Vladimir Lênin e não pude deixar de me comover com a pungente coluna do companheiro Valerio Arcary: "Lênin não é popular. Justiça seja feita, essa realidade nos diz mais sobre a maioria da esquerda contemporânea do que sobre Lênin." É, realmente, uma constatação lúcida. Com exceção minha, do Arcary, do Caetano, do Jones Manoel e da Gleisi, a esquerda perdeu a radicalidade.

De tarde, na correria do trampo, tive que pedir comida *delivery*. Diante do motoboy, ainda tocado pela lembrança de Lênin, dei uma gorjeta revolucionária. "Isso aqui é para incentivá-lo a lutar por paz, pão e terra para toda a classe trabalhadora", sussurrei em seu ouvido, tomando o cuidado de escandir as sílabas. Ele agradeceu e, em retribuição, marcou dois pontos no cartão de fidelidade do restaurante.

22 DE JANEIRO_Libelu veio me dizer que está usando filtro solar fator 400. E que eu deveria aplicar um pouco no cocuruto. Peguei a embalagem e... batata! *Made in China*! Virei pra ela e falei: *Llapan allpata kutichipuwayku chay sasachakuy allichakunga*. ✪

O INFILTRADO

Como um policial federal levou 25 traficantes internacionais de cocaína à prisão

ALLAN DE ABREU

Cristiano Mendes de Cordova Nascimento estava muito à vontade em seu apartamento na Rua Conde de Bernadotte, no Leblon, Zona Sul do Rio, na tarde de 12 de março de 2021. O empresário recebia a visita do seu novo parceiro de negócios, Edmilson Lincoln Jardim Filho. As paredes do apartamento estavam cobertas com fotografias de cavalos de corrida. Mas Nascimento precisava discutir detalhes do negócio que sustentava seu mundo, inclusive algumas dezenas de cavalos que mantinha em vários haras pelo Brasil: os próximos carregamentos de cocaína que seriam enviados para a Europa, via Porto do Rio de Janeiro.

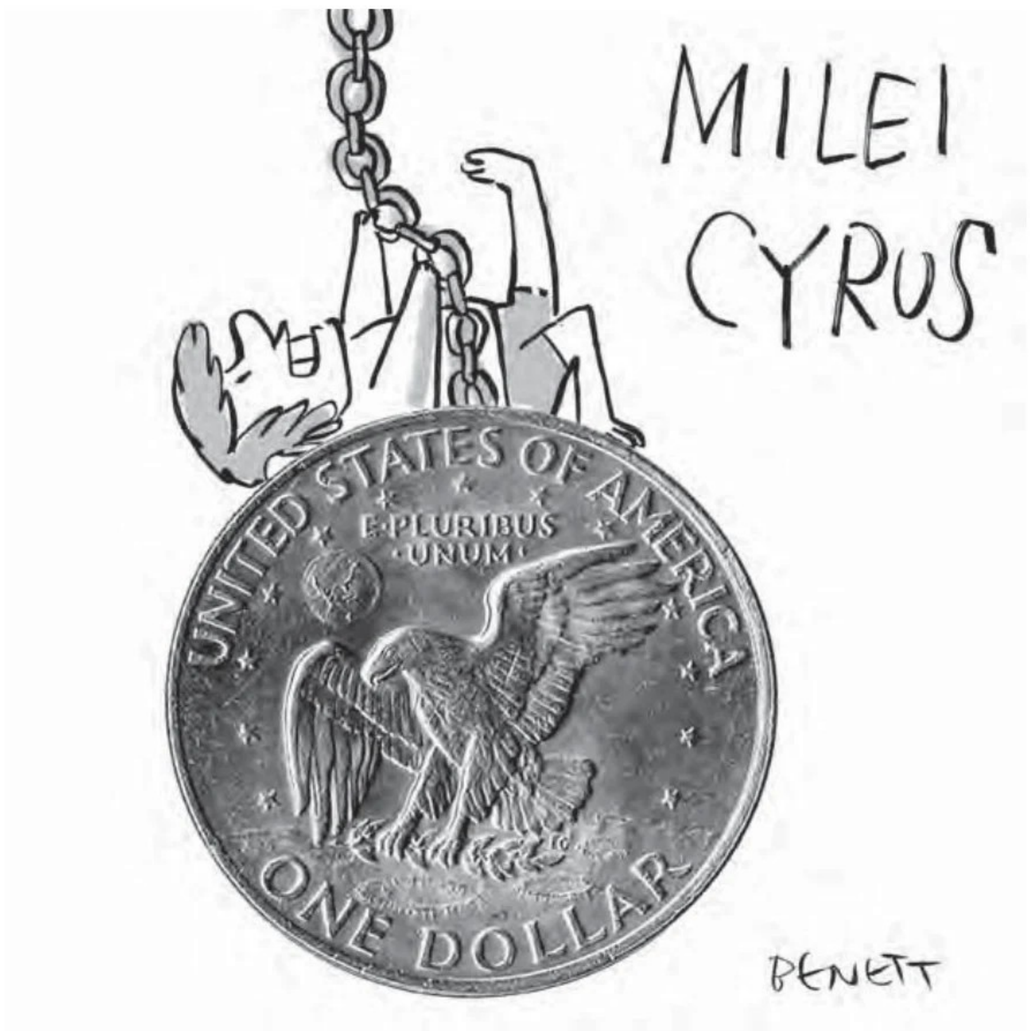
Nascimento, um homem de meia-idade, estatura mediana e ligeiramente acima do peso, não parecia preocupado com o prejuízo milionário que sofrera com as recentes apreensões da droga remetida ao continente europeu. No total, ele havia perdido 1 676 kg de cloridrato de cocaína, cujo valor, no Brasil, é estimado em 40 milhões de reais. Mas isso era um problema passageiro. Nascimento queria discutir futuras remessas da droga e, para isso, contava com a ajuda decisiva de Jardim Filho, despachante aduaneiro no porto carioca.

Jardim Filho – que os funcionários de Nascimento apelidaram de Xuxa, em razão de seus cabelos loiros e pele clara – oferecera a facilidade mais sonhada por todo traficante de cocaína: burlar o scanner, que varre todos os contêineres antes da entrada no terminal portuário carioca, em busca de drogas. Por esse serviço, Nascimento concordara em pagar 400 dólares (2 mil reais) por quilo de cocaína que Xuxa conseguisse embarcar para a Europa, quando o carregamento total fosse superior a meia tonelada. Se a quantia fosse menor que isso, o valor do quilo subia para 600 dólares (3 mil reais). "Nós entramos pra dentro do porto, tá tudo o.k. pra embarcar, sai a lista pra embarque, você consegue resolver?", perguntou Nascimento. "Resolvo", respondeu Jardim Filho.

Empolgado, o traficante resolveu contar detalhes do seu negócio ao futuro parceiro. Catarinense de Blumenau, Nascimento disse que atuava no tráfico internacional de cocaína havia dez anos. Fornecia toneladas da droga para grandes compradores europeus, como a máfia calabresa 'Ndrangheta e o narcotraficante britânico Ryan James Hale, conhecido como Robô, baseado em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. A cocaína saía dos países andinos, cruzava o Brasil em caminhões e era enviada para a Europa via portos, sempre com a logomarca FedEx em cada tablete de 1 kg. Os europeus pagavam a droga por meio de transferências financeiras a bancos na Bolívia. O dinheiro entrava no Brasil via doleiros. E Nascimento lavava os recursos na compra de imóveis, no investimento em uma trans-

Conjunto de imagens captadas pelo agente disfarçado: quando policiais civis roubaram 280 quilos de cocaína da quadrilha no Complexo da Maré, um deles reclamou: "Bando de ladrão fdp"

FOTOMONTAGEM COM REPRODUÇÕES DA INVESTIGAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL BRASILEIRA



portadora sediada em Santa Catarina e, claro, na aquisição de cavalos de corrida.

Depois de alguns minutos de conversa, Nascimento acionou seu sócio por videoconferência, o também catarinense Lindomar Reges Furtado, conhecido como Israel, radicado em Foz do Iguaçu, no Paraná. Filho de um ex-prefeito do interior de Santa Catarina, Israel já foi preso por contrabando de produtos do Paraguai, sobretudo cigarros. Israel perguntou a Jardim Filho se a Polícia Federal estava trabalhando bastante no Rio. "Não deve tá", interrompeu Nascimento. "Porque não consegue pegar nós. Eles devem tá se matando porque eles não descobrem quem é nós, eles entendem de tudo!" Todos gargalharam. "A polícia até pode saber de nós, mas não tem prova. [...] Como é que vai pegar uma reunião nossa aqui? Entendeu? Não tem como!" Jardim Filho aquiesceu: "Perfeito!"

Nascimento e Israel nem desconfiavam, mas Jardim Filho, o Xuxa, era um personagem fictício, criado por um policial federal que se infiltrou na quadrilha sob o disfarce de despachante aduaneiro. Ao longo de três anos, aconteceram vários encontros como o daquela tarde de março de 2021, aos quais o agente costumava comparecer munido de microcâmeras ou microgravadores. As conversas reproduzidas nesta reportagem foram extraídas do material gravado pelo agente, ao qual a **piauí** teve acesso.

Infiltrado em duas organizações criminosas, Jardim Filho – cujo nome verdadeiro é mantido até hoje em segredo – ajudou na apreensão de 10,8 toneladas da droga no Brasil e na Europa e colocou a Polícia Federal no encalço de 33 traficantes internacionais de cocaína – 25 estão atrás das grades e oito estão foragidos.

Durante esses três anos, o policial esteve no centro de uma operação de vida ou morte. E, em duas ocasiões, esteve a um milímetro de ser descoberto.

Por ser próxima do porto, a Rua Sacadura Cabral, no bairro da Saúde, área central do Rio, concentra boa parte dos despachantes aduaneiros interessados em intermediar a importação ou exportação de cargas pelo terminal portuário. Em conversa com alguns despachantes em meados de 2019, agentes da Polícia Federal e da Administração de Repressão às Drogas (DEA, na sigla em inglês), a polícia americana de combate ao narcotráfico internacional, souberam que traficantes ligados à facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) procuravam um meio de driblar o scanner dos contêineres no Porto do Rio, pois estavam tendo dificuldades com o rigor da fiscalização no Porto de Santos, no litoral paulista.

Os agentes trataram então de espalhar pela Sacadura Cabral a informação de que um despachante aduaneiro – chamado Edmilson Lincoln Jardim Filho – tinha um esquema para burlar o temido scanner. A informação chegou ao traficante Maycon Igor Scoralick, o Russo, que na época ocupava um cargo comissionado na Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro, ligada ao governo estadual. Em dezembro de 2019, os dois se encontraram num shopping contíguo ao Aeroporto Santos Dumont, no Rio. Jardim Filho detalhou seu esquema para Scoralick: ele conseguia retirar de dentro do pátio contêineres com cargas legalizadas sem o conhecimento do dono, levá-lo para um galpão da quadrilha nas proximidades, inserir as bolsas com cocaína e reingressar os contêineres no porto, pronto para o embarque à Europa. Tudo isso sem passar pelo scanner.

Quatro meses depois desse contato inicial, a 10ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, informada da operação, aprovou a infiltração do policial na quadrilha de Scoralick. Assim surgiu, formalmente, a pessoa física Edmilson Lincoln Jardim Filho, filho de Edmilson Lincoln Jardim e Vilma Jardim, nascido em 20 de dezembro de 1974. Embora o sotaque carioca do policial não deixasse dúvida quanto à sua origem, nos documentos forjados ele era natural de Recife. Com autorização judicial, Jardim Filho ganhou carteira de identidade e passaporte, documentos necessários caso os criminosos decidissem checar seus registros.

Em junho de 2020, no mesmo shopping do aeroporto, Scoralick intermediou uma reunião entre Jardim Filho e dois traficantes: Chendal Wilfrido Rosa, o líder do grupo, e seu braço direito Victor Henrique Tavares da Silva. Nascido em Curaçao, no Caribe, Chendal Rosa integra a No Limit Soldiers (Soldados sem limites), facção criminosa caribenha especializada em assassinatos por encomenda mundo afora. Ele responde a ações penais por narcotráfico, latrocínio, homicídio, roubo e lavagem de dinheiro na Europa e no México.

No fim da última década, Chendal Rosa trocou a Europa pela Baixada Santista, onde se associou ao PCC para mandar cocaína à 'Ndrangheta e outras organizações criminosas europeias. O traficante de Curaçao disse ao agente infiltrado ter estrutura logística para retirar a cocaína enviada pelo PCC em portos da Bélgica, Holanda, Itália, Espanha e Portugal. Para testar o novo esquema via Porto do Rio, ele fez uma oferta: Jardim Filho ganharia 70 mil dólares (350 mil reais) para enviar 140 kg da droga até Antuérpia, na Bélgica. No fim do encontro, Chendal Rosa entregou ao infiltrado um celular com apenas um aplicativo instalado, o Sky ECC, que, na época, era considerado o mais seguro do mundo, com criptografia avançada e um recurso capaz de apagar remotamente todas as mensagens.

A oportunidade de enviar os 140 kg de cocaína para Antuérpia se materializou em outubro daquele ano. Na tarde do dia 8, um contêiner que seria embarcado em um navio com destino ao porto belga carregado com polipropileno foi sorrateiramente retirado do terminal portuário carioca e levado para um galpão em Bonsucesso, Zona Norte da capital, por uma transportadora contratada pela PF. No galpão, Chendal Rosa, Scoralick e o agente infiltrado romperam o lacre do contêiner, inseriram as bolsas com os tabletes do entorpecente (a droga viera dois dias antes da Baixada Santista) e inseriram novo lacre clonado.

Em seguida, sem que o dono do polipropileno desconfiasse, o contêiner foi levado novamente para o porto sem passar pelo scanner. A direção do porto, bem como a Receita Federal, ambas previamente autorizadas pela Justiça, deixaram o contêiner passar. Cinco dias depois, Jardim Filho recebeu os 70 mil dólares em dinheiro vivo, no lobby do hotel Windsor, em Copacabana. Foi sua primeira operação como agente disfarçado. O dinheiro foi entregue à PF e depositado em uma conta judicial. Para não levantar suspeitas da quadrilha, a Polícia Federal não fez a apreensão da droga. Preferiu alertar a polícia belga, que então apreendeu o carregamento em Antuérpia.

Apesar do revés, dois meses depois Chendal Rosa voltou a contratar Jardim Filho, desta vez para a remessa de 508 kg de cocaína. Eram dois contêineres, um para Antuérpia e outro para Valência, na Espanha. A operação se repetiu. Os contêineres foram retirados do porto, levados para Bonsucesso, onde receberam a cocaína e voltaram para o porto burlando o scanner. Jardim Filho recebeu 180 mil dólares (900 mil reais). A droga, de novo, foi apreendida. Uma parte no Porto do Rio, outra parte na Europa. O enredo se repetiria outras duas vezes: 330 kg da droga no fim de dezembro de 2020 e outros 400 kg em junho de 2021. Os dois carregamentos foram interceptados pela PF ainda no Porto do Rio.

O insucesso de quatro operações não despertou nenhuma desconfiança do traficante de Curaçao. Ele atribuiu as apreensões ao trabalho da polícia belga de quebrar a criptografia do Sky ECC, aplicativo que mais tarde encerrou suas atividades. Mas parte da quadrilha, possivelmente membros do PCC em Santos, começou a desconfiar do agente infiltrado. Afinal, os contêineres driblavam o scanner, mas o carregamento nunca chegava ao destino. Certo dia, Chendal Rosa orientou Jardim Filho a não ir a determinado local, sugerindo que, caso fosse, correria risco de vida. "Eles querem foto de você", disse Rosa, em português, referindo-se aos membros do PCC. A PF suspeita que os traficantes queriam uma imagem de Jardim Filho para repassá-la a algum policial corrupto que pudesse identificá-lo. Para tranquilizar o novo parceiro, o próprio Rosa emendou, na sequência: "Confio em você." Jardim Filho escapou dessa.

O infiltrado viveu outro momento tenso durante sua missão. No dia 21 de outubro de 2021, ele foi convidado por Victor Silva, o braço direito de Chendal Rosa, para mais uma reunião, desta vez num apartamento localizado no Leme, na Zona Sul do Rio, onde estava Isa, uma traficante do PCC. Ao chegar, Jardim Filho foi minuciosamente revistado por um dos seguranças da mulher. A sorte o salvou. Por mero acaso, naquele dia Jardim Filho resolveu comparecer ao encontro sem as microcâmeras ou gravadores ocultos que costumava levar para registrar os encontros.

Depois da revista, Isa pediu que Jardim Filho colocasse seu celular no

modo avião, para dificultar a geolocalização por parte da polícia. Feito isso, sentiu-se segura e contou sua história. Disse ter trabalhado por muitos anos como babá de um dos filhos do casal Marcelo Mendes Ferreira e Karine de Oliveira Campos, conhecidos narcotraficantes baianos radicados em Santos. Quando o casal fugiu para o exterior em 2019, depois de virar alvo da Polícia Federal pelo envio de 5,3 toneladas de cocaína para a Europa, Isa assumiu a gerência do esquema – ou, nas palavras dela, passou a "cuidar do cofre da empresa". Disse manter relações com o PCC e com "lideranças políticas do Brasil", sem especificar quais seriam.

A traficante queria contratar os serviços de Jardim Filho para enviar 300 kg de cocaína para o Porto de Le Havre, na França. Negócio fechado, a droga foi inserida em um contêiner com minério de ferro em navio que zarpou para a Europa no início de novembro de 2021. A droga seria apreendida dias depois, no Marrocos, onde o navio fez uma parada antes de seguir para a França. Isa, identificada posteriormente pela PF como a gaúcha Cleide Roseane Boettsche, voltaria a se reunir com Jardim Filho em 25 de janeiro de 2022 no restaurante Assador, no Flamengo, Zona Sul do Rio, a fim de discutir uma nova remessa de cocaína para a Europa. Dessa vez, ela estava acompanhada do ex-marido e da filha adolescente. Disfarçados de clientes na mesa ao lado, um grupo de policiais federais ouviu a conversa e registrou imagens do encontro.

A essa altura, Boettsche já estava flertando com o infiltrado, conforme sugerem mensagens que ela enviou por WhatsApp dias depois do almoço no Flamengo: "Amei ver você", escreveu Boettsche, antes de continuar a conversa por outro aparelho, "porque este tem fiscal", escreve, referindo-se ao ex-marido. "Se passa por meu marido e não é mais, aí fica vendo [*o celular*]. Estamos separados." Ao todo, a PF apreendeu seis cargas de cocaína do grupo chefiado por Chendal Rosa e Boettsche, somando um total de 1,75 tonelada da droga. Pelos serviços prestados à quadrilha, o policial infiltrado recebeu 640 mil dólares (3,2 milhões de reais). O valor foi depositado em conta judicial.

No segundo semestre de 2020, enquanto Jardim Filho estava infiltrado na quadrilha de Chendal Rosa, surgiu entre os despachantes aduaneiros da Rua Sacadura Cabral outro interessado nos seus serviços: Leonardo Serro dos Santos, o Carioca. Agentes da Polícia Federal passaram a segui-lo e descobriram que, em agosto daquele ano, Leonardo Santos chegara ao Rio, procedendo de Curitiba, para um encontro no lobby do hotel Fasano, em Ipanema, com Cristiano Mendes de Cordova Nascimento, o criador de cavalos de corrida. Seu sócio Lindomar Furtado, o Israel, que horas antes viera de Foz do Iguaçu, também estava presente. Não se sabe qual foi o conteúdo da conversa dos três.

Com o auxílio de amigos despachantes, Jardim Filho conseguiu um encontro com Leonardo Santos. Em reunião no hotel Fairmont, em Copacabana, no dia 17 de novembro de 2020, Jardim Filho ofereceu ao traficante o mesmo serviço que prestava ao caribenho Chendal Rosa: retirar do terminal portuário um contêiner com destino à Europa, inserir a cocaína e devolver o recipiente ao porto driblando o scanner. Santos aceitou a proposta de pronto e ambos combinaram de enviar 800 kg de cocaína nas próximas semanas.

Para isso, no entanto, seria necessário formalizar a infiltração policial na Justiça. A PF já havia recorrido à 6ª Vara Federal Criminal do Rio em outubro, mas a juíza Kátia Maria Maia de Oliveira negara o pedido. Entendeu que, até aquele momento, faltavam indícios concretos de que Nascimento, Israel e Santos integravam uma narcoquadrilha. Assim, o delegado Heliel Jefferson Martins Costa refez o pedido, incluindo a informação de que, nos últimos quatro anos, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão do governo federal, identificara 261 milhões de reais em movimentações financeiras suspeitas do grupo. Dessa vez, a juíza autorizou a infiltração policial.

Em um segundo encontro, em 24 de novembro, ainda sem autorização judicial, Santos entregou a Jardim Filho um celular com aquele mesmo aplicativo Sky ECC já instalado. Acertaram o envio de 500 kg de cocaína (no lugar dos 800 inicialmente previstos) para Valência, na Espanha. O infiltrado receberia 700 dólares por quilo de droga embarcada. Depois dessa primeira remessa, Santos disse que a quadrilha teria outras 5 toneladas de cocaína prontas para embarque. Mais tarde, em conversa pelo Sky ECC, Santos escreveu: "Irmão, não tem caô, a mercadoria tá aqui [*no Rio*]. Aqui não tem duas palavras, nem volta na conversa, entendeu meu irmão, aqui é uma coisa só, mercadoria já tá aqui, nós vamos trabalhar."

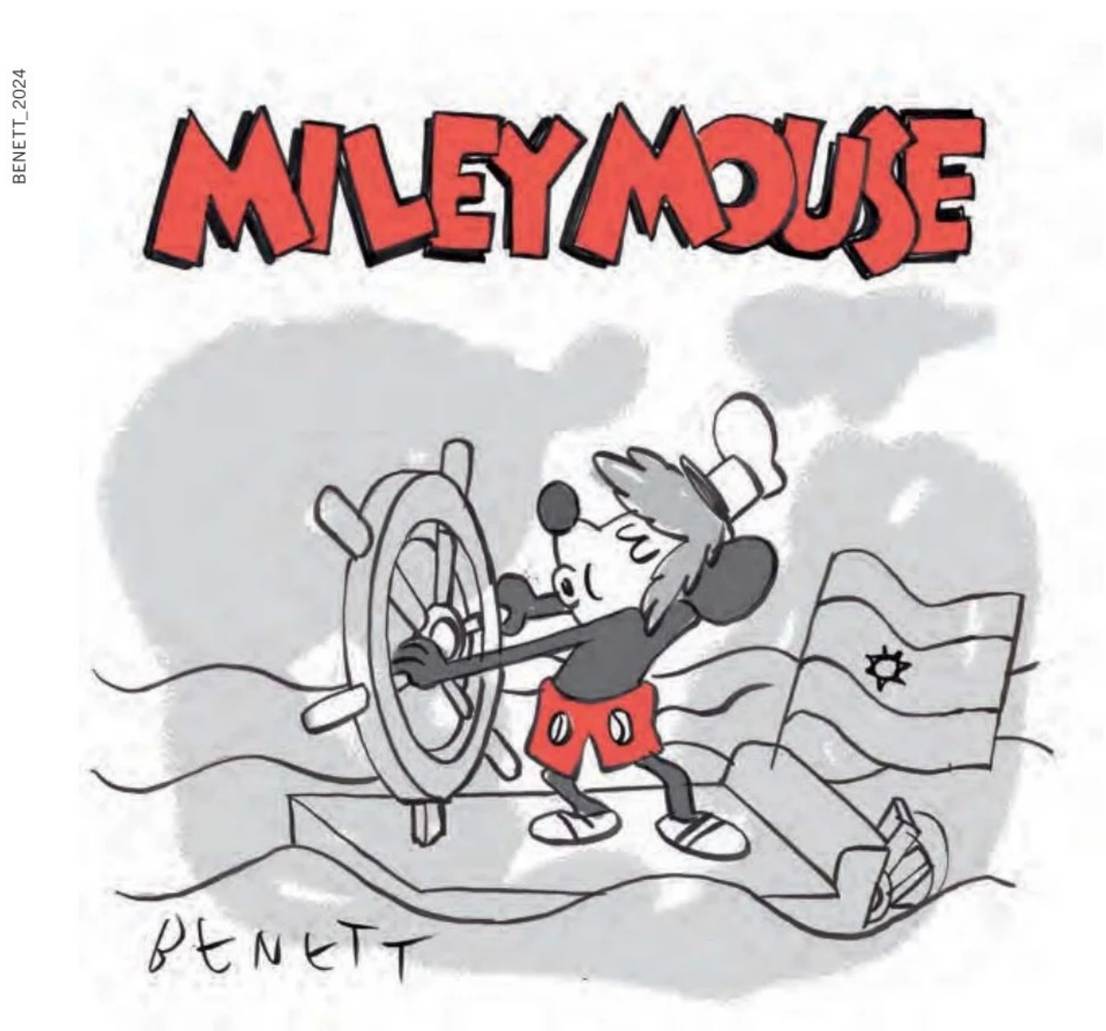
A PF solicitou à Justiça autorização para retirar o contêiner do porto, levá-lo ao galpão da quadrilha, inserir a cocaína e devolvê-lo no terminal, à espera do navio com destino à Espanha. A juíza Oliveira, no entanto, tomou uma decisão paradoxal: autorizou o policial infiltrado a receber os valores pela retirada do contêiner do porto, mas, ao mesmo tempo, negou a autorização para que o contêiner fosse retirado do porto para o enxerto da cocaína. "As medidas requeridas pela autoridade policial não encontram amparo legal e, caso deferidas, representariam a facilitação da prática de crime pelo próprio Juízo", escreveu. A decisão arruinava toda a investigação.

Diante disso, o agente infiltrado tentou ganhar tempo com Santos, inventando desculpas para atrasar a retirada do contêiner do porto. Mas o traficante não quis esperar. Por conta própria, alugou um contêiner e reservou um lugar para o recipiente em um navio com destino a Valência, sem a participação de Jardim Filho. A droga seria inserida no contêiner dentro do próprio terminal portuário mediante o pagamento de um suborno de 200 mil reais para guardas portuários e estivadores. A PF usou essa iniciativa do traficante para reforçar perante a juíza da 6ª Vara que a traficância não dependia exclusivamente da ação de Jardim Filho. O próprio infiltrado, em relatório encaminhado ao delegado Heliel Costa, escreveu: "Este agente infiltrado de forma alguma está induzindo a prática criminosa, ela já está em curso. O que se pretende é justamente, através das medidas judiciais, ter o 'controle', fazendo as intervenções devidas, das supostas práticas criminosas." O delegado encaminhou o conteúdo à juíza. O argumento, entretanto, não convenceu a magistrada.

Santos acabou desistindo de despachar a cocaína por conta própria por não conseguir embarcar o contêiner a tempo, enquanto o Ministério Público corria para salvar a investigação. Recorreu ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que concedeu a liminar para que Jardim Filho enxertasse a cocaína nos recipientes. "Fica autorizada eventual prática de crimes, quando forem absolutamente necessários à manutenção do disfarce e ao prosseguimento das investigações", escreveu em sua decisão a desembargadora Simone Schreiber.

Com a autorização judicial, o infiltrado combinou com Santos o envio de 500 kg da droga para a Espanha em 14 de dezembro de 2020. No fim daquele dia, no entanto, Santos informou a Jardim Filho via Sky ECC que o caminhão com a droga havia sido abordado por policiais civis na saída da favela Nova Holanda, no Complexo da Maré, na Zona Norte do Rio. Detalhe: os policiais só apresentaram 220 kg da droga na 25ª Delegacia de Polícia. O restante foi desviado, segundo Santos disse para o agente infiltrado. "Roubaram 280 [*quilos*]. Só apresentaram 220. Bando de ladrão fdp", escreveu o traficante. Em outubro de 2023, o delegado Renato dos Santos Mariano, responsável pela apreensão, e outros três policiais foram afastados do cargo em razão do desvio e passaram a cumprir prisão domiciliar.

(A corrupção policial apareceu em outra ocasião. Em julho de 2021, Nascimento estava em São Paulo para pegar 300 mil dólares com um dos seus doleiros, dinheiro que pretendia investir na compra de um cavalo para disputar um torneio no Texas, nos Estados Unidos. Foi abordado por policiais civis. Em vez de ser preso, foi extorquido. Seis horas



mais tarde, o liberaram, mas só depois de aceitar pagar 1 milhão de dólares aos policiais, que nunca foram identificados pela PF. "Foi polícia que me sequestrou", relatou a um amigo horas depois, em conversa gravada por agentes federais. "Rebentou eu no meio.")

Oito dias depois do flagrante na favela Nova Holanda, finalmente, o agente infiltrado conseguiu retirar um contêiner do porto e levá-lo em um caminhão alugado pela PF até um galpão na Penha, na Zona Norte. Ali, o pessoal de Santos, apesar da apreensão dos 500 kg, já dispunha de mais 450 kg de cocaína para inserir no contêiner. Jardim Filho estava no local. Acompanhou toda a operação e ainda registrou a ação com uma câmera escondida. Pelo serviço, recebeu 175 mil dólares (870 mil reais). A droga foi interceptada pela PF ainda no Porto do Rio. Santos não se abalou.

Em 8 de janeiro de 2021, a quadrilha embarcou mais 500 kg de cocaína para o Porto de Gioia Tauro, na Itália, com o auxílio de Jardim Filho, que recebeu mais 175 mil dólares pelo serviço (a droga foi apreendida pela polícia italiana, a pedido da PF). Três dias depois, finalmente o infiltrado foi apresentado por videoconferência aos dois líderes do grupo – Nascimento e Israel. A dupla atribuiu as apreensões dos carregamentos na Europa à quebra da criptografia do Sky ECC (dias depois, o agente infiltrado recebeu um celular com outro aplicativo considerado mais seguro pelo bando, chamado 1BC). Nascimento e Israel, descontentes com o trabalho de Santos, disseram que, a partir daquele dia, trabalhariam diretamente com Jardim Filho.

Tudo corria bem até que, em dado momento, o clima começou a ficar pesado porque os subordinados de Nascimento e Israel passaram a desconfiar que Jardim Filho fosse um policial, já que toda a carga enviada à Europa com participação dele acabava apreendida. Em chamada de voz pelo aplicativo Signal, Israel faz o seguinte comentário, ironicamente chamando Jardim Filho de "PF": "E os meninos lá? Ô, PF, eles estão com medo de você." Dito isso, Israel riu, Jardim Filho também. O traficante continuou: "Cê tá louco, esses homem fica nervoso. [...] Os caras têm medo, entendeu?" Em seguida, Israel, imitando a voz de algum subordinado, diz o seguinte: "Levanta bem esse cara, mano, cê é louco, esse cara é PF." E completa, ele próprio negando a possibilidade: "Que PF nada, sô!" O infiltrado caiu na gargalhada.

Para dissipar as suspeitas, Jardim Filho propôs a Nascimento e Israel que, em vez de dinheiro, seu pagamento fosse em cocaína, que também seria embarcada à Europa. Era um modo de mostrar que ele também estava disposto a correr riscos em nome da parceria. Israel apoiou a ideia. "Faz isso aí que agora nós vamos entortar de ganhar dinheiro", respondeu o traficante. Assim, em agosto de 2021, dos 300 kg inseridos em um contêiner com destino a Antuérpia, 35 pertenciam ao policial infiltrado. Algum tempo depois, quando outro carregamento, de 400 kg de cocaína, foi apreendido em Barcelona a pedido da PF, Jardim Filho lamentou a perda do carregamento com um funcionário de Israel: "Não é bom pra ninguém [*a perda da droga*]. Eu mesmo, meu ganho viria na mercadoria."

Os momentos mais tensos surgiam nas ocasiões em que o agente infiltrado se reunia em ambientes fechados com os integrantes das duas organizações criminosas, seja nas reuniões em lobbies de hotel ou apartamentos, seja nos galpões próximos ao porto onde a cocaína era inserida nos contêineres. O cuidado tinha de ser redobrado, já que as quadrilhas eram violentas. (Em telefonema captado pela PF, a ex-mulher de Nascimento descreve o ex-marido para um interlocutor não identificado na investigação: "Ele vai lá e manda matar.") Sempre que o infiltrado se reunia com a quadrilha em locais privados, uma equipe com dez a doze policiais ficava à paisana, em carros descaracterizados, nas imediações, pronta para agir caso houvesse algum problema.

Como os policiais não podiam ver o infiltrado em ação, havia duas medidas de segurança. A primeira era a definição prévia de um tempo máximo de permanência do policial dentro do ambiente fechado. Caso esse tempo extrapolasse, os policiais do lado de fora invadiriam o local – e seria o fim da investigação. A segunda medida era, em caso de algum contratempo, Jardim Filho digitar uma senha que, via aplicativo de mensagem, seria enviada aos policiais do lado de fora.

Na reunião no apartamento de Nascimento no Leblon em março de 2021, a tensão tomou conta das equipes de vigilância. O prazo de permanência de Jardim Filho extrapolou e parte dos agentes queria invadir o prédio. O delegado Heliel Costa sugeriu aguardar um pouco mais. Minutos depois, Jardim Filho deixou o prédio sozinho, para alívio da equipe. O infiltrado, já habituado a manter-se tranquilo nesses encontros, estava tão relaxado que, durante a conversa com Nascimento e Israel, se esqueceu de conferir a hora no relógio.

Nascimento e Israel tinham conexões internacionais. Em abril de 2021, eles foram a Dubai, para um encontro com traficantes ligados ao britânico Hale, o Robô. Agentes da DEA acompanharam a reunião, que contou com a presença do jovem traficante uruguaio Sebastián Enrique Marset Cabrera, dono de um currículo exótico, mesmo para um criminoso: fundou uma facção na terra natal inspirada no PCC, o Primeiro Cartel Uruguaio (PCU), chegou a jogar como meia-armador em um clube da segunda divisão do Paraguai e é apontado como um dos mandantes do assassinato do promotor paraguaio Marcelo Pecci, em maio de 2022. A PF suspeita que Marset Cabrera auxiliava Nascimento e Israel no transporte de cocaína na fronteira com Bolívia e Paraguai.

Ao todo, a PF e as polícias europeias apreenderam 9 toneladas de cocaína da quadrilha de Nascimento e Israel por meio do esquema do agente infiltrado. As remessas renderam pagamentos de 2,57 milhões de dólares (12,8 milhões de reais) a Jardim Filho, sempre em espécie – todo o valor foi depositado em uma conta administrada pela Justiça.

Até que ponto se justifica um agente do Estado praticar um crime para combater ou prevenir outro delito, ainda que de maior expressão? O conflito ético é latente desde os primórdios da infiltração policial, que começou na França entre os séculos XVII e XVIII, quando pessoas comuns, os *agents provocateurs*, eram pagas pela monarquia para ingressar em quadrilhas criminosas, identificar seus membros e detalhar seus crimes. Mas foi nos Estados Unidos que as *undercovers operations* se tornaram usuais como técnica de investigação policial, primeiro no combate às quadrilhas que burlavam a Lei Seca, de 1920, e, a partir dos anos 1960, na investigação da máfia e do narcotráfico. Entre 1976 e 1981, o agente Joseph Dominick Pistone, do FBI, infiltrou-se em duas das cinco famílias mafiosas de Nova York com o nome falso de Donnie Brasco. Levou à prisão mais de cem criminosos. Na década de 1980, Pistone lançou um livro contando os bastidores da investigação, que anos mais tarde seria adaptado para o cinema com os atores Johnny Depp e Al Pacino.

Pouco depois do enredo bem-sucedido de Pistone, no entanto, uma tragédia trouxe à tona o alto risco de uma infiltração policial. Em 1984, o agente Enrique Camarena, da DEA, infiltrou-se no Cartel de Guadalajara, no México, para descobrir a exata localização de uma plantação de maconha com 1 mil hectares de extensão. A lavoura foi identificada e destruída dias mais tarde pela polícia mexicana, o que desencadeou a fúria do cartel. Camarena foi descoberto, sequestrado, torturado por trinta horas e assassinado com uma broca inserida no crânio. Sua morte brutal acelerou a guerra às drogas do governo de Ronald Reagan.

No Brasil, o debate sobre a infiltração policial surgiu apenas em 1989, quando um projeto de lei do então deputado federal Michel Temer (PMDB) propôs a legalização do instituto. Mas, por não prever autorização judicial, a proposta foi vetada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Somente em 2001, depois que a ONU atualizou as estratégias de combate ao crime organizado na Convenção de Palermo, a lei brasileira passou a prever a infiltração policial mediante aval da Justiça.

Mas a falta de detalhamento das regras (duração da infiltração, necessidade de exaurimento de outros meios de investigação, exigência de relatórios por parte do infiltrado) fez com que a infiltração fosse pouco utilizada, ao menos oficialmente. Um dos raros casos em que o uso dessa estratégia veio a público foi na investigação do assalto à sede do Banco Central em Fortaleza, em 2005, que rendeu 165 milhões de reais aos ladrões. Um agente da PF infiltrou-se na quadrilha e começou a namorar

uma parente de Antônio Jussivan Alves dos Santos, o Alemão, líder do bando. Com isso, obteve informações detalhadas do crime que ajudaram a polícia a prender parte do grupo, inclusive o próprio Alemão.

Houve casos em que policiais se valeram da técnica para fins escusos. Em 2003, o então delegado da Polícia Civil paulista Robert Leon Carrel disfarçou-se de narcotraficante judeu, com direito a quipá na cabeça, para prender uma quadrilha que trazia cocaína da Colômbia. Carrel desviou parte da droga apreendida. Demitido da polícia, sua aposentadoria foi cassada. Durante as manifestações populares de junho de 2013, a Força Nacional chegou a infiltrar um dos seus agentes em um grupo com táticas *black blocs* no Rio, mas descumpriu uma medida elementar: não obteve autorização judicial, razão pela qual a investigação foi anulada.

Naquele mesmo ano, a então presidente Dilma sancionou a lei nº 12850 sobre o combate ao crime organizado. Vigente até hoje, a norma prevê a infiltração policial mediante aval da Justiça, por até seis meses, renováveis por igual período. A PF criou um setor na Diretoria de Inteligência Policial (DIP) apenas para cuidar de infiltração, seja virtual (comum em investigação contra hackers e pedófilos), seja real. A **piauí** solicitou à PF via Lei de Acesso à Informação o número de operações que se valeram dessa técnica desde a promulgação da lei atual, mas a corporação negou-se a fornecer os números, sob o argumento de que se trata de informação sensível. A reportagem apurou que as operações são raras, devido ao alto risco do infiltrado, mas comuns por meio virtual.

Apesar de reconhecer o avanço da lei brasileira atual, a defensora pública Maria Clara Hage Pereira, especialista no tema, aponta falhas na norma. "Diante da sensibilidade da infiltração, a lei deveria exigir um plano operacional detalhado por parte das polícias, no mínimo", afirma. "Porque sempre que essa técnica for empregada haverá desobediência ao direito constitucional da privacidade, sem contar ao menos dois riscos latentes: a cooptação do infiltrado pela quadrilha e a morte do infiltrado, caso o disfarce caia por terra."

Em fevereiro de 2022, a PF iniciou os preparativos para deflagrar duas operações e prender os traficantes identificados (devido à infiltração de Jardim Filho nas duas organizações, as duas operações deveriam ser deflagradas no mesmo dia). No dia 2 daquele mês, o infiltrado disse tanto à quadrilha de Nascimento quanto à de Chendal Rosa que iria viajar a passeio para Dubai. Havia um objetivo duplo: preparar sua retirada de campo, já que seu disfarce estava prestes a ser desvendado, e encontrar-se com Leonardo dos Santos, da quadrilha de Nascimento, que estava nos Emirados Árabes de férias com a família. Com ele, tentaria identificar outros integrantes da organização. O infiltrado lembrava que, certa vez, Israel dissera que um advogado brasileiro radicado em Dubai fazia parte do esquema.

"Eu devo dar uma viajada, cara. Devo dar um pulinho em Dubai lá, mas vai ser passar uma semaninha só e volto", disse Jardim Filho para Israel. Quando as duas operações foram deflagradas, ambas no dia 15 de fevereiro, o agente já estava nos Emirados Árabes Unidos. Cinco alvos – Cristiano Nascimento, Chendal Rosa, Victor Silva, Maycon Scoralick e Cleide Boettsche – foram presos no Brasil. Israel fugiu pelos fundos do condomínio onde morava, em Hernandarias, no Paraguai, minutos antes da chegada da polícia. A PF suspeita que houve vazamento da informação. Até janeiro, Israel permanecia foragido.

Um dia antes da deflagração das operações, Jardim Filho encontrou-se com Santos no saguão de colunas brancas e douradas em estilo neoclássico do imponente hotel Palazzo Versace, em Dubai, onde o trio estava hospedado. Disfarçados de hóspedes, agentes da DEA circulavam pelo ambiente para garantir a segurança do infiltrado. De Dubai, Santos disse ao policial infiltrado ter planos de ir com a mulher e o filho para as Ilhas Maldivas, no Oceano Índico, e em seguida para Lisboa (ele tem cidadania portuguesa). Foi o último contato pessoal de Jardim Filho com Santos.

No dia seguinte, com a deflagração da operação, mudou tudo. Em conversa com o infiltrado via aplicativo 1BC, Santos lamentou a operação policial: "Eu tô fodido. Bloquearam as minhas contas. Acabei de ver aqui." Quando Jardim Filho disse que deixaria os Emirados Árabes, Santos sugeriu que ficasse: "Melhor ficar em Dubai que não tem extradição. Aqui não prende, irmão. Não tem como [...]. Todos estão aqui. Brasil não tem acordo com Dubai. E nem Europa", escreveu o traficante. Antes de se despedir de Jardim Filho, Santos ainda combinou de se encontrar pessoalmente com ele no dia seguinte para coordenar o envio de 5 toneladas de cocaína em um carregamento de frango congelado com destino à Bélgica. (Santos chegou a ser preso em dezembro de 2022 em Abu Dhabi, também nos Emirados Árabes, quando se preparava para ir ao Catar assistir aos jogos da Copa do Mundo. Mas, como o governo brasileiro não fez o pedido de extradição dentro do prazo legal, ele acabou solto 45 dias depois. Está foragido até hoje.)

Encerrada a conversa, faltavam apenas algumas horas para que os advogados dos traficantes presos tivessem acesso ao inquérito das duas operações no Brasil e, assim, soubessem que Edmilson Lincoln Jardim Filho, o Xuxa, era na verdade um policial infiltrado. Depois de desligar todos os telefones por meio dos quais se comunicava com as duas quadrilhas, o policial infiltrado seguiu para outro destino, mantido em segredo pela PF. Procurado sucessivas vezes pela **piauí** por meio de

policiais que participaram das duas operações, Jardim Filho preferiu não dar entrevista, mesmo sem revelar sua fisionomia. Sua verdadeira identidade é conhecida por um grupo muito restrito de policiais, procuradores e juízes.

Nas duas operações, o Ministério Público Federal denunciou 33 pessoas por tráfico internacional de drogas e associação para o tráfico. A defesa dos réus pediu a anulação da investigação, com o argumento de que, nas primeiras reuniões de Jardim Filho com as quadrilhas de Chendal Rosa e de Cristiano Nascimento, ainda não havia autorização judicial para a infiltração – o que é verdade. Além disso, os advogados alegaram que o policial infiltrado instigara os réus ao crime na medida em que ofereceu facilidades no porto carioca. "Nenhuma organização criminosa possui esse tipo de logística, que conta com o apoio da Polícia Federal e do Poder Judiciário para sua execução, tornando a operação de tráfico internacional de drogas verdadeiramente infalível", ironizou o advogado Diogo Ferrari ao apresentar um pedido de *habeas corpus*.

No entanto, nas duas operações, os juízes de primeira instância rechaçaram esses argumentos. Consideraram que as primeiras reuniões do policial com as quadrilhas eram apenas atos preparatórios à infiltração. Afinal, o agente deveria estabelecer contato antes de ganhar a confiança de seus interlocutores criminosos. Os magistrados também rejeitaram o argumento de que as duas organizações só traficaram drogas em razão do apoio do infiltrado. Em sua decisão, o juiz Tiago Pereira Macaciel escreveu: "O agente policial infiltrado limitou-se a oferecer [...] a facilidade de exportação de cocaína pelo Porto do Rio de Janeiro, mas [...] não os pressionou ou assediou, de qualquer modo, para que cometessem os delitos de tráfico; não participou da internalização da cocaína no Brasil nem teve qualquer influência sobre as operações de armazenamento e transporte da droga até a sua inserção em contêineres destinados à exportação; logo, é manifesto que o policial infiltrado não excedeu os limites da atuação legítima de um agente encoberto no interesse da investigação criminal."

Encerrados os julgamentos em primeira instância, todos os réus foram condenados. Nascimento pegou a maior pena, de 26 anos de cadeia. Chandel Rosa foi condenado a 22 anos, e seu braço direito Victor Silva, a 21. Como Santos nomeou um defensor mesmo estando foragido, seu julgamento prosseguiu normalmente e resultou numa pena de 18 anos. Scoralick foi condenado a 16, e Cleide Boettsche, a 15 anos. Com exceção de Santos, todos estão presos. Cabe recurso contra todas as condenações. Como continua foragido e não constituiu um advogado de defesa, Israel ainda não foi julgado.

Edmilson Lincoln Jardim Filho, por sua vez, continua trabalhando na PF, mas vive uma liberdade limitada. Até o fim de 2023, estava no exterior, sem previsão de retorno ao Brasil em razão do risco latente de ser descoberto e assassinado. Sua real identidade está dentro de dois envelopes guardados em cofres da Justiça Federal – um na 6ª Vara, outro na 10ª, onde tramitaram as duas investigações. O documento diz que o policial aceitou, apesar dos riscos, infiltrar-se nas duas quadrilhas. Não se sabe se fez plástica, se tem família, nem se toparia voltar a trabalhar como um agente infiltrado. ✪

FOCO NO FOGO

Os rastros dos megaincêndios na Amazônia num ano de El Niño

BERNARDO ESTEVES

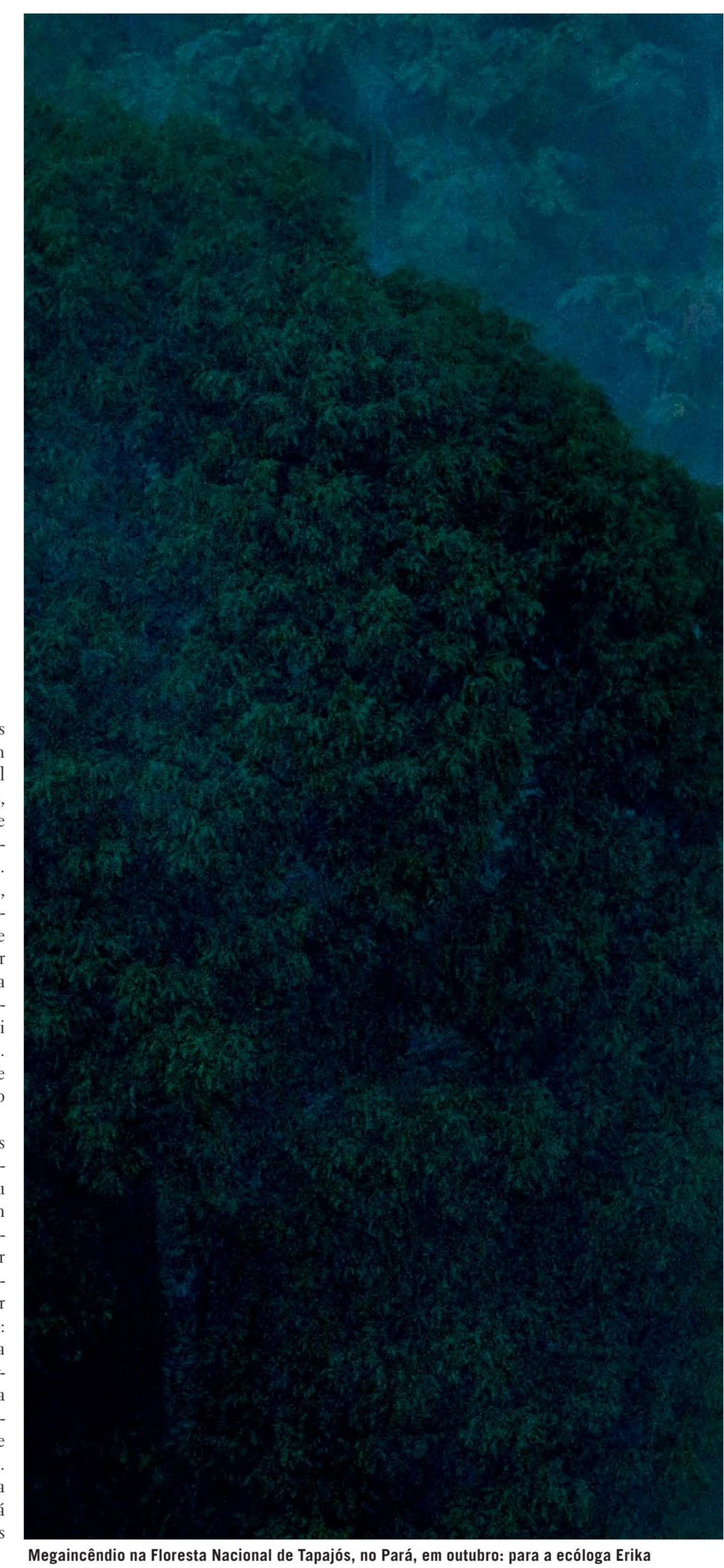
Quando um trecho da Amazônia na região do Baixo Tapajós, no Oeste do Pará, pegou fogo em outubro de 2023, a ecóloga carioca Erika Berenguer temeu pela vida de uma árvore específica. Era um breu, uma árvore frutífera de copa densa com mais de 40 metros de altura que ela observava de perto desde 2010. A cientista se especializou no estudo do impacto de queimadas e outras intervenções humanas na Floresta Amazônica, e vinha monitorando o que acontecia com todas as árvores situadas em dezenas de áreas de mata selecionadas para a pesquisa.

Berenguer e seus colegas começaram a monitorar aquele trecho da floresta – uma faixa de 250 metros por 10 metros – quando havia ali onze árvores de grande porte cujos troncos tinham pelo menos 1 metro de circunferência. Até que, em 2015, veio uma das secas mais severas da história recente da Amazônia e, com ela, uma temporada de incêndios florestais com uma extensão que os cientistas nunca tinham testemunhado. O fogo matou todas as árvores de grande porte daquela área – menos o breu. "Foi a única gigante que sobreviveu ao fogo de 2015", disse Berenguer.

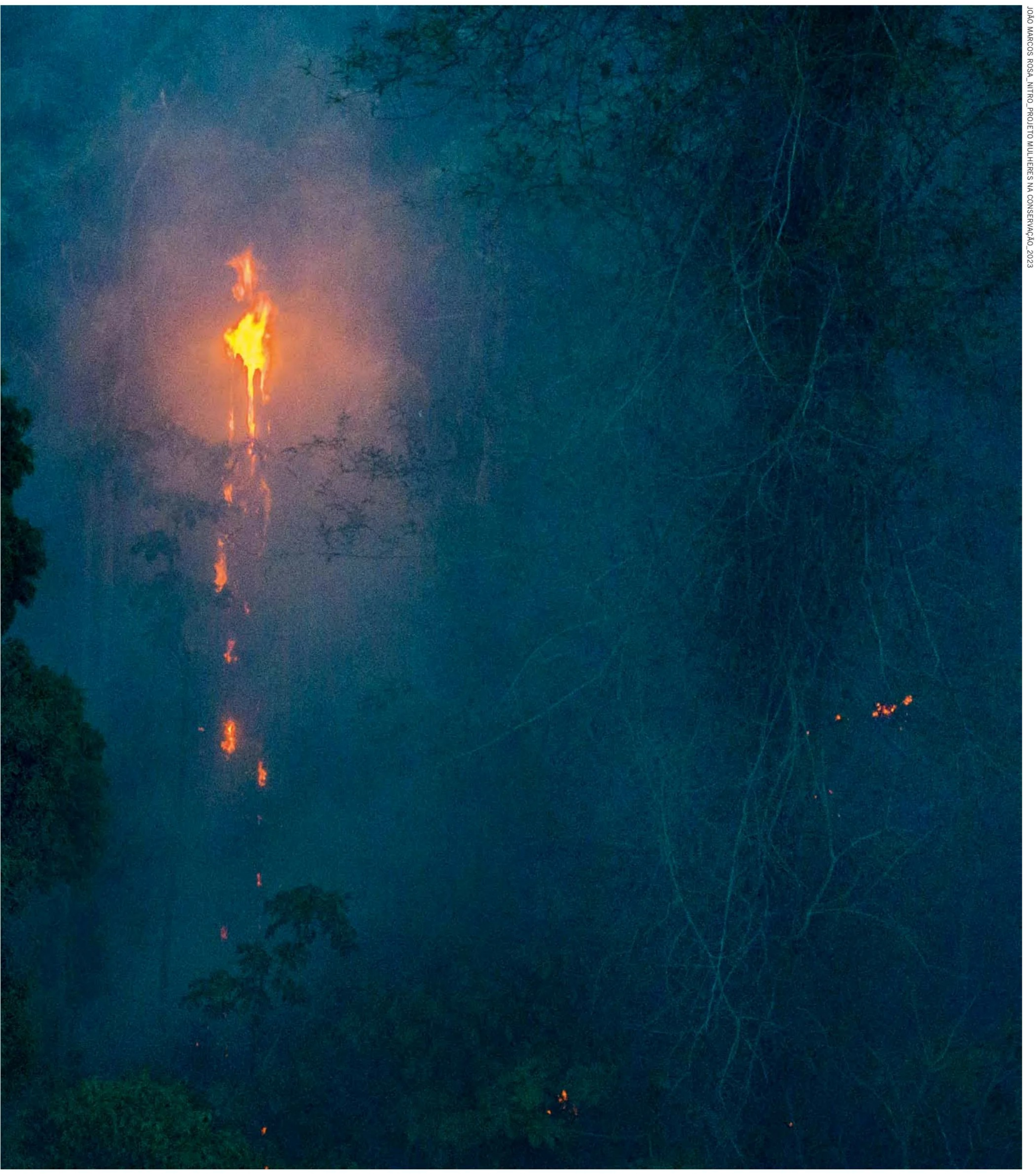
Aquele foi um ano de El Niño, um fenômeno climático periódico provocado pelo aquecimento das águas superficiais do Oceano Pacífico. Na Amazônia, o El Niño costuma provocar secas intensas que deixam a floresta mais vulnerável ao fogo e criam condições para a ocorrência dos chamados megaincêndios, que atingem uma área de 10 mil hectares, ou 10 mil campos de futebol. Só no Baixo Tapajós, os incêndios florestais atingiram cerca de 1 milhão de hectares em 2015, o equivalente a quase o dobro do Distrito Federal.

No ano passado o El Niño voltou e, com ele, vieram a seca e os megaincêndios. Ainda se recuperando do fogo de oito anos antes, a área monitorada por Berenguer queimou novamente. Dessa vez, o breu não sobreviveu. A ecóloga soube que a árvore tinha morrido quando foi inspecionar a floresta e não viu a copa. "Quando a gente enfim chegou, a árvore ainda estava de pé, mas já morta, com o fogo comendo ela por dentro", contou.

Em dezembro de 2023, dois meses após o incêndio, Berenguer levou a reportagem da **piauí** até a área e mostrou o cadáver do breu, que era apenas um de muitos troncos carbonizados espalhados pelo chão da floresta. Caminhar pela área que queimara em 2015 e pegou fogo novamente foi como transitar pelos vestígios de um grande churrasco: havia por todo canto tocos de madeira queimados e esqueletos de árvores mortas. A floresta que um dia chamou a atenção pela profusão de verde agora estava marcada por tons de preto, cinza e marrom da matéria orgânica queimada. Berenguer comparou aquele trecho da Amazônia a um cemitério. "A gente está andando pelas ruínas da floresta mais biodiversa do mundo."



Megaincêndio na Floresta Nacional de Tapajós, no Pará, em outubro: para a ecóloga Erika



JOÃO MARCOS ROSA_NITRO_PROJETO MULHERES NA CONSERVAÇÃO_2023

Berenguer, o governo está preso a fórmulas do passado para combater o desmatamento. "Não podemos pensar em soluções para a Amazônia da mesma forma como pensávamos há vinte anos", diz

BENETT_2024

O breu tinha valor sentimental para Berenguer e seus colegas, que entravam na floresta com uma escada para fazer medições da sua respiração. Agora, a árvore tinha virado estatística. A cada três meses, os cientistas vão a campo visitar cada um dos 28 trechos de floresta monitorados pelo grupo, a fim de verificar se alguma das 20 mil árvores morreu. De dois em dois anos, eles fazem um novo recenseamento de cada área. Com base no número de árvores mortas que contabilizaram nas áreas estudadas, os pesquisadores fizeram uma extrapolação para estimar o número de baixas provocadas pelos incêndios florestais durante o El Niño de 2015 e 2016 em toda a região do Baixo Tapajós. Calcularam que o fogo matou quase 3 bilhões de árvores. E isso numa área que cobre meros 1,2% de toda a Amazônia. Considerando todo o bioma, o estrago pode ter sido muito maior.

Os resultados foram publicados em 2021 nos anais da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, uma revista especializada conhecida pela sigla *Pnas*. Berenguer, que é pesquisadora das universidades britânicas de Oxford e Lancaster, encabeçava uma lista de dezoito autores que representam centros de pesquisa do Brasil, do Reino Unido e da Suécia. A maioria dos autores do trabalho integra a Rede Amazônia Sustentável, que reúne estudiosos pertencentes a dezenas de instituições que investigam os impactos do fogo e da ação humana sobre a floresta.

A Amazônia é uma floresta úmida, na qual os incêndios não ocorrem de forma natural, e suas árvores não estão acostumadas com o fogo. Nesse aspecto, elas são diferentes das espécies de savanas, que foram regularmente expostas ao fogo em sua evolução e, com isso, desenvolveram estratégias que lhes permitem sobreviver às chamas, como explicou à **piauí** a ecóloga Joice Ferreira, cofundadora da Rede Amazônia Sustentável. Ferreira é natural do Cerrado de Tocantins e pesquisou esse bioma para seu doutorado. Em 2006, passou a estudar também a floresta depois que se estabeleceu em Belém como pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental. Ela disse que as árvores do Cerrado têm troncos de casca mais grossa, que lhes garantem isolamento térmico, e raízes longas capazes de buscar água em grandes profundidades. Como não dispõem dessas adaptações, as árvores amazônicas são mais vulneráveis aos incêndios e, por isso, o fogo deixa um rastro letal quando as atinge. No Baixo Tapajós, os incêndios mataram mais de metade das árvores com mais de 10 cm de diâmetro; já entre aquelas de menor porte, a letalidade foi ainda mais elevada.

É a ação humana que costuma desencadear as queimadas na Amazônia, que se concentram nos meses da temporada seca, de junho a novembro. Muitas têm origem no desmatamento, que na grande maioria das ocorrências é de natureza ilegal naquele bioma. Depois que derrubam as árvores e retiram a madeira de valor comercial, os desmatadores deixam o restante da matéria orgânica secar por meses até a estação seca. O fogo é ateado nessas áreas, às vezes mais de uma vez, e a maioria delas vira pasto. Nesse processo, pode acontecer de o fogo escapar para alguma área de mata adjacente, e assim têm início muitos incêndios florestais. Foi o que ocorreu no trecho do Baixo Tapajós em que ficava o breu morto.

O fogo na floresta úmida pode chegar por outros caminhos, sempre por obra humana. Pecuaristas recorrem às queimadas regularmente para manter limpas as pastagens, que na Amazônia são rapidamente tomadas pela vegetação. E as populações tradicionais lançam mão do fogo para preparar o roçado e usar a matéria orgânica queimada como fertilizante. Nos dois casos, se cuidados não forem tomados, as chamas podem escapar para trechos de floresta intacta, onde o estrago é certo. Secas intensas, como nos anos de El Niño, aumentam a chance de que isso aconteça.

A ação humana está facilitando duplamente a ocorrência do fogo, disse a geógrafa Ane Alencar, estudiosa de incêndios florestais no Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). A seca excepcional de 2023 contou com o efeito do El Niño, mas o aquecimento global foi o fator preponderante. Estudo do grupo World Weather Attribution, divulgado em janeiro, apontou que a emergência climática tornou a ocorrência da seca trinta vezes mais provável. (Como a seca de 2015 não passou por estudo semelhante, não é possível afirmar o quanto o aquecimento global ajudou a agravar a devastação causada pelos efeitos do El Niño.) "Estamos criando condições diretas e indiretas para o fogo. Diretas, ao causar distúrbios na floresta ao tirar madeira. Indiretas, causando as mudanças climáticas", completa Alencar.

A temperatura média da Bacia Amazônica já está 1,5ºC mais quente do que era no período pré-industrial, disse Berenguer. Em algumas regiões, os níveis de precipitação estão diminuindo e a temporada seca está durando mais tempo. O quadro ficará ainda pior se alguém fizer a derrubada seletiva de algumas árvores para explorar as madeiras de maior valor de um trecho de floresta. Isso vai diminuir a umidade da mata e torná-la mais vulnerável ao fogo. "A floresta começa a ficar como um queijo suíço, cheia de buracos por onde entra mais luz, mais Sol e mais vento, mudando o microclima", explicou Berenguer. "A gente junta tudo isso e tem uma Amazônia que é diferente da Amazônia dos anos 1980 e 1990", disse. Essa é a Amazônia do Antropoceno, era geológica marcada pelos rastros da ação humana no próprio planeta: uma floresta mais quente, mais seca e mais inflamável.

Quando um trecho da floresta úmida queima pela primeira vez, o fogo é baixo e se espalha lentamente. Se esse trecho volta a queimar, como aconteceu com a área onde estava o breu, as chamas podem atingir alturas maiores, porque a floresta estará mais inflamável. A ecóloga se preocupa com o que pode acontecer com aquela paisagem – que já apresentava aspecto deplorável – caso pegue fogo novamente daqui a dez anos. "Pois é nessa direção que estão apontando todos os modelos climáticos", acrescentou.

Os pesquisadores não sabem dizer ao certo quanto tempo uma floresta tropical queimada leva para se recuperar – nem se ela voltará a ser como antes do fogo. O estudo dos trechos de floresta que pegaram fogo no El Niño de 2015 e 2016 está começando a trazer algumas respostas. Para quem visita uma dessas áreas, a primeira impressão pode ser de que a vida está reencontrando seu caminho. A área está cheia de árvores e a paleta de cores é dominada pelo verde. Mas um exame atento revelará uma paisagem homogênea e monótona.

As árvores são todas embaúbas, uma das chamadas espécies pioneiras que voltam a povoar a floresta depois do fogo. A embaúba é uma árvore de tronco fino, praticamente oca, que chega a 10 metros de altura. Berenguer disse que a floresta em recuperação não é capaz de armazenar tanto carbono quanto uma mata madura porque é dominada por embaúbas. "Trinta anos depois do fogo, a floresta ainda armazena 25% menos de carbono."

Quando levou a **piauí** a um trecho de mata que pegou fogo em 2015, mas foi poupado em 2023, Berenguer chamou atenção para a falta de diversidade da floresta em recuperação: as árvores têm todas a mesma idade, a mesma altura, o mesmo diâmetro. Quem olhasse para cima conseguiria ver grandes porções do céu, o que não ocorre numa floresta sem perturbações, que pode parecer claustrofóbica para alguns. A riqueza de estímulos também era menor: na mata em recuperação há menos cores, menos cheiros, menos sons. Aquela era uma mata silenciosa, em contraste com a algazarra sonora que imperava num trecho de floresta intocada que a **piauí** também visitou naquele dia. Ali, sapos, aves e insetos faziam a trilha sonora de uma paisagem diversa composta por árvores de tipos e tamanhos variados.

Os incêndios podem matar vários bichos que vivem na floresta. Jabutis, tatus, pacas e tamanduás estão entre as espécies cujos cadáveres já foram encontrados nas matas consumidas pelo fogo no Baixo Tapajós. Gilson de Jesus Oliveira, morador da região e auxiliar de pesquisa de Berenguer, contou que as queimadas afugentam muitos animais porque eles não encontram alimento na mata em recuperação. "Só daqui a um ano e meio é que a gente vai começar a ver bicho de novo nas áreas que pegaram fogo."

Enquanto caminhava pela floresta intocada, Joice Ferreira chamou a atenção para a presença de samambaias e disse que elas eram um sinal de biodiversidade. "Um dos indicadores de distúrbio numa floresta é que você deixa de ter espécies que precisam de mais umidade, como as samambaias ou os liquens", afirmou a ecóloga. Nas florestas degradadas, que são mais secas e expostas à luz, espécies especialistas

vão sendo substituídas pelas generalistas, empobrecendo a biodiversidade.

Ferreira explicou que há uma sucessão natural na floresta. Quando uma árvore morre, abre espaço para que espécies diferentes cresçam. Se agora a paisagem é dominada pelas embaúbas, dentro de algumas décadas virão outras árvores e com elas diferentes aves e insetos, até que dali a mais algumas décadas venha uma nova leva de plantas, fungos e bichos. A vida de uma floresta se conta na casa dos séculos. Num trecho de mata não perturbada, a idade média das árvores é da ordem de trezentos anos. "A recuperação da floresta não acontece na escala de vida humana", disse Berenguer.

No dia 5 de agosto de 2019, o jornal *Folha do Progresso*, de Novo Progresso, no Pará, publicou que produtores e criadores da região da BR-163 haviam escolhido o dia 10 daquele mês para fazer queimadas coordenadas com a finalidade de limpar pastagens e áreas desmatadas em suas terras. Com base no depoimento de uma liderança não identificada, o texto afirmou que eles estavam amparados pelas palavras do então presidente Jair Bolsonaro. Na eleição de 2018, Bolsonaro ganhou com folga em Novo Progresso, com 73% dos votos no primeiro turno. Estava começando a primeira temporada de seca na Amazônia de seu governo, e o desmatamento vinha escalando desde a campanha eleitoral.

Os fazendeiros cumpriram o prometido, como mostrou a explosão do número de focos de incêndio nas imagens de satélite medidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) nas cidades à margem da estrada, como Novo Progresso, Altamira e São Félix do Xingu. O episódio ficou conhecido como "Dia do Fogo", mas a alta no número de queimadas não se limitou ao dia 10.

Nas semanas seguintes, Bolsonaro espalhou vários disparates sobre os incêndios florestais na Amazônia. Disse que "a floresta não está pegando fogo como o pessoal está dizendo" e que a média das queimadas estava abaixo dos últimos anos – duas alegações que contrariavam os dados oficiais do Inpe. Chegou a sugerir que as queimadas fossem obra de ONGs e depois afirmou que alguns incêndios podiam surgir de forma espontânea.

O Inpe monitora as queimadas na Amazônia com imagens de satélite desde os anos 1980, num programa idealizado pelo engenheiro ambiental Alberto Setzer, que morreu em setembro de 2023. O sistema reúne informações coletadas em tempo real e reunidas num portal que permite orientar as ações de prevenção e combate dos incêndios florestais. "Os dados são atualizados no portal de queimadas a cada dez minutos, quando chega uma nova imagem de satélite", disse à **piauí** Fabiano Morelli, pesquisador responsável pelo programa. A plataforma calcula ainda a área atingida pelas queimadas e faz uma previsão do risco de fogo para uma determinada localidade.

As imagens de satélite indicam onde estão as prováveis queimadas identificando os focos de calor com sensores que medem a energia emitida pela superfície e algoritmos que excluem possíveis falsos resultados. A quantidade de focos de incêndio é o indicador-padrão para medir a extensão das queimadas numa determinada região ou período. No caso do Dia do Fogo, os satélites identificaram um salto de mais de 300% no número de focos em Novo Progresso e altas significativas em outros municípios envolvidos na ação coordenada dos produtores rurais.

Morelli explicou que as imagens de satélite são incapazes de discriminar o tipo de fogo. "Estou olhando e dizendo que ali tem fogo, mas não estou qualificando se ele é intencional ou autorizado", afirmou o cientista do Inpe. Por isso, esses dados eram incapazes de desfazer a confusão estimulada por Bolsonaro, deixando no ar a possibilidade de que se tratasse de um fenômeno natural sem ligação com o crime ambiental.

Para um grupo de pesquisadores preocupados com o fogo na Amazônia, a dúvida semeada por Bolsonaro sobre a origem das queimadas serviu de estímulo ao desenvolvimento de um sistema que permitisse trazer mais detalhes sobre a natureza de cada ocorrência de fogo identificada pelos satélites. "O presidente estava dizendo que as queimadas não eram por causa do desmatamento e ninguém na comunidade tinha informação sobre os tipos de fogo que estavam acontecendo. Por isso desenvolvemos esse método", disse Douglas Morton, pesquisador da Nasa, um dos idealizadores da iniciativa.

O novo método analisa imagens de satélite e permite classificar em tempo real cada queimada identificada em quatro tipos de fogo. O pesquisador da Nasa explicou que, em vez de analisar cada imagem individualmente, o sistema compara com imagens da mesma área feitas 12 ou 24 horas antes e leva em conta a cobertura vegetal no presente e no passado. Em outras palavras, a ferramenta permite reconstituir a história de cada ocorrência. "Estamos considerando as queimadas como eventos, e não somente como focos de calor", disse Morton.

Ao classificar esses eventos em função da natureza do fogo, o novo sistema pode orientar ações dos gestores e tornar mais eficiente o combate aos incêndios florestais. Chamada Amazon Fire Dashboard, a plataforma da Nasa foi lançada em 2020 e seus dados estão sendo compartilhados com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e com outras instituições brasileiras, que podem adotá-los no planejamento de suas ações.

Para testar a validade do método, os pesquisadores recorreram a ele para classificar a natureza dos incêndios detectados na temporada de 2019, quando houve o infame Dia do Fogo. Analisando as ocorrências entre abril e dezembro, concluíram que o tipo predominante de fogo naquela temporada foi a queima de áreas recém-desmatadas. Não eram, portanto, queimadas surgidas espontaneamente nem por iniciativa de alguma ONG ambiental.

Turbinada pelo fenômeno El Niño, mas também por um aquecimento atípico das águas do Atlântico Norte, a seca de 2023 deixou marcas por toda a Amazônia. Quase todos os municípios do Amazonas entraram em estado de emergência hídrica, e muitos deles precisaram racionar energia. Em Manaus, o nível do Rio Negro chegou a menos de 13 metros, o mais baixo desde que as medições passaram a ser feitas, há mais de um século (na cheia, o nível do rio pode chegar a quase 30 metros). Voltou a chover em algumas partes da Amazônia, mas os efeitos do El Niño de 2023 ainda devem ser sentidos ao longo do primeiro semestre de 2024, de acordo com projeções meteorológicas.

No Baixo Tapajós, dados analisados por Morton indicam que os megaincêndios florestais de 2023 atingiram aproximadamente 300 mil hectares, uma área mais de três vezes menor do que a afetada no El Niño de 2015 e 2016. Mas ainda é cedo para fazer um balanço definitivo do estrago, já que a mortalidade de árvores depois do fogo pode se manter elevada por dois anos e meio.

O El Niño do ano passado parece ter sido menos devastador do que o de oito anos atrás. "Em 2015 passamos cerca de quatro ou cinco meses sem qualquer chuva no Baixo Tapajós, já em 2023 tivemos pelo menos uma chuva por mês", disse José Risonei Assis da Silva, funcionário do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que atua como gestor da Floresta Nacional (Flona) do Tapajós. Além disso, continuou ele, a maior fiscalização das queimadas e medidas de educação ambiental ajudaram a atenuar os impactos da última temporada de fogo.

As populações tradicionais que vivem nas duas unidades de conservação do Baixo Tapajós – cerca de 22 mil pessoas – recorrem ao fogo para limpar o terreno e preparar suas roças. Nos anos muito secos, é preciso redobrar o cuidado no procedimento, para evitar que o fogo escape para alguma área de floresta. As famílias têm que pedir autorização aos gestores para realizar o procedimento. Silva explicou que, desde 2015, quando os incêndios atingiram 14% da área da floresta nacional, o uso de fogo só é autorizado nas áreas de regeneração de capoeira, com um limite de 2 hectares por família. No ano passado, a maior

parte do fogo que atingiu a Flona do Tapajós provavelmente escapou de áreas que tinham sido desmatadas do outro lado da BR-163, que liga Cuiabá a Santarém e delimita um dos lados da unidade de conservação.

A Flona do Tapajós se estende por 530 mil hectares e tem uma brigada própria de combate a incêndios florestais. Silva contou que, na temporada de fogo de 2023, a brigada estava mais preparada do que em 2015 para enfrentar o fogo. "Nunca tivemos uma equipe tão grande trabalhando com incêndios na floresta nacional", disse. Foram 27 brigadistas no ano passado. Além disso, o grupo contou com quadriciclos para o transporte e drones para mapear a extensão do fogo, recursos que não estavam disponíveis oito anos atrás.

A lógica que orienta o combate aos incêndios florestais é diferente daquela adotada para apagar um fogo urbano. Caso o fogo seja de pequena dimensão e intensidade, os brigadistas podem tentar apagá-lo usando abafadores ou a bomba d'água que carregam nas costas, como disse Marcos Jesus de Oliveira, que atuou no combate aos incêndios florestais no Baixo Tapajós. Mas essa é a exceção, e não a norma. "Quando o fogo está descontrolado, tem que fazer a linha de defesa, que é o que chamamos de aceiro", continuou o brigadista. Os aceiros são faixas de terra livres de matéria orgânica feitas com a finalidade de isolar o fogo e impedir que ele se alastre. Por isso, os brigadistas vão a campo equipados de motosserras, facões, enxadas, sopradores e outras ferramentas para limpar o chão de folhas, galhos e troncos. Nessa temporada de fogo não faltou trabalho aos brigadistas, mas eles contaram também com uma forcinha do céu. "O melhor brigadista é a chuva", brincou Oliveira.

O brigadista assinou um contrato temporário com o ICMBio, responsável pela gestão das unidades de conservação federais, para atuar na brigada anti-incêndios da Flona do Tapajós. Mas ele e outros colegas foram escalados também para combater o fogo na unidade de conservação que fica do outro lado do rio, a Reserva Extrativista (Resex) Tapajós-Arapiuns, que tem 677 mil hectares e não dispõe de uma brigada própria. Ali o El Niño de 2015 fez um estrago grande, e os incêndios atingiram 28% do território. O fogo voltou a entrar na reserva no ano passado. Só que a origem principal foram as queimadas para o preparo do roçado pelas populações locais.

A **piauí** visitou a reserva extrativista e conversou com Jadson Azulay, líder de uma associação comunitária de moradores da localidade de Jauarituba, situada às margens do Tapajós. Azulay reconheceu que o fogo tinha escapado para a floresta por descuido de moradores que haviam preparado seu roçado sem fazer aceiros ou tomar outras medidas preventivas. "A pessoa não teve a noção de entender que naquele momento estava muito seco, há mais de um mês sem chover", disse. "Esse fogo não era para ter existido."

O líder comunitário contou que o fogo invadiu uma área de restauração florestal que vinha sendo monitorada pela equipe da ecóloga Ima Vieira, do Museu Paraense Emílio Goeldi. O fogo matou pés de açaí, cupuaçu, andiroba e outras espécies que tinham sido plantadas na área de reflorestamento. "Foi um prejuízo muito grande", afirmou. Azulay espera que o episódio desperte nos moradores a consciência de que as secas serão cada vez mais intensas e que eles precisam sempre fazer aceiros e trabalhar coletivamente, monitorando as queimadas uns dos outros. "Serve de exemplo para não repetirmos o mesmo erro no próximo ano."

A gestora da Resex Tapajós-Arapiuns é a bióloga Jôine Evangelista do Vale, uma funcionária de carreira do ICMBio de 28 anos que assumiu o posto em agosto passado, dois meses antes do início da temporada de incêndios florestais. A bióloga tomou uma medida inédita e proibiu o uso do fogo na reserva. Ela disse que a medida foi tomada em conjunto por uma equipe técnica, a associação concessionária do território e o conselho que representa os povos indígenas que vivem ali. "Chegamos a um consenso pela proibição do uso do fogo temporariamente, enquanto não se controlassem os incêndios e não houvesse condições climáticas favoráveis", disse Vale, no escritório do ICMBio em Santarém. A proibição passou a valer uma semana depois da chegada do fogo e só foi suspensa dois meses mais tarde, quando voltou a chover.

Para Joice Ferreira, proibir que as populações mais vulneráveis da Amazônia usem o fogo é problemático porque pode comprometer a única forma que elas têm de cultivar seus alimentos. "A queima da floresta para preparo da roça é fundamental para a segurança alimentar dessas populações", disse. Para a ecóloga, permitir que eles continuem adotando essa prática é uma questão de justiça climática. "Não podemos negar a eles esse direito, mas ao mesmo tempo temos que ajudá-los a adaptar seu sistema de cultura alimentar à nova realidade que estamos vivendo."

A saída para o impasse envolve ações em várias frentes, que incluem o treinamento dessas populações para o uso seguro do fogo, a busca por alternativas para substituir seu uso no preparo do roçado ou gerar renda para as comunidades. As pesquisadoras sugerem a instituição de um programa inspirado no seguro-defeso, que remunera os pescadores tradicionais que não podem pescar durante o período de reprodução de peixes e crustáceos. No caso do fogo, o governo pagaria uma bolsa para compensar as populações tradicionais impedidas de fazer suas roças nos anos de seca extrema.

Se no ano passado a proibição das queimadas foi decidida de forma emergencial, a ideia de Jôine Evangelista é que a reserva extrativista passe a ter um calendário com janelas específicas para o uso do fogo no intuito de lidar com as secas extremas que devem passar a ser mais frequentes. Para isso, um calendário do fogo será elaborado em diálogo com os moradores. A ideia é instituir "uma cultura de uso do fogo com muita consciência e regramento", disse ela. Questionada sobre a segurança alimentar dos moradores impedidos de usar o fogo, a gestora alegou que no ano passado o ICMBio se mobilizou para distribuir entre os moradores da reserva cestas básicas obtidas com recursos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Em abril de 2023, Joice Ferreira e outros pesquisadores vinculados à Rede Amazônia Sustentável foram a Brasília. Queriam entregar em mãos a técnicos do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) um documento elaborado por eles com o objetivo de chamar a atenção do governo para a prevenção e o combate à degradação florestal provocada pelo fogo, pela exploração madeireira ou por outras ações humanas.

Naquele momento já estava claro que 2023 seria um ano de El Niño e que, com ele, viria mais uma temporada severa de seca e megaincêndios florestais. "O governo também sabia que tinha muita floresta derrubada que ainda não tinha sido queimada, ou seja, havia muita fonte de ignição para o fogo", disse a ecóloga Erika Berenguer. "Não tem desculpa para não ter tido prevenção."

A elaboração do documento que os pesquisadores levaram aos gestores partiu da percepção de que os esforços do governo estavam muito centrados no combate ao desmatamento, deixando em segundo plano a luta contra a degradação florestal, que demanda estratégias específicas. Os autores enumeraram seis políticas públicas que o governo poderia adotar para fazer frente ao fogo e outros agentes da degradação. Recomendaram, por exemplo, a criação de um fundo emergencial para financiar ações de prevenção e combate a incêndios nos anos de seca extrema. A ideia era que as recomendações fossem consideradas na elaboração do plano de combate ao desmatamento na Amazônia, que o governo submetera naquele mês à apreciação da sociedade.

Durante o primeiro mandato de Lula, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, lançou o plano que levou a uma diminuição de 83,5% do desmatamento da Amazônia num intervalo de oito anos, entre 2004 e 2012. De volta ao Planalto em 2023, o presidente chamou mais uma vez Marina para comandar o MMA. A estrutura do ministério passou a contar com uma secretaria extraordinária para o controle do desmatamento, confiada ao advogado socioambiental André Lima.

Numa entrevista à **piauí**, em dezembro de 2023, Lima disse que a versão final do plano de combate ao desmatamento atendeu a algumas das reivindicações feitas pela Rede Amazônia Sustentável. A definição dos municípios prioritários para as ações do plano, por exemplo, passou a levar em conta não só os indicadores de desmatamento, mas também os de degradação flores-

tal, como recomendavam os pesquisadores. "A degradação entrou como um critério de definição de prioridade tanto para a fiscalização quanto para o investimento em ações de regularização fundiária", afirmou Lima.

Questionado sobre como o governo agiu preventivamente para evitar os incêndios florestais num ano de El Niño, o secretário tirou da manga os bons resultados no combate ao desmatamento. A derrubada da Amazônia caiu 22% entre 2022 e 2023, revertendo a tendência de alta observada durante o governo Bolsonaro, quando o desmatamento aumentou quase 60%. Lima lembrou que muitos incêndios florestais surgem do escape do fogo usado para queimar áreas recém-desmatadas. "Se a gente reduz significativamente o desmatamento, estamos reduzindo significativamente o potencial de mais incêndios florestais."

Para Lima, se o desmatamento continuasse alto, a temporada de queimadas num ano de El Niño teria sido catastrófica. "2023 foi um ano muito difícil porque tivemos que reconstruir a nave enquanto navegávamos", disse Lima, referindo-se ao desmonte das estruturas federais de fiscalização ambiental durante o governo anterior. "Mas temos que estar preparados para ter um ano pior do que o outro daqui para a frente."

Na estrutura do governo federal, parte das ações de combate aos incêndios florestais é de incumbência do Ibama. O diretor de proteção ambiental do órgão, o biólogo Jair Schmitt, disse que no ano passado o Ibama contratou 2 101 brigadistas. "Isso é 17% mais do que foi em 2022, um ano que teve mais focos de calor do que em 2023." Schmitt acrescentou que isso só foi viável porque a equipe de transição do governo conseguiu negociar um aumento do orçamento previsto para o combate a incêndios florestais no ano passado.

A versão final do plano de combate ao desmatamento – que o governo entregou depois da consulta pública – incorporou algumas sugestões feitas por Joice Ferreira e seus colegas, mas ela disse que ainda está insatisfeita. "O plano melhorou, mas onde está o orçamento específico para anos de seca extrema como esse?", questionou. "Isso tem que ser preparado desde cedo."

Já Erika Berenguer avalia que o governo segue muito preso às fórmulas que permitiram combater o desmatamento no começo do século. "Que bom que essas estratégias deram certo no passado, mas a Amazônia mudou, o clima mudou, e no futuro vai ser ainda mais diferente", disse. A ecóloga acredita que o país precisa de políticas públicas adequadas a essa nova realidade. "Não podemos pensar em soluções para a Amazônia da mesma forma como a gente pensava há vinte anos."

Brigadas bem preparadas para conter o fogo são imprescindíveis e têm que continuar existindo, mas ainda operam na lógica do combate, e não da prevenção dos incêndios florestais, pontuou Ferreira. Se uma brigada precisa entrar em ação, é porque a floresta pegou fogo. Nos casos em que o incêndio poderia ser evitado, isso é uma falha dos gestores, que no Brasil estão acostumados a agir a reboque do fogo e raramente se antecipam a ele. "Não temos uma estrutura institucional para fazer a prevenção", disse Ferreira.

Uma medida que caminha nessa direção é uma plataforma em fase de testes nas duas unidades de conservação do Baixo Tapajós. Desenvolvida pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), a plataforma calcula o risco de incêndios de uma região a partir de uma série de parâmetros, como temperatura, umidade ou o número de dias sem chuva. O diferencial do sistema é que a previsão é feita para uma janela de três meses, enquanto a ferramenta do Inpe opera num horizonte de dias. Ao ampliar essa janela, a plataforma oferece aos gestores mais tempo. "Com isso a gente pode entender melhor quais são as áreas prioritárias e fazer o planejamento das estratégias de prevenção", disse a bióloga Liana Anderson, uma das criadoras da plataforma. Anderson contou que a ferramenta está em atividade há pouco mais de um ano e já está sendo adotada de forma piloto em estados como Mato Grosso do Sul.

As ferramentas computacionais ajudam a guiar as políticas, mas nem sempre é preciso recorrer à tecnologia para tomar as medidas certas. "Não precisa rodar modelo nenhum para sabermos que, na estação seca deste ano, as chances de grandes incêndios são enormes", disse Anderson. Isso porque, em 2023, no período em que essas florestas deveriam ter recebido a recarga de água para manter sua umidade, elas atravessaram uma seca com temperaturas extremas. "Quando vier a estação seca, essa floresta já vai estar mais suscetível à entrada do fogo." As eleições municipais no fim do ano, nas quais políticos da Amazônia ligados às forças que promovem o desmatamento vão tentar se eleger, também são um fator de risco para o aumento dos incêndios florestais na avaliação da bióloga.

Joice Ferreira enxerga o fogo como sintoma de uma doença crônica, que nasce da forma equivocada como a Amazônia é ocupada. É possível e necessário adotar medidas para evitar as queimadas, mas a médio ou longo prazo o problema só será resolvido se for repensada estruturalmente a forma como se utilizam aquelas terras. Em outras palavras, é preciso trabalhar para tornar as paisagens menos suscetíveis ao fogo. Seja como for, a solução para um futuro sem incêndios florestais passa pelo reconhecimento de que o fogo não é a raiz do problema.

Ao ouvir a colega falando de sintoma, Erika Berenguer comparou nossa relação com as queimadas na Amazônia com a situação de quem faz psicanálise e só consegue lidar com um trauma depois de nomeá-lo ao cabo de sucessivas sessões de terapia. Para ela, é hora de reconhecer e dar nome a esse trauma para que enfim possamos atacá-lo de frente. "Cresci ouvindo falar do desmatamento na história do meu país, mas o fogo não tem o mesmo protagonismo", disse a ecóloga. "Só vamos poder começar a tratar esses sintomas depois que falarmos em incêndios florestais nessa terapia coletiva chamada Brasil."

Um passo importante em tal direção seria dar mais visibilidade aos estragos causados pelo fogo na Amazônia. O governo divulga desde 1988 a taxa anual de desmatamento do bioma, calculada a partir de imagens de satélite pelo Inpe. Berenguer defende que o instituto faça o mesmo com os números da área afetada por incêndios florestais a cada ano, como forma de pautar a discussão. (Fabiano Morelli, o pesquisador do Inpe que cuida do programa de monitoramento de queimadas, discorda dessa avaliação. Em seu ponto de vista, os dados sobre a extensão de queimadas já são bastante noticiados pela imprensa, e não faz sentido promover uma consolidação anual dos dados que são atualizados a cada dez minutos no portal do instituto.)

De todo modo, Berenguer acredita que a solução só virá quando o fogo na Amazônia virar assunto de conversa de bar. Tomada por um sentimento de angústia a cada vez que entra na floresta devastada, ela gostaria de dividi-lo com aqueles que podem fazer algo pela Amazônia. "Meu sonho seria trazer o alto escalão do Ministério do Meio Ambiente para passar calor e perrengue numa mata recém-queimada."

Às vezes, a revolta vem acompanhada de um sentimento de impotência ou mesmo de culpa. Berenguer contou que, quando os megaincêndios florestais invadiram áreas de floresta no ano passado, ela teve o ímpeto de pedir desculpas às árvores mortas, porque havia testemunhado a devastação causada pelo fogo durante o El Niño de 2015 e se comprometido a lutar para que a tragédia não se repetisse, sem sucesso.

Os momentos de exasperação diante do estrago causado pelo fogo se alternam com lampejos de esperança que reconectam Berenguer com o entusiasmo que a fez escolher a pesquisa de campo. Esses momentos foram mais frequentes em dezembro, quando as chuvas estavam recomeçando e a fumaça espessa que dominou a paisagem do Baixo Tapajós por meses já tinha se dissipado. Enquanto conduzia uma caminhonete na direção de Santarém num começo de noite, Berenguer se espantou com a beleza do céu. "Que bom é finalmente poder voltar a ver estrelas." ✪

Ministério da Cultura, Bradesco e Museu de Arte Moderna de São Paulo apresentam

mam

ALÉM DO TEMPO

curadoria
Zé De Boni

exposição
29 fev a 12 mai 24

reserve seu ingresso
mam.org.br | @mamsaopaulo
verifique a classificação indicativa

museu de arte moderna de são paulo
ter a dom, 10h às 18h, domingo gratuito
Parque Ibirapuera, portões 2 e 3

patrocínio
Lei de Incentivo à Cultura
bradesco

realização
mam
São Paulo capital da cultura
CIDADE DE SÃO PAULO CULTURA
MINISTÉRIO DA CULTURA
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

TORMENTAS BRASILEIRAS

A necessidade de inserir a chuva nas políticas públicas ganha mais urgência com a mudança climática no planeta

FERNANDO TADEU MORAES

Em fevereiro de 1811, o Rio de Janeiro foi assolado por chuvas e tormentas que provocaram inundações, desmoronamentos, pânico, mortes e destruição por todos os lados. "Depois de tremenda trovoada, choveu incessantemente durante sete dias. Os rios das redondezas da cidade, avolumando por maneira nunca vista o contingente das águas, inundaram completamente os arrabaldes. [...] A enchente levou diante de si todas as pontes de madeira, inclusive a da Bica dos Marinheiros, por onde transitava o príncipe regente", escreveu José Vieira Fazenda, o então bibliotecário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, numa das crônicas de *Antiqualhas e memórias do Rio de Janeiro*, publicada em 1903.

As ruas da cidade velha transformaram-se em rios barrentos e caudalosos "navegados por muitas canoas de pescadores", enquanto parte do Morro do Castelo desabava sobre as casas do antigo Beco do Cotovelo, arruinando quase todas elas. Diante desse cenário apocalíptico, prossegue o cronista, "crer-se-ia a reprodução de novo dilúvio universal, se no Velho Testamento não estivesse exarada a solene promessa de Deus, feita a Noé, de que jamais destruiria o mundo por meio d'água".

A catástrofe viria a se tornar lendária, entrando para a memória coletiva com o nome de "Águas do Monte", em virtude da violência com que a torrente descia das montanhas que circundavam a cidade. Além do desastre em si, com consequências até então inauditas, a enxurrada de 1811 adquiriu relevo histórico por ter sido a primeira do tipo para a qual se conhece um relatório de causas. O documento técnico foi produzido pelo tenente-general e engenheiro dos Reais Exércitos João Manoel da Silva por ordem do príncipe regente dom João VI, que aportara no Rio três anos antes.

Datado de 4 de julho daquele ano, o trabalho assinala como causas da tragédia a topografia da cidade, marcada por mudanças abruptas de inclinação – de encostas íngremes para terrenos planos ao nível do mar, o que contribui para o escoamento superficial rápido pelas vertentes e para o seu represamento igualmente acelerado nas baixadas. Em paralelo a isso, o sistema de drenagem não cumprira sua função, uma vez que a vala mestra (que ficava no eixo da atual Rua Uruguaiana, então chamada Rua da Vala), aberta quase ao nível do mar, fora incapaz de dar vazão às águas que para ali se dirigiram. O estudo também não hesitava em apontar a população como responsável pelo episódio, visto que as valas e os drenos estavam cobertos de lixo e entulhos.

Num dos artigos do livro *Tormentas cariocas*, publicado no final dos anos 1990, o geógrafo Mauricio de Almeida Abreu aponta que "as conclusões do tenente-general não são diferentes das de hoje" e que as soluções indicadas em 1811 tampouco se distinguem "de outras que seriam sugeridas e tentadas no restante do século XIX e ainda no presente século". Transcorridos mais de duzentos anos daquela catástrofe, a recorrência anual de grandes inundações na capital fluminense é uma evidência da incompetência histórica do poder público em lidar com os transtornos provocados pelos temporais.

O mesmo diagnóstico a respeito da ineficiência governamental também é válido, em maior ou menor grau, para as demais metrópoles brasileiras. Guardadas as proporções e as especificidades de cada uma, as grandes cidades do país – mas não somente elas – vivem há décadas e séculos, especialmente durante as chuvas copiosas de verão, sucessivas tragédias ocasionadas pelas águas. O padrão, em todos esses casos, é arquiconhecido. O poder público age como o bombeiro que chega depois da calamidade para socorrer as vítimas, nunca como o administrador previdente que busca evitar que o pior aconteça.

A emergência climática só piora as coisas. O aquecimento global vem modificando os padrões de chuva e tornando mais comum os chamados eventos extremos, como o que varreu, no início de 2023, o Litoral Norte de São Paulo, e o que atingiu alguns estados do Sul já quase no fim do ano.

A chuva, por mais intensa que possa ser, é um elemento da natureza, necessária à sobrevivência humana e indispensável à manutenção dos diversos ecossistemas com os quais interagimos. O transbordamento da calha normal de rios, lagos e açudes, gerado nos momentos de grande precipitação – um fenômeno geofísico conhecido como cheia –, faz parte do ciclo hidrológico, além de cumprir um papel fundamental na história das sociedades humanas, por exemplo, ao tornar os solos mais férteis. Já as inundações ou enchentes no espaço urbano, embora usualmente qualificadas dessa maneira na imprensa e no discurso corrente, nada têm de naturais.

"A mesmíssima chuva que em 1520 fazia a alegria dos sapos, cobras, pássaros e árvores da Baía de Guanabara, no começo do século XIX produz horror e destruição", diz a historiadora ambiental Lise Sedrez, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). "Em 1520, um grande temporal vai produzir uma cheia, uma maré alta, mas ainda estamos falando de processos naturais. Em 1811, porém, nós já temos uma enchente urbana, pois há inúmeros danos materiais, pessoas desabrigadas, vias completamente interditadas, em suma, uma disrupção das atividades humanas relacionadas àquele lugar." Dito de outro modo: enquanto a chuva é um evento natural, as inundações constituem um problema histórico, social e ambiental.

Até a década de 1970, contudo, a visão predominante sobre o assunto era outra. Considerava-se que tais eventos eram essencialmente o resultado de fenômenos naturais. Num artigo publicado em 1976 na revista científica *Nature*, com o sugestivo título *Taking the naturalness out of natural disasters* (Tirando a naturalidade dos desastres naturais), os geógrafos Phil O'Keefe e Ken Westgate e o filósofo da ciência Ben Wisner contestaram de forma pioneira aquele paradigma. Desastres seriam causados antes por fatores socioeconômicos do que pelos agentes geofísicos que os precipitam. "O desastre marca a interface entre um fenômeno físico extremo e uma população humana vulnerável. É de suma importância reconhecer esses dois elementos. Sem pessoas não há desastre", escreveram eles.

Uma analogia emprestada da sismologia ajuda a tornar ainda mais claras as diferenças entre o fenômeno físico da chuva e suas consequências socioambientais.

A energia liberada por um tremor de terra e captada pelos sismógrafos é representada pela célebre escala de Richter. Já os efeitos produzidos nas estruturas físicas, na natureza e nas populações são traduzidos pela menos conhecida escala de Mercalli modificada, que gradua a intensidade. Um terremoto de alta magnitude na escala de Richter, mas que ocorra no Deserto do Atacama, por exemplo, terá um valor bem menor na escala de Mercalli, ao passo que um terremoto de mesma força numa área densamente povoada será sentido com maior intensidade. Substituído "tremor" por "chuva", a primeira mediria o volume de água que despenca dos céus, enquanto a segunda calcularia o número de pessoas desabrigadas, ruas interditadas, casas destruídas, mortos.

"Embora não seja uma comparação perfeita, eu gosto dessa distinção. Medidas pluviométricas de precipitação significam pouco se não consideramos as condições específicas do lugar", diz Sedrez. "Um temporal pode ser muito grande em termos concretos, mas seus efeitos serão completamente diferentes se ele atingir um local desabitado, uma

O RIO PEDE SOCORRO

Dilúvio

Ultima Hora

ANO IV — Rio, Quarta-Feira, 12 de Janeiro de 1966 — Nº 1.710 — CR$ 100

Os sucessivos temporais que caíram sôbre a Guanabara causaram uma total perturbação em nossas oficinas, onde a invasão das águas impossibilitou, a partir das 22 horas de anteontem, o trabalho das linotipos. Em conseqüência, ULTIMA HORA não pôde circular ontem, e aparece hoje em edição normal. Estamos certos de que os nossos leitores compreenderão e desculparão as razões de absoluta fôrça maior que determinaram as alterações imprevistas em nossa circulação.

O Rio revive nas últimas horas a tragédia do Dilúvio. As chuvas, as maiores dêste século, transformaram a cidade em uma imensidade de águas barrentas, levando a morte e a destruição a todos os seus bairros e subúrbios. A ira das águas causou mais de uma centena de vítimas e prejuízos incalculáveis. Os bombeiros foram de recorrer a embarcações (foto) para retirar os seus carros submersos. O sistema ipatalar entrou em colapso e a ameaça de epidemia espreita a Guanabara sob o signo da peste. E a alegria do carnaval deu lugar a uma dor triste e ao pranto coletivo. (Documentário completo nas páginas 2, 4, 5, 10, 11 e 12).

Mais de 100 Mortos Nas Águas em Fúria

(LEIA PÁGINAS 2, 10, 11 E 12)

AJUDA PARA LIMPAR A CIDADE

A TRANSGLOBUS, empêsa de transportes e construção civil, sediada à Av. Presidente Vargas, 435 — 20º andar — grupo 2.005 — Tel.: 23-5088 e 23-5175, colaborará com a Prefeitura do Estado da Guanabara e Estado do Rio, a fim de conseguir lanchas, tratores, escavadeiras, motoniveladoras, compressores de ar e todo material necessário para desobstrução das ruas da Guanabara e Estado do Rio.

TRANSGLOBUS COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.

Dois Bilhões Contra a Catástrofe

(LEIA NA PÁGINA 3)

REPRODUÇÃO_*ULTIMA HORA*_1966

Tragédias sem fim: o temporal de 1966 levou à criação de novos órgãos públicos, mas "voltados para lidar com catástrofes, não com a chuva", diz a historiadora Lise Sedrez

BENETT_2024

área com boa estrutura de adaptação ou uma região com fragilidades que potencializam os estragos."

Em um artigo escrito por Sedrez com a também historiadora Andréa Casa Nova Maia, as duas pesquisadoras observam que os registros de memória das chuvas no Rio de Janeiro vão se tornando mais recorrentes ao longo dos séculos XIX e XX. "Não há razão para crer que essa maior frequência de registros reflita uma maior quantidade de chuvas – mas, sem dúvida, reflete uma maior frequência de enchentes", escrevem. A chave para entender esse fenômeno é a urbanização vertiginosa, desgovernada e insensível às dinâmicas da natureza que caracteriza o crescimento não só do Rio como de praticamente todas as metrópoles brasileiras.

"Historicamente, nós conhecemos no mundo alguns exemplos de áreas urbanas que conviveram bem com as dinâmicas naturais de seus territórios. Veja o caso da cidade americana de Nova Orleans, cujas casas, até a década de 1930, eram construídas sobre pequenas palafitas, o que evitava que fossem afetadas pelas cheias periódicas. Com o desenvolvimento do capitalismo, porém, as cidades, em especial as de grande e médio porte, vão se tornando mais padronizadas", afirma Sedrez. Em vez de considerar as condições locais e a experiência histórica acumulada ao longo do tempo – sobre a forma de fazer as casas, as plantas que serão usadas para arborização, o desenho das ruas, a ocupação de encostas, o tratamento dos rios etc. –, passa-se a ter modelos predefinidos. "O problema é que aquilo que funciona em um local muitas vezes não funciona em outro."

O pano de fundo ideológico dessa transformação, que se intensifica a partir da Revolução Industrial, é a crença num certo triunfalismo técnico, capaz de submeter a natureza aos desígnios e objetivos do ser humano, observa o engenheiro Marcelo Miguez, professor titular da Escola Politécnica da UFRJ. "Se eu tenho um pântano, eu aterro; se um rio extravasa, eu faço um dique, e assim por diante", afirma. "Mas as forças da natureza são muito mais potentes do que a vontade humana. Portanto, se você tentar subvertê-la, você vai perder de uma forma ou de outra, porque a natureza vai te impactar de maneira negativa, seja em razão de uma reação como a inundação, seja pelo esgotamento de um recurso. Hoje fica claro que essa confiança absoluta na técnica acabou por se mostrar um enorme erro."

Essencialmente, o processo de urbanização se caracteriza pela transformação de um território por meio da remoção da vegetação natural e sua substituição por construções. São modificações que podem ter repercussões tremendas na relação dessas áreas com a chuva. "Quando se elimina a cobertura verde, a primeira alteração que você promove no ciclo hidrológico é justamente aquela relacionada à interceptação vegetal. A parte da chuva que ficaria retida nas folhas das árvores, algo que pode chegar a 15%, vai para o solo", diz Miguez. Esse volume ampliado de água, caso encontre uma superfície de terra, vai produzir um encharcamento mais rápido do solo.

O solo, contudo, ainda funciona como uma defesa contra o volume inicial de chuva, uma vez que age como um reservatório que acaba por recarregar os lençóis subterrâneos. Mas, com o terreno impermeabilizado por asfalto, perde-se também essa barreira. "O resultado não poderia ser pior", afirma Miguez. "Agora você tem uma quantidade maior de água, andando mais rapidamente, se combinando mais cedo com águas de outros locais e chegando antes aos vales e rios." A urbanização completa de uma área originalmente verde pode incrementar o volume de água pelo tempo em até espantosos 700%. Quando isso se dá em terrenos cuja tendência natural é a ocorrência de cheias periódicas, como é comum no Brasil, vai-se criando o cenário perfeito para as desastrosas enchentes que todos conhecemos.

Foi o que se viu nos primeiros dias deste ano. Mais uma vez, as zonas metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo viveram tragédias provocadas pelas chuvas de verão. As tempestades que atingiram o Rio e municípios da Baixada Fluminense nos dias 13 e 14 de janeiro deixaram um saldo macabro de treze mortos e inúmeros transtornos para a população. O Corpo de Bombeiros atendeu 230 ocorrências associadas à chuva. Vias essenciais, como a Avenida Brasil, tiveram de ser totalmente interditadas e parte de um hospital na Zona Norte ficou alagada. Ao menos sete cidades, incluindo a capital, decretaram situação de emergência. Fortes chuvas distribuídas entre os dias 8 e 13 de janeiro colocaram São Paulo em situação similar. Duas pessoas morreram e uma vasta área da cidade terminou inundada. Trechos de dezenas de avenidas e da Marginal Tietê ficaram alagados. As tempestades também derrubaram mais de quatrocentas árvores e fecharam o Aeroporto de Congonhas.

A história ambiental ensina que um desastre deve ser compreendido não apenas como um momento de crise, mas como um processo histórico que se inicia muito antes da primeira gota de chuva cair ou do choque inicial das placas tectônicas. As bases dessa forma de analisar tais eventos extremos foram fincadas pelo americano Donald Worster num trabalho seminal sobre as tempestades de pó nas planícies centrais dos Estados Unidos – o livro *Dust Bowl: the southern plains in the 1930s* (Dust Bowl: as planícies do Sul na década de 1930), publicado em 1979. *Dust Bowl* (bacia de poeira) foi o nome que se deu à tempestade de poeira, resultado de um fenômeno climático que afetou principalmente os estados de Oklahoma, Kansas, Colorado, Texas e Novo México.

Na obra, Worster estuda não apenas o acontecimento em si, mas também a implantação do lucrativo sistema de produção de trigo que modificou o ecossistema das planícies americanas no começo do século XX e os planos de socorro elaborados após a tragédia. Assim, desastres passam a ser vistos como processos complexos em que as causas sociais do fenômeno, a interação da população com o meio e as políticas públicas definidas para aquela região constituem elementos tão importantes como os ventos e as tempestades de poeira. "As enchentes que paralisam as cidades do país podem ser enxergadas da mesma maneira", diz Sedrez. "Elas são o momento mais visível e dramático desse processo, mas são apenas um momento. Seus antecedentes devem ser buscados na caótica urbanização das metrópoles brasileiras, que ao eliminar as árvores, impermeabilizar o solo com calçadas e asfalto, retificar e canalizar rios, ocupar encostas e vales, esteve, de certa forma, preparando o desastre."

Chuvas devastadoras sempre fizeram parte da história do Rio de Janeiro. Sua localização geográfica, pouco acima do Trópico de Capricórnio, numa zona transicional de conflito entre os sistemas atmosféricos polares e intertropicais, redunda em grandes precipitações pluviométricas, sobretudo no verão. Numa carta enviada em 1575 a outro religioso jesuíta – um dos relatos mais antigos sobre a fúria das águas cariocas –, o padre José de Anchieta menciona os efeitos de um temporal sobre a cidade fundada poucos anos antes: "Choveu tanto que se encheu e rebentaram as fontes."

A essas condições naturais somaram-se as profundas transformações operadas pelo homem. Os primeiros séculos de expansão urbana foram marcados por uma luta intensa contra os brejos, os morros e o mar. O solo enxuto era pouco. Para ampliá-lo, alagadiços, mangues e lagoas iam sendo dessecados e aterrados. A região onde hoje se assenta o boêmio bairro da Lapa, por exemplo, constituía um imenso pântano e toda a área central era originalmente coalhada de lagoas.

Para piorar, os aterros eram feitos da maneira mais rudimentar possível. Mauricio de Abreu menciona em *Tormentas cariocas* que foram os dejetos da própria cidade, na forma de lixo e entulho, que viabilizaram seu crescimento. O Rio de Janeiro "vai ocupar então áreas mal aterradas e mal niveladas, e não é de surpreender que, depois, sejam justamente essas as áreas mais afetadas pelas inundações", escreve o geógrafo.

Apesar das enormes modificações engendradas na paisagem carioca desde o fim do século XVIII, a primeira fase de sua grande expansão urbana só vai ocorrer a partir da metade do século seguinte. É o momento da introdução das primeiras indústrias e dos sistemas de transporte coletivo, como as estradas de ferro e as linhas de bonde. A urbe se espraia para a periferia e registra um crescimento acelerado do número de habitantes, que passa de 200 mil para mais de meio milhão em 1890.

O rápido incremento populacional coincide com as grandes epidemias de cólera e febre amarela. Não se conhecia, à época, o papel dos micróbios, atribuindo-se a responsabilidade por tais doenças ao ar doente, ou "miasmático", como se dizia então, proveniente dos pântanos, da água estagnada, dos materiais orgânicos em decomposição. Assim, as grandes obras hidráulicas do período vão surgir com o objetivo primeiro de atacar as supostas causas de tais enfermidades, e não as enchentes, que já iam virando rotineiras. O Rio de Janeiro torna-se a terceira cidade do mundo a contar com uma

rede de esgotos; em 1860 é inaugurado o Canal do Mangue, visto como fundamental para drenar a cidade.

O início do século XX introduz uma nova etapa da expansão da malha urbana. A então capital da República vivia as profundas transformações urbanas conduzidas pelo prefeito Francisco Pereira Passos entre 1902 e 1906. Inspirado na reforma de Paris, ocorrida poucas décadas antes, o projeto de remodelagem do Rio arrasou morros, destruiu os cortiços do Centro, canalizou e retificou rios, aterrou grandes porções da Baía de Guanabara e rasgou amplas avenidas. Apesar de toda a modernização e embelezamento, a cidade continuava sucumbindo às inundações.

Na imprensa, escritores, como Lima Barreto, denunciaram a contradição entre o velho e o novo, charges ironizaram a impotência do Estado diante da natureza e as revistas publicaram "cartas indignadas de moradores que viam as tentativas de transformação do Rio em uma cidade ordenada e civilizada irem literalmente por água abaixo", escreve a historiadora Andréa Casa Nova Maia no artigo *Imagens de uma cidade submersa: o Rio de Janeiro e suas enchentes na memória de escritores e fotógrafos*. "De que adiantavam os novos bulevares, diziam os jornais, se quando chegavam as chuvas a população ficava a nado?"

Em 1940, a população carioca atingiu a soma de quase 1,7 milhão de pessoas. Nas décadas seguintes, a cidade vai se verticalizar e conhecer um aumento vertiginoso de carros. O asfalto se espalhará, impermeabilizando o solo. As favelas crescerão de modo descontrolado e quase não haverá investimentos na melhoria da drenagem urbana. Tudo concorrerá para um agravamento contínuo e substancial das inundações.

A persistência das enchentes cariocas logo chegaria à música popular, como no samba *Cidade Lagoa*, gravado em 1959 por Moreira da Silva: *Esta cidade, que ainda é maravilhosa/[...]/Tem um problema crônico renitente/Qualquer chuva causa enchente, não precisa ser toró/Basta que chova, mais ou menos meia hora/É batata, não demora, enche tudo por aí/Toda a cidade é uma enorme cachoeira/E da Praça da Bandeira vou de lancha a Catumbi*.

Segundo a geógrafa Ana Maria de Paiva Macedo Brandão no livro *Impactos ambientais urbanos do Brasil*, "em pelo menos 50% dos anos do século XX, encontram-se registros de chuvas intensas que resultaram em inundações de grandes proporções, algumas das quais de caráter catastrófico, mas as enchentes que afligem a cidade do Rio de Janeiro aumentaram consideravelmente sua frequência, principalmente a partir dos anos 1960". Isso por causa da urbanização predatória, que se intensifica em meados do século XX.

Em 1966, os cariocas vivenciaram "o maior temporal de todos os tempos", como estampou na capa, em letras garrafais, o jornal *O Globo* do dia 11 de janeiro. A enxurrada, que começara no fim da tarde do dia anterior, acumulou em poucas horas 245 mm, ultrapassando o recorde anterior, de 223 mm, em 1883. Com praticamente todos os seus bairros e subúrbios afetados pelas águas, o Rio transformou-se numa cidade submersa. Os serviços foram paralisados. Aeroportos, trens e ônibus deixaram de operar. Repartições públicas, fábricas, escritórios e lojas funcionaram por poucas horas. Cerca de 90% da população ficou sem meios de locomoção. No Centro, as linhas telefônicas foram comprometidas e o Palácio Itamaraty, às escuras, ficou sem contato com o exterior durante todo o dia. O Túnel Santa Bárbara, que liga a Zona Sul à Norte, tornou-se intransitável e muitos bairros ficaram isolados devido à queda de barreiras. A Lagoa Rodrigo de Freitas e o Canal do Mangue transbordaram e houve deslizamentos em diversos morros. Na Rocinha, uma enorme pedra rolou por 200 metros, arrastando dezenas de barracos.

A cidade entrou em estado de calamidade pública. Abarrotados, os hospitais não conseguiam atender todos os feridos que chegavam. No dia 12 de janeiro, o jornal *Ultima Hora* noticiou que a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara passara a empregar caminhões cobertos com lona a fim de transportar os cadáveres para o Instituto Médico Legal, "uma vez que os rabecões disponíveis são insuficientes para a remoção de tantos corpos". Lá, os mortos amontoavam-se no chão e eram embalsamados com formol, pois as geladeiras haviam sido danificadas. O jornal também registra o assombro do comandante do Corpo de Bombeiros ao visitar o local: "Nunca vi tantas mortes provocadas por enchentes." Os números finais do desastre são incertos, variando de 200 a 250 mortos, além de 30 mil a 50 mil desabrigados.

Numa ironia cruel, em meio à chuva, faltava água. Em 12 de janeiro, um desmoronamento rompeu a antiga adutora do Rio Guandu, interrompendo o abastecimento de quase toda a cidade. Os jornais traziam apelos para que os cariocas evitassem qualquer desperdício de água. A situação só se normalizou cerca de uma semana depois, adicionando mais uma camada de drama à calamidade.

Em 1967, a história se repetiu – e novamente como tragédia. Em fevereiro, houve três dias de chuvas ininterruptas. A consequência mais funesta deu-se no bairro de Laranjeiras, onde o desabamento de três prédios vitimou mais de cem pessoas – entre elas, o escritor e jornalista Paulo Rodrigues com toda a sua família. Numa crônica publicada pouco depois, seu irmão, o dramaturgo Nelson Rodrigues, expressou a dor de uma perda tão absurda, dando palavras a algo que, por aqueles dias, tantos cariocas sentiram por amigos e parentes mortos no desastre. "Hoje, a minha vida está dividida, nitidamente, em dois tempos: 'antes das chuvas' e 'depois das chuvas'. Quando digo 'antes das chuvas', falo de um outro mundo, de um outro país, de um outro idioma e quase de uma outra encarnação."

BENETT_2024

Os eventos de 1966 foram um verdadeiro divisor de águas no que diz respeito à relação do poder público com os desastres causados por chuvas, levando à criação da primeira Defesa Civil estadual do país e do Instituto de Geotécnica (atual Geo-Rio), dedicado à contenção e reforço de encostas. "Até então você tinha obras, ações de socorro aos flagelados, planos para acabar com as enchentes... isso se encontra aos montes", diz Sedrez. "Mas nesse momento vemos, pela primeira vez, essa preocupação ser institucionalizada, dentro da lógica do Estado tecnocrata que vinha se desenvolvendo nos anos 1960." A historiadora, contudo, chama a atenção para o fato de que, apesar de sua origem, "são órgãos voltados para lidar com catástrofes, não específicos para a chuva".

Nas décadas seguintes, o Rio conheceria muitas outras tragédias associadas à chuva – como em 1988, 1996, 2010 e 2019 – e temporais até maiores dos que os de 1966 e 1967, mas nenhum marcaria a memória da cidade de forma tão indelével quanto aqueles.

Se no Rio de Janeiro os problemas com a chuva se dão de cima para baixo, em São Paulo, pode-se dizer, ocorre o inverso.

A maior cidade do país nasceu entre dois rios. Em meados do século XVI, partindo da vila litorânea de São Vicente, jesuítas portugueses transpuseram a íngreme Serra do Mar para se estabelecerem no planalto contíguo, cerca de 750 metros acima, numa região há muito ocupada por aldeias tupis. Os religiosos fundaram seu colégio no alto de uma colina, delimitada a Oeste pelo vale do Ribeirão Anhangabaú e a Leste pelo Rio Tamanduateí, afluente do Tietê, que serpenteava não muito distante, ao Norte.

O assentamento inaciano ganharia o nome de São Paulo de Piratininga, sendo esta última palavra uma referência aos ciclos naturais da região. As cheias provocadas pelas chuvas carregavam inúmeros peixes e, quando as águas dos rios refluíam, muitos não conseguiam retornar ao leito menor, terminando presos – e finalmente ressequidos – nas várzeas. Na língua tupi-guarani, *piratininga* significa *pirá* = peixe; *tininga* = seco.

Se é verdade que o sítio escolhido pelos portugueses apresentava as qualidades necessárias à sua colonização, "a mesma situação fundiária e hídrica já anunciava que seria necessária uma intensa transformação da natureza para a expansão da cidade em um período posterior", registra o arquiteto Gabriel Kogan em sua dissertação de mestrado, intitulada *The socio-environmental history of the floods in São Paulo 1887-1930* (A história socioambiental das enchentes em São Paulo 1887-1930), defendida em 2013 no Instituto de Educação para as Águas, da Unesco, na Holanda. A principal vítima desse processo – que, em última instância, deu origem às inundações paulistanas – foram os rios, os quais, de promotores do desenvolvimento, logo passaram a ser vistos como um obstáculo a ele.

Embora São Paulo sempre tenha conhecido o transbordamento dos seus cursos d'água no período das chuvas, o núcleo central paulistano pouco sofreu durante seus três primeiros séculos. "As cheias, claro, traziam algumas dificuldades, como bloquear caminhos, mas, esperadas como as estações do ano, não provocavam grandes tragédias numa cidade que ainda evitava ocupar baixadas e várzeas", diz o historiador Janes Jorge, professor da Universidade Federal de São Paulo, em sua casa, localizada

ironicamente nas várzeas aterradas e loteadas do Tietê. Como em quase todas as áreas próximas do rio, a região convive, desde que foi urbanizada há quase um século, com alagamentos crônicos.

O início dessa mudança no padrão de ocupação territorial pode ser situado nas últimas décadas do século XIX. A instalação da estrada de ferro entre Jundiaí e Santos, em 1867, fez de São Paulo o ponto de articulação da economia cafeeira paulista, ligando as zonas produtoras ao centro de exportação. Seus trilhos, por questões topográficas, foram assentados ao longo do Rio Tamanduateí, nos fundos de vale, logo atraindo indústrias e trabalhadores para essas áreas então desvalorizadas e insalubres. Assim, pela primeira vez, "não só a água chega à cidade, mas também a cidade atinge a água", como escreve Kogan, numa marcha que evidencia a dimensão socioambiental das enchentes.

A proeminência econômica adquirida por São Paulo desencadeou um crescimento demográfico extraordinário. A cidade, que em 1872 possuía meros 31 mil habitantes, passou a contar, em 1900, com 240 mil. Em 1920, quando a capital paulista já se consolidara como importante polo industrial, a população alcançava 579 mil moradores. Em 1940, saltou para 1,3 milhão. No avassalador e segregado processo de urbanização que acompanhou esse crescimento, a massa de imigrantes e ex-escravizados vai ocupar sobretudo as terras baixas junto aos rios e córregos, enquanto as camadas ricas se dirigem para as áreas altas, mais seguras e saudáveis.

As consequências do avanço em direção às várzeas não tardariam a chegar. Em 1887, pela primeira vez em São Paulo, uma enchente trouxe transtornos sérios a uma parcela significativa de seus moradores. As grandes chuvas que caíram nos primeiros dias do ano provocaram o transbordamento do Tamanduateí e do Tietê. Dessa vez, porém, os impactos não se restringiram a um local ou outro, atingindo grandes lotes adjacentes aos rios. As águas inundaram ruas, invadiram casas, provocaram desmoronamentos e isolaram bairros, deixando muitos prejuízos materiais e algumas vítimas.

No dia 6 de janeiro, o jornal *Correio Paulistano* noticiou que a superfície alagada nos bairros era estimada em 60 km². Segundo a reportagem, "os danos materiais ainda não puderam ser bem avaliados: o certo é que sobe às centenas o número de prédios invadidos pela cheia, que há importantes plantações submersas, que muitos estabelecimentos industriais tiveram que suspender seus trabalhos e que houve avultada perda de gado e aves domésticas". Como muitas vias ficaram cobertas de água por dias, prossegue o jornal, um delegado de polícia "ordenou que fossem postas canoas à disposição dos moradores para o transporte das pessoas, mobílias e outros objetos".

O crescimento populacional, contudo, não foi o único fator que pressionou a transformação dos rios e favoreceu a ocorrência de grandes inundações em São Paulo. O desenvolvimento industrial e sua crescente demanda por energia elétrica também tiveram papel crucial nesse processo.

Em 1899, instalou-se na capital paulista a empresa canadense São Paulo Tramway, Light & Power Company Limited, ou simplesmente Light, inicialmente com o objetivo de explorar os serviços de transporte urbano, mas que logo passaria a atuar em setores-chave da economia, como serviços de telefonia, gás e, principalmente, geração e distribuição de energia.

A Bacia do Alto Tietê apresentava condições propícias à produção de energia hidrelétrica, como chuvas regulares e grandes rios, o que logo começou a ser explorado, com enorme sucesso, pela Light. "São Paulo tornou-se – e isso é uma característica bastante peculiar daqui – o centro de um grande sistema de produção de energia hidrelétrica, dado que a cidade constituía a bacia que reservava a água a ser usada para a produção de energia", diz Janes Jorge. "O geógrafo francês Pierre Monbeig, que passou um tempo trabalhando na USP, dizia que a energia hidrelétrica cumpriu, na industrialização paulista, o mesmo papel que o carvão no Vale do Ruhr na Alemanha. Mas isso também teve custos ecológicos e humanos, como a degradação das águas e o agravamento do problema das enchentes."

Segundo Jorge, as cheias periódicas dos grandes rios paulistanos tornavam-se mais destrutivas justamente pela forma como a Light administrava seus reservatórios, mantendo-os o mais cheio possível. Além disso, as obras de combate às enchentes, planejadas ou promovidas pelo poder público, ficavam comprometidas diante da estratégia da empresa.

Desse conflito de interesses nasceu um paradoxo insolúvel entre o controle das inundações (que exigiria manter os níveis de água o mais baixo possível) e a geração de energia (que necessita de níveis elevados), assinala Gabriel Kogan em sua dissertação. "Como a operação era feita por uma empresa de energia e os cursos d'água e reservatórios estavam dentro da cidade, a gestão das enchentes e a geração de energia tornaram-se inconciliáveis, com clara predominância das questões que mais interessavam à ideologia industrial."

Somado à ganância, esse paradoxo assumiria um aspecto catastrófico em 1929. Nesse ano, a cidade de São Paulo conheceu a maior enchente registrada até então – e que, ainda hoje, figura entre as maiores da sua história –, com o transbordamento dos rios Pinheiros, Tamanduateí e Tietê, além de vários afluentes. As chuvas vieram fortes naquele início de fevereiro. Nos dias 6, 7 e 8, o registro pluviométrico marcou 142 mm na Estação da Luz e 141,9 na Avenida Paulista. Os jornais informam vários alagamentos nos bairros ribeirinhos; nenhum, contudo, de maior gravidade. O temporal arrefeceu nos três dias seguintes, para retornar com força nos dias 12 e 13, quando os índices alcançaram 91,4 mm na região da Luz e 67,5 mm na Paulista. Embora entre os dias 15 e 20 não tenha chovido na cidade, surpreendentemente a enchente continuou ganhando volume até atingir seu ápice no dia 18 de fevereiro, inundando áreas nunca antes atingidas pelo fenômeno.

No dia 15, *O Estado de S. Paulo* noticiou que "a inundação de São Paulo assume proporções alarmantes". Num longo e pormenorizado relato, o jornal descreveu o avançar das águas por toda a cidade – interrompendo o tráfego, submergindo ruas, invadindo casas, forçando o êxodo dos moradores e provocando desmoronamentos e mortes:

Na capital, o volume das águas dos nossos rios cresceu continuamente durante todo o dia de ontem. Os rios Tietê, Tamanduateí e Pinheiros estão inundando vastas áreas e ruas inteiras dos bairros que atravessam, agravando cada vez mais a situação dos habitantes da zona baixa da cidade. No Ipiranga, o Rio Tamanduateí cresceu assustadoramente, inundando ruas e grandes extensões. [...] *As águas atingiram a estação da São Paulo Railway e cobriram a ponte da Rua dos Patriotas.*

Já a *Folha da Manhã* anunciou, em sua manchete do mesmo dia, que Santo Amaro havia sido invadida pelas águas das represas. "Cedo, ainda às primeiras horas da madrugada, os moradores do bairro do Socorro, alarmados, viam que as águas penetravam seus quintais. Aos poucos, entravam pelas casas, tomando vulto assustador. Quando amanheceu, já era intransitável o caminho de rodagem." Uma fotografia na primeira página mostrava um barco com um grupo de pessoas ao lado da placa "reservado para o trânsito de automóveis". Pela legenda, ficamos sabendo que o aviso, quase submerso, estava na extremidade de uma viga de 4 metros de altura.

A inundação paulistana foi, assim, ganhando ares de calamidade social.

A edição da *Folha da Manhã* de 19 de fevereiro relatou o êxodo de moradores das áreas próximas ao Tietê, cujo nível subira quase 3,5 metros. "Bairros inteiros tomados pelas águas. Ruas desoladas. Casas em abandono." Nesse mesmo dia, *O Estado de S. Paulo* abriu a reportagem sobre a tragédia com um título dramático: *Contra todas as expectativas, o Tietê continua a subir*, na qual clamou por medidas urgentes da prefeitura e do governo do estado.

Mas o que poderia ter causado essa elevação, tão inesperada e fatídica, do nível do rio?

Num trabalho pioneiro, a geógrafa Odette Seabra mostrou, em sua tese de doutorado defendido em 1987 na USP – *Os meandros dos rios nos meandros do poder. Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo* –, que a enchente de 1929 foi potencializada pela Light devido à abertura das comportas de suas represas, o que foi feito com a intenção de aumentar o perímetro das terras a que teria direito de desapropriação para explorar economicamente.

No dia 14 de fevereiro, "as represas que estavam cheias foram abertas e a partir da região de Santo Amaro propagou-se uma onda de cheias que se sobrepôs às águas já existentes nas várzeas do Pinheiros e alcançava, por efeito retardado, o Rio Tietê", escreve Seabra, cuja tese é hoje amplamente aceita por pesquisadores da história urbana de São Paulo.

Com efeito, quanto maior fosse a enchente, maiores seriam os ganhos auferi-

dos pela empresa. Para Jorge, não resta dúvida de que a Light buscou maximizar vantagens já obtidas. "A companhia havia conseguido uma concessão do governo estadual para retificar o Rio Pinheiros em troca do direito de propriedade sobre as suas várzeas", explica ele. O decreto nº 4487, de novembro de 1928, concedia à Light as terras da várzea do Rio Pinheiros, estabelecendo que a área concedida fosse correspondente à cheia máxima. Entretanto, como à época não existiam registros da cota máxima do rio, utilizou-se, para fins de demarcação, a enchente ocorrida pouco tempo depois, em fevereiro de 1929. "Por isso, nesse ano, a Light abriu as comportas da Represa Guarapiranga quando os rios paulistanos já estavam altíssimos devido a vários dias de chuvas intensas", diz Jorge.

Ao final, a Light acabou por impor seus interesses, incorporando nada menos que 20,8 milhões de m², dos quais 4 milhões de m² foram utilizados nas obras de retificação, incluindo o canal, as linhas de transmissão e a estrada de ferro. A área restante foi quase toda negociada livremente pela empresa. Depois da retificação, até o governo do estado de São Paulo teve que adquirir terras da companhia para executar o projeto das marginais e da Ceagesp (Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo).

Duas visões distintas, e em certa medida opostas, dominavam os debates sobre o desenvolvimento de São Paulo – e, por conseguinte, sua relação com os rios – nas primeiras décadas do século XX.

Por essa época, os cursos d'água históricos do Centro, entre os quais a cidade nascera, o Anhangabaú e o Tamanduateí, vinham sofrendo modificações drásticas. A retificação do Tamanduateí fora iniciada em 1896. O Anhangabaú, que já havia sido canalizado, terminou totalmente coberto em 1906, inaugurando um tipo de procedimento que se tornaria generalizado na capital paulista.

Tecnicamente questionáveis, tais intervenções refletiam uma urbanização alheia ao meio natural, assinala a geógrafa Vanderli Custódio em sua tese de doutorado, *A persistência das inundações na Grande São Paulo*, defendida na USP em 2002. Segundo a pesquisadora, no mesmo período, a retificação e a canalização estavam sendo implementadas nas grandes cidades europeias, como Paris e Moscou, e acabaram se firmando no Brasil, em especial em São Paulo, por meio dos técnicos estrangeiros que vieram atuar no país. "Assim, estudavam-se os rios locais, mas com a forma de intervenção física definida de antemão. Havia que se encaixar a dimensão natural existente em um único modelo, concebido e implantado em áreas cuja dinâmica climática em muito diferia das tropicais."

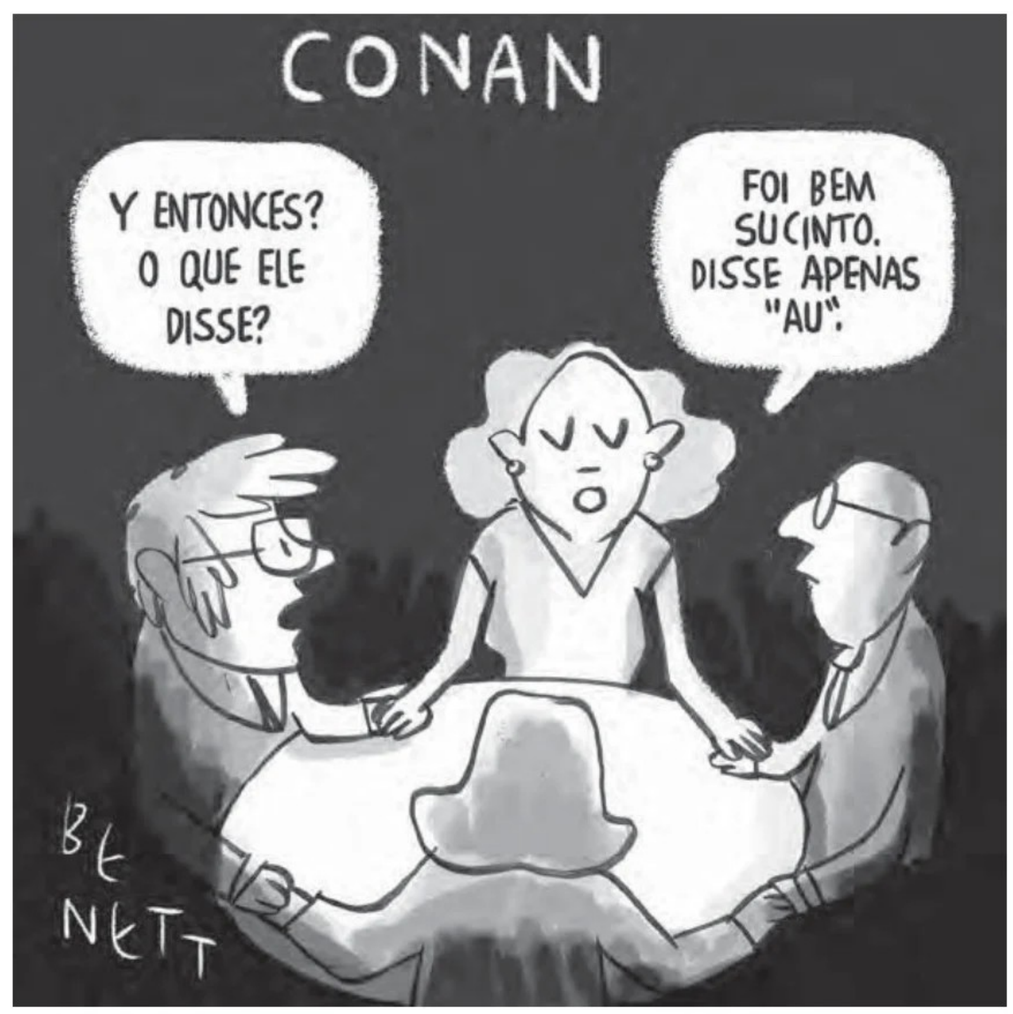
Mas os grandes rios da cidade apresentavam desafios – e, sobretudo, oportunidades – muito maiores. Em 1923 foi criada a Comissão de Melhoramentos do Rio Tietê (um nome por si só revelador), com o objetivo de estudar a retificação e o saneamento das várzeas do principal flúmen do estado. Antes das grandes transformações a que seria submetido, o Tietê exibia um leito cuja largura variava de 24 a 50 metros. Suas águas, em razão da declividade pouco acentuada, corriam lentamente ao longo de uma várzea ampla e inundável, com uma largura média de 1,5 km a 2,5 km, formando inúmeros meandros, lagoas e brejos. Para comandar a comissão foi escolhido o engenheiro sanitarista Saturnino de Brito, famoso pelos canais que projetou em 1905 para o saneamento da cidade de Santos, então assolada pela febre amarela.

Concluída em 1925, a proposta de Brito para o Tietê ia além dos objetivos declarados da comissão e buscava contemplar diversos aspectos, como o combate às enchentes, a navegação, o lazer, o abastecimento de água e o afastamento dos esgotos. "Saturnino tentou compatibilizar todos esses aspectos dentro de um paradigma, bastante inovador à época, de uso múltiplo dos rios", explica Janes Jorge. "Para lidar com as inundações, ele propôs criar nas cabeceiras dos rios bacias capazes de armazenar a água das chuvas. Também defendia a preservação de trechos da várzea, que funcionam como reguladores naturais da vazão, e o replantio da mata ciliar à montante da cidade, entre outras medidas."

Espécie de ambientalista *avant la lettre*, Brito concebia a natureza como um elemento determinante do urbanismo, que deveria ser tratada com a mesma importância que a mobilidade, a estética ou a geração de energia, diz Nabil Bonduki, professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Seu plano, por exemplo, chegava a prever a implantação de avenidas laterais ao Tietê, mas estas seriam incorporadas à paisagem natural do rio, atravessando parques arborizados construídos nas margens.

Apesar dos méritos do plano elaborado por Brito – que, "ao pensar como a cidade deveria inserir as várzeas, e ao contemplar amplos aspectos do presente e do futuro [*produziu*] um verdadeiro Plano Diretor de Drenagem Urbana", escreve Vanderli Custódio –, sua proposta foi considerada muito dispendiosa pela prefeitura e terminou abandonada. "Se as ideias de Saturnino tivessem prevalecido, é possível que hoje nós tivéssemos uma cidade muito mais equilibrada, com parques articulados ao sistema hídrico, construídos ao longo dos córregos e ligados por caminhos verdes", diz Bonduki.

Bem diferente era a visão dos engenheiros João Ulhôa Cintra e Prestes Maia. Numa série de estudos publicados na década de 1920, eles viriam a apresentar um projeto rodoviário para São Paulo que integrava vias e rios, tendo as avenidas marginais ao Tietê como um dos principais vetores de circulação da cidade. Essas ideias ganhariam sua formulação definitiva no Plano de Avenidas, concebido por Maia em 1930, que estruturava a cidade por meio da criação de anéis viários e vias radiais e perimetrais. "Foi um plano voltado para o automóvel e que, de certa forma, condenou a cidade a seguir esse modelo completamente equivocado até o século XXI", afirma Bonduki.



BENETT_2024

A particularidade do plano de Prestes Maia residiu na decisão de ganhar os fundos de vale, no entorno dos rios, para neles implantar as novas radiais necessárias para a expansão da cidade. Era sem dúvida a solução mais fácil do ponto de vista técnico. Por outro lado, desconsiderava completamente as características da rede de drenagem, fazendo com que o espaço das águas se tornasse o espaço dos carros.

Maia teve a chance de colocar suas ideias em prática nas duas oportunidades em que esteve à frente da prefeitura paulistana, de 1938 a 1945 e de 1961 a 1965. Seja durante as suas administrações, seja na de outros prefeitos, quase todas as avenidas propostas em 1930 acabariam se tornando realidade. "Eu diria que, com algumas modificações, cerca de 90% delas saíram do papel", calcula Bonduki.

Em sua tese, Custódio aponta que a maneira de resolver a questão viária por meio da canalização e da cobertura de córregos contribuiu para a ocupação de áreas perigosas, criando inúmeros espaços sujeitos a enchentes, o que só viria a se agravar com o passar do tempo. "Assim, a circulação de automóveis por onde passavam as águas dos rios [...], junto com a impermeabilização e a rede de drenagem precária e malconservada, tornou as inundações, sobretudo a partir da década de 1960, um problema disseminado por toda a metrópole, não mais restrito às cotas das várzeas."

Duas pesquisas de opinião publicadas em 1996 e em 1997 – uma de âmbito nacional, outra restrita à Zona Metropolitana do Rio de Janeiro –, buscaram avaliar o grau de orgulho que os entrevistados sentiam em relação ao Brasil. Mais curioso do que os altos índices de ufanismo registrados, foram as fontes desse sentimento, observa o historiador José Murilo de Carvalho no artigo *O motivo edênico no imaginário social brasileiro*. Instados a citar três razões para o seu orgulho, a maior parcela dos participantes apontou, como primeira escolha, aspectos relacionados à natureza.

Terra maravilhosa, fertilidade do solo, clima bom, ausência de terremotos, furacões, tufões e vulcões – boa parte das respostas fornecidas se encaixa perfeitamente na imagem do Brasil como um país paradisíaco, livre de desastres, "abençoado por Deus e bonito por natureza". Presente na imaginação nacional desde a chegada dos portugueses, o mito edênico foi se propagando pelo tempo e ganhando amplitude histórica não só pela obra de inúmeros autores, mas também por meio de ações e símbolos estatais.

Em meados do século XIX, o Conselho de Estado do Império destacava, na propaganda para atrair imigrantes europeus ao Brasil, a ausência de terremotos e "outros flagelos naturais, que em outros países arruínam tantos estabelecimentos, plantações e fortunas". Outro exemplo, esse amplamente conhecido, é a letra do *Hino Nacional*, escrita em 1909 por Joaquim Osório Duque Estrada e recheada de referências laudatórias à nossa natureza. Quaisquer que sejam as explicações para a vitalidade do mito edênico no imaginário coletivo, não deixa de causar espanto, ou até consternação, que ele se mantenha vivo e forte

a despeito de nosso longuíssimo histórico de desastres associados à chuva.

A persistência dessa visão talvez seja um bom ponto de partida para tentar entender por que cargas-d'água chuvas e enchentes têm sido historicamente tratadas com tanto descaso nas políticas públicas – paradoxalmente num país em que elas deveriam ser consideradas prioridade, devido ao clima tropical. Guardadas as proporções, é como se os japoneses ignorassem os terremotos na hora de abrir avenidas, erigir prédios, planejar cidades. "Em geral, se há algo que as cidades brasileiras têm em comum é essa cegueira do poder público com relação à chuva", diz a historiadora ambiental Lise Sedrez. "Note que não estou falando de políticas *para* a chuva, que, bem ou mal, existem, como os piscinões ou o reforço de encostas. Estou falando de realmente incorporar a chuva nas políticas urbanas de transportes, de habitação, de infraestrutura etc."

Para ela, embora seja muito difícil explicar por que isso nunca ocorreu, é possível imaginar algumas hipóteses, e o mito do país que conservamos até hoje forma um substrato que tende a contribuir para a incúria. "É como se não conseguíssemos admitir que a natureza fosse aprontar uma dessas com a gente."

Essa espécie de ruído de fundo ideológico, assinala a historiadora, parece se coadunar com ao menos mais dois outros elementos: as intermitências da memória ambiental e as desigualdades socioeconômicas. "Eu acho realmente fascinante a nossa capacidade de esquecer a chuva assim que as águas secam, como se as tragédias provocadas por ela não viessem se repetindo há décadas", prossegue Sedrez. Nos últimos anos, a literatura da área vem mostrando que logo depois de um desastre instala-se um período de urgência na sociedade, que pode levar a mudanças estruturais, à criação de novas leis ou à adoção de medidas preventivas. "Ocorre que esse senso de urgência vai sendo erodido à medida que outros problemas vão se apresentando, e aquelas políticas que poderiam evitar um novo desastre passam a disputar espaço com uma série de agendas também urgentes, até que uma hora o desastre ocorre novamente."

Não é um problema só do Brasil. No artigo *Social memory and resilience in New Orleans* (Memória social e resiliência em Nova Orleans), os pesquisadores Craig Colten e Amy Sumpter mostram como as lições deixadas pelo furacão Betsy, que em 1965 provocou a inundação da maior cidade do estado da Louisiana, foram totalmente esquecidas com o correr dos anos. De acordo com os autores, apesar das repetidas promessas das autoridades de que algo similar nunca mais se repetiria, o aprendizado histórico não foi incorporado às políticas de prevenção – até que chegou a catástrofe do furacão Katrina, em 2005. "Não temos estimativas desse tipo no Brasil, mas, para furacões em Nova Orleans, calcula-se, geralmente, em cinco anos o tempo que um desastre demora para cair no esquecimento", diz Sedrez.

Para ela, um fator decisivo é a profunda segregação que caracteriza as cidades brasileiras, já que na esmagadora maioria das vezes as tragédias associadas à chuva ficam restritas às populações mais vulneráveis. "É só quando elas atingem também as classes mais abastadas que nós começamos a ver de fato algum tipo de política pública, como ocorreu após as enchentes de 1966 e 1967 no Rio." Ela acrescenta: "Eu costumo dizer que o desastre é um evento que afeta a todos, mas não afeta igualmente a todos."

Tomando o exemplo do furacão Katrina, Sedrez lembra que dois dias antes da tempestade chegar a Nova Orleans, as autoridades emitiram uma ordem de evacuação. "O que aconteceu? Os mais ricos encheram as suas picapes, pegaram os seus cartões de banco e foram para hotéis na cidade vizinha, mais segura. Já os mais pobres, que nem conta possuíam e cujo único bem era a própria casa, retardaram ao máximo a saída. Até que não deu mais tempo." Segundo ela, viu-se algo semelhante na tragédia no Litoral Norte de São Paulo no início do ano passado. "Os moradores pobres das áreas de risco estavam resistindo a deixá-las, apesar dos enormes perigos que corriam, pois o custo da remoção para a vida deles é muitíssimo maior do que para aqueles com condições melhores de vida."

Essa "cegueira" para a chuva atinge até aqueles que, em tese, deveriam estar entre os mais atentos a ela. No início dos anos 2010, o engenheiro Marcelo Miguez participou de um projeto para mitigar os efeitos das chuvas na Baixada Fluminense. O grupo de pesquisadores propôs uma série de intervenções, entre elas transformar uma região a montante da bacia dos rios Iguaçu e Botas numa grande área de preservação ambiental (APA). Para a surpresa deles, os próprios ambientalistas do estado questionaram o projeto, alegando que não havia no local espécies animais a serem preservadas. "Eles simplesmente não entendiam que a APA era necessária para manter as funções hidrológicas da região e proteger as pessoas que viviam ali", diz.

Depois de uma série de embates e estudos, a demanda dos pesquisadores foi finalmente atendida e, em 2013, foi criada a APA do Alto Iguaçu. "Nós demonstramos que, se as pessoas ocupassem aquela área com a mesma voracidade com que os terrenos mais abaixo haviam sido ocupados, a única solução seria distribuir escafandros para a população."

Mas a mesma chuva que é desconsiderada enquanto a cidade cresce invariavelmente acaba por se tornar o bode expiatório quando ela alaga. Basta abrir os jornais no dia seguinte a uma tragédia para encontrar, na boca de alguma autoridade, variações da máxima "choveu mais do que o esperado", como se as cidades fossem meras vítimas indefesas das águas. Culpar a chuva é prática tão antiga quanto as próprias enchentes geradas pela urbanização. Janes Jorge conta em seu livro *Tietê, o rio que a cidade perdeu: São Paulo, 1890-1940* que, na década de 1930, quando São Paulo começou a sofrer com um novo tipo de inundação, causada pela impermeabilização do solo e por uma drenagem urbana deficiente, a Repartição de Águas e Esgotos foi encarregada de encontrar uma solução "urgente e definitiva" para o problema, que vinha atingindo áreas nobres no coração da cidade.

Num estudo acerca dos repetidos alagamentos no Largo do Riachuelo (atual Praça da Bandeira), o engenheiro responsável pela análise explicou que a região era o ponto de convergência das galerias que conduziam a água das bacias do Anhangabaú, Moringuinho e Jaceguay. Segundo ele, como "não se esperava no momento em que foram construídas o aumento de áreas pavimentadas, como depois se verificou ao longo dos três vales", havia "um excesso de vazão nas galerias existentes a jusante do Largo do Riachuelo" com o refluxo das águas. O que mais chama a atenção no documento, porém, é que, apesar de sua própria explanação mostrar o contrário, o engenheiro concluía o relatório colocando a culpa das enchentes na natureza.

"Claro que às vezes ocorrem chuvas absolutamente anormais, para as quais os nossos meios de defesa são escassos. Mas esses são eventos raros", explica Miguez, dando como exemplos recentes as tempestades que atingiram Petrópolis em 2022 e a região serrana do estado do Rio em 2011. "O que nós vemos cotidianamente são chuvas de menor porte gerando problemas enormes, num processo de agressão mútua, em que a urbanização agride a natureza, e a natureza devolve o golpe na forma de inundações."

Interromper esse ciclo de degradação, de acordo com o engenheiro, implica modificar a lógica que rege o planejamento das cidades brasileiras. "Aqui no nosso grupo de pesquisa nós batemos muito na tecla de que, dentre os sistemas urbanos, o sistema de drenagem e, consequentemente, a questão das enchentes, pode não ser o mais importante – e nem achamos que deva ser –, mas ele precisa ter precedência sobre todos os outros, porque a primeira coisa que você tem de saber na hora de planejar é aquilo que pode ou não pode fazer sobre determinado território, é conhecer suas limitações e possibilidades", diz o engenheiro.

Ao contrário dos demais sistemas urbanos, que têm basicamente como função responder a necessidades humanas (como o de transportes, o de saúde, o de esgotamento sanitário, o de coleta de lixo), a drenagem se notabiliza por cumprir uma demanda da natureza – em essência, conduzir a água da chuva, transformada em vazão pela própria cidade, através da cidade. "Se eu conheço a dinâmica das águas e trato de organizar os escoamentos previamente, isso implica que mais adiante eu terei menos gastos com obras, menos custos com manutenção e menos prejuízo decorrentes das inundações, simplesmente porque eu evitei expor pessoas e bens a essas inundações. Infelizmente os gestores públicos não têm essa percepção. Água de chuva nunca foi importante", afirma Miguez. Assim, decisões de planejamento erradas se acumulam e terminam se tornando um fardo eterno para as cidades. "A gente paga hoje os custos do que não foi feito cem anos atrás e, pior, seguimos criando novos débitos para as gerações futuras", diz Sedrez.

Hoje, a necessidade de inserir de vez a chuva nas políticas públicas do país ganha ainda mais urgência diante da mudança climática em curso no planeta – que tem como uma de suas consequências o aumento dos episódios de chuvas extremas.

O relatório *Normais climatológicas do Brasil 1991-2020*, produzido pelo Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), demonstra que já vem ocorrendo uma modificação clara no padrão de precipitação do país. Comparando os dados da última década com o período de 1961 a 1970 nas cidades de São Paulo, Belém e Porto Alegre, o estudo mostra que em todas elas houve um aumento dramático do número de dias com chuvas acima de 50 mm, 80 mm e 100 mm.

Em São Paulo, elas passaram de 37 para 47 dias no primeiro caso, de 3 para 16 no segundo e de 0 para nada menos do que 7 no terceiro. Em Belém, foram de 37 para 110 dias, de 9 para 26 e de 3 para 7. Já na capital gaúcha, observou-se um aumento de 23 para 56 dias, de 5 para 8 e de 1 para 2, respectivamente.

O climatologista José Marengo, membro do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês), da ONU, e coordenador-geral de Pesquisa e Modelagem do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), diz que as alterações registradas no regime de chuvas têm origem tanto na elevação da temperatura global, acelerada e amplificada pela ação humana, como na urbanização mal planejada – a pavimentação excessiva somada à carência de regiões verdes aumentam a absorção e diminuem a reflexão da radiação solar nas áreas urbanas, produzindo o fenômeno das ilhas de calor. "Esses dois fatores combinados, um atuando numa escala global, outro numa escala local, vêm aumentando as temperaturas médias das cidades nas últimas décadas e, consequentemente, impulsionando a ocorrência de extremos climáticos, como grandes chuvas, mas também grandes secas", diz.

Do ponto de vista meteorológico, explica Marengo, o aumento da temperatura global gera alterações na circulação atmosférica que podem tanto aumentar como diminuir a concentração de nuvens. Além disso, o aquecimento intensifica o processo de evaporação, fazendo com que os ventos oriundos dos oceanos cheguem mais úmidos ao continente. A resultante de mais nuvens com mais água são as chuvas extremas. "É como se todo o ciclo hidrológico se tornasse mais intenso", resume.

Em maio de 2022, a Região Metropolitana do Recife conheceu um fenômeno desse tipo. Em 24 horas choveu o correspondente a 70% do volume de água esperado para o mês inteiro. As tempestades causaram deslizamentos de terra e inundações repentinas, matando mais de 130 pessoas e deixando outras 25 mil desabrigadas, na pior catástrofe climática ocorrida em Pernambuco nos últimos cinquenta anos. Uma análise feita por cientistas de Brasil, Dinamarca, França, Alemanha, Holanda, Reino Unido e Estados Unidos sob a liderança da rede Atribuição do Clima Mundial (WWA, na sigla em inglês) concluiu que o evento foi exacerbado pela mudança climática. Segundo o estudo, sem o aquecimento global, as chuvas no estado teriam sido cerca de 20% menos intensas.

Mais recentemente, foi a vez da Região Sul do país ser atingida por fenômenos climáticos extremos. Em setembro passado, o Rio Grande do Sul registrou índices pluviométricos jamais vistos no estado. O acumulado do período na capital, Porto Alegre, foi equivalente a 447,3 mm de água – nada menos que o triplo da média histórica, de 147,8 mm –, fazendo dele o mês mais chuvoso desde o início da série histórica, em 1916. No Vale do Taquari, a região mais atingida, 51 pessoas morreram em razão das tempestades e enchentes. Dois meses depois, as águas voltaram a afligir os gaúchos. As chuvas afetaram cerca de um terço dos municípios do estado, deixando mais de 7,5 mil pessoas desalojadas. Em Porto Alegre, o Guaíba transbordou em direção à malha urbana, atingindo a marca de 3,46 metros – a maior desde 1941.

Parte do crédito pela tragédia cabe ao El Niño – fenômeno climático caracterizado pelo aquecimento das águas do Oceano Pacífico perto da linha do Equador. Ele altera a circulação dos ventos alísios, que vão de Leste a Oeste, levando umidade e águas mais quentes da costa das Américas para a Ásia e a Oceania. Os ventos que seguem sobre a Cordilheira dos Andes acabam formando uma espécie de barreira sobre o território brasileiro, fazendo com que as frentes frias trafeguem com mais lentidão sobre a Região Sul, aumentando assim a precipitação.

Embora ainda não existam estudos que relacionem diretamente o aquecimento global com as chuvas que se abateram sobre o Sul, é fato que o aumento da frequência de eventos extremos gerado pela mudança climática vem fazendo com que fenômenos como o El Niño ganhem cada vez mais intensidade.

Nas próximas décadas, a situação deve seguir se agravando. O planeta já esquentou, em média, cerca de 1,2°C desde a Revolução Industrial, e "as temperaturas vão continuar aumentando", diz Marengo. Segundo ele, não se vê nos dados relativos à chuva uma tendência clara de aumento ou diminuição do volume total anual. "Essa chuva, porém, tem-se distribuído cada vez mais de forma irregular – dias com grandes tempestades seguidos de períodos muito secos. O clima do futuro tende a ser um clima de extremos."

BENETT_2024

Em fevereiro de 1811, quando foi castigado pelas "Águas do Monte", o Rio de Janeiro apenas começava a experimentar as ciclópicas transformações urbanas que, duzentos anos depois, produziriam uma metrópole com mais de 6 milhões de habitantes e um problema crônico de enchentes. Entretanto, os caminhos que a cidade tomou ao longo desses dois séculos, e principalmente as suas consequências, poderiam ter sido bastante diferentes – ainda que o ponto de chegada fosse, em muitos aspectos, o mesmo. "A urbanização é sem dúvida a grande vilã das inundações, mas ela também é a melhor maneira de evitá-las", diz Marcelo Miguez. A segunda afirmação do engenheiro se desdobra num corolário óbvio: qual urbanização?

Num artigo científico publicado em 2020, Miguez, sua ex-aluna Ianic Lourenço e mais dois colaboradores trataram de dar uma resposta a essa questão. Recuperando mapas do começo do século XIX e outros dados históricos do Rio de Janeiro oitocentista, os autores do estudo propuseram um modelo de urbanização alternativo para a bacia hidrográfica do Canal do Mangue, baseado no ordenamento do solo e em áreas construídas mais compactas, que permitissem a criação de espaços abertos adequados para preservar a dinâmica hídrica do território. A região, que se situa entre as zonas Norte e Central do Rio, foi escolhida por se tratar de uma área de ocupação antiga e consolidada, bem como por abarcar a Praça da Bandeira, local emblemático de alagamentos na cidade.

"O Rio que a gente imaginou tinha de possuir a mesma população e extensão territorial de hoje, além dos mesmos marcos de desenvolvimento atuais, como as instalações portuárias, as principais rodovias e ferrovias, os prédios históricos, o Maracanã, as universidades. Só as casas das pessoas que estariam em outros lugares", explica Miguez.

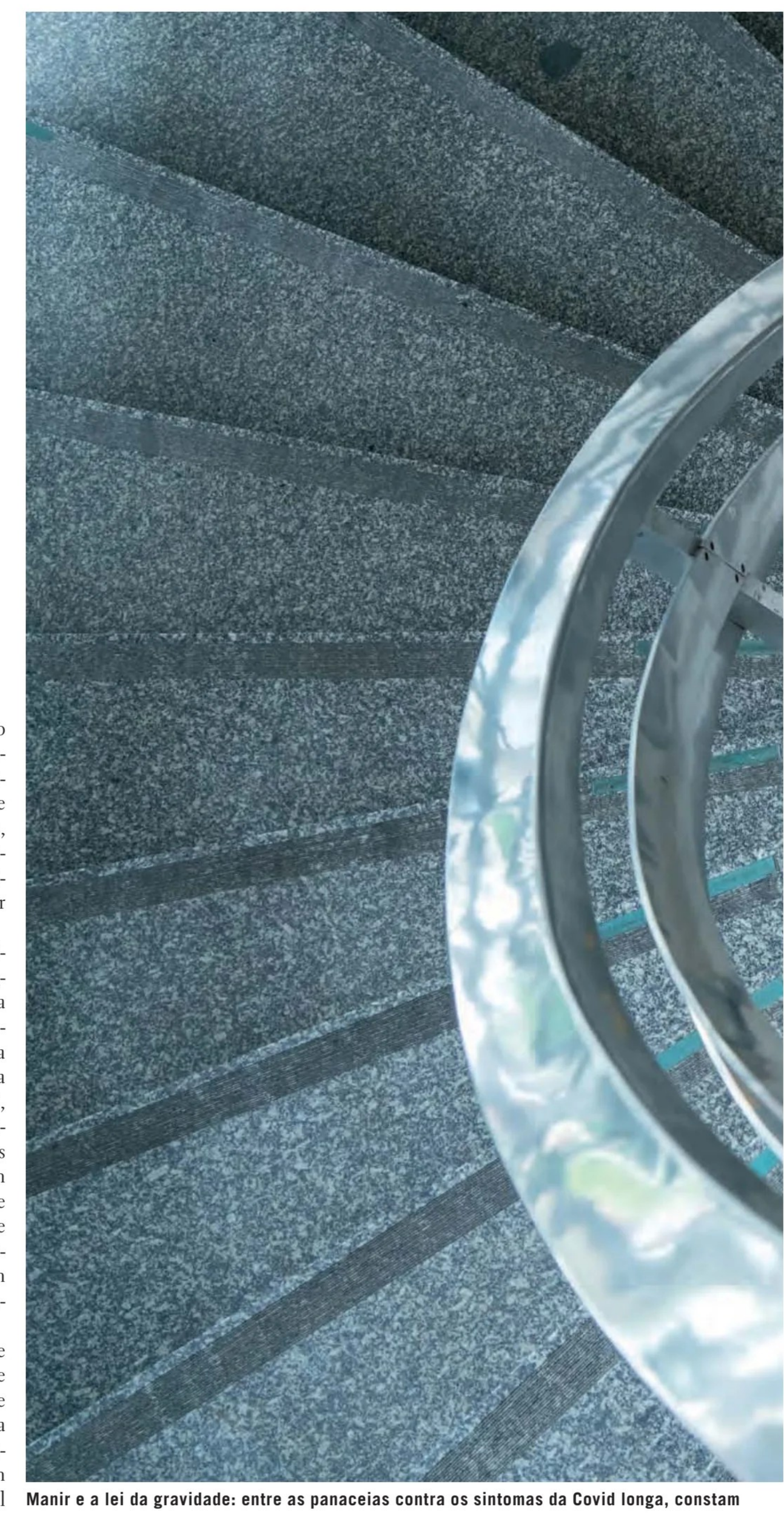
A partir dessas premissas, os autores elaboraram um modelo computacional no qual foram preservados os fundos dos vales, as planícies de inundação, as encostas, os mangues e as terras baixas. A ocupação residencial foi redistribuída nos espaços restantes, em áreas construídas mais densas e compactas. Por fim, as inevitáveis modificações no ciclo hidrológico causadas pela intervenção humana, sobretudo as referentes à perda de infiltração e retenção de água, foram compensadas com medidas de drenagem. "Simulamos esse cenário hipotético com as chuvas de hoje e, grosso modo, constatamos que os problemas de inundações haviam praticamente desaparecido." Embora tanto o modelo como as análises tenham a região do Canal do Mangue como foco, os resultados obtidos são conceitualmente extensíveis para o restante do espaço urbano carioca, explica o engenheiro.

O trabalho dos pesquisadores oferece evidências robustas de que, com diretrizes sustentáveis para o crescimento urbano, uma cidade pode se desenvolver e alcançar milhões de habitantes sem que isso, necessariamente, desregule de forma drástica as funções hidrológicas locais. "Claro que historicamente era muito mais fácil aterrar as áreas baixas de mangue e ganhar espaço junto ao mar para permitir a expansão urbana, mas é isso: se eu preservar a faixa marginal de proteção prevista em lei, não ocupar as encostas, compactar a urbanização para gerar menos áreas impermeáveis, enfim, se a cidade crescer compreendendo e respeitando a dinâmica natural das águas, as coisas funcionam", diz Miguez. "Inundação não é destino." ✪

SOB O PESO DO MUNDO

A imensa fadiga que a Covid longa me causou

MÔNICA MANIR



Manir e a lei da gravidade: entre as panaceias contra os sintomas da Covid longa, constam

Começou em janeiro de 2021, com uma dor nas panturrilhas. Dor, não. Ardor. Era como se as batatas das pernas estivessem pinicando e, ao mesmo tempo, ficando tremendamente pesadas. Eu massageava a região, alongava, botava os pés para cima, mas o incômodo persistia. Recorri à telemedicina. A médica anotou minha queixa e, quando lhe mostrei as panturrilhas pela câmera do celular, verificou que não estavam avermelhadas, brilhantes, nem inchadas. Mesmo assim, me recomendou fazer um ultrassom com *Doppler* urgentemente. "Talvez seja trombose", cogitou. Trombose nas duas pernas? O Google dizia ser possível, porque tudo é possível no Google – e tudo também parecia possível durante a pandemia. Toquei para o laboratório. Seria mais um exame entre os incontáveis que eu já havia realizado desde que a Covid-19 abduzira meu corpo, dois meses antes.

Falo da segunda onda, quando a variante Gama foi a que mais contaminou no Brasil. O laboratório em São Paulo estava cheio, muita gente com máscara de pano misturada a alguns poucos com N95. Os exames de imagem aconteciam no primeiro andar. Só que o laboratório não dispunha de elevador. Mesmo se tivesse algum, não seria prudente pegá-lo, porque os elevadores haviam se tornado antros de contaminação. Restou-me a escada. Sete míseros degraus que, em outros tempos, eu galgaria tranquilamente. Mas a Mônica pós-Covid não era a Mônica pré-Covid. Cheguei ao primeiro andar como se tivesse escalado o Everest.

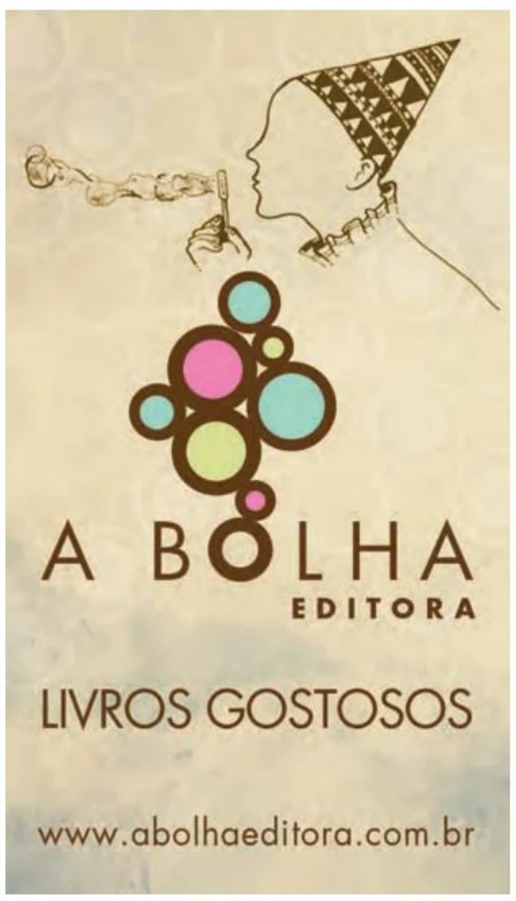
O exame para trombose deu negativo. Naquele dia, porém, recebi o diagnóstico de um mal que me perseguiria pelos próximos dezoito meses. Eu integrava o grupo dos que enfrentavam a sequela mais menosprezada, embora comum, da Covid: a fadiga. Em 2022, cerca de 46 milhões de pessoas no mundo amargavam dificuldades parecidas com as minhas se considerarmos um estudo feito por cientistas da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de Michigan, segundo o qual, em um universo de 200 milhões de pessoas com Covid longa no mundo, 23% dos pesquisados reclamavam desse sintoma.

A fadiga é um incômodo recorrente na neurologia. Quem sofre de esclerose múltipla – distúrbio autoimune em que as células de defesa atacam o sistema nervoso central – se queixa dela. O sintoma também acomete os que sofrem de mal de Parkinson, esclerose lateral

EGBERTO NOGUEIRA_IMÃ FOTO GALERIA_2024

infusões intravenosas de vitaminas e terapias como "limpeza do sangue", oferecidas em clínicas na Suíça, no Chipre e na Alemanha. O cansaço encabeça a lista dos perrengues mais sentidos

COMIDA CASEIRA
DO SERTÃO
CARNE DE SOL [NA CHAPA, NA NATA
E FEITO PAÇOCA] · ARROZ DE LEITE · FEIJÃO DE CORDA
· CUSCUZ EM FLOCO · MACAXEIRA COZIDA ·
PIRÃO DE QUEIJO · CAJUÍNA · DOCES · COMPOTAS
· QUEBRA-QUEIXO · MANTEIGA DE GARRAFA ·
MELADO DE CANA E UMA BODEGA
· CHEINHA DE DELÍCIAS NORDESTINAS ·
RUA ARRUDA ALVIM, 187
ACEITAMOS DÉBITO, CRÉDITO, SODEXO E ALELO
SEG. A SEX., 12H - 15H | SÁB.: 12H - 16H, (11) 2649-3612
JESUÍNO BRILHANTE



amiotrófica (degeneração progressiva dos neurônios responsáveis pelo controle dos movimentos voluntários) e miastenia grave (enfermidade que afeta a comunicação entre os nervos e os músculos). Vítimas de infarto, traumatismo craniano ou infecções virais agudas, como a dengue e a poliomielite, relatam a mesma indisposição, à semelhança dos que passaram por quimioterapia. A questão é que a ciência considera a fadiga uma sensação tão subjetiva quanto a dor: varia de indivíduo para indivíduo. As dores até têm suas métricas, como a escala visual analógica (EVA) ou a escala de classificação numérica. Já a fadiga se mostra bem mais arredia às aferições.

Escadas costumam cansar muita gente sã, mas dois degraus já me obrigavam a dobrar o corpo e apoiar as mãos nos joelhos. Minha energia simplesmente se esvaía. Comecei a escrutinar os locais que visitava à procura de degraus e rotas alternativas, tal qual uma amiga cadeirante fazia. A imagem que sempre me vinha era a de *Relatividade*, gravura do holandês Maurits Corneille Escher em que escadas se imbricam de maneira surreal. Personagens sem rosto sobem e descem os degraus numa casa estapafúrdia, onde as leis da gravidade deixaram de existir.

O meu cansaço não suportava a gravidade do cotidiano. A xícara, o notebook, uma única sacola com produtos básicos de higiene, tudo parecia me puxar para baixo. O litro de leite longa vida demonstrava como a minha qualidade de vida diminuíra. Ao chacoalhá-lo, eu sentia tontura e precisava me sentar, olhando abismada para a embalagem cartonada e pensando que braço era aquele à minha disposição, mas sem disposição.

Meus músculos davam a impressão de responder como queriam. Eu havia perdido o controle deles, fossem os das panturrilhas finas, dos braços longos ou das costas lordóticas. Eu, que nunca me preocupara com meu próprio peso, passei a considerar o peso de tudo. Descobri que a cabeça de um adulto pesa em torno de 5 kg. Meu pescoço às vezes não conseguia sustentá-la e, ao me deitar de lado, o cérebro parecia sair do eixo, como se a massa cinzenta fosse desabar em minha orelha. Efeito similar ocorria com o coração, caso eu deitasse sobre o lado esquerdo. Sentia que o órgão escorregava para cima das costelas e as pressionava a cada pulsação. Em razão disso, dormi noites seguidas apenas do lado direito.

Ao contrário da fadiga pós-exercício físico, minha fadiga pós-Covid não diminuía depois de algumas horas de vagabundagem ou de uma boa noite de sono. Descansar depois de um esforço exagerado não adiantava. Deitar até piorava a situação porque eu precisava enfrentar na cama o efeito colateral de tarefas excessivas para a minha condição neurológica. Se o esforço parecia viável no momento de realizá-lo, à noite o corpo me cobrava a estripulia. Além de o cérebro e o coração desabarem, braços e pernas viravam toras. Era quase impossível movimentá-los. Insone, eu ficava pensando qual das minhas atividades tinha passado do limite: o banho demorado ou dirigir por 1 km a mais.

Dirigir, aliás, se tornou um suplício. Manter os braços ao volante por 30 minutos já me cansava. Aliviava chacoalhá-los de vez em quando, como se eu estivesse secando as mãos. Decidi, então, picotar as viagens mais demoradas. Parava a cada hora a fim de andar um pouquinho.

Com o tempo, adotei a estratégia de restringir tarefas diárias na base da tentativa e erro. Se fazer três coisas prioritárias me derrubasse, o jeito era realizar somente duas no dia seguinte. Os médicos me diziam para não abdicar de exercitar os músculos, mas advertiam que eu não podia me exceder. Era um dilema, um funesto jogo de tabuleiro.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) entende por Covid longa aquela em que os sintomas aparecem (ou reaparecem) em até três meses depois da contaminação pelo coronavírus, duram no mínimo dois meses e não podem ser atribuídos a outras doenças. Diferentes autores usam diferentes expressões para designar esse quadro. Além de Covid longa, é possível encontrar na literatura científica os termos Covid pós-aguda, Covid crônica, síndrome pós-Covid e sequelas pós-agudas da infecção por Sars-CoV-2.

Não importa o nome, a enfermidade se manifesta por uma miríade de sintomas. Quantos? Mais de cinquenta, segundo um estudo publicado em agosto de 2021 na revista *Nature* e assinado por sete pesquisadoras dos Estados Unidos, México e Suécia, segundo o qual, aliás, a porcentagem de pessoas que reclamavam de fadiga chegou a 58%. Outro levantamento, divulgado em janeiro de 2023 pela *Nature reviews microbiology*, contabilizou mais de duzentos, que afetam vários sistemas orgânicos, do neurológico ao cardíaco, do imunológico ao reprodutivo. O trabalho foi conduzido por quatro americanos, dois deles vinculados à Patient-Led Research Collaborative – uma investigação coletiva em que os próprios autores vivenciaram ou vivenciam as agruras da síndrome pós-Covid e advogam a favor de pessoas afetadas pela síndrome.

Fadiga, dor de cabeça, dificuldade de concentração, perda de cabelo e dispneia (dor no peito) figuram entre os sintomas mais frequentes em ambos os estudos. No início da pandemia, as mazelas predominavam em indivíduos que haviam sido hospitalizados. Hoje, porém, atingem sobretudo os que tiveram Covid moderada, leve ou mesmo assintomática, talvez devido ao fato de mais pacientes estarem procurando centros de pesquisa para relatar suas sequelas.

A minha Covid exigiu internação por três dias sem ventilação mecânica. Daí me incluírem na turma dos moderados. As chamadas "opacidades em vidro fosco", alterações detectadas pela tomografia computadorizada do tórax, atingiram 25% dos meus dois pulmões – o que significava um aumento de densidade em certas áreas pulmonares. Também foi apontado um espessamento na parede dos brônquios médios. O perigo maior estava na dosagem de proteína C-reativa. Sintetizada no fígado, a substância se eleva diante de um processo inflamatório ou infeccioso. O normal é ficar abaixo de 3,0 mg/L. Meu exame de sangue indicava uma taxa de 170,3 mg/L. Na época, novembro de 2020, não havia vacina disponível para os brasileiros. Eu contava apenas com o meu sistema de defesa no combate àquela tempestade inflamatória, uma resposta imune exacerbada do corpo ao ataque do coronavírus.

Embora crianças e adolescentes possam exibir uma constelação de sintomas pós-Covid, os casos predominam em adultos na faixa dos 40 aos 65 anos. Mulheres são as mais afetadas, mas ainda faltam pesquisas que esclareçam o motivo disso. Estudos também falham em definir a fadiga – um pouco porque a fadiga tem algo de subjetivo, um pouco porque o mundo acadêmico talvez entenda que o problema se explique por si mesmo. Mas neurologistas das Universidades de Rochester, Nova York e Colorado, nos Estados Unidos, defendem a necessidade de uma definição mais exata para o termo, como aconteceu com a memória. Quando foram identificados diferentes tipos e processos de memória, as investigações científicas sobre o assunto tiveram um progresso considerável.

A palavra "fadiga" vem do latim *fatigare* ("cansar", "extenuar") e é "a mais banal das insuficiências", nas palavras do historiador francês Georges Vigarello. No livro *História da fadiga*, ele mostra que há registros do sintoma desde pelo menos a Idade Média. Durante os séculos XII e XIII, por exemplo, enaltecia-se a exaustão dos guerreiros. O cavaleiro robusto, capaz de envergar uma armadura de 25 kg e encarar batalhas extenuantes, merecia todas as honras. As viagens dos comerciantes, que se aventuravam por mar e terra para comprar e vender mercadorias, eram retratadas como difíceis e muito cansativas. Entre a guerra e os negócios, pairavam as peregrinações religiosas, em que os pés descalços e o esgotamento físico se confundiam com a redenção.

Fadiga como punição aparece na autobiografia do francês Jean Marteilhe, *Mémoires d'un galérien du Roi-Soleil* (Memórias de um escravo de galé do Rei Sol), lançada no século XVIII. Preso aos 17 anos por ser protestante, o autor se viu obrigado a servir nas embarcações do católico Luís XIV: "Eu me vi remando com força total durante 24 horas, sem um momento de descanso. [...] Nessas ocasiões, o comitre ou outros marinheiros enfiam um pedaço de pão, embebido em vinho, na boca dos po-

bres [...] remadores para evitar seu desfalecimento." Comitre era o oficial que ditava o ritmo das remadas.

Na década de 1830, as cadeias francesas não se distinguiam muito das antigas galés. "Todos os condenados, qualquer que fosse sua posição na sociedade, se submetiam aos trabalhos mais penosos, conhecidos pela designação de grande fadiga", escreveu o jornalista Maurice Alhoy no livro *Les bagnes: histoire, types, moeurs, mystères* (As galés: história, tipos, costumes, mistérios), publicado em 1845. O autor se notabilizou como um dos criadores do diário *Le Figaro*.

No final do século XVIII e início do XIX, com a multiplicação das fábricas, a fadiga dos operários ganhou os holofotes. Entretanto, o fenômeno só causou preocupação de fato quando o esgotamento físico passou a comprometer a eficiência dos trabalhadores, sujeitos a jornadas cada vez maiores. Nesse contexto, foram feitos cálculos matemáticos para medir o cansaço por hora de trabalho e definir a quantidade de alimento capaz de diminuí-lo. A fadiga virou mote para estudos, denúncias e protestos, invariavelmente sob o viés econômico.

Vigarello explica que as máquinas do século XIX e de boa parte do século XX moldaram outro tipo de cansaço. A perda de vigor não derivaria apenas dos excessos no trabalho, mas também de poluentes que estariam invadindo e prejudicando o corpo. É o tempo das vitaminas e dos fortificantes. Tempo de suplementar para ganhar energia e combater as toxicidades que infestam o ambiente.

Sob influência do digital, a fadiga do século XXI está mais espalhada no cotidiano e mais vinculada à sobrecarga mental, seja no trabalho ou em casa, seja nas relações interpessoais. Disseminam-se a estafa, o estresse e sua versão turbinada, a Síndrome de Burnout. O personal trainer não é propriamente escanteado, mas aos poucos vai cedendo espaço para os psicoterapeutas. A exaustão se interioriza e a alma fica mais alquebrada que o corpo. Vigarello postula que, nessa fase da humanidade, a autonomia adquirida pelo indivíduo das sociedades ocidentais, acrescida do sonho de emancipação e liberdade, tornou extremamente difícil vivenciar quaisquer situações de pressão. Tudo cansa porque tudo oprime e nada descansa. Como lamuriou Clarice Lispector, o que mata é o cotidiano: "Eu queria só exceções."

E is que, em março de 2020, a pandemia chega e transforma o cotidiano numa exceção assustadora, que ameaça virar regra. Cresce o receio de os avanços científicos não conseguirem nos salvar da ameaça viral. Em 2021, quando o Brasil registrou o maior número de óbitos por Covid (424 107), morreram no país 46% mais pessoas do que o esperado naquele ano. De janeiro a março de 2023, ainda em razão do coronavírus, o índice continuou acima da expectativa, embora num patamar bem menor: 18%. Os números são de um consórcio formado pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde, a organização global de saúde Vital Strategies e a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais, que representa os oficiais de Registro Civil.

Entre os mais exauridos durante a pandemia, estavam os médicos e paramédicos. Na ocasião, atribuía-se a fadiga da categoria à terrível jornada de trabalho, fosse pelas horas extras, pela exposição contínua ao vírus, pelo medo de contaminar familiares ou pela falta de descanso entre uma onda e outra da Covid. Todos acreditavam que, tão logo vencessem o coronavírus, voltariam à rotina de sempre no "conforto médico", a sala dos hospitais onde as equipes de saúde costumam relaxar.

Pouco se falava da fadiga pós-Covid, já sentida por muitos profissionais naquelas salas. Reclamar de cansaço para subir escadas, enquanto inúmeros pacientes sucumbiam nas UTIs, soava como heresia. No entanto, uma pesquisa recente com 603 médicos da Grã-Bretanha demonstrou que 48% deles manifestaram perda de rendimento nas atividades diárias em razão da Covid pós-aguda. Cerca de 18% afirmaram que ainda não conseguiam trabalhar devido às sequelas. Aproximadamente 55% pegaram o vírus na primeira onda da pandemia. Desses, 77% acreditam que se contaminaram no local de trabalho. A Associação Médica Britânica conduziu o estudo entre dezembro de 2022 e janeiro de 2023.

Lembro-me claramente do médico que me atendeu num hospital público de Boiçucanga, no litoral paulista. Foi no verão de 2021. Alguns minutos debaixo do guarda-sol, às oito da manhã, me desgastaram completamente. Sentia-me um saco vazio – sem forças, com dor no peito e um assustador formigamento no braço esquerdo. Corri para o pronto atendimento do hospital recém-inaugurado. Recebi uma pulseirinha amarela e fiz o eletrocardiograma. Com minha ficha na mão, o médico despontou no corredor como quem se arrastava para o cadafalso. Aparentava uns 40 anos. Magro, gambitos empoleirados em sandálias de couro, corrente no peito com uma foto dos pais, ele contou que lá se iam cinco meses de fadiga. "Tem dias que desabo na cama logo depois do expediente e ninguém me tira dali." A Covid o pegara de sola e o levara à intubação. Agora, além do cansaço infinito, sentia as panturrilhas arderem. Por sorte, tinha recuperado o paladar. "É um vírus do mal, sabe?" Ele disse que meu

NOS ACOMPANHE EM:
@fazendaumcoffee
@umcoffeeco
www.umcoffeeco.com.br

Bom Retiro
Rua Júlio Conceição, 553

Itaim Bibi
Rua Joaquim Floriano, 1136

Jardim Paulistano
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2704

Pinheiros - Thera
Rua Pais Leme, 215

Gabriel Monteiro
Alameda Gabriel Monteiro da Silva, 1350

Priceless Mastercard São Paulo
Rua Formosa, 157

eletrocardiograma estava o.k. e que o formigamento provavelmente não passava de parestesia, choquinhos irritantes na pele, como se cada poro quisesse chamar minha atenção. Outra consequência típica da tempestade inflamatória causada pelo coronavírus.

O médico olhou para o receituário com o timbre do hospital, mas deixou a caneta pendurada no ar. Pelo franzir da testa, devia ter sofrido um apagão de memória. A foto dos pais balançava em preto e branco no peito. Ele a envolveu com uma das mãos e, com a outra, me prescreveu um analgésico. Seguia o protocolo de recomendar algo que sabia não funcionar.

Em agosto de 2022, a neurologista Clarissa Lin Yasuda pediu seu "antigo cérebro" de volta num artigo sobre a pós-Covid publicado nos *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, periódico mensal da Academia Brasileira de Neurologia. Professora da Unicamp, a médica contraiu uma infecção leve por coronavírus em agosto de 2020 e teve vômito, diarreia, sonolência e soluços, além de dores abdominais e de cabeça. Em dez dias, todos os sintomas desapareceram, menos a cefaleia. Um mês depois, a dor de cabeça aumentou e se fez acompanhar de sonolência durante o dia. A fadiga logo se instalou. "Foi estranho, porque sempre me considerei uma pessoa energética, que precisava de apenas sete horas de sono para se recuperar", disse Yasuda à **piauí**, em setembro passado.

Quando pegou Covid, a neurologista estava com 45 anos. Em virtude dos sintomas que a assombravam, ela não conseguia realizar análises acadêmicas mais complexas nem escrever propostas para o financiamento de pesquisas. Tampouco conseguia redigir artigos com a agilidade de antes. Perdia prazos, faltava a reuniões e se atrapalhava em tarefas simultâneas. No fim de 2020, concluiu que precisaria se adaptar à nova situação e diminuiu o ritmo, mas manteve os treinos de natação. Foi apenas no fim de 2021 que seu "antigo cérebro" deu algum sinal de vida. "Se perdi 30% de minha velocidade natural depois da Covid-19, acho que recuperei uns 10%. É constrangedor e doloroso não me reconhecer."

Há vinte anos, Yasuda estuda a relação entre a epilepsia e a atrofia do hipocampo, que pode acelerar processos degenerativos como a demência. Atualmente, outros pesquisadores da Unicamp investigam os efeitos do coronavírus sobre aquela área cerebral. A médica disse ter recebido mensagens de pessoas com sintomas semelhantes aos seus ou até piores. Muitas reclamavam que a maioria dos profissionais de saúde não compreendia os incômodos ou duvidava deles. "É frustrante porque sei que todos os sintomas são reais e comprometem a nossa vida e o nosso trabalho", escreveu a neurologista no artigo.

Em setembro passado, quando conversamos por telefone, Clarissa Yasuda retornava da Irlanda, onde participara do 35º Congresso Internacional de Epilepsia. Queixava-se de muita sonolência, atribuída mais às consequências persistentes da infecção por coronavírus do que ao *jet lag*. Na tentativa de me provar que a Covid longa segue entre nós, a médica citou o investimento de 50 milhões de dólares que a Austrália acabara de fazer em pesquisas sobre o tema. O país de 26,4 milhões de habitantes deseja avaliar os impactos atuais e futuros da pós-Covid – especialmente depois do surto descontrolado da variante Ômicron em janeiro de 2022, quando quase 1 milhão de pessoas se contaminaram em apenas duas semanas.

Já no Reino Unido, cientistas saíram às ruas de Londres no começo de setembro em protesto contra os atrasos do governo para dar continuidade a um estudo sobre o tratamento dos principais sintomas da Covid longa. A Agência Reguladora de Medicamentos e Produtos para a Saúde, responsável pela pesquisa, sofreu cortes expressivos de pessoal depois que a Grã-Bretanha deixou a União Europeia. Segundo Emma Wall, consultora acadêmica de doenças infecciosas e uma das líderes do estudo, muitos pacientes estão recorrendo a substâncias e procedimentos duvidosos na esperança de aliviar os incômodos, o que só alimenta a indústria das fraudes. Entre as panaceias, constam infusões intravenosas de vitaminas e terapias como "limpeza do sangue", oferecidas em clínicas na Suíça, no Chipre e na Alemanha. Em março, o Departamento de Estatísticas Nacionais divulgou que 1,9 milhão de pessoas – ou 2,8% da população britânica – viviam com sintomas da pós-Covid. O cansaço encabeçava a lista dos perrengues mais sentidos.

Algumas pesquisas dão outro nome à fadiga: fatigabilidade. Se a fadiga transita no campo etéreo das percepções, a fatigabilidade é mais concreta. "Equivale ao tempo que alguém leva para atingir a falha numa determinada tarefa motora. Em nossos estudos, nós mensuramos esse tempo quando pedimos a um indivíduo que faça força num certo nível e que pare ao chegar à exaustão", explica Leonardo Abdala Elias, professor-associado de engenharia biomédica na Unicamp e fundador do Laboratório de Pesquisa em Neuroengenharia (NER Lab) na mesma universidade. Num par de experimentos realizados em 2021 e 2022, ele e a mestranda Emilia Frigerio Cremasco identificaram que o grupo dos que tinham Covid demonstrou menor capacidade de gerar força e resistir ao esforço que o grupo controle, além de menos destreza na mão dominante. O grupo controle é aquele que não recebe tratamento algum ou recebe apenas placebo, ao contrário do grupo experimental, no qual se testa de fato a terapia ou o produto visado.

Com esses achados de fatigabilidade, Elias e sua equipe começaram a matutar sobre terapias para atenuar o cansaço dos que se submeteram à pesquisa. O foco do NER Lab é estudar os diferentes mecanismos envolvidos no controle neurofisiológico do movimento humano. Daí a razão de os olhos de Elias brilharem diante de um equipamento chamado TDCS – ou transcranial Direct Current Stimulation (em português, estimulação transcraniana por corrente contínua ou ETCC). O aparelho possui uma fonte elétrica de baixa intensidade e não invasiva. Por meio de eletrodos, a corrente emitida alcança certas áreas cerebrais dos pacientes, o que estimula a atividade delas durante exercícios de reabilitação. O processo é indolor.

Desde fevereiro, o NER Lab usa o equipamento numa pesquisa (patrocinada pelo Ministério Público do Trabalho) que busca identificar se choques sutis podem atenuar a fadiga pós-Covid quando aplicados nos doentes ao longo de cinco dias. Estudo conduzido por nove cientistas italianos e publicado no periódico *NeuroRehabilitation* em 2014 concluiu que os choquinhos diminuíram o cansaço em portadores de esclerose múltipla. "Se mostrarmos que o TDCS tem um impacto positivo também na fadiga pós-Covid, vamos propor novas pesquisas, inclusive com pessoas afetadas por outras doenças neurológicas ou neuromusculares", diz Elias, bastante animado.

Quem também se anima com o experimento é a professora de educação infantil Andrea de Cássia Pontes Balioti, de 53 anos, que mora em Rio Claro, no interior de São Paulo. Em fevereiro de 2020, dezoito dias depois de se aposentar, ela manifestou uma intensa dor de cabeça frontal, como se algo lhe comprimisse o cérebro. Logo vieram os calafrios, a dor nos ossos e uma prostração que a impedia de se levantar da cama. A Covid ainda não desembarcara no Brasil, mas a dengue corria solta. A batelada de exames confirmou a doença transmitida pelo *Aedes aegypti*.

Foram nove meses de puro arrasto. "Parecia que eu estava envenenada", relembra. "Pensei que nunca iria me curar." Pouco a pouco, Balioti logrou carregar mais sacolas, varrer mais assoalhos e vencer mais escadas. Mas ainda não sente que sarou de vez. Para se aprumar, recorre à musculação com personal, à dança em ritmo lento e à natação com snorkel (tubo de respiração), já que não consegue virar o rosto para respirar fora d'água por causa da tontura. Outros movimentos, como erguer a janela de casa ou dobrar o corpo para a frente, também lhe causam mal-estar. "Fiquei mais xarope", lamenta. Segundo o Ministério da Saúde, entre janeiro e meados de novembro de 2023, registraram-se 1,66 milhão de casos novos de dengue no Brasil contra 1,7 milhão de casos novos de Covid no mesmo período. Estudos comprovam que sintomas pós-dengue podem persistir por meses a fio – a fraqueza é o mais comum. Curiosamente, tais estudos não usam a expressão "fadiga". Preferem a palavra "fraqueza", embora os pacientes relatem perda de força e de energia semelhante à da Covid longa.

A sensação de envenenamento também aparece com certa frequência entre os "pós-covidados", acentuada pelo gosto metálico na boca. Mais de uma

vez, vasculhei o prato à procura de algum pedaço de papel-alumínio no meio da comida porque o sabor de metal invadia subitamente as minhas refeições. A neurologista e farmacologista Bindu Diana Paul, da Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos, acredita que o excesso de ácido lático nas células provoca a distorção do paladar e a sensação de envenenamento. O composto se acumula ali no lugar do combustível celular habitual, consumido pela superinflamação típica da Covid.

A professora Andrea Balioti destaca mais um ponto que a aborreceu durante a recuperação: o estigma da fragilidade feminina. Aqui e ali, ela percebia olhares e expressões que pareciam dizer: "É mulher, é fraca, está com depressão, reclama mesmo." Daisy Fung, médica de família em Edmonton, cidade do Canadá, notou reação parecida quando postou nas redes sociais sobre a fadiga pós-Covid, que a impedia de trabalhar normalmente e de jogar tênis e badminton. Uns amigos lhe deram apoio, mas outros – inclusive colegas de jaleco – disseram que se tratava de *burnout* ou algum distúrbio comportamental. Reiteravam, assim, a tendência de psicologizar as dores das mulheres.

Assim que soube da investigação que pesquisadores da Universidade de Alberta vinham fazendo sobre o estigma em torno das vítimas da Covid longa, Fung se candidatou como voluntária. O questionário respondido pela médica e por mais 144 pessoas – a maioria do sexo feminino – revelou que o descrédito não só existe como aumenta a solidão dos incompreendidos, especialmente aqueles demitidos do trabalho por não conseguirem cumprir com suas funções. A revista *The lancet discovery science* publicou o estudo em novembro de 2022. Nele, os autores especularam sobre o papel que colegas, empregadores, instituições, sistemas de saúde e governos podem desempenhar para reduzir o impacto negativo na carreira profissional dos afetados.

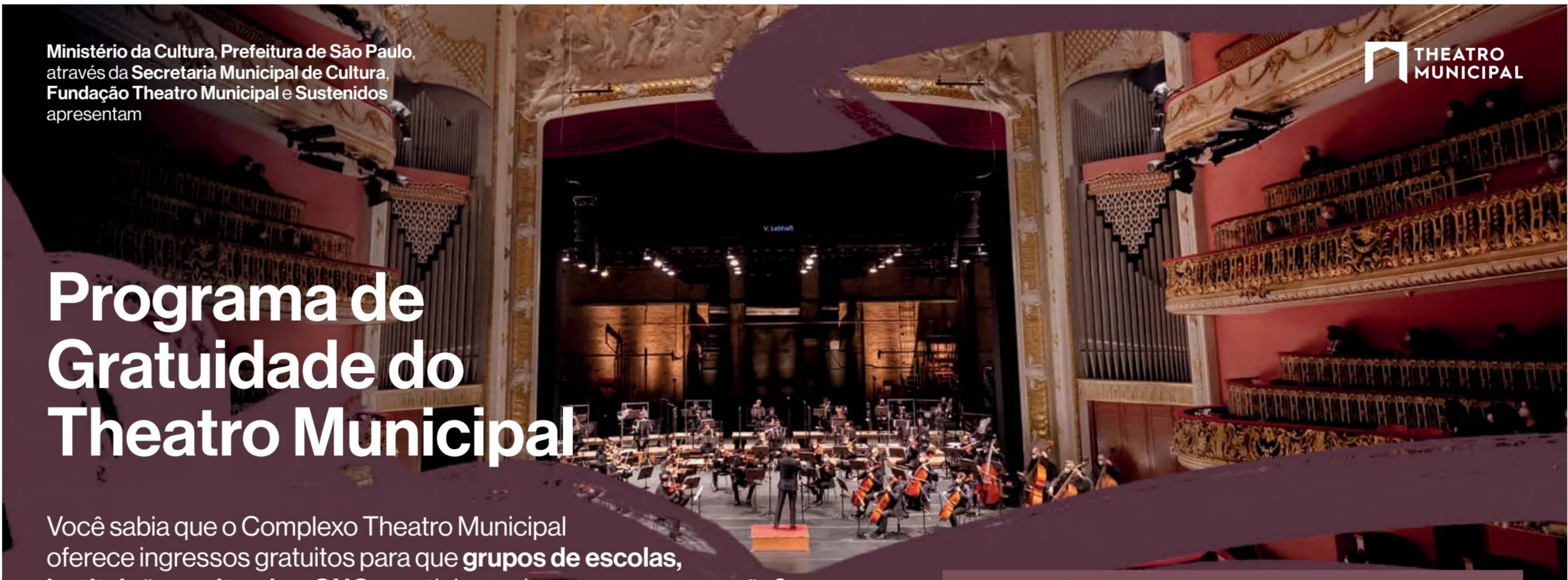
Depois de vencer um câncer de mama com cirurgia, químio e radioterapia, Emily K. Abel enfrenta o cansaço extremo há duas décadas. Historiadora na área de saúde pública e professora emérita da Universidade da Califórnia, em Los Angeles, escreveu o livro *Sick and tired: an intimate history of fatigue* (Doente e cansada: uma história íntima da fadiga). O relato desnuda os disfarces de que ela se vale para parecer inteira quando está destruída pelo torpor. Com acidez, a autora também menciona um amigo que, após infartar, disse enfim compreender o que Abel sente. "Isso me fez suspeitar que ele nunca acreditou no que eu falava antes, e muitas pessoas ainda não acreditam."

O marido da historiadora costuma ir sozinho a programas culturais noturnos porque a mulher precisa se deitar até as 20 horas. Hoje com 81 anos, Abel sempre se imaginou o tipo de avó que encheria os netos de presentes e os acompanharia em aventuras emocionantes. Logo as crianças perceberam que o avô é quem assumiria esse papel. A historiadora ficava para trás, tirando cochilos matinais e vespertinos. Como o barulho das lojas de brinquedos a desnorteavam, ela invariavelmente aparecia de mãos vazias nas reuniões de família.

Para minha surpresa, um ano e meio depois do diagnóstico de Covid longa, percebi que os sintomas começaram a arrefecer. Aos poucos, o cansaço foi diminuindo. Eu sentia menos dores nas pernas e menos formigamento nas mãos. Os exercícios, orientados por um fisioterapeuta, ganharam carga. As massagens semanais claramente surtiam mais efeito. Eu já me permitia sair do supermercado com duas sacolas de orgânicos em vez de uma. Não precisava mais de carboidrato extra para dar uma volta no quarteirão. Aliás, passei a dar duas, três, quatro voltas. Fui carregando nas tintas e finalmente consegui visitar de novo uma região montanhosa da qual andava fugindo, apesar do bem-estar que sempre me trouxe. A pirambeira já não parecia tão intransponível.

Acima de tudo, aprendi a filtrar as recomendações de uma medicina ainda sem norte em relação à fadiga. Cientista nenhum sabe afirmar categoricamente por que a Covid e outras enfermidades podem desencadear tamanha exaustão mesmo depois da suposta cura. Topei ser escaneada por exames de imagem, mas não mais com recorrência, e neguei exames invasivos ou dolorosos, que mais buscavam eliminar diagnósticos do que entender minhas limitações. Meu corpo precisava desinflamar, e não se irritar em salas de espera.

Sequela é uma expressão dura. Na seara médica, trata-se de uma alteração anatômica ou funcional que permanece depois de completada a evolução de uma doença e que impõe dificuldades para os afetados. Um acidente vascular cerebral costuma deixar sequelas. Surtos de esclerose múltipla, idem. Outros acidentes, como os domésticos e automobilísticos, também podem causá-las. Por ironia, em latim, a palavra *sequela* refere-se também ao "ato de seguir". Meu cansaço foi embora. Não sei se iria por si próprio ou se a maneira como o enfrentei fez diferença. Restou, no entanto, a desconfiança: será que, um dia, tudo voltará como uma avalanche? Sem resposta, o melhor mesmo é seguir em frente – que atrás vem outra variante. ✪



Programa de Gratuidade do Theatro Municipal

Você sabia que o Complexo Theatro Municipal oferece ingressos gratuitos para que **grupos de escolas, instituições culturais e ONGs** participem da nossa programação?

O **Programa de Gratuidade** tem o objetivo de ampliar o acesso de diferentes públicos à programação do Theatro Municipal e da Praça das Artes, que engloba apresentações de música, ópera, teatro e dança.

Para participar, entre em contato pelo e-mail **gratuidade@theatromunicipal.org.br** ou tire suas dúvidas pelo número de telefone/WhatsApp: **(11) 3367-7235**

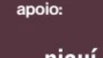
Acompanhe nossas redes sociais:

Theatro Municipal
@theatromunicipalsp
@theatromunicipal
@municipalsp
/theatromunicipalsp
@theatromunicipal

Praça das Artes
@pracadasartes
@pracadasartes

Sinta-se à vontade.
Na nossa casa ou na sua, o Theatro Municipal é seu.

O Theatro Municipal de São Paulo faz parte da Secretaria Municipal de Cultura. Programação sujeita a alteração.

apoio:


realização:

AFROFUTURISMO E RACISMO

As curiosas coincidências entre dois livros de ficção científica: um do escritor afro-americano George S. Schuyler, outro de Monteiro Lobato

TOM FARIAS

Na noite do Réveillon de 1932 para 1933, um negro alto, elegante e posudo, Max Disher, resolveu tirar uma mulher branca para dançar no Honky Tonk Club, um bar dançante de quinta categoria em Nova York. Caucasiana de cabelos prateados, bem ao estilo de sua época, Helen repeliu prontamente o galanteador, com uma frase que o desconsertou: "Nunca danço com *niggers*."

O insulto da loira deixou Disher mais perturbado com sua condição de negro do que revoltado contra os brancos. Por coincidência, naqueles dias, o cientista Junius Crookman estava de retorno aos Estados Unidos, depois de um período de estudos na Alemanha, quando desenvolveu uma geringonça revolucionária para transformar negros retintos em brancos caucasianos. Disher, ainda abatido e contrariado, se ofereceu para ser o primeiro negro a testar o aparelho inovador. A transformação foi surpreendente: ele perdeu toda a melanina de homem de origem africana e adquiriu tons perfeitos da pele branca, além de cabelos loiros.

Com essa situação chocante começa o principal romance do escritor e jornalista afro-americano George S. Schuyler (1895-1977), *Branqueador instantâneo – Black no more* (*Black no more: being an account of the strange and wonderful workings of science in the land of the free, A.D. 1933-1940*). O livro, que acaba de ser lançado no Brasil pela Ímã Editorial, tem a rara característica de ser um romance escrito por um negro que, além de expor as vísceras do preconceito nos Estados Unidos, satiriza os movimentos negros da época. Debochado e provocativo, Schuyler monta um enredo cujo arcabouço tem muito a ver com histórias "caça-níqueis", aquelas feitas para causar e escandalizar, provocar bochichos e criar controvérsias rasteiras, como as de botequim, em sua época, e as das redes sociais, nos dias de hoje.

Mas o romance é também uma obra pioneira do afrofuturismo na literatura pelo modo como relaciona o debate racial com a ficção científica, o que não deixa de ser também irônico, já que foi escrito em plena Depressão, quando a economia americana foi profundamente abalada e o futuro parecia muito pouco promissor no país, sobretudo para os afro-americanos. Apenas em 1933, dois anos depois da publicação do livro, o presidente Franklin Delano Roosevelt lançou um plano de recuperação do país, o chamado New Deal.

O *crash* da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 encerrou abruptamente os "anos loucos", como foi apelidado o período seguinte à Primeira Guerra Mundial (1914-18), quando os Estados Unidos começaram a se firmar como potência global, novas tecnologias se espalharam no Ocidente (o automóvel, o avião e o cinema) e uma grande agitação social e política tomou conta do planeta, com o avanço do comunismo e do fascismo. Foi também um tempo de grande efervescência na literatura e nas artes, com a série de movimentos de vanguarda iniciada com o expressionismo. Em 1930, o escritor Sinclair Lewis (1885-1951) tornou-se o primeiro americano a receber o Prêmio Nobel de Literatura, o que sinalizou para o mundo o florescimento por que passava a literatura nos Estados Unidos, inclusive a realizada por autores afro-americanos.

A emergência dos artistas negros na cena cultural do país durante os anos 1920 e 1930 ganhou um verniz com o movimento conhecido como Renascimento do Harlem, que abarcou manifestações em várias áreas – literatura, música, moda. Na literatura, especialmente, emergiram nomes importantes como Langston Hughes (1901-67), Rudolph Fisher (1897-1934), James Weldon Johnson (1871-1938) e Arna Bontemps (1902-73). No mesmo período, foram publicados *Not without laughter* (Não sem uma risada, 1930), de Hughes, baseado em sua infância em um ambiente racista no estado de Kansas, e *The conjure-man dies: a mystery tale of dark Harlem* (O conjurado morre: uma história de mistério do Harlem negro, 1932), de Fisher, uma pioneira história detetivesca protagonizada por pretos.

É nesse ambiente que a obra literária e jornalística de Schuyler começa a ganhar relevo, com seu misto de investigação detida da sociedade, de ativismo moderado e sarcasmo – uma arte que ele exercitava de maneira muito peculiar. *Black no more* logo se incluiu numa novelística que tinha como pauta trazer o negro e a questão do racismo para o centro da cena literária do país, embora Schuyler tenha sempre demonstrado acreditar pouco nisso.

Feita a mutação do personagem Max Disher de homem negro a homem branco, o romance *Black no more* se desenvolve em um ritmo eletrizante para mostrar a ascensão social do protagonista

*ATO*_ROBINHO SANTANA_2017

Duas sátiras: a de Schuyler ataca a ambição dos negros de ascenderem na sociedade à maneira de brancos capitalistas; a de Lobato fala da incompatibilidade entre raças nos Estados Unidos

BENETT_2024

– que, aliás, troca de nome como trocou de cor e passa a se chamar Matthew Fisher. Enquanto projeta sua mudança de Nova York para Atlanta, Fisher faz planos de se casar com a desejada loira do Honky Tonk Club, que vem a ser filha de um pastor trambiqueiro. Ele também sonha, claro, em enriquecer e colocar um ponto final na sua vida de pobre, morador de quartinhos sórdidos do Harlem e vítima das humilhações cotidianas dos brancos e da polícia.

A ironia de Schuyler segue crescendo ao longo dos treze capítulos, no intuito de atingir a sociedade branca, hegemônica e supremacista – a base do que é hoje o pacto da branquitude. Mas também não poupa os próprios negros, seja os que cultivam utopias e projetos estratosféricos como opção ao racismo nos Estados Unidos, seja os que defendem a sua inserção na vida americana de acordo com a lógica do capitalismo (ou do "capitalismo racial", como então se dizia), com seus padrões de empreendedorismo predador, consumo insaciável e ganância ilimitada. Por trás de suas ideias, está o educador Booker T. Washington (1856-1915), um dos primeiros pensadores negros de linhagem conservadora.

Por tais motivos, há no romance uma série de caricaturas grotescas de personalidades negras dos anos 1920, como o ativista Marcus Garvey (1887-1940), que se autoproclamava "presidente provisório da África", e Madam C. J. Walker (1867-1919), empresária, filantropa e ativista política, primeira mulher a ser listada como milionária pelo *Guinness Book*. A zombaria de Schuyler não poupa nem mesmo o grande sociólogo W. E. B. Du Bois (1868-1963).

Apesar do viés conservador e das caricaturas de mau gosto que faz de negros proeminentes de sua época, Schuyler nunca ignorou a segregação racial. Ao contrário. *Black no more* é pontuado por menções à violência contra os negros nos Estados Unidos, embora a veia satírica do autor pareça às vezes incontrolável, levando-o a tratar com deboche até mesmo a aterrorizante Ku Klux Klan. Essa contradição se manifesta em Schuyler justamente quando começa a acontecer nos Estados Unidos uma forte reação ao avanço social dos negros. Em 1921, dez anos antes da publicação do livro, uma multidão ensandecida de pessoas brancas invadiu o distrito de Greenwood, conhecido como a "Wall Street Negra", na cidade de Tulsa, em Oklahoma, depois que se espalhou, como uma febre, a *fake news* de que um jovem negro teria abusado de uma mulher branca. O massacre e a destruição cometidos pelos brancos levaram à morte cerca de trezentas pessoas e deixaram 10 mil desabrigados.

A reação dos negros a eventos racistas como este não demoraria a acontecer, na forma de um ativismo pacífico que desaguaria no movimento pelos direitos civis (entre 1950 e 1970). Esse movimento começou a deslanchar no final de 1955, quando Rosa Parks (1913-2005) se negou, em um gesto ousado e corajoso, a ceder seu lugar em um ônibus público a um homem branco, como determinava a lei, acendendo o estopim da luta antissegregacionista no país. Rosa Parks era casada desde 1932 com Raymond Parks, membro da Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor, criada por Du Bois, o sociólogo caricaturado em *Black no more*.

Schuyler, que morreu em 1977, aos 82 anos, teve tempo de testemunhar todos os passos dados por esse importante movimento. Mas nunca escondeu suas discordâncias, em particular de um de seus líderes principais, Martin Luther King (1929-68), contra quem escreveu duros artigos, como *King: no help to peace* (King: sem ajuda para a paz), em 1964, e *Dr. King: nonviolence always ends violently* (Dr. King: a não violência sempre termina em violência), em 1968. Em ambos, apesar dos títulos que parecem sugerir o contrário, o escritor apelou para que o ativismo negro agisse com mais moderação, reforçando a posição política que o consagraria como "negro e conservador" – título, aliás, de sua autobiografia publicada em 1966 (*Black and conservative*).

George Samuel Schuyler nasceu em Providence, no estado de Rhode Island, e passou os primeiros anos em Syracuse, no estado de Nova York, criado apenas pela mãe, pois o pai morreu ainda jovem. O sobrenome Schuyler vem do pai, que descendia de um escravizado que lutou na Guerra da Independência dos Estados Unidos e adotou o nome de família do general Philip John Schuyler (1733-1804).

O escritor teve a meninice que é destinada a quase todo garoto negro e precisou ajudar no sustento da família. Na juventude, foi um rapaz ardiloso e leitor insaciável. Tendo cursado apenas o equivalente ao ensino médio, Schuyler, a exemplo do seu antepassado, ingressou no Exército, abrindo mão de frequentar uma universidade (embora já houvesse várias somente para negros, entre públicas e privadas, na época). Permaneceu na ativa por sete anos, angariou elogios de seus superiores, mas a patente mais alta que atingiu foi a de primeiro-tenente, o que talvez o tenha levado a desistir da carreira militar.

Durante o período no Exército, deu os primeiros passos na vida jornalística, escrevendo pequenos textos para uma publicação da caserna. Depois da dispensa militar, mudou-se para Nova York e se entusiasmou com o movimento socialista negro. Também se ligou à Associação Universal para o Progresso Negro, que buscava dotar os afro-americanos de autossuficiência econômica e era gerida por seu fundador, o intelectual Marcus Garvey, outra figura satirizada em *Black no more*.

O perfil de polemista de Schuyler se desenvolveu nas páginas do jornal *The Pittsburgh Courier*, uma das principais publicações da comunidade afro-americana, onde passou a assinar uma coluna (em 1944, ele se tornou chefe da edição nova-iorquina do *Courier*). Suas críticas também chegaram às páginas da revista *The Nation*, onde publicou um de seus mais famosos e ácidos artigos, *The negro-art hokum*, de 1926. *Hokum* é algo que não faz sentido ou é falso.

No texto, ele defende que, para a cultura euro-americana, "o afro-americano é apenas um anglo-saxão negro". Assim, não haveria uma arte especificamente negra nos Estados Unidos, dadas as múltiplas influências recebidas pelos artistas. Feita por negros ou brancos, a arte que havia era apenas a americana, independentemente da cor. Schuyler não deixará de reconhecer o valor da literatura produzida por negros, mas considerando-a "meritória porque é literatura, e não porque é literatura negra". Para ele, a arte só pode ser julgada "por padrões literários e não por padrões raciais". É esse tom ferino que vai favorecê-lo e lhe trazer fama, mais como jornalista do que como escritor.

Schuyler pôs de lado o passado socialista já nos anos 1930 e passou a manifestar na imprensa sua perspectiva conservadora. É dessa época uma série de reportagens polêmicas que resultaria no livro *Slaves today: a story of Liberia* (Escravos de hoje: uma história da Libéria), sobre a escravização de negros por outros negros no país africano, fundado por negros libertos dos Estados Unidos e do Caribe. O seu distanciamento dos movimentos e ativistas lhe permitiu uma posição crítica confortável.

Vivendo concretamente a experiência do seu personagem Max Disher, o escritor se casou em 1928 com a atriz e dançarina Josephine Lewis Cogdell, uma mulher branca, originária de uma família que havia sido proprietária de escravizados no século XIX. Na certidão de casamento, ela se identificou como negra, provavelmente para tentar amenizar a reação racista às núpcias. A única filha do casal, Philippa Schuyler, seguiu a carreira de jornalista e morreu no Vietnã em 1967, quando cobria a guerra para um jornal americano. Dois anos depois, Josephine cometeu suicídio.

Pouco a pouco, o escritor se tornou um dos principais antípodas das lideranças negras que começavam a ganhar proeminência nos Estados Unidos. No fim dos anos 1940 e início dos 1950, Schuyler chegou a apoiar o senador Joseph McCarthy em sua campanha de caça aos comunistas. Apesar disso, seus textos jornalísticos nunca deixaram de ter em seu horizonte a questão do racismo.

Em 1948, para fazer uma investigação jornalística sobre a situação dos negros nas Forças Armadas em países da América Latina, Schuyler visitou Cuba, Panamá, Peru, Colômbia, Venezuela, Uruguai – e chegou até o Brasil. No Rio de Janeiro, teve como cicerone o escritor, ator e ativista Abdias Nascimento (1914-2011), que entrevistou Schuyler para a primeira edição do jornal que editava, *Quilombo*. A entrevista saiu em dezembro de 1948, acompanhada de uma foto de ambos e do título *Dois mundos: preto e branco, dentro de um só país*. A frase tinha sido extraída de uma declaração do autor americano sobre a divisão racial nos Estados Unidos.

Na época com 34 anos, Nascimento era um dos principais militantes negros do Brasil, atuando em várias frentes, da imprensa às artes, como no Teatro Experimental do Negro (TEN),

uma iniciativa inovadora, provocativa e única na América Latina. Os dois se tornaram amigos e passaram a trocar cartas e textos entre os jornais *Quilombo* e *The Pittsburgh Courier*.

Schuyler se entusiasmou com as ideias e o trabalho de Nascimento, a quem cita no artigo *Brazilian color bias growing more rampant* (Preconceito de cor cresce desenfreado no Brasil), publicado ainda em 1948 no *Pittsburgh Courier*. No texto, ele expõe sem meias palavras o racismo que se espalha pela sociedade brasileira, da escola à caserna, e destaca a luta do TEN no enfrentamento do preconceito racial. Ao TEN pertenciam o sociólogo e político Alberto Guerreiro Ramos, o jornalista e ativista Ironides Rodrigues, o antropólogo Arthur Ramos, o jornalista e tradutor João Conceição, a líder feminista e cofundadora do grupo Maria Nascimento, então esposa de Abdias, e a atriz Ruth de Souza – estas duas exercendo papel crucial na inclusão da questão de gênero na pauta da organização social negra.

"Onde vocês poderão encontrar um debate inteligente e compreensivo da vida do povo de cor de uma tão grande extensão territorial como o Brasil, senão em uma publicação negra brasileira?", escreveu Schuyler em seu artigo. Depois de elogiar os "brasileiros de cor", que "têm uma história diferente", ele atacou os jornais americanos, como o *Memphis Commercial Appeal* e o *Courier-Journal*, de Louisville, dando a entender que eram racistas nas suas abordagens jornalísticas. "Vocês nada podem saber a respeito do povo de cor do Brasil por meio da leitura de qualquer periódico editado nos Estados Unidos, inclusive aqueles especializados em assuntos latino-americanos, com exceção do *Pittsburgh Courier*, que, sozinho, tem dedicado enorme espaço sobre a matéria, com grande despesa, a fim de manter os seus leitores devidamente informados."

Schuyler encontrou um ambiente fértil para seus arroubos políticos em terras brasileiras um ano antes da realização da Conferência Nacional do Negro, ocorrida em 1949 e da qual ele participou na "qualidade de enviado especial", conforme noticiou o *Quilombo*.

Curiosamente, em 1926, cinco anos antes da publicação do livro de Schuyler, lançou-se no Brasil um romance com o qual *Black no more* tem algumas coincidências interessantes: *O presidente negro*, de Monteiro Lobato (1882-1948).

Parece estapafúrdia a ideia de comparar a obra de um escritor negro com a de Lobato, conhecido por seu racismo e a inclinação eugenista, a ponto de escrever coisas como: "Um dia se fará justiça ao Ku Klux Klan; tivéssemos aí [*no Brasil*] uma defesa desta ordem, que mantém o negro em seu lugar, e estaríamos hoje livres da peste da imprensa carioca – mulatinho fazendo jogo do galego, e sempre demolidor porque a mestiçagem do negro destrói a capacidade construtiva."

Apesar disso, os dois livros mereceriam uma análise comparativa aprofundada, que observasse as semelhanças e refletisse sobre as diferenças. Dou apenas alguns passos nessa tarefa.

Não é somente o fato de serem ambos romances de ficção científica escritos na mesma época e focados no "choque das raças" (o outro título dado por Lobato ao seu livro) que aproxima as duas obras. Ambos coincidem no objetivo irônico, para não dizer debochado, com que tratam o papel dos negros na sociedade americana – a ponto de postularem a extinção da raça negra. Enquanto Schuyler inventa uma máquina de conversão dos pretos em brancos, Lobato fala de negros que, no longínquo século XXIII, se esforçam para esticar cabelos e clarear o rosto recorrendo à técnica futurista da "despigmentação" (o que os deixa com a pele "horrivelmente esbranquiçada").

É certo que a ironia tem função diferente em um caso e outro. Para Schuyler, trata-se de criticar a ambição dos negros de ascenderem na sociedade americana utilizando os mesmos recursos dos brancos capitalistas. O objetivo da sátira de Lobato é diferente: mostrar como a incompatibilidade das raças no solo americano é incontornável e como a superioridade dos homens brancos leva necessariamente à subjugação das mulheres e dos negros, quando não ao extermínio dos afro-americanos.

A história de Lobato foi publicada inicialmente no jornal *A Manhã*, na forma de folhetim. No mesmo ano, saiu em livro pela Companhia Editora Nacional, da qual o escritor era dono. A narrativa está centrada em Ayrton Lobo, que sofre um acidente de carro e é encontrado inconsciente pelo professor Benson, um cientista que vive no interior do Rio de Janeiro e criou uma máquina para ver o futuro, o porviroscópio.

Enquanto se recupera do acidente automobilístico, Lobo é apresentado a miss Jane, a filha do cientista. Com a morte do pai, é ela quem lhe conta sobre o futuro dos Estados Unidos, tal como a moça pôde ver tempos antes por meio do porviroscópio. Lobato, então, transporta o leitor para o ano de 2228, durante as eleições americanas, nas quais se confrontam três candidatos: Jim Roy, da Associação Negra, miss Evelyn Astor, do Partido Feminino, e Kerlog, do Partido Masculino, e candidato à reeleição. Os eleitores enviam seus votos por "radiotransporte" – uma espécie de internet *avant la lettre* – e quem ganha é o candidato negro. Mulheres e homens brancos, antes fortemente divididos, resolvem se unir para enfrentar o avanço dos negros e barrar a posse de Jim Roy.

O "choque das raças" é uma viagem que o escritor se permite fazer no tempo, mas que encobre algumas perversidades. A primeira delas é como expõe o depurado racismo que cultiva. Hábil escritor e contador de histórias, Lobato compõe um enredo controverso que é peça-chave de sua campanha eugenista. Além de ardilosa, a narrativa festeja, com orgulho, que uma "raça desnaturasse, descristalizasse a outra", tratando essa situação como o mais "belo fenômeno da eclosão étnica", que conserva "ambas [*as raças*] em estado de pureza". Em outras palavras, trata-se de uma apologia do *apartheid*, experiência que seria vivida anos depois na África do Sul.

BENETT_2024

Além disso, Lobato, matreiramente, faz suas caricaturas de personagens célebres, tal como Schuyler em *Black no more*. Em *O presidente negro*, um dos personagens ironizados é justamente o jornalista e abolicionista José do Patrocínio (1853-1905), que na vida boêmia era conhecido como Zé do Pato – e a empresa em que Ayrton Lobo trabalha se chama, justamente, Sá, Pato & Cia. Miss Jane é como uma versão crescidinha da personagem Emília, alter ego lobatiano, e Lobo pode ser visto como uma paródia de Patrocínio, que, aliás, incursionou pela literatura, como no mirabolante romance *Pedro Hespanhol*, sobre um bandido que agiu no Rio de Janeiro no começo do século XIX.

O episódio do desastre de automóvel no livro de Lobato também remete a Patrocínio. O abolicionista foi dono do primeiro automóvel a transitar no Rio de Janeiro e se tornou protagonista do primeiro acidente no país, em 1897, quando ensinava o poeta Olavo Bilac a dirigir. O veículo bateu em uma árvore e ficou em destroços, o que deixou Patrocínio desconsolado. Essas conexões devem ser lidas como suposições a respeito da engrenagem mental de um homem como Lobato, que não escondeu suas intenções racistas, herdeiro que era da exploração escravista no país.

Lobato tinha confiança que *O presidente negro* pudesse agradar os editores americanos. Em 1927, quando se mudou para os Estados Unidos a fim de atuar como adido comercial do consulado brasileiro em Nova York, levou *O presidente negro* na bagagem. Procurou editoras, mas nada conseguiu. Em carta ao escritor paulista, um agente literário americano foi taxativo ao alegar que "o enredo central se baseia em uma questão particularmente difícil de ser abordada neste país, porque certamente resultará no tipo mais amargo de sectarismo". O agente arrematou dizendo que "nem mesmo a sua ambientação trezentos anos no futuro mitigaria esse fato na mente dos leitores negros", chamando a atenção que "os negros são cidadãos americanos, parte integrante da vida nacional". Não era exatamente assim na época, como se sabe, mas o argumento servia para refutar a tese da trama de Lobato sobre os negros e "seu extermínio por meio da sabedoria e habilidade da raça branca".

Talvez seja improvável, mas não é absurdo imaginar que, como *O presidente negro* circulou entre editores e agentes literários nos Estados Unidos, possa ter chegado às mãos de Schuyler. Afinal, *Black no more* parece uma versão menoscabada da obra de Lobato. Mas, se Schuyler não leu antes o livro de Lobato, o que significará essa coincidência estranha de um preto e um branco escreverem na mesma época livros tão assemelhados, despejando tanto deboche sobre os negros e ambicionando mostrar, não importa a que custo, a invencibilidade da supremacia branca, que ainda hoje se manifesta com o pacto da branquitude? ✪

A ANTINOVIDADE

Como Leandro Vieira se tornou o carnavalesco mais proeminente do seu tempo desafiando as artes visuais

THALLYS BRAGA

No primeiro dia de março de 2023, uma semana depois do Carnaval, era como se a festa ainda não tivesse acabado no barracão da Imperatriz Leopoldinense. Costureiras, artesãos, serralheiros e carpinteiros circulavam pelos corredores da escola de samba assobiando, trocando tapinhas nas costas e distribuindo sorrisos. Eles tinham motivo para tanta satisfação. Depois de 22 anos sem glória, a Imperatriz Leopoldinense havia arrebatado o título de campeã dos desfiles no Sambódromo. Numa sala no terceiro andar do barracão, aonde se chega por um barulhento elevador hidráulico, descansava o principal responsável pela alegria daquelas pessoas: o carnavalesco Leandro Vieira.

Suas olheiras características estavam ainda mais fundas, como se ele tivesse atravessado várias noites em claro. "No mês que vem vamos começar a desmontagem dos carros", disse Vieira, enquanto caminhava na direção da porta do seu escritório. Dali, tem a visão panorâmica do galpão em que carros alegóricos e fantasias são montados e desmontados. "Tudo isso só faz sentido enquanto passa na avenida, durante a magia da noite de Carnaval. Não dá para guardar nada. Mas eu acho que o desmonte deveria ser público. Por mim, botava tudo para fora e deixava verem o quebra-quebra."

O que Vieira sugeria é que fossem desfeitos diante do público os cinco grandes carros alegóricos que ele criou para o desfile sobre Lampião apresentado pela Imperatriz Leopoldinense em 21 de fevereiro do ano passado. No enredo escrito pelo carnavalesco, o Rei do Cangaço, depois de morto, tenta entrar no Inferno e depois no Céu, mas é expulso de ambos. Daí o título da apresentação, *O aperreio do cabra que o Excomungado tratou com má-querença e o Santíssimo não deu guarida*, inspirada em folhetos dos cordelistas José Pachêco da Rocha, Guaipuan Vieira, Rodolfo Coelho Cavalcante e Moreira de Acopiara. O espírito de Lampião, recusado pelo Diabo e por Deus, só encontra repouso de fato no imaginário popular brasileiro.

A vitória com a Imperatriz Leopoldinense foi a terceira que o carnavalesco obteve no campeonato do Grupo Especial, que atualmente reúne as principais escolas do Rio de Janeiro: Beija-Flor, Grande Rio, Mangueira, Mocidade, Paraíso do Tuiuti, Portela, Porto da Pedra, Salgueiro, Unidos da Tijuca, Vila Isabel e Viradouro, além da Imperatriz Leopoldinense. Muitos carnavalescos passam décadas buscando o troféu principal. Em apenas sete anos, Vieira obteve três vitórias na primeira divisão. As duas primeiras foram para a Mangueira: em 2016, logo na sua estreia, aos 32 anos, e em 2019.

Por isso, Vieira é tido como um ponto fora da curva. A curadora e crítica de artes plásticas Daniela Name o situa no centro de uma nova "geração de narradores" do Carnaval, um grupo que surgiu durante a crise financeira e política dos últimos anos e decidiu privilegiar nos desfiles a força do discurso em vez dos efeitos visuais.

Até meados dos anos 2010, o Carnaval do Rio viveu uma fase de fartura financeira, com patrocinadores derramando dinheiro nas escolas, como ocorreu com a Beija-Flor em 2015. Naquele ano, a agremiação de Nilópolis venceu na Sapucaí com uma homenagem luxuosa à Guiné Equatorial, financiada pelo ditador Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, que governa o país desde 1979 e investiu 10 milhões de reais no desfile. Quem ditava as tendências no período era o carnavalesco Paulo Barros, na Unidos da Tijuca. Em 2010, ele apresentou uma comissão de frente em que seis mulheres trocavam cinco vezes de roupa em poucos segundos – um truque que custou 200 mil reais na época. "Isso criou um padrão para as outras escolas", diz Name. "As pessoas assistiam esperando um apogeu tecnológico, um efeito cênico."

Veio então a fase de vacas magras, ampliada durante a gestão do prefeito Marcelo Crivella, que cortou os recursos oficiais dados às escolas. "Não havia mais salários trilhardários para os carnavalescos, nem

FE PINHEIRO_2023

Leandro Vieira com fantasias que criou para a Mangueira em 2017 e 2020: "Dizer que o Carnaval não passa de festa popular é um modo de diminuir o pensamento cultural de pobres e negros"

desfiles banhados de dinheiro. As escolas foram obrigadas a procurar alternativas que não custassem tanto. E a nova geração encontrou um caminho: se apoiar nas histórias bem contadas", explica a curadora. Enquanto isso, a crise política se ampliava no país, com o impeachment de Dilma Rousseff e a ascensão de Jair Bolsonaro. "Essa nova geração fez os desfiles voltarem a ser calcados naquilo que o Carnaval tem a dizer ao país."

Nesse cenário, o jornalista Aydano André Motta, autor de *Blocos de rua do Carnaval do Rio de Janeiro*, chegou a chamar Vieira de o mais importante artista do Carnaval em atividade. "Basta comparar com a trajetória de Renato Lage (quatro conquistas em 42 Carnavais) e Alexandre Louzada (seis vitórias em 36 desfiles)", escreveu Motta em um artigo no jornal *O Globo*. Louzada é atualmente o carnavalesco da Unidos da Tijuca; Lage está num ano sabático.

Vieira, ele mesmo, aparenta pouca pretensão. Avalia que não provocou tantas transformações assim no Carnaval nem deixará um grande legado às futuras gerações. "Isso nunca passou pela minha cabeça", diz ele. "Para início de conversa, eu nem queria ser carnavalesco."

Foi a necessidade, e não o desejo, que levou Leandro dos Anjos Vieira Ferreira às escolas de samba. Ele queria ser artista plástico e se dedicar à pintura. "Sempre gostei do subúrbio e das suas pessoas, expressões e ambientes. Era isso que eu queria pintar." Aos 17 anos, entrou para o curso de pintura da Escola de Belas Artes (EBA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Era a primeira vez que um membro da sua família cursava o ensino superior.

Vieira é o mais velho de três filhos e passou a infância no Jardim América, bairro da Zona Norte do Rio. A mãe, costureira, e o pai, vendedor, tinham uma pequena loja de tecidos, que funcionava de segunda a segunda.

Os filhos de Elizabeth passaram muitas tardes ao pé de sua máquina de costura. Ela trabalhava ao som do disco *Álibi*, de Maria Bethânia, uma paixão que foi passada ao pequeno Leandro. "Mas nunca tive muito interesse pelas roupas que minha mãe fazia, nem pelo processo de criação", diz o carnavalesco. Ele preferia desenhar, se isolando em algum canto quieto com canetas e papéis. O irmão do meio, Felipe, conta que, quando ganhou miniaturas dos dinossauros do primeiro *Jurassic Park*, Vieira desenhou os personagens humanos do filme e os recortou para aprimorar a brincadeira.

O Carnaval que o menino conhecia era o dos grupos de mascarados que passavam na sua rua batendo balões de plástico no chão de paralelepípedo – os chamados clóvis ou bate-bolas, com suas roupas coloridas e máscaras de arame com furos nos olhos e no nariz. "Eu queria estar entre eles, mas a minha mãe nunca deixou", conta Vieira. "Ela dizia que a fantasia era muito quente e que andar em bando podia ser perigoso."

Nas noites de desfile na Marquês de Sapucaí, os pais colocavam a tevê no quintal de casa para assistir à passagem das escolas de samba enquanto faziam um churrasco. As crianças brincavam até cansar, depois repousavam em colchonetes estendidos no chão. "Eu dormia, acordava, dormia de novo, acordava para tomar café, e aquela festa colorida continuava passando na televisão."

Na adolescência, Vieira fez todos os cursos de uma escola particular de artes visuais, desde desenho até aquarela. Também começou a frequentar a Sapucaí, levado por um casal de vizinhos. As suas referências vêm dessa época, dos desfiles a que assistiu entre espantado e fascinado, principalmente os dos carnavalescos Renato Lage e Rosa Magalhães.

Lage elevou e refinou o uso da tecnologia na Sapucaí, defendendo a Mocidade. Em 1993, elaborou uma alegoria em que o gigantesco boneco de um menino com *joystick* na mão jogava videogame na tela dos próprios óculos. "Quando eu acho que fiz algo parecido com o modo de fazer do Renato Lage, é sinal de que está começando a ficar bom", diz Vieira. Nos anos 1990, a concorrência de Lage era Magalhães, que defendia a Imperatriz Leopoldinense com desfiles barrocos, em que o narrativo predominava sobre o visual. A disputa foi frutífera para ambos os veteranos. Nos doze campeonatos de 1990 a 2001, só quatro vezes a vitória não foi de um dos dois. "Para ser bom carnavalesco, é preciso ter 1% de inspiração e 99% de transpiração", me disse Magalhães. "O ponto a que eu quero chegar é o seguinte: o Leandro representa a síntese do bom carnavalesco."

Ainda estudante, Vieira se deu conta de que seria difícil ganhar dinheiro com a atividade artística. "Um dia, desci as escadas da Escola de Belas Artes correndo e passei por um mural no sexto andar com anúncio de vagas de estágio remunerado na Liga Independente das Escolas de Samba do Rio", conta. Tomou um ônibus até os barracões e bateu no portão da Mangueira, mas disseram que ali não tinha vaga de trabalho. Ele então se dirigiu ao galpão do lado, o da Grande Rio, e pela primeira vez em muito tempo respirou aliviado. "Me chamaram para trabalhar como empreiteiro e aderecista." Isso significava passar dias e noites cortando placas de acetato e decorando os carros alegóricos. Vieira percebeu logo que a função era, nas palavras dele, "horrível, repetitiva e pouco estimulante".

Na Grande Rio, deparou pela primeira vez com um carnavalesco, mas o contato não foi nada bom. A escola era comandada por Joãosinho Trinta, o nome mais importante do Carnaval naquele tempo. "Eu conheço a obra do João de trás para a frente. Sei de todas as suas qualidades artísticas. Mas havia um trato grosseiro comigo e com os que me cercavam", diz Vieira. Ele observava o chefe de longe, com "medo da grosseria". Lembra uma ocasião em que Joãosinho Trinta ficou tão insatisfeito com o trabalho dos artesãos que quebrou os espelhos afixados em um carro alegórico.

Vieira decidiu deixar o trabalho e, sem outra oportunidade em vista, restou se dedicar aos estudos. Os últimos anos que passou na UFRJ coincidiram com um movimento que ocorria no Centro da cidade e que ele considera fundamental à sua formação artística: a retomada da vida noturna nos Arcos da Lapa. "Frequentei muitas rodas de samba, me envolvi no Pagode da Tia Doca, aprendi a tocar instrumentos." Quando se deu conta, estava em Madureira, integrando a bateria da Portela como ritmista.

Começou tocando cuíca, depois foi para o tamborim. Em 2006, aos 23 anos, já com um diploma na mão, mas sem dinheiro no bolso, decidiu procurar emprego no Carnaval outra vez. Reuniu seus desenhos e pediu a Nilo Sérgio, mestre de bateria da Portela, que os entregasse para os carnavalescos da escola. A dupla Amarildo de Mello e Cahê Rodrigues viu os esboços e recrutou o rapaz para a equipe criativa do desfile. Sua primeira função foi colorir os figurinos que outras pessoas desenhavam. O trabalho agradou aos carnavalescos e, dali em diante, Rodrigues passou a levá-lo para onde fosse. Em 2009, como assistente, Vieira já cuidava de todos os aspectos dos desfiles, dos esboços dos carros alegóricos até a escolha de tecidos para as fantasias.

Ele hesita em falar do fim da parceria com Rodrigues, mas a história é contada com desembaraço pelo antigo chefe. Eles estavam na Imperatriz Leopoldinense, em 2013, produzindo um desfile sobre o jogador Zico. Vieira era o figurinista e supervisionava o trabalho no barracão, mas também fazia parte da equipe de criação da Grande Rio. "Leandro tinha autorização para trabalhar com outros carnavalescos, desde que fosse discreto, para não desagradar a chefia da nossa escola", lembra Rodrigues. A notícia do duplo emprego, porém, se espalhou pela Cidade do Samba – o local onde as escolas preparam seu desfile –, o que desagradou Rodrigues e a direção da Imperatriz Leopoldinense. Em 2014, depois do desfile, Vieira foi demitido.

Prestes a fazer 31 anos e apavorado com o desemprego, ele resolveu aceitar a primeira oportunidade que surgisse. Poucas semanas depois da demissão, foi convidado a ser carnavalesco pela primeira vez pela Caprichosos de Pilares, na época em nono lugar no ranking do Grupo de Acesso, a segunda divisão do campeonato carioca. "Nenhum artista queria fazer o Carnaval da Caprichosos. O salário era baixíssimo", diz Vieira. "Se eu não tivesse desempregado, provavelmente também não aceitaria o convite."

Com pouca experiência e pouco orçamento, ele fez o que pôde. A dois meses do desfile, quase nada estava pronto. Recrutou a mãe, os irmãos, a cunhada e amigos de infância para preparar as alegorias e fantasias que havia desenhado sozinho. A Caprichosos de Pilares terminou o Carnaval de 2015 em sétimo lugar na disputa do Grupo de Acesso – e Vieira se viu outra vez no limbo do desemprego. Então, quando o desespero ia começar a bater, uma porta se abriu na Estação Primeira de Mangueira.

A barba e os poucos cabelos de Leandro Vieira já foram da cor de ferrugem. Aos 40 anos, os fios brancos são cada vez mais numerosos e os cabe-

los estão ficando mais ralos. Ele quase sempre está de boné e, quando caminha, os ombros caídos lhe dão um aspecto juvenil. Parece ter consciência do tom altivo que usa para falar de si, tanto que eventualmente se esforça em parecer modesto, como ao dizer: "O convite para fazer a Mangueira também só chegou para mim porque a escola não tinha dinheiro."

Em 2015, a verde e rosa estava mesmo na pior. Terminara o desfile daquele ano na décima posição no Grupo Especial, cujo campeonato não ganhava havia treze anos. O presidente da escola, Chiquinho da Mangueira, dizia à imprensa que a situação nada tinha a ver com o cofre da escola, enquanto procurava alguém capaz de fazer milagre com o orçamento minguado.

Chiquinho, que era também deputado estadual (em 2015, pelo PMN), chamou Vieira para uma reunião em seu gabinete na Assembleia Legislativa do Rio e lhe apresentou esta ideia: colaborar com um veterano para fazer um desfile que unisse renovação e tradição. Como nenhum veterano embarcou na proposta, a chave da escola foi entregue a Vieira.

Em 1932, quando ocorreu o primeiro desfile de escolas de samba no Rio de Janeiro, a Mangueira foi vencedora. Ganhou os dois desfiles seguintes, e dali em diante sua trajetória ajudou a moldar a tradição do Carnaval carioca. Mas, até Vieira, o posto de carnavalesco da escola nunca havia sido ocupado por um estreante no Grupo Especial, o que dá a medida do peso que recaiu sobre as costas do jovem. Ele optou por fazer sozinho a pesquisa e a conceituação do enredo – o texto que os carnavalescos apresentam aos diretores das escolas informando o tema a ser abordado no desfile –, bem como o recorte e o tom da apresentação. A proposta de fazer uma homenagem à cantora Maria Bethânia foi bem-aceita.

Cada desfile tem de seis a oito setores, que são como os capítulos da história que está sendo contada. Para cada setor, há um carro alegórico e várias alas (os grupos de pessoas que desfilam fantasiadas no solo). O carro alegórico vem depois das alas, como uma síntese da proposta do setor. Vieira escolheu contar a história de Maria Bethânia a partir da religiosidade, desde o momento em que ela se iniciou no candomblé. Também idealizou um carro-símbolo da devoção cristã da cantora e da sua crença na intercessão dos santos, uma herança da mãe, Claudionor Viana Teles Veloso, conhecida como Dona Canô. Outras três alegorias narravam a trajetória artística, do começo no Teatro de Arena, com o show *Opinião*, nos anos 1960, representado por um carcará – nome de uma ave de rapina e da música que primeiro projetou a cantora –, até a consagração. A alegoria final era um grande circo de lonas verde e rosa, em referência ao sonho da menina de Santo Amaro de ser artista circense.

"Eu produzi esse Carnaval sendo chamado de garoto. Ninguém falava o meu nome no barracão", conta Vieira. Levou um tempo até os diretores da Mangueira aceitarem que o novo carnavalesco não faria um desfile apenas em tons de verde e rosa, as cores da escola. "Eu sentia que essas cores não combinavam com absolutamente nada, não me satisfazia enquanto pintor." Vermelho e azul eram cores vetadas pelo presidente Chiquinho, que as associava ao Salgueiro e à Portela. Mesmo assim, Vieira deu um jeito de introduzir um azul no piso do quarto carro alegórico, chamado *Abelha rainha* (sobre o ápice comercial de Bethânia), que só foi pintado poucas noites antes da competição, às escondidas.

Na noite anterior ao desfile, as alegorias de todas as escolas são cobertas por sacos pretos e deixam a Cidade do Samba, na Gamboa, em direção ao Sambódromo, na Rua Marquês de Sapucaí, no bairro Santo Cristo. Durante a manhã e a tarde, os carros estacionam na Avenida Presidente Vargas e ficam expostos ao público pela primeira vez, enquanto são varridos e lustrados pelas equipes das escolas. "Eu me lembro das pessoas passarem por nós perguntando de que escola eram aqueles carros. Elas não viam a Mangueira no meu trabalho", diz Vieira. Mas o desfile começou e terminou sob os aplausos entusiasmados do público. A Mangueira estava de volta ao páreo após duas décadas. Na Quarta-Feira de Cinzas, foi eleita a campeã do Carnaval de 2016.

A vida no subúrbio é a fonte que irriga o trabalho de Vieira, por isso ele se recusa a deixar o apartamento em que mora de aluguel na Vila da Penha, na Zona Norte, embora atualmente tenha condições financeiras de viver em qualquer outro bairro do Rio de Janeiro. Em dia de desfile, toma o metrô na estação Vicente de Carvalho, desce na Central do Brasil e caminha até o Sambódromo. "Eu faço as coisas pensando numa visão de Brasil, numa criação artística de valor suburbano." Sua obsessão é "aquela coisa mal-ajambrada e mambembe" dos Carnavais dos anos 1970. "Eu não busco novidades ou inovações, olho para a tradição. Meu desejo é combater o luxo e a opulência." De certa forma, é como se ele buscasse contrariar o ideal de beleza e de luxo que predominou no Carnaval carioca por tantas décadas. Em particular desde Joãosinho Trinta, que introduziu uma parafernália luxuosa até então nunca vista nos desfiles e cunhou uma máxima famosa: "Quem gosta de miséria é intelectual, o pobre gosta de luxo."

Para o seu segundo desfile na Mangueira, em 2017, Vieira escreveu um enredo sobre a religiosidade popular, cuja pesquisa teve a participação de funcionários do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Desenhou um abre-alas (o primeiro carro do desfile) inspirado no exagero barroco

BENETT_2024

dos altares católicos brasileiros. "Coloquei santos propositalmente arranhados, como se estivessem desgastados. Queria dar o visual de uma coisa que um dia foi bonita, mas com o tempo ficou feia. Chegar a esse resultado foi difícil, porque as pessoas que trabalham em barracão de Carnaval estão acostumadas com o belo."

A maioria dos membros da equipe de Vieira está com ele há anos. As fantasias da ala das baianas sempre foram costuradas por Sirley Martins, a Tia Sirley, uma costureira baixinha e afável de 71 anos, nascida na Vila Vintém e criada em Bangu, ambos na Zona Oeste do Rio. Ela está morando no barracão da Imperatriz Leopoldinense desde 11 de setembro passado e improvisou uma cama com isopor e espuma nos fundos do ateliê. Nos fins de semana, a filha a visita para entregar frutas, café, pães e mudas de roupa limpa. "Minha filha diz que eu levo vida de presidiário", conta a costureira, rindo. O marido vive em São Paulo e não se conforma com o tempo que ela passa no trabalho.

Tia Sirley aprendeu a costurar sozinha, muito jovem. Morava na favela da Rocinha, criava os quatro filhos sem ajuda e não aguentava mais acordar antes do amanhecer para pegar o transporte público lotado. "Eu falei: 'Meu Deus, por favor, abre uma porta para eu trabalhar em casa e ter paz.'" As coisas deram certo, e ela passou dez anos trabalhando como costureira em casa. Certo dia, um conhecido disse que estavam precisando de costureira na quadra da Acadêmicos da Rocinha, e Tia Sirley embrenhou-se no universo das escolas de samba. Depois, trabalhou para a São Clemente e para a Grande Rio. Chegou, então, na Caprichosos de Pilares, na época comandada por Vieira, que se afeiçoou ao seu modo de trabalhar e a levou para a Mangueira.

A ala das baianas, tradicional reverência às matriarcas das escolas de samba, é uma das mais importantes de um desfile de Carnaval, e costurar as fantasias dessas mulheres é trabalho para quem entende do assunto. Tia Sirley é tratada com toda a consideração de uma veterana no barracão. Mas isso não quer dizer que esteja livre dos olhos rigorosos de Vieira, exigentíssimo em matéria de acabamento. Para o desfile de 2017 da Mangueira, ele desenhou para as baianas uma saia de filó forrada com saquinhos de pano imitando as embalagens de doce de São Cosme e Damião. A ideia era visualmente muito bonita, mas, para funcionar, Tia Sirley teve que amarrar manualmente dezenove saquinhos no revestimento de cada uma das oitenta saias. "O Leandro desenha loucuras e entrega para a gente executar", diz a costureira. Muitos não aguentaram lidar com as exigências do carnavalesco e foram embora. "Se ele fala que quer X, não adianta costurar Y. Ele não vai aceitar. Quem está acostumado a costurar de qualquer maneira para outros carnavalescos sente a pressão. O trabalho que fazemos aqui é de *arte*."

A essa altura, Tia Sirley já sabe como agradar o chefe e deixa as fantasias com os franzidos mais franzidos, os volumes ainda mais volumosos, nem que para isso precise passar mais de quinze horas na máquina de costura. Ela se deita perto da meia-noite, mas às vezes só consegue pegar no sono às quatro, cinco da manhã, quando os costureiros notívagos apagam as luzes do ateliê. Na Cidade do Samba, não existe horário de trabalho

TUCA
Teatro da PUC-SP

MISERY

14

De Stephen King
Direção Eric Lenate
Com Mel Lisboa, Marcello Airoldi e Alexandre Galindo

Sex às 20h30, Sáb às 20h00 e Dom às 17h00 | **TUCA**

NÃO HAVERÁ ESPETACULOS NOS DIAS 09,10 E 11 DE FEVEREIRO

NOSSO IRMÃO

12

De Alejandro Melero
Direção Dan Rosseto
Com Regiane Alves, Marina Elias e Bruno Ferian

Sex às 21h00, Sáb às 21h00 e Dom às 18h00 | **TUCARENA**

NÃO HAVERÁ ESPETACULO NOS DIAS 09, 10 E 11 DE FEVEREIRO

ingresso online

PUC-SP

Mais informações
Rua Monte Alegre, 1024 - Perdizes
(11) 3670-8456 | 3670-8455
www.teatrotuca.com.br

nem carteira assinada. Artesãos e costureiras varam as madrugadas e atravessam os finais de semana correndo contra o tempo, à medida que o dia do desfile se aproxima. "As leis que garantem condições dignas de trabalho não vigoram nos barracões", diz Vieira. "Infelizmente, o Carnaval se habituou à precariedade."

Os figurinos desenhados por ele costumam ter cinco, seis tipos diferentes de tecidos, uma particularidade do seu trabalho. "Eu uso os tecidos como *velatura*", explica. É uma técnica da pintura que consiste em aplicar uma camada de tinta sobre outra na tela, criando um efeito visual diferente da combinação das mesmas cores diretamente na paleta. "O meu processo é pensado a partir da minha formação como pintor. Eu faço figurino para escola de samba pensando em arte para ser vestida." Ele também recorre a materiais baratos, como o acetato, que dão menos peso à cabeça de quem veste e ajudam a caminhar com leveza pela Sapucaí. A evolução, o andamento do desfile, é um quesito que os jurados levam em conta para escolher a campeã.

O desfile da Mangueira em 2017 – com o tema *Só com a ajuda do santo* – rendeu à escola apenas o quarto lugar no campeonato. Uma das alegorias, o tripé *Santo e orixá*, trazia de um lado a imagem de Jesus Cristo e de outro a de Oxalá. A Arquidiocese do Rio ficou incomodada, e o presidente da escola impediu o carnavalesco de levar o tripé para o desfile. Mas o ano esteve longe de ser ruim para Vieira. Em julho, ele abriu no Paço Imperial, no Rio, a sua primeira exposição. Não de pinturas, mas de croquis, maquetes e fantasias de Carnaval. "A ideia de que o Carnaval é apenas uma festa popular já deveria ter sido superada", diz ele. "Essa é uma tentativa muito inteligente de diminuir o pensamento cultural das camadas mais pobres e pretas da cidade. Carnaval é uma manifestação política que flerta com a vontade do bem viver."

Com a exposição no Paço Imperial, seu nome apareceu pela primeira vez nos cadernos culturais dos jornais. "É muito difícil vender uma pauta sobre o Leandro para os editores de cultura. Eles nunca têm espaço para o Carnaval", diz o assessor de imprensa Alan Diniz, que já trabalhou com Chico Buarque e Marisa Monte, é amigo do carnavalesco e presta serviços informais a ele. Nos jornais cariocas, a cobertura do Carnaval é feita pelos repórteres da editoria de cidade, não de cultura.

Em 2018, Vieira redigiu para a Mangueira o enredo *Com dinheiro ou sem dinheiro, eu brinco*. Era uma resposta à decisão de Marcelo Crivella, que é evangélico, de cortar pela metade os recursos que a prefeitura do Rio transfere às escolas de samba. Pela primeira vez, a escola apresentou um desfile em tons pastel, como se estivesse doente, anêmica. O último elemento cenográfico da apresentação trazia os dizeres: "Prefeito, pecado é não brincar o Carnaval!!" O rosto de Crivella foi posto no corpo de um boneco, como um Judas a ser malhado na Semana Santa.

A Mangueira perdeu o desfile, e a direção da escola decidiu reduzir o orçamento disponível para o ano seguinte. Se quisesse continuar brincando o Carnaval na verde e rosa, era bom que Vieira começasse a repensar a sua fórmula.

O telefone de Leandro Vieira toca a cada cinco minutos. Geralmente, é algum funcionário do barracão pedindo para o carnavalesco dar um pulo no ateliê ou no setor de ferragens. Na tarde de 15 de dezembro, durante uma ligação com uma porta-bandeira, ele respondeu assim: "Fala, meu amor. Está com saudade?" Deu para ouvir uma voz de mulher perguntando se ele iria ao aniversário dela. "É hoje? Na sua casa? Me manda o endereço e a hora que eu apareço aí." Do outro lado da linha, a moça gritou: "*Mããããããe*, o Leandro Vieira vai vir!" Perguntei se ele estava falando com a ex-mulher, a porta-bandeira Squel Jorgea, e Vieira apenas soltou uma risada. Ele se divorciou em 2018, depois de dez anos de casado.

Antes de atender ao telefonema, o carnavalesco falava da situação da Mangueira nos preparativos para o Carnaval de 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro. Algumas semanas antes do desfile, o presidente Chiquinho, na época deputado estadual pelo PSC, foi preso pela Polícia Federal, acusado de favorecer o ex-governador Sérgio Cabral em troca de propina. Vieira ficaria desamparado não fosse o esforço dos trabalhadores que atuavam no barracão da Mangueira para levar à Sapucaí o enredo sobre os heróis populares esquecidos, um tema que ele pesquisou na obra de historiadores e sociólogos como Sérgio Buarque de Holanda, João José Reis e Jessé Souza. "É o melhor que já escrevi. Foi uma resposta ao conservadorismo que se acirrava na nossa cara", diz Vieira. O samba-enredo *História para ninar gente grande*, composto por Deivid Domênico, Tomaz Miranda, Mama, Márcio Bola, Manu da Cuíca, Luiz Carlos Máximo, Ronie de Oliveira e Danilo Firmino, diz: *Salve os caboclos de julho/ Quem foi de aço nos anos de chumbo/ Brasil, chegou a vez/De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês.*

A apresentação, de cunho fortemente político para o Carnaval e o momento do país, começou com uma comissão de frente protagonizada por quadros vivos de personagens históricos: princesa Isabel, Domingos Jorge Velho, Deodoro da Fonseca, dom Pedro I, José de Anchieta e Pedro Álvares Cabral. Em dado momento, os personagens saíam de uma parede cenográfica e se revelavam figuras pequenas, de pernas encurtadas, que ficavam ainda menores ao se posicionarem perto dos dançarinos negros e indígenas. A encenação terminava com uma menina, vestida de estudante, abrindo um livro que virava um cartaz com a palavra "presente" – uma referência a Marielle Franco, vereadora do Rio assassinada um ano antes. A jornalista Hildegard Angel, irmã do estudante Stuart Angel Jones, morto pelo regime militar, desfilou num carro alegórico em frente da foto de um cartaz com a frase "Ditadura assassina".

O último setor do desfile levava bandeiras com os rostos de Marielle Franco, da escritora Carolina Maria de Jesus, do compositor Cartola e do cantor Jamelão. Por fim, moradores do Morro da Mangueira e artistas vinham atrás carregando uma bandeira do Brasil reinventada na cor rosa (no lugar do verde), um losango branco (no lugar do amarelo) e um círculo em verde-claro com a faixa no meio em que se lia: "Índios, negros e pobres" (em vez de "Ordem e progresso").

"Talvez tenha sido o Carnaval mais radical na questão do artista que quero ser", diz Vieira. "Ele marca um radicalismo estético e discursivo que é muito meu, da minha maneira de pensar o Carnaval: mais pra luta e menos pra festa." Foi justamente essa disposição combativa que levou o jurado Artur Nunes Gomes, do quesito enredo, a tirar um décimo de ponto da Mangueira, considerando ter havido "exagero no tom de denúncia" e uso de "imagens antagônicas ao espírito do Carnaval".

O décimo de ponto, porém, não impediu que a Mangueira ganhasse o campeonato. Com sua segunda vitória em três anos na escola e um discurso tão audacioso, o carnavalesco chamou, finalmente, a atenção dos curadores de arte.

Ao escrever sobre a visita de Hélio Oiticica ao Morro da Mangueira em 1964, o poeta Waly Salomão anotou que a quadra da escola representou "a descoberta do corpo tornado dança e de outros modos de comportamento" para o artista plástico. "O Hélio vivenciou a barra-pesada num processo de ruptura e recusa do mundo burguês que o formou e rodeava", observou Salomão. Fascinado pelas alegorias e fantasias de Carnaval, Oiticica se viu estimulado a criar algo que condensasse a visualidade dos desfiles. E começou a produzir os seus famosos parangolés, feitos com tecidos ou plásticos, e às vezes estampados com frases políticas, que ao serem vestidos pelo espectador faziam dele parte constitutiva da própria obra.

Oiticica, que desfilou pela Mangueira como passista, queria levar os integrantes da escola para vestir os parangolés na abertura da exposição *Opinião 65*, montada no Museu de Arte Moderna (MAM), no Rio, em 1965. Mas a direção do museu proibiu a exibição carnavalesca dentro do prédio. Mestres-salas, porta-bandeiras, percussionistas e passistas tiveram que fazer o seu samba na área externa – um episódio que virou exemplo do preconceito das instituições artísticas com a criação carnavalesca. Poucas vezes ocorreu a confluência entre essas instituições e o Carnaval das escolas,

como, em 1990, com a mostra de Rosa Magalhães e do Salgueiro, no Parque Lage, no Rio, e em 2019 com a exposição no Centro Cultural São Paulo em homenagem aos trinta anos do famoso desfile *Ratos e urubus, larguem minha fantasia*, feito por Joãosinho Trinta para a Beija-Flor.

Em 2020, a obra de Oiticica voltou ao MAM na exposição *Hélio Oiticica: a dança na minha experiência*, organizada em parceria com o Museu de Arte de São Paulo (Masp) e curadoria de Adriano Pedrosa e Tomás Toledo. Percebendo haver pouco da Mangueira na mostra, os diretores artísticos do MAM na época, Keyna Eleison e Pablo Lafuente, convidaram Vieira para mostrar sua *Bandeira brasileira* verde e rosa ao lado das criações de Oiticica. "Se o Hélio Oiticica disse que a Mangueira o ajudou a existir, cadê ela na exposição?", questionou Eleison. Vieira também foi convidado a realizar oficinas no museu com os trabalhadores da Mangueira.

A crítica Daniela Name chama a atenção para a importância do convite feito a Vieira pelo museu. "É como se estivesse pagando uma dívida histórica com a Mangueira", afirma. Mas se incomodou com o modo como a *Bandeira brasileira* (o nome dado à criação de Vieira) foi exibida no Salão Monumental do MAM: pendurada na parede, embora na noite do desfile tenha entrado na Sapucaí estendida na horizontal e carregada pelo povo. "A imagem que me veio no Carnaval era a de uma mortalha, a de um corpo sendo carregado", diz Name. "Pendurada, a bandeira ganhou um aspecto cortinado, uma teatralização que não fez parte de sua exibição original. De certo modo, foi esvaziada."

Bandeira brasileira se tornou a obra de Carnaval mais exibida em museus até hoje. O Instituto Moreira Salles* a requisitou para uma mostra sobre a escritora Carolina Maria de Jesus, em 2021, e o Masp a incluiu na exposição *Histórias brasileiras*, em 2022. A bandeira também rendeu a Vieira uma indicação ao Prêmio Pipa, o mais relevante dado a jovens artistas do país. Ele não foi selecionado, mas até hoje é o único carnavalesco indicado para a premiação.

A própria Daniela Name convidou Vieira para uma exposição no Paço Imperial sobre o processo de elaboração das suas fantasias. *Corpo popular* foi inaugurada em 2 de dezembro do ano passado com croquis, entrevistas gravadas com as costureiras e monóculos que exibiam fotos dos desfiles. A curadora optou por não mostrar fantasias em cabides e manequins, mas em fotografias e croquis, uma vez que, para Vieira, elas só ganham vida ao serem vestidas pelo folião. "Antes disso, são apenas rascunhos", ele diz.

A segunda parte da mostra, também com croquis, imagens das fantasias usadas na Sapucaí e textos sobre o seu processo de confecção foi aberta ao público em 9 de dezembro, num vagão de trem estacionado na Central do Brasil. Foi Vieira quem escolheu o local, buscando homenagear os funcionários do barracão que moram no subúrbio e tomam o trem diariamente para ir ao trabalho. Pouco mais de trinta pessoas estiveram na abertura. Depois, Vieira foi almoçar no Largo de São Francisco da Prainha, no bairro da Saúde, com os amigos e a namorada. "Mais tarde eu vou aparecer na Mangueira pela primeira vez depois de ter deixado a escola", anunciou.

Às onze da noite, cinco crianças correram para abraçá-lo na entrada da quadra verde e rosa. O carnavalesco estava lá para uma noite de samba promovida em conjunto pelas comunidades da Mangueira e da Imperatriz Leopoldinense, a escola que ele defende atualmente. Foi tratado como uma estrela. "Eu construí o artista que sou na Mangueira", diz Vieira. "Mas, depois de um tempo lá, acabei ganhando o rótulo de carnavalesco político, que me incomoda. Primeiro porque essa compreensão não inclui o meu Carnaval da Bethânia, por exemplo. Não enxergam política num enredo sobre uma cantora brasileira. O rótulo também me incomoda porque me limita. Espera-se que o Leandro faça *isso*. E a pior coisa que pode acontecer com um artista é esperarem que ele faça apenas *isso*."

Depois do desfile da Mangueira de 2019, sobre os heróis esquecidos da história do Brasil, outras escolas tentaram repetir a proposta de Vieira. A semelhança narrativa é explícita em alguns casos, como no enredo que a Beija-Flor apresentou em 2023 sobre os personagens excluídos da história oficial brasileira. Os carnavalescos Alexandre Louzada e André Rodrigues também fizeram uma versão da bandeira nacional que foi exibida no MAM.

Para alguns foliões, as mudanças foram ficando sérias demais. "Os temas estão densos, muito intelectualizados", diz o carnavalesco Renato Lage. "Deixaram de lado a alegria e a leveza." Vieira não se sente responsável pela mudança de discurso na avenida. "Eu não inventei a roda", afirma. "A roda só estava parada porque o discurso havia sido esvaziado em troca de patrocínio."

Em seu penúltimo desfile na Mangueira, em 2020, ele propôs um enredo sobre Jesus – *A verdade vos fará livre* era o título. Um dos carros alegóricos trazia um jovem negro, de cabelo tingido de

* O fundador da revista **piauí**, João Moreira Salles, é presidente do conselho do Instituto Moreira Salles.

MINISTÉRIO DA CULTURA, VALE E INHOTIM APRESENTAM

INHOTIM

Visite Inhotim

Estamos abertos de quarta a domingo.

Compre seu ingresso pelo site. Te esperamos aqui.

inhotim.org.br

/inhotim

MANTENEDORA MASTER

REALIZAÇÃO

Yayoi Kusama, *Narcissus Garden Inhotim*, 2009, [detalhe].
Foto: João Kehl

piauí é aqui

PARA ASSINAR
revistapiaui.com.br/assine
whatsapp e SAC: [11] 3584 9200
segunda a sexta, 9h às 17h30

SAC [ATENDIMENTO AO CLIENTE]
site: minhaabril.com.br
atendimento.piaui@abril.com.br
whatsapp e SAC: [11] 3584 9200
renovação: 0800 775 2112
segunda a sexta, 9h às 17h30

PERDEU SEU EXEMPLAR?
numerosatrasados@revistapiaui.com.br
colecione@revistapiaui.com.br

ESCREVA PARA A PIAUÍ
redacaopiaui@revistapiaui.com.br

PARA ANUNCIAR
publicidade@revistapiaui.com.br

BANCA PIAUÍ_24 HORAS
temos todas as edições da revista
av. ataulfo de paiva, 1273
rio de janeiro_rj
[21] 2511 5822

BANCA PIAUÍ AEROPORTO SANTOS DUMONT
bossa nova mall
av. almirante sílvio de noronha, 365
rio de janeiro_rj

EDITORA ALVINEGRA
rua aníbal de mendonça, 151_2º andar
22410-050_rio de janeiro_rj
[21] 3511 7400
rua dr. virgílio de carvalho pinto, 445 / 1º andar
05415-030_são paulo_sp
[11] 3061 2122

site da piauí_com conteúdo extra
revistapiaui.com.br
_pra quem tem um clique a mais

loiro, pregado na cruz e cravejado de tiros. Os jurados encontraram falhas no acabamento das fantasias e repararam que, durante a passagem pela Sapucaí, algumas alegorias estavam despencando e com problemas de iluminação. Ao mesmo tempo que criou o desfile da verde e rosa, Vieira produziu o da Imperatriz Leopoldinense, com o tema *Só dá Lalá*, releitura do samba-enredo de 1981 sobre o compositor Lamartine Babo. Com a Mangueira, ficou em sexto lugar, mas com a Imperatriz obteve a vitória, levando a agremiação de Ramos a subir do Grupo de Acesso para o Grupo Especial.

Em 2021, os desfiles foram suspensos por causa da pandemia. No ano seguinte, a Mangueira levou à Sapucaí as histórias de Cartola, Jamelão e do mestre-sala Delegado. Amargou o sétimo lugar. A relação com a diretoria da escola estava desgastada, e Vieira se mudou para a Imperatriz Leopoldinense. Estava exausto de trabalhar com um orçamento que encolhia mais a cada ano. "A lógica da presidência na Mangueira era: se no ano passado eu fiz bonito com pouco dinheiro, no próximo eu daria conta de fazer um desfile ainda mais barato", conta. "Eu tinha que reaproveitar as fantasias, as estruturas dos carros, e depois da pandemia tudo piorou. Eu tinha medo de não ter dinheiro suficiente para vestir as pessoas com qualidade." Ele diz que, recentemente, algumas escolas o convidaram, mas não revela quais. "Grande Rio?", perguntei, mas ele se recusou a dizer. Insisti: "A Portela?" O carnavalesco riu. "Não adianta, eu não vou falar."

Na segunda semana de janeiro, as salas de trabalho da Imperatriz Leopoldinense estavam lotadas, com cheiro de resina e ventiladores caquéticos lutando em vão contra o calor. No escritório de Vieira, o ar-condicionado soprava a 17°C. Uma das suas costureiras mais antigas se maquiava no banheiro da sala para receber um repórter da Rede Globo. "Ela não quer falar sobre o que é a entrevista. Acho que é para a segunda temporada de *Vale o escrito*", brincou Dandara Vital, assistente do carnavalesco, se referindo à série do Globoplay sobre o jogo do bicho.

As apostas do jogo do bicho são feitas a caneta em talões de papel com números e ilustrações de 25 animais. Foi desse sistema de apostas proibido no país desde 1941 que Vieira tirou a inspiração para um carro alegórico do seu Carnaval deste ano. "Meu avô vivia jogando no bicho, mas nunca ganhou. Lembrei dele quando comecei a conceituar esse desenho."

"O Leandro está acelerado, às vezes chega a ser *over*. Nem deve conseguir dormir", diz Vital. Ela o auxilia na administração das planilhas orçamentárias, às vezes sai para comprar materiais no Saara, região de lojas populares no Centro do Rio. Vieira não divide com ninguém os desenhos das fantasias e alegorias, nem a supervisão dos ateliês. "Os concorrentes dele são os meninos da Grande Rio", conta a assistente. Os "meninos" são os carnavalescos Leonardo Bora, de 37 anos, e Gabriel Haddad, de 35 anos, que apresentarão no Carnaval deste ano um desfile inspirado no livro *Meu destino é ser onça*, do escritor carioca Alberto Mussa, sobre um mito tupinambá.

O enredo elaborado por Vieira para 2024 também tem inspiração literária. Baseia-se em um conto do paraibano Leandro Gomes de Barros (1865-1918), considerado o criador da literatura de cordel. Quando fazia a pesquisa para o desfile sobre Lampião, que ganhou o campeonato no ano passado, o carnavalesco encontrou o cordel *O testamento da cigana Esmeralda*, com uma série de aconselhamentos para os leitores obterem sorte na vida. A cigana de Gomes de Barros aponta no testamento que o 11 de fevereiro – a mesma data do desfile da Imperatriz Leopoldinense – é um dia de sorte, o que Vieira entendeu como um bom presságio.

As alegorias que o carnavalesco desenhou brincam com a astrologia, o universo dos sonhos, os jogos de aposta e a leitura de mãos. Para algumas das fantasias, usou como base as vestimentas da cultura cigana e referências a mitos populares sobre a boa e a má sorte. "Não se faz um Carnaval como esse com menos de 8 milhões de reais", diz ele. A mãe do carnavalesco, Elizabeth Vieira, numa visita recente ao barracão, deu um pulo no quarto andar, onde fica o ateliê, para bisbilhotar o trabalho das costureiras. "Sou suspeita, mas acho que o Leandro vai ganhar outra vez", ela me disse.

O título do enredo, *Com a sorte virada pra Lua, segundo o testamento da cigana Esmeralda*, é uma nova referência à carnavalesca Rosa Magalhães, que sempre deu nomes longos aos seus desfiles. "E aquela alegoria bem ali é uma homenagem ao modo de fazer Carnaval do Renato Lage." Vieira aponta para o abre-alas do desfile. É um carro com tons dourados, azuis e roxos, adornado por imensas mãos com olhos nas palmas. Três quilômetros de luz neon foram instalados para iluminá-lo durante a passagem na Sapucaí.

Os esforços de Vieira também estão concentrados em impedir que os bisbilhoteiros da Cidade do Samba fotografem o que está sendo produzido no barracão. Ele teme que as imagens repercutam na internet e influenciem a opinião dos jurados antes da apresentação na Sapucaí. "As pessoas criam preconceitos a partir do que sai na internet", diz. "Por exemplo, o samba da Mocidade, que todo mundo está comentando", diz ele sobre *Pede caju que dou, pé de caju que dá*. "Em qualquer ano, seria considerado um samba ruim, digno de notas baixíssimas, mas teve um ótimo trabalho de marketing digital da escola e é apontado como um dos favoritos desse Carnaval. Talvez os jurados tenham medo de tirar pontos em função do que se tornou consenso antes do desfile."

No dia 15 de janeiro, os carnavalescos das escolas do Grupo Especial se reuniram com o júri da Liga Independente das Escolas de Samba do Rio (Liesa) para opinar sobre o sistema de avaliação das escolas. Vieira é um opositor do regulamento que vigora nos desfiles. Acha que o formato atual, que prescreve que o desfile seja aberto pela comissão de frente, seguida de abre-alas, alegorias e alas, deveria ser modificado. "Sou obrigado a fazer um trabalho que, por mais diferente que seja de outros carnavalescos, será resumido a uma sequência de carros alegóricos, alas, rainha de bateria, bateria, mestres-salas e porta-bandeiras." Ele sugere, por exemplo, que sejam extintas as determinações, deixando que cada escola decida com quantos carros quer contar uma história. "Me opor ao formato vigente não é uma novidade porque os desfiles nem sempre foram como são. O julgamento nem sempre prendeu os artistas numa caixa."

Um dia antes da reunião com o júri da Liesa, Vieira estava em Pernambuco, pulando o pré-Carnaval de Olinda. As suas agendas de janeiro e fevereiro foram ocupadas com os blocos que pretende acompanhar. No fim de semana anterior ao desfile da Imperatriz Leopoldinense, ele planejava sair fantasiado de Rita Lee pelas ruas da Ilha do Governador, no bloco Fuzuê, que criou com os amigos da adolescência. Também pretendia participar de outros dois blocos no Centro do Rio. "Eu trabalhei o ano inteiro para poder estar na rua agora", diz. "Daqui para a frente, só paro de beber em março."

Em fevereiro de 2022, Daniela Name foi convidada para a bancada de entrevistadores de Vieira no *Roda Viva*, da TV Cultura. Lá pela metade do programa, a curadora lembrou que, na primeira conversa que os dois tiveram, o carnavalesco se definiu como "a antinovidade". Ela perguntou se essa convicção, que o faz buscar estímulo criativo no próprio Carnaval, em vez de olhar para fora do festejo, é o seu maior ato político. "Eu acho que sim", respondeu Vieira.

Ele lembrou uma entrevista que o escritor Jorge Amado deu em 1986 à antiga TV Educativa do Rio. "Já se disse que Villa-Lobos compunha a mesma música, e Fellini vive fazendo o mesmo filme. E que você também escreve sempre, Jorge, o mesmo livro. Essa repetição de temas seria um privilégio dos gênios?", um jornalista perguntou ao escritor. Jorge Amado ergueu as sobrancelhas, coçou o rosto e respondeu: "Eu escrevo o mesmo romance há mais de cinquenta anos. Romance da gente baiana. [...] Os personagens são os mesmos, os ambientes e os temas fundamentais são os mesmos. Agora, não sei se é um privilégio ou uma limitação."

Feita a recordação, o carnavalesco encarou a curadora e disse: "Eu não me incomodo com o fato de escrever, desenhar, pintar, por cinquenta anos, as coisas do povo brasileiro. E, se eu tiver que ser a antinovidade por passar cinquenta anos falando das coisas do Brasil, eu serei até o meu último Carnaval." ✪

A BIG SISTER DO POP

Culto a Taylor Swift é uma versão distópica das venerações musicais ao longo da história

ROBERTO MUGGIATI

As novas gerações, batizadas com as letras terminais do alfabeto – X, nascidos entre 1965 e 1981; Y, ou *millennials*, nascidos entre 1982 e 1996; e Z, nascidos entre 1997 e 2012 – cresceram na era da internet embaladas pelas redes sociais e todas as suas sequelas. Para a maioria, a compreensão do mundo se tornou praticamente impossível, a mera apreensão da realidade uma tarefa difícil. Muitos vacilam até antes de clicar na opção "não sou um robô". Ingressamos em tempos distópicos. Conceituando: distopia, segundo o dicionário, é um lugar ou estado imaginário em que o indivíduo vive em condições de extrema opressão, desespero ou totalitarismo.

O clássico da distopia é *1984*, o livro de George Orwell, publicado em 1949. Nele, a figura de um irmão mais velho, o Big Brother, vigia e controla 24 horas por dia a vida de cada cidadão, do qual exige total submissão às regras repressivas do Estado. Até o pensamento é policiado, na maneira de se expressar de cada indivíduo, que deve aderir ao *newspeak* – a novilíngua. Em 1999, a televisão holandesa criou um *reality show* inspirado no mundo distópico de Orwell. O sucesso foi tão grande que tevês do mundo inteiro compraram o formato. O *Big Brother Brasil* começou em 2002 e logo se tornou um dos campeões de audiência da Rede Globo. Outro dado sintomático da adesão à distopia: nos anos da pandemia no Brasil, os livros *1984* e *A revolução dos bichos*, também de Orwell, ocuparam as listas dos mais vendidos, muitas vezes em primeiro lugar.

Foi nesse novo quadro social que se formou o culto a Taylor Swift. De certa forma, a cantora ocupa o lugar de uma irmã mais velha benfazeja. Atuando na contramão do Big Brother controlador e repressivo, ela vela pelo bem-estar e felicidade dos fãs, como uma Big Sister protetora e afetuosa. Além de atrair para o seu entorno milhões de pessoas com o intimismo de suas canções autobiográficas, Swift vem tecendo com elas uma trama de cumplicidade por meio de uma série de artifícios, como o culto cabalístico de suas datas pessoais, o 13 do dia e o 1989 do ano do seu nascimento, suas postagens nas redes sociais e as pulseiras da amizade. No polo oposto de divas do passado – como Greta Garbo, com seu brado de guerra "Me deixem em paz" –, Swift se faz sempre transparente e pede: "Não me deixem nunca."

Outro contraste marcante de época: os hippies se definiam como *We are the people our parents warned us against* (Nós somos as pessoas que nossos pais nos mandaram evitar), num tempo em que pais e filhos viviam em guerra permanente. Já os *swifties* contam com o apoio irrestrito da família na sua dócil idolatria.

Os dados vitais da estrela: nasceu Taylor Alison Swift, em 13 de dezembro de 1989, em Reading, Pensilvânia. Descendente de três gerações de presidentes de banco, seu pai, Scott Kingsley Swift, é consultor financeiro do banco de investimentos Merrill Lynch. Sua mãe, Andrea, trabalhou como executiva de marketing de um fundo de investimentos. Deu à filha um nome de gênero neutro na crença de que isso a ajudaria numa carreira empresarial de sucesso. Atirou no que viu e acertou no que não viu, porque o nome foi inspirado no cantor de rock James Taylor... Taylor Swift tem um irmão mais moço, Austin, que estudou na Universidade de Notre Dame. Um detalhe curioso: ela passou os primeiros anos de vida numa fazenda onde eram cultivados pinheiros de Natal. Cresceu, portanto, sob o signo de Papai Noel. John Lennon se autoproclamava "herói da classe operária". Taylor Swift pode ser vista como uma autêntica "heroína da classe média".

Tecnicamente, é hoje uma bilionária, com a fortuna pessoal calculada em torno de mais de 1 bilhão de dólares. Um patrimônio construído com cada nota de sua música, cada letra de suas canções. O segredo de sua arte? Cito da salada mista preparada por vários críticos e servida pela Wikipédia:

A música de Swift consiste principalmente em elementos de pop, synthpop, country, country pop e rock. Seus trabalhos posteriores se baseiam em gêneros como indie folk, rock alternativo, R&B [rhythm and blues], EDM [eletronic dance music], *hip-hop e trap. Swift se descreveu como uma artista country até o lançamento de* 1989 *(2014), que ela caracterizou como seu primeiro "álbum sonoramente pop".*

A revista *Rolling Stone* escreveu: "[*Swift*] pode ser tocada na estação country, mas ela é uma das poucas estrelas do rock genuínas que temos hoje em dia." Segundo o *New York Times*, "não há muito na música de Swift para indicar country – algumas batidas de banjo, um par de botas de caubói usadas no palco, um violão deslumbrante –, mas há algo em sua mescla de firmeza e vulnerabilidade que é exclusivo de Nashville". O jornal inglês *The Guardian* escreveu que Swift "arranca a melodia com a eficiência impiedosa de uma fábrica pop escandinava".

Será que ela é tudo isso mesmo? Taylor descreveu sua sexta turnê, chamada *The Eras Tour*, como "uma jornada por todas as eras musicais de minha carreira". Primeira excursão depois de cinco anos, cobrirá o mundo até 8 de dezembro de 2024 com 71 apresentações na América do Norte, 13 na América Latina, 10 na Ásia, 7 na Oceania, 50 na Europa, num total de 151 shows.

Num ano horrível para a humanidade, Taylor Swift teve o seu *annus mirabilis* coroado ao ser escolhida pela revista *Time* como "A Pessoa do Ano", com direito a uma caprichada reportagem de capa. Alguns destaques do texto, escrito por Sam Lansky:

Este foi o ano em que ela aprimorou sua arte – não apenas com a música, mas na posição de uma contadora de histórias magistral da era moderna. O mundo, por sua

casa natura musical

Ingressos:
casanaturamusical.com.br

Nos
encontramos
na música

Cia Aérea Oficial: Azul Apoio: Mercure HOTELS

KLEBER SALES_2024

Galeria de mitos: a partir do assassinato de John Lennon, em 1980, começaria a pairar sobre a cabeça de cada ídolo a ameaça: "Cuidado, você pode estar sob a mira de um fã"

vez, observou, clicou, gritou, dançou, cantou com ela, se deslumbrou, seguiu em caravanas até estádios e salas de cinema, deixou que ela criasse a trilha sonora de suas vidas. [...] *Existem pelo menos dez cursos universitários dedicados a ela, inclusive um em Harvard; a professora Stephanie Burt disse à* Time *que planeja comparar a obra de Swift com aquela do poeta William Wordsworth.* [...] *Contar histórias é tudo o que ela sempre fez.* [...] *Talvez este seja o verdadeiro efeito que Taylor Swift causa: ela dá às pessoas, particularmente a garotas, condicionadas a aceitar rejeição, abuso psicológico e físico de uma sociedade que trata suas emoções como inconsequentes, permissão para acreditarem que sua vida interior tem importância.*

E numa daquelas declarações categóricas típicas da *Time*: "Ela é a última monocultura a sobreviver em nosso mundo estratificado."

A revista explicou o critério da escolha:

Todo ano contém luz e trevas; 2023 foi um ano com uma dosagem significativa de escuridão. Num mundo dividido, em que muitas instituições estão falindo, Taylor Swift achou um meio de transcender fronteiras e se tornar uma fonte de luz. Ninguém mais no planeta é hoje capaz de comover tantas pessoas tão bem. A conquista desse feito é algo que geralmente creditamos ao alinhamento dos planetas ou ao destino, mas dar exagerado crédito aos astros equivale a ignorar a capacidade e o poder de Taylor. [...] *Enquanto sua popularidade foi crescendo ao longo das décadas, este é o ano em que Swift, aos 33 anos, alcançou uma espécie de fusão nuclear: combinando arte e comércio para liberar uma energia de força histórica. Ela conseguiu isso entregando aquilo que sabe fazer melhor do que todo mundo, entretendo e escrevendo canções que se conectam com as pessoas.*

Swiftie veio logo atrás de *rizz* na eleição da palavra do ano pelo *Dicionário Oxford*, o que só valoriza a cantora ainda mais. *Rizz* é uma corruptela da internet para a palavra "carisma" – qualidade que ela possui mais do que qualquer outra pessoa.

Para aqueles que, como eu, escrevem sobre música, é muito difícil "explicar" Taylor Swift: ela mesma conta sua história melhor do que ninguém, de um ponto de vista privilegiado.

A idolatria devotada a Taylor Swift, com fãs acampados durante dias à porta dos estádios e movendo mundos e fundos para conseguir um ingresso para o show, é algo que espanta. Mas não tem nada de inédito.

Quando comecei a escrever este texto sobre a devoção dos fãs de Taylor Swift, uma amiga sugeriu que eu evocasse os fanatismos musicais do passado, voltando até a época de Frank Sinatra e Elvis Presley, entre os anos 1940 e 1960. Mas me dei conta de que tudo começou bem antes: em meados do século XIX, com a lisztomania. Os concertos do pianista húngaro produziram tamanha histeria nas plateias europeias que a onda de entusiasmo foi chamada "febre de Liszt". Algo equivalente só seria visto mais de um século depois, com o fanatismo em torno dos astros de rock – uma analogia tão flagrante que Ken Russell, o diretor de *Tommy* (baseado na ópera-rock da banda The Who), decidiu realizar *Lisztomania* (1975), o principal de seus filmes sobre o culto popular aos músicos eruditos.

Também o Brasil foi agitado, no século XIX, por dois surtos notáveis de idolatria. Um deles em torno de Maria Baderna, *prima ballerina assoluta* do Teatro alla Scala de Milão, que se exilou no Brasil com o pai, médico e músico, depois que o movimento republicano pela Unificação da Itália foi sufocado. Aos 21 anos, ela desembarcou no Rio de Janeiro em 1849, aceitando um convite para se apresentar com sua companhia no Theatro São Pedro de Alcântara (atual Teatro João Caetano), no Rio de Janeiro. Logo incorporou danças afro-brasileiras, como o lundu e a umbigada. Ela participava dessas danças ao ar livre em locais como o Largo da Carioca, com os próprios escravizados. Um escândalo para a sociedade escravagista e sexofóbica do Segundo Império.

Aos poucos, conquistou um séquito de fãs ardorosos, chamados de baderneiros. (Ainda em seu tempo de vida, a palavra "baderna" entraria para o dicionário como sinônimo de algazarra, tumulto e confusão.) Os baderneiros chegavam a extremos, como desatrelar os cavalos da diva e puxar eles mesmos a sua carruagem. Ou a homenageavam não com aplausos protocolares, mas com a "pateada", batendo compassada e ruidosamente com os pés no assoalho dos teatros.

Maria Baderna brilhou nos palcos até 1871. Depois, dedicou-se a dar aulas de dança para moças até 1889. Morreu de câncer em 1892, aos 63 anos, e foi sepultada no cemitério carioca de São Francisco Xavier, no Caju. Do casamento com o maestro Gioacchino Giannini – de quem enviuvou aos 34 anos – deixou dois filhos e duas filhas.

Outro músico idolatrado no século XIX brasileiro foi o pianista e compositor americano Louis Moreau Gottschalk, considerado na Europa um sucessor de Chopin, mas cujo espírito nômade o levou a uma persistente turnê mundo afora. Em cada porto onde atracava, o pianista encantava não só as plateias, mas também os corações femininos, o que o obrigava às vezes a fugir às pressas da cidade, acossado por um marido ciumento ou pai ultrajado. Gottschalk também sabia seduzir povos e poderosos com sua música, compondo variações em torno de seus hinos pátrios. Fascinado pelo tema de Francisco Manuel da Silva, compôs a *Marcha solene brasileira* e produziu sua *Grande fantasia triunfal sobre o Hino Nacional Brasileiro, op. 69.*

Adepto dos concertos de proporções gigantescas, iniciados por seu mentor Berlioz, Gottschalk não se restringiu às metrópoles, mas levou sua música às cidades de fronteira, aos campos de mineração e até às frentes de batalha da Guerra de Secessão. Numa turnê de catorze meses pela América do Norte, chegou a fazer quatrocentas apresentações, cobrindo 64 mil km de diligência, trem e barco a vapor.

Nascido em Nova Orleans, completou 40 anos cinco dias depois de desembarcar no Brasil, em maio de 1869. No Rio, encontrou a atmosfera e os recursos ideais para encenar seu primeiro "concerto monstro", com dezesseis pianos tocados por 31 pianistas e duas orquestras sob sua regência. Obtendo de Pedro II jurisdição sobre as bandas do Exército, da Marinha e da Guarda Nacional, reuniu 82 tambores, 16 bombos, 55 cordas, 6 flautas, 11 flautins, 65 clarinetas, 60 trompetes, 70 trombones, 55 bombardinos e 50 tubas e trompas, agrupados em 9 bandas – um total respeitável de 650 músicos para os quais Gottschalk passou noites seguidas com onze copistas preparando as partituras. Em seus registros de viagens, reunidos em *Notes of a pianist*, ele descreveu: "Corro de um quartel para outro. Sou uma pilha voltaica sinfônica; uma máquina a vapor transformada em homem. Se não enlouquecer, não será culpa minha, nem de meus soldados. Meu quarto é um cafarnaum, meu coração um vulcão, minha cabeça um caos!"

O *grand finale* do concerto de 24 de novembro no Theatro Lyrico Fluminense foi a *Marcha solene brasileira*, feita para a ocasião e dedicada a dom Pedro II. Composta para orquestra e banda marcial, incluía o efeito espetacular de salvas de canhão. Primeiro a usar o artifício, Gottschalk antecipou em treze anos a célebre *Abertura 1812*, de Tchaikovsky. O sucesso foi tão grande que motivou um novo espetáculo, dois dias depois. Gottschalk tocou algumas peças ao piano antes de sofrer um colapso em pleno palco. Seu esforço agravou uma infecção abdominal e ele morreu ao nascer do sol de 18 de dezembro de 1869. Seu enterro, no dia seguinte, um domingo, foi um dos maiores na história do Rio de Janeiro. O cortejo formava uma longa serpente de massa humana da Sociedade Filarmônica Fluminense, no Centro da cidade, até o Cemitério São João Batista, em Botafogo. Seus restos mortais foram depois trasladados pela família para Nova York.

No início do século XX, a música ganhou um efeito multiplicador com a gravação fonográfica. Um dos ídolos que se beneficiaram da nova tecnologia foi o tenor italiano Enrico Caruso (1873-1921), cultuado por uma multidão de fãs em seu curto tempo de vida. Sua interpretação de *Vesti la giubba* (Veste a fantasia), da ópera *Pagliacci*, em 12 de novembro de 1902, foi a primeira gravação na história a vender 1 milhão de cópias. Entre as cantoras, no mesmo período, destacou-se a soprano australiana Nellie Melba (1861-1931), que dominou a cena lírica a partir do Covent Garden de Londres e, entre suas fãs, contava com ninguém menos do que a rainha Vitória. Nada eterniza melhor um artista do que uma iguaria célebre: no jantar de comemoração do seu sucesso em *Lohengrin*, o lendário chef francês Auguste Escoffier, do Hotel Savoy, em Londres, criou a sobremesa Pêssego Melba em homenagem à cantora.

Nos anos 1920, os discos de 78 rpm (rotações por minuto) alcançaram vendas fabulosas. As campeãs de vendagem eram as cantoras de blues. Bessie Smith (A Imperatriz do Blues), ainda na era acústica, em 1923, vendeu 800 mil cópias da sua primeira gravação, *Downhearted blues*. A evolução para a gravação elétrica aumentou a qualidade e a vendagem dos

discos. Bessie se dava ao luxo de viajar com sua trupe num vagão de trem exclusivo de dois andares com 30 metros de comprimento. Em seus discos, Bessie e Ma Rainey eram acompanhadas pelos melhores músicos de jazz da época, como os trompetistas Louis Armstrong e King Oliver.

A era do swing colocou em relevo as *big bands* e seus líderes solistas, como Glenn Miller, Benny Goodman e Tommy Dorsey. Mas eles não podiam prescindir dos seus *crooners*. Frank Sinatra tinha 24 anos quando começou a cantar na banda de Tommy Dorsey em novembro de 1939. Gravou mais de quarenta canções no primeiro ano. Em maio de 1941, já liderava as pesquisas de melhor cantor. Os shows das grandes orquestras se deslocaram dos auditórios das rádios para as mais espaçosas salas de cinema, como o Paramount Theatre, na Times Square, com seus 3 664 assentos. A estreia de Sinatra ali, em dezembro de 1942, quase abalou as estruturas do edifício. Nascia o fenômeno das *bobby soxers*, garotas adolescentes que usavam meias soquete e eram fanáticas por Sinatra. Os agentes do cantor cobravam dele total interação com as devotas, distribuindo autógrafos e posando para fotos. Brotaram pelos Estados Unidos milhares de fã-clubes do cantor, que recebia toneladas de cartas, religiosamente respondidas por seus funcionários, sempre acompanhadas de uma foto autografada.

Sinatra explicava o seu sucesso: "É muito simples: vivíamos os anos da guerra, havia muita solidão e eu era o garoto de cada *drugstore* da esquina, o garoto recrutado para a guerra." Na verdade, Sinatra foi considerado incapaz para o serviço militar por causa de um tímpano perfurado ao nascer: bebê de 6,1 kg, teve de ser arrancado a fórceps do ventre da mãe. Nas fichas do Exército, constava, porém, que ele "não era aceitável do ponto de vista psiquiátrico, por causa de sua instabilidade emocional". De qualquer modo, no front interno e participando de shows para as tropas, Sinatra foi um grande trunfo moral para o esforço de guerra.

Desmistificando a suposta frieza do crítico de música, vai aqui um toque pessoal. Na noite de 26 de janeiro de 1980, sábado, vibrei como poucos ao assistir Sinatra ao vivo pela primeira vez. Uma das condições que ele impôs era cantar para um público de não menos do que 60 mil pessoas. Lá estavam 175 mil, comprimidas nas arquibancadas do Maracanã, mas uma catástrofe climática ameaçava a realização do espetáculo. Um temporal inclemente impedira a passagem de som – os técnicos não queriam molhar os microfones, os violinistas não queriam arruinar seus Stradivarius –, e Sinatra avisara que, se a chuva não parasse até as oito da noite, ele voltaria para o hotel.

O palco, montado no centro do gramado, era cercado por 5 mil cadeiras reservadas para os VIPs – entre os quais eu me incluía, como editor da revista *Manchete*. A sete minutos do prazo fatal, a chuva parou e um céu coberto de estrelas se abriu sobre o maior estádio do mundo. Quando Sinatra desceu pela primeira vez do palco para cantar junto à seleta plateia do gramado, eu o vi se aproximar de mim, microfone na mão, e iniciar minha canção favorita dos irmãos Gershwin, *Someone to watch over me* (Alguém que cuide de mim). Que mais podia eu pedir a Deus, em quem passei até a acreditar naquele momento fugaz?...

Em 1954, o epicentro da canção americana se deslocou para Memphis, no Tennessee, no coração do Sul dos Estados Unidos. Chofer de uma companhia de eletricidade, Elvis Aaron Presley, de 18 anos, estacionou na hora do almoço diante de uma pequena gravadora, a Sun Records, e registrou duas canções num acetato de 10 polegadas. Pagou 4 dólares e saiu dali com o único exemplar do primeiro disco de Elvis Presley na mão. Era sábado, e a secretária que fez a gravação anotou o endereço de Elvis. Ela sempre ouvia Sam Phillips, o dono da gravadora, dizer o tempo todo: "Se eu encontrasse um branco com a musicalidade e o sentimento de um negro eu faria 1 bilhão de dólares!" Ela achou que Elvis era aquele homem.

Das primeiras gravações para a Sun a um contrato exclusivo com a RCA foi um pulo, e Elvis emplacou seu primeiro hit em janeiro de 1956, com *Heartbreak Hotel*. Sinatra brilhou nos anos da era do rádio, Elvis projetou sua imagem na era da tevê. Em 1973 tornou-se o primeiro artista solo a ter um show transmitido pela televisão para várias partes do mundo, *Aloha from Hawaii*. Sinatra era The Voice, Elvis, The Pelvis, por causa da ginga sensual dos quadris. Ambos também fizeram carreira no cinema: Sinatra com mais de cinquenta filmes, Elvis com trinta. Os filmes de Elvis eram geralmente veículos para divulgar a sua música, ao passo que Sinatra se impôs como um dos galãs e grandes atores dramáticos de Hollywood. Embora não tivesse o *physique du rôle*, sobrava-lhe *esprit de corps*.

No auge da fama e da fortuna, Elvis teve que abrir mão da carreira para um gesto patriótico: foi prestar o serviço militar na Alemanha, onde conheceu uma adolescente, Priscilla, filha de militar, que se tornaria sua única esposa oficial e lhe daria a única filha. *Priscilla* é retratada num filme recente de Sofia Coppola como uma jovem que sofreu abuso psicológico.

Elvis reinou no período fugaz do rock'n'roll, quando rapazes e moças executavam as mais elaboradas acrobacias e cambalhotas em suas danças, superados no início dos anos 1960 por ritmos mais letárgicos como o twist, o hully-gully e o calipso. Foi nesse vácuo que surgiu o rock, música para ser ouvida, que culminou com a beatlemania em 1964. A nova onda não se restringia à invasão britânica dos Beatles, Stones, Yardbirds, Animals e The Who, havia também a contrapartida americana com a santíssima trindade dos J – Jimi Hendrix, Janis Joplin e Jim Morrison –, mortos entre setembro de 1970 e julho de 1971, todos aos 27 anos. E bandas de som multifacetado como Jefferson Airplane, Grateful Dead, Beach Boys, Creedence Clearwater Revival, The Band e muitas mais.

BENETT_2024

Um segundo Elvis – a antítese daquela fúria rebelde – reencarnou para outra faixa de público – o de Las Vegas –, balofo e suarento, com vistosos macacões brancos cravejados de lantejoulas, cantando baladas xaroposas como *Love me tender*, até a morte súbita, de parada cardíaca, aos 42 anos, na sua mansão de Memphis, chamada Graceland, com uma polifarmácia de catorze medicamentos no organismo. Elvis foi encontrado desmaiado, sentado na privada com um livro sobre o Santo Sudário, e morreu a caminho do hospital.

Nascido nas lonjuras de Duluth, Minnesota, Robert Allen Zimmerman adotou o nome artístico de Bob Dylan e foi tentar a sorte tocando folk nos bares do Village, em Nova York. Conseguiu contrato com a Columbia aos 20 anos e gravou seu primeiro LP, *Bob Dylan*, uma prensagem de 4,2 mil cópias com custo de produção de 403 dólares. Nada aconteceu. Mas, em 1963, de repente, Dylan estourou nas paradas com o single *Blowin' in the wind*, que logo se tornou, ao lado de *We shall overcome*, um dos hinos do movimento pelos direitos civis.

Discreto, Dylan não chegou a gerar uma dylanmania, mas seu lado intelectual provocou uma dylanologia. Em 1971, publiquei um texto na revista *Fatos & Fotos* que dizia o seguinte:

De repente a dylanologia se transformou num pesadelo, começou a tomar forma física e a ameaçar a intimidade e a segurança do cantor. Ela se encarnou na figura de Alan Jules Weberman, 24 anos, cujas proezas incluem espionar de luneta a casa de Dylan e revirar toda manhã sua lata de lixo em busca de material inédito. Nos últimos anos, Weberman mentiu, trapaceou, chantageou e roubou para conseguir os itens que hoje ostenta em sua casa de Nova York no que chamou de Os Arquivos de Dylan.

Em 7 de junho de 1988, Dylan começou sua *Never Ending Tour*, que prosseguiria por trinta anos, com uma média de cem apresentações por ano. Seu show de número 3 mil da turnê interminável foi em 19 de abril de 2019 em Innsbruck, na Áustria. Em 2020, as apresentações previstas para o Japão e os Estados Unidos foram canceladas devido à pandemia de Covid-19. Em setembro de 2021, Dylan anunciou uma nova turnê, *Rough and Rowdy Ways World Wide Tour*, que se estenderia de novembro de 2021 até 2024.

Em 2016, o Prêmio Nobel de Literatura foi concedido a Bob Dylan "por ter criado novas expressões poéticas dentro da grande tradição da canção americana". Segundo o *New York Times*, Dylan, aos 75 anos, "é o primeiro músico a receber a honraria, e sua premiação talvez seja a escolha mais radical na história desde a criação do Nobel em 1901". Ao retomar sua turnê interminável no vigor dos 82 anos, Dylan – por sua generosidade artística – será candidato não só ao *Livro dos Recordes*, mas também à canonização pelo Vaticano (aliás, certa vez ele deu um show para o papa João Paulo II em Bolonha).

Morei três anos na Inglaterra. Cheguei em 1962 a uma Londres ainda vitoriana, saí em 1965 da Swinging London, uma cidade transformada por uma revolução cultural sem precedentes, atingindo todas as áreas de atividade, do cinema (a *nouvelle vague* britânica) ao teatro (com as peças dos *angry young men*), da nova moda (com as

lojas de Carnaby Street e a minissaia de Mary Quant) ao florescimento da imprensa satírica e, acima de tudo, o rock britânico. Conheci os Beatles em sua versão juvenil de peões de xadrez, com seus terninhos e cabelos pajem. Lamentei perder os Beatles da explosão psicodélica pós-*Sgt. Pepper's* – eu já tinha voltado ao Brasil para minha longa peregrinação por revistas como *Manchete* e *Veja*.

A geração de Woodstock viveu os anos da utopia. Por algum tempo, o Poder Jovem acreditou que seria capaz de implantar a justiça social no mundo. Os movimentos Women's Lib e o Black Power surgiam com força para combater o machismo e o racismo. O portfólio ideológico-cultural daqueles jovens vinha da leitura de livros: a resistência pacífica aprendida em *A desobediência civil*, de Henry David Thoreau; a viagem ao Oriente guiada por Hermann Hesse, a abertura da mente por *As portas da percepção*, de Aldous Huxley (que inspirou o nome do grupo The Doors), o feminismo por *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, e *A mística feminina*, de Betty Friedan, a revolução socialista por *Os condenados da terra*, de Frantz Fanon.

O jovem dos anos 1960 queria ficar bem, em paz e amor com todos. Nas gerações seguintes a maioria queria se dar bem, de preferência passando a perna no próximo. (No Brasil viralizou um anúncio de uma marca de cigarro que ficou conhecido como a Lei de Gerson, interpretado pelo craque campeão do tri, que ordenava "levar vantagem em tudo".) A virada começou em 1980 com o oposto dos hippies, os *yuppies* (*young urban professionals*), carreiristas e monetaristas, magistralmente descritos por Tom Wolfe no romance *A fogueira das vaidades*. Vieram juntos um novo século e um novo milênio, e a utopia foi deixada para trás. Seu fim já havia sido pontualmente decretado por John Lennon uma década antes na canção *God*, com o refrão *The dream is over* e corroborado pela entrevista à revista *Rolling Stone* proclamando que "O sonho acabou".

Ironicamente, um dos episódios que contribuíram involuntariamente para essa virada teve um dedo dos Beatles: as chacinas em Los Angeles conhecidas como o Caso Tate-LaBianca, cometidas pelo bando de "hippies do mal", comandado por Charles Manson. Na noite de 9 de agosto de 1969, a atriz Sharon Tate, mulher do cineasta Roman Polanski, grávida de oito meses, três convidados e o caseiro foram mortos a facadas em sua casa pelos seguidores de Manson, que escreveram com sangue nas paredes slogans incitando a um conflito racial. No dia seguinte, também em Los Angeles, foram mortos Leno e Rosemary LaBianca, segundo o mesmo *modus operandi*. Manson interpretou equivocadamente a canção *Helter skelter*, do Álbum Branco dos Beatles, como se fosse uma convocação de uma guerra apocalíptica entre brancos e negros. Creditada à dupla John Lennon e Paul McCartney, na verdade a canção foi composta totalmente por Paul McCartney, que queria gravar a música mais ruidosa e caótica do rock – e conseguiu muito mais do que isso.

A prova mais visceral do fim do sonho viria em dezembro de 1980 com o assassinato de John Lennon pelo fã Mark David Chapman. Esse episódio radical veio destacar toda a promiscuidade e – por que não? – a periculosidade da relação entre fã e ídolo. O laudo psiquiátrico revelou que Chapman queria se suicidar, mas não tinha coragem de fazê-lo. Projetou-se então mentalmente na figura do ídolo e matou Lennon como se estivesse matando a si mesmo. A partir daí, começaria a pairar sobre a cabeça de cada ídolo a ameaça: "Cuidado, você pode estar sob a mira de um fã."

Oferino Fellini dizia que o rock era um eletrodoméstico. Superado o trauma da morte de Lennon, o rock continuou sendo a trilha sonora da juventude; até no Brasil ele brotaria nas principais cidades sob a sigla BROck. Novas bandas (Nirvana, U2, Oasis) deixavam sua marca, grandes nomes rolavam em suas megaturnês (Rolling Stones, Paul McCartney, Eric Clapton, Pink Floyd, Madonna) e multidões eram atraídas por megaeventos como o Rock in Rio, iniciado em 1985.

Quem reinou neste período foi um negro com a musicalidade e o sentimento de um negro que ganhou milhões com sua música: Michael Jackson. Ainda hoje, quinze anos depois de sua morte, seu álbum *Thriller*, de 1982, continua sendo o mais vendido de todos os tempos, com mais de 100 milhões de cópias. Menino-prodígio numa família de sete irmãos e três irmãs, adestrados como focas para o sucesso por um pai repressor, Michael se tornou o megastar do seu tempo. Mas tinha problemas com a sua negritude, a ponto de submeter seu corpo a várias mutações/mutilações até se tornar uma nova criatura. Sua sexualidade também era envolta em mistério, com acusações de abuso e pedofilia, encarou até um estranho casamento de dois anos com a filha única de Elvis Presley, Lisa Marie.

Como Elvis, Michael Jackson morreu cedo, de parada cardíaca, em 2009, aos 50 anos, em Los Angeles, resultado de uma overdose dos medicamentos propofol e benzodiazepina. Assolado por dívidas colossais, ele iniciaria dali a três semanas uma megaturnê com cinquenta apresentações em Londres – mais de 1 milhão de ingressos esgotaram em menos de duas horas.

Também guardo em minha memória afetiva os detalhes dos três encontros presenciais que tive com o ídolo, ao longo de três décadas.

* Em 1974, como editor da revista *Manchete*, no Rio, recebi a visita de um insólito grupo de cinco adolescentes negros com vastas cabeleiras afro. Michael destacava-se entre os irmãos Jackson.

* Em 1984, viajei a convite da sua gravadora até Jacksonville, na Flórida, para assistir a um dos primeiros shows da *Victory Tour*. Michael, no auge do sucesso pós-*Thriller* como um dos maiores vendedores de discos do planeta, dava uma força para os irmãos, que o acompanhavam. O espetáculo me impressionou pelo domínio de Michael sobre a plateia e por sua grandiosidade. A pirotecnia que marcava cada final de apresentação excedeu em muito à famosa queima de fogos do Réveillon carioca.

* Em 1996, a uma quadra de minha casa em Botafogo, Michael Jackson gravou o clipe da canção *They don't care about us* (Eles não se importam conosco) na favela carioca Santa Marta. Música de protesto em defesa das crianças, sua letra agressiva causou polêmica, gerando até acusações de antissemitismo. James Hunter, da revista *Rolling Stone*, escreveu que o cantor pop se mostrou aqui "mais combativo do que nunca". Em 2010, um ano depois da morte de Michael, uma estátua de bronze em tamanho natural, do escultor Ique Woitschah, foi erguida na pracinha que leva o seu nome e o mostra como se estivesse velando pela comunidade do morro.

No mesmo ano, eu pagava o mico, tentando imitar seu passinho famoso na homenagem global pela internet (o leitor pode ver no YouTube em *Muggi's tribute to Michael Jackson*, está lá até hoje e me sobreviverá). E, ainda, por uma dessas anedotas do destino, eu me vi em 2022 mergulhando fundo no complexo e torturado universo do cantor, ao traduzir *Moonwalk: a autobiografia*, de Michael Jackson (editora Estética Torta) – um mistério que não entendi até hoje: por que o livro, publicado em 1988, levou tanto tempo para chegar ao Brasil?

O canto da nossa época é rico em divas trágicas. Maria Callas na ópera, Edith Piaf na *chanson*, Billie Holiday no jazz. No rock, quem interpretou o papel à perfeição foi a inglesa Amy Winehouse. Ela não só resenhou sua miséria nas canções autobiográficas como a desfilou pelos palcos e turnês do mundo, esquecendo as letras, perdendo a voz e caindo inconsciente no meio de muitos shows.

Posso dizer que vivi com Amy uma experiência sincrônica em sua turnê brasileira no início de 2011. No dia 11 de janeiro, arrastei-me com o pé direito quebrado até a remota HSBC Arena para assistir ao seu segundo show no Rio. O pé inchado mal cabia num tênis largo sem cadarço. Na verdade, eu não sabia que tinha quebrado o pé, era uma fratura por estresse só detectada depois por ressonância magnética. A dor lancinante fundia-se ao desânimo moral de ver minha ídola reduzida a uma sombra da estrela que empolgara tantas plateias. Amy conseguiu, milagrosa e atabalhoadamente, completar as cinco apresentações no Brasil; na última, no Anhembi, chegou a ser vaiada.

Quatro meses antes de morrer, Amy gravou *Body and soul* com Tony Bennett. Quase choro ao ver e rever esse vídeo: Tony, com sua voz marcante, lendo a letra numa folha de papel (seria diagnosticado depois com Alzheimer), Amy no seu melhor momento, entortando com inflexões de soul e jazz a canção número 1 no ranking dos *standards*.

Um fã postou no YouTube que "ela irradia vulnerabilidade o tempo todo, parece cantar à beira do abismo, é a beleza absoluta da artista genuína". Não fazem mais divas trágicas como Amy Winehouse. Vivemos o tempo de estrelas saudáveis e saradas como Taylor Swift. Um tempo de musas distópicas. ✪

ADEUS ABRUPTO

Brent Fay Sikkema, um embaixador da arte brasileira

*WE ARE GONNA MISS YOU MY DEAR FRIEND*_LUIZ ZERBINI_2024

Brent Fay Sikkema era coproprietário da Sikkema Jenkins & Co., uma importante galeria de arte em Nova York. Ele vinha ao Brasil com frequência, e estava tentando estabelecer residência permanente no país. Sua preferência por artistas "cujos trabalhos combinavam cores brilhantes e acessíveis com temas substanciais como memória, raça, e identidade" – conforme a descrição no obituário do *New York Times* – tornou o galerista uma espécie de embaixador ideal para artistas brasileiros mundo afora. Sua galeria representou, entre outros, artistas como Maria Nepomuceno, Jac Leirner, Vik Muniz e Luiz Zerbini, autor do retrato acima. Sikkema foi encontrado morto, no dia 15 de janeiro, com diversas facadas no corpo, em seu apartamento no Rio de Janeiro. Tinha 75 anos. Um suspeito pelo assassinato foi preso, mas as motivações por trás do crime ainda não foram esclarecidas. ✪

O MAGO

Como César Aira, o excêntrico das letras argentinas, ocupou o centro da literatura latino-americana

ALEJANDRO CHACOFF, de Buenos Aires

No fim de 2002, Michael Gaeb tinha acabado de abrir sua agência literária. Com 29 anos, viajou de Berlim, onde ainda vive, até Guadalajara, no México, para visitar uma das principais feiras latino-americanas de autores. Na primeira manhã do evento, caminhando a esmo pelos estandes, a capa de um livro lhe chamou a atenção. Um homem sentado, de quepe e sobretudo, aparecia concentrado sob a copa imensa de uma árvore, pintando uma tela na beira de um rio, em meio a rochas e uma vegetação densa. Atrás dele, em pé, um peão de chapéu o observava, afastando um pouco o rosto como se tentasse enquadrar a pintura em curso.

Filho de mãe mexicana e um pai alemão arqueólogo que trabalhara no México, Gaeb já tinha visto a pintura na coleção de livros e catálogos de sua família. Logo reconheceu que o pintor retratado no quadro – de autoria de François Mathurin Adalbert, o Barão de Courcy – era Johann Moritz Rugendas, um artista bávaro do século XIX, conhecido por suas viagens pelo continente latino-americano, seus retratos de montanhas e selvas tropicais e, no Brasil, sobretudo, pelas aquarelas da época da independência do país. O livro, *Un episodio en la vida del pintor viajero*, era assinado por César Aira, um autor argentino de quem Gaeb nunca ouvira falar.

À noite, no hotel, antes de sair para uma festa, Gaeb leu o romance, que era curtinho, febrilmente. Terminou-o em duas horas. Na história, Aira relata a travessia que Rugendas e seu colega Robert Krause tentam fazer dos Andes até Buenos Aires, passando por Mendoza e pelos pampas argentinos. O protagonista está mobilizado pela ideia sincrética do explorador Alexander von Humboldt – de uma suposta "fisionomia da natureza", a fusão da arte e da ciência numa totalidade ideal – e se convence de que só na vastidão da planície cisplatina conseguirá a inspiração necessária para seus retratos. Lá, sofre um acidente traumático e é desfigurado. Dependente de morfina e sujeito a alucinações, envolve-se numa batalha campal entre indígenas e *estancieros*, acessando um nível mais elevado de potência artística e adquirindo uma compreensão mais profunda das paisagens e do mundo ao redor.

"É um livro mais convencional para os padrões da literatura de César", Gaeb disse, quando conversamos no fim de novembro, por Zoom. De fato, a densidade das reflexões (sobre arte, viagens, arte feita em viagens) e o corre-corre da trama soariam excessivos para qualquer um, menos para Aira, cujos pequenos livros surrealistas mudam de atmosfera e às vezes até de gênero, de uma página a outra. Ainda assim, sem conhecer o resto da obra, Gaeb se encantou pela fecundidade inventiva do autor. "Foi a primeira coisa que me impressionou. Essa variedade de imaginação, essa riqueza. E também a falta de respeito pelas formas literárias. Ele faz o que quer, o que dá na telha." Depois de ler o romance naquela noite, Gaeb entrou em contato com Marcelo Uribe, o editor do livro, que lhe deu o telefone do autor. A tratativa foi rápida e cordial, e Gaeb passou a representá-lo fora da Argentina.

De barba feita, óculos e cabelos cheios, Gaeb aparenta menos que seus 50 anos, e falava comigo do México, onde há mais de duas décadas leu o escritor pela primeira vez. Naquele ano, encerrada a feira, com contrato já assinado, Gaeb viajou a Xalapa para visitar aquele que, até havia pouco, era seu primeiro e único cliente latino-americano – o autor mexicano Sergio Pitol (vencedor do Prêmio Miguel de Cervantes de 2005 e falecido em 2018). "O César é um gênio, Michael!", Pitol disse, entusiasmado com a nova contratação. Pitol e Aira tinham se conhecido alguns anos antes na Venezuela, também numa feira literária, a mesma que daria origem ao romance *El congreso de literatura*, livro de 1997 que hoje é um dos mais famosos do autor argentino. Nessa história – um pouco mais representativa do *ouevre* – um tradutor, espécie de alter ego de Aira, inventor maluco nas horas vagas, vai à Venezuela para uma feira de autores e, entre outras coisas, tenta reatar com um amor do passado e arregimentar um exército de clones do escritor Carlos Fuentes para dominar o mundo. Um erro no processo de clonagem leva a uma catástrofe com minhocas azuis gigantes.

Tomando emprestados muitos livros que Pitol tinha, Gaeb se familiarizou com o universo aireano e passou a tentar vendê-lo. "Em 2002 eu não tinha muita ideia de como funcionava uma agência literária." Mesmo assim, em cerca de seis meses conseguiu vender os direitos de *Un episodio en la vida del pintor viajero* para sete idiomas. (No Brasil, o livro saiu em 2007, pela Editora Nova Fronteira, sob o título *Um acontecimento na vida do pintor-viajante*.) Os outros livros, porém, demoraram a engatar. "Me dei conta que o problema fundamental de promover a obra de César é que, se você quer vender direitos numa feira, quando você tem trinta minutos, o editor sempre te pergunta: 'Sobre o que é o romance?' E, no caso de César, não dá para responder a essa pergunta."

Em 2007, Gaeb resolveu mudar a abordagem. Produziu um folheto de quarenta páginas, em inglês, e o intitulou *How to read and publish César Aira* (Como ler e publicar César Aira). O folheto tinha traduções de trechos de três romances do autor, muito diferentes entre si, e um pequeno ensaio sobre a obra, de mais ou menos três páginas, escrito pelo próprio Gaeb. "Foi aí que começou."

Hoje, Aira está traduzido em 37 idiomas. No Brasil, após traduções esporádicas por diferentes editoras, a Fósforo pretende lançar dezesseis de seus livros nos próximos anos, sendo que os quatro primeiros – *O vestido rosa*, *A prova*, *O congresso de literatura* e *Atos de caridade* – devem sair já em março.

Há alguns anos, Patti Smith tocou num festival cultural na Dinamarca – e o organizador do evento depois confidenciou a Gaeb que ela só tinha ido porque Aira estaria lá (durante o show, ela convocou o público para fazer uma ode a ele). No início de outubro passado, o site inglês de apostas Nicer Odds colocou o autor

MANU GOMEZ_ALBUM_ARCHIVO ABC_ALAMY STOCK PHOTO_2021

Aira em Sevilha, em 2021: *El mago* pode ser lido como alegoria da carreira do próprio escritor, que tem o dom da escrita, mas a quem as arraigadas convenções do ofício parecem inócuas

como um dos favoritos ao Prêmio Nobel de Literatura, pagando 13 para 1, taxa ligeiramente mais favorável do que a de candidatos mais perenes e menos merecedores, como Haruki Murakami, que pontuava 15 para 1, e Salman Rushdie, que aparecia pagando 19 para 1.

"Já sei que, até minha morte, todos os meses de outubro, vou ter que suportar isso", Aira me disse numa tarde em meados de novembro, quando nos encontramos no seu escritório em Buenos Aires. Estava um pouco enfadado com a histeria dos jornais sobre o eventual prêmio. Dita por qualquer outro escritor, a frase soaria teatral: um jeito obtuso de se vangloriar ou driblar o próprio narcisismo. Mas, dada a obsessão com que Aira sempre manteve uma rotina de escrita – ou uma rotina, pura e simplesmente –, é compreensível que a atenção em torno do prêmio que negaram a Jorge Luis Borges lhe incomode. Prestes a completar 75 anos, vivendo no mesmo bairro há mais de meio século, Aira não parece ser o tipo de pessoa que aprecie eventos desestabilizadores. "Mas às vezes a tal candidatura me serve. Por exemplo, agora moramos num apartamento mais luxuoso, que está um pouco acima das minhas possibilidades", contou, rindo. "E me alugaram porque viram que sou candidato ao Nobel."

O apartamento onde vive fica a apenas cinco quadras de seu escritório que, por sua vez, foi a casa na qual morou durante mais de quarenta anos com seus dois filhos e sua mulher, a poeta e estudiosa da literatura japonesa Liliana Ponce. A mudança recente se deu porque Ponce sofre de uma doença que afeta seus movimentos e o novo prédio tem elevador. Na tarde em que me recebeu no escritório, Aira vestia uma camisa xadrez de manga curta, calça jeans, tênis, e levava um relógio simples no pulso. Era visível que a mudança fora recente. A atmosfera do escritório ainda era a de uma casa habitada e, no quarto principal, rodeado de caixas de papelão cheias de livros, havia uma cama de casal feita.

Aira estava de barba, um detalhe que me desconcertou por destoar do rosto afeitado que aparece em suas fotos (avesso ao ambiente político do meio literário e às intrigas da política nacional, o autor não fala com a imprensa argentina, mas dá entrevistas ocasionais a veículos estrangeiros e muitas imagens suas circulam na internet). O desconcerto tinha também outra razão: a barba sugeria uma pequena variação, um vago desleixo na rotina, contradizendo sua fama de repetidor maníaco. Aira raríssimas vezes se desloca de Flores, um bairro residencial de classes média e média baixa, hoje mais conhecido por ser um polo têxtil para lojas de roupas em áreas mais abastadas da cidade, como Palermo e Recoleta. Ali, quando ainda era um autor lido por um círculo diminuto e fervoroso de leitores, desenvolveu um método chamado *la huida hacia adelante* (algo como "fuga para a frente"), que consiste em escrever algumas horas ao dia e nunca voltar para revisar, até chegar ao fim de um relato. "Reviso muito mais do que antes", me disse, casualmente desmistificando o que talvez seja a informação mais repetida no meio literário sobre ele. "Acho que fiquei mais exigente. Ou então estou escrevendo pior do que antes. Mas reviso muito mais."

Os romances eram – e às vezes ainda são – escritos em bares, cafés e até em lojas de fast-food do bairro, como McDonald's ou Pumper Nic, uma cadeia portenha já extinta, famosa nas décadas de 1970 e 1980, cuja logomarca inicial era uma imitação clara do Burger King. "Começou quando meus filhos eram pequenos, se eu tinha um tempinho escapava e ia escrever. Mas depois da pandemia, os bares e cafés começaram a lotar muito. E tem a coisa dos telefones. Se numa mesa vizinha, tem duas pessoas conversando entre si, dá para ignorar. Mas se há só uma pessoa falando no telefone, é como se estivessem falando com você. É horrível!" Ainda assim, Aira vai a bares e cafés com frequência, geralmente nos intervalos de poucas horas ao dia quando sua mulher fica com uma cuidadora. Me mostrou uma nova descoberta que o estimulava nessas saídas: cadernos de anotação grandes e bons para a vista, com pautas imensas, que manuseou e folheou com carinho.

Estávamos no seu escritório, um ambiente escuro e abarrotado de pilhas e estantes de livros. Aira insistiu para que eu me sentasse na cadeira em frente ao seu computador e buscou uma de plástico em outro recinto. Sua voz trêmula, frequentemente baixa, às vezes soava como se estivera prestes a ficar embargada pela emoção. Ao encontrá-lo na frente do prédio, minha impressão foi de tê-lo sacado de algum estado de comoção. Mas depois a impressão se desfez: as oscilações de timbre pareciam ter mais a ver com uma suscetibilidade incomum aos rumos de uma conversa. Aira dramaticamente imprime emoção ou ironia em suas falas, e não é raro ele reconsiderar respostas ou deliberar em voz alta, como se estivesse, de forma similar a seus narradores, sempre entre um grande momento revelador ou um dar de ombros.

Outra característica da ficção aireana é a cronologia linear. Talvez porque suas tramas já sejam tão rocambolescas, ele não faz jogos temporais e costuma narrar as coisas do início ao fim. "Estive justamente pensando nas minhas primeiras memórias de infância, porque são da revolução de 1955", ele me disse, logo que nos sentamos. Contou que naquele ano, quando o general Juan Domingo Perón caiu pela primeira vez, houve um bombardeio dos militares num córrego perto de Coronel Pringles, o pequeno município no Sul da província de Buenos Aires onde nasceu, a 500 km da capital. "As tropas fiéis a Buenos Aires queriam sufocar um motim em Bahía Blanca [*outra cidade no Sul da província*] e vieram os aviões da Armada, cruzaram o céu de Pringles. Eu tinha 6 anos, mas me lembro muito bem dessa noite porque mandaram apagar todas as luzes do povoado e pediram que todos ficassem trancados em suas casas. No dia seguinte, todo mundo foi ao córrego ver as ruínas, o estrago das bombas e se falava de um soldado morto. Em todo o resto da minha infância fui com minha bicicleta até o córrego em busca do tal soldado morto e nunca o encontrei."

Em Pringles havia apenas um cinema e a televisão ainda não tinha entrado com força nos lares. Mas o povoadinho tinha duas bibliotecas públicas abastadas. Sem acesso a best-sellers, os habitantes eram obrigados a recorrer aos clássicos da literatura para fugir do tédio. "Ainda adolescente, eu já lia Joyce, Proust e Kafka. Os jovens hoje começam a ler Harry Potter aos 11 anos e tudo bem, porque é feito para eles. Mas aí tem mais uns, sei lá, oito Harry Potters e aos 20 anos não estão lendo Sartre e Camus, continuam lendo Harry Potter!" A precocidade era estimulada não só pelas leituras, como também por uma educação pública amadora, em que as aulas eram dadas não por professores especializados, mas por voluntários com bibliotecas privadas gigantes. Havia médicos que se prestavam a dar aulas de filosofia ("na época, os médicos eram humanistas") e advogados que se prestavam a dar aulas de história. "Não tive aquele tipo de educação burocrática, em que o professor sabe mais. Era algo muito mais livre."

Por volta dos 14 anos, Aira conheceu Arturo Carrera, um amigo que, como ele, também viria a se tornar um escritor reconhecido nacionalmente. Aira era da prosa; Carrera da poesia. Em Pringles, os amigos tentavam se manter atentos às novidades do mundo literário e conseguir revistas lançadas na capital. Em uma dessas publicações – chamada *Testigo* – havia um concurso de poesia e de contos. Carrera enviou alguns poemas e Aira um conto. Os dois saíram vencedores.

Naquela época, a maioria dos secundaristas promissores de Pringles seguia com os estudos universitários em Bahía Blanca. "Direito era o único curso de graduação que eles não tinham", disse Aira. Simulou aos pais estar interessado na carreira de advocacia e se mudou para a capital. Por dois anos cursou direito na Universidade de Buenos Aires (UBA) e em seguida se transferiu para o departamento de letras. A nova especialidade era mais próxima de sua vocação, mas a escolha acadêmica pouco lhe importava. "Eu queria vir por causa das galerias de arte, por causa dos cinemas."

Carrera tinha se mudado para Buenos Aires por volta da mesma época e lá os dois conheceram também Alejandra Pizarnik, hoje uma das mais consagradas poetas latino-americanas do século XX. "Alejandra era muito sociável. Hoje em dia se construiu esse mito da poeta maldita e poeta da angústia por causa de seu diário. Na verdade, ela era muito alegre. Saíamos para comer pizza." Com a colaboração de Pizarnik, Aira e Carrera fundaram uma revista de poesia chamada *El Cielo*, que durou pouco ("como todas as revistas de poesia"), mas que hoje pode ter seus números acessados no site do Arquivo Histórico de Revistas Argentinas (ahira.com.ar), um projeto de restauração digital de publicações já extintas. "É uma vergonha para mim. Mas eu tinha 19, 20 anos. Foi um pecado de juventude."

Os poemas de Carrera que venceram o concurso de *Testigo* foram publicados. O conto de Aira, não. A revista acabou antes que o texto pudesse sair. Mas um dos jurados do prêmio, Abelardo Arias – romancista famoso nos anos 1960 e 1970, vencedor do Prêmio Nacional de Literatura em 1972, honraria

importante da época – lhe escreveu dando parabéns pelo conto. Aira e Arias começaram a se corresponder. Em Buenos Aires, Aira levou o manuscrito de um romance a seu colega epistolar. Arias adorou e o repassou à editora Galerna, marca que ainda hoje existe sob outros donos. A editora topou publicar.

"Era uma coisa grande, ainda mais para um jovem daquela idade", disse Aira. Depois de ter passado a infância e a adolescência mergulhado nos livros, iria finalmente estrear.

Um dia, caminhando à toa pelas ruas da cidade com uma amiga, se deparou com um prédio que conhecia. "Aqui nesse prédio tem uma editora que quer publicar um romance meu", disse ele à amiga. "Vamos subir." Chegando lá, pediu para falar com o editor responsável por seu livro. Pediu o manuscrito de volta. "Não quero publicar." O editor ficou atônito, sem entender nada. Minha reação quando Aira contou a história não foi tão distinta. Perguntei por que tinha agido assim.

"Porque sim." Deu de ombros e riu. "Queria impressioná-la."

Escrever todo dia sem revisar até chegar ao fim de um relato gera uma quantidade obscena de livros. Entre romances, coletâneas de ensaios e outras miscelâneas, ninguém que encontrei em Buenos Aires se arriscou a cravar com exatidão quantos livros Aira já publicou. *César Aira, un catálogo*, organizado pelo escritor e advogado Ricardo Strafacce, é o esforço mais notável de enumeração da obra. Lançado em 2018, com o objetivo de ajudar os não iniciados, o livro faz uma seleta, destacando uma página de cada um dos títulos do autor lançados até aquele ano. Quando perguntei se era uma curadoria, Strafacce disse "que não era para tanto". O catálogo fora encomendado em parte para comemorar a chegada a cem títulos (Aira gosta de números redondos), mas no tempo que levou para chegar à gráfica, o aniversariante já tinha emendado mais duas adições à obra. Em seu escritório, Aira me mostrou um nicho na estante com seus manuscritos não publicados. Segundo ele, são pouco mais de quarenta títulos.

Quando me sentei com Strafacce, no Bar Varela-Varelita, em Palermo, num fim de tarde de novembro, ele ainda estava indignado com o editor do catálogo, que, segundo ele, havia mudado os dados bibliográficos de *El hornero*, um conto de Aira. "Tô furioso, pode falar pra ele, tô cagando que ele fique sabendo." Em meio à barulheira do bar, que estava lotado, era difícil entender todos os detalhes do imbróglio. A certa altura, Strafacce, um sujeito intenso e em geral amável, se exasperou com minha lentidão cognitiva e tomou a lapiseira da minha mão. "Eu anoto para você. *El hornero*. É aquele passarinho que faz o ninho", disse, referindo-se ao joão-de-barro. Também reclamou de outra pequena alteração. Nos dados bibliográficos de outro título, à menção de "Madri", colocada por Strafacce, o editor adicionara "Espanha". Para Strafacce, esse detalhe o tinha feito parecer um idiota, um *boludo*.

"Não são incríveis as ninharias pelas quais os autores se incomodam?" Francisco Garamona, o editor em questão, me perguntou alguns dias depois. Com um cigarro em uma das mãos e um copo de soda na outra, explicou que apenas tinha usado a versão de *El hornero* que era considerada a oficial, autorizada por Aira, porque havia uma anterior, pirata, circulando. Estávamos sentados num sofá de La Internacional Argentina, a livraria de Garamona, onde também opera a sua editora, Mansalva. A livraria é o lugar da cidade onde mais se encontram títulos de Aira; a editora é hoje provavelmente a casa que mais publica títulos do autor. "Aqui ele, aqui mais, aqui mais um, aqui outro." Garamona contava os nichos nas estantes. "Um, dois, três... sete. Sete nichos só de Aira." Nas paredes, havia um retrato de Evita preenchido por *glitter*; uma camiseta icônica azul, com a frase *Yo tengo Sida* (Eu tenho Aids) em letras coloridas, assinada pelo artista experimental Roberto Jacoby; um desenho de uma amazona em cima de uma espécie de lobo, com o pôr do sol ao fundo. Havia também dois quadros pintados pelo próprio Aira.

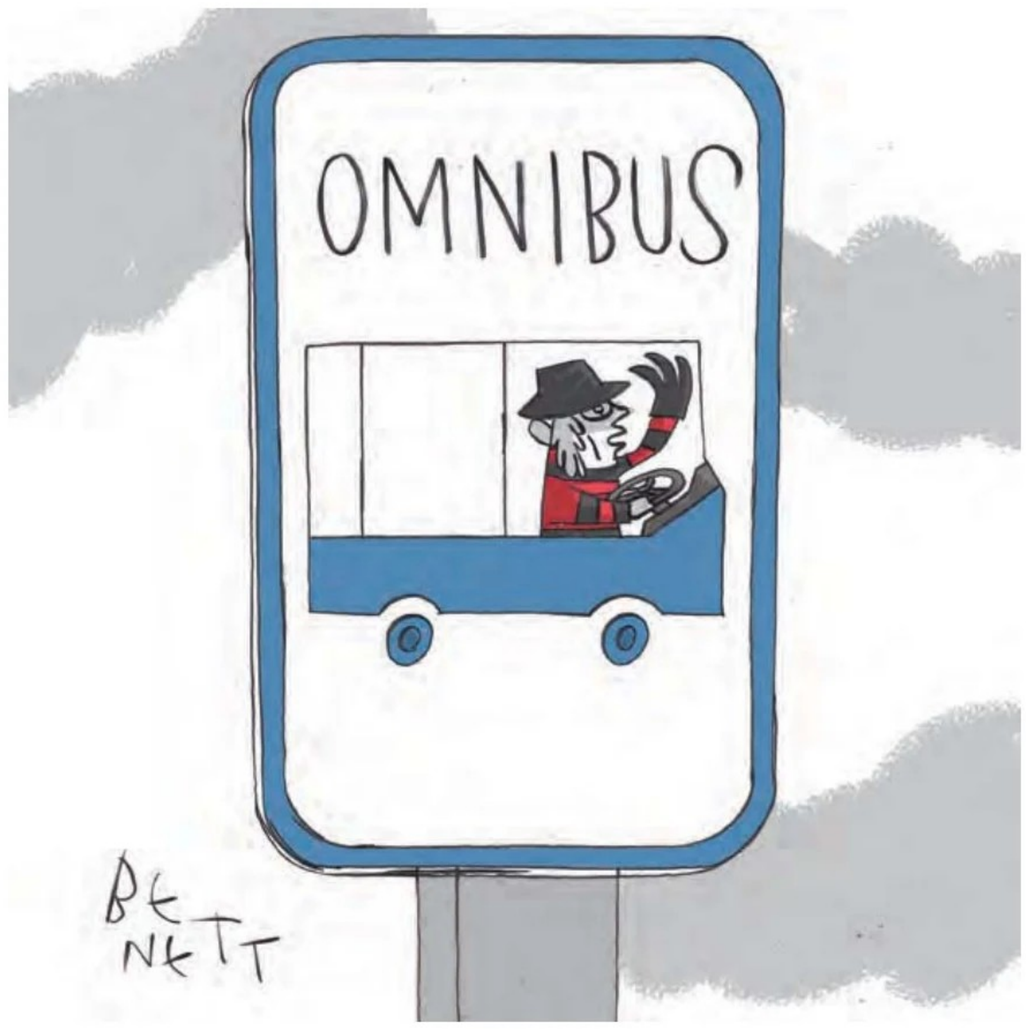
A decoração da livraria – populosa e variada, evadindo com destreza o risco do kitsch – refletia um pouco o próprio Garamona, um polímata portenho que, além de editor e livreiro, é músico, cineasta, ex-dono de galeria de arte e poeta. Ele é também hoje um de dois editores que Aira definiu para mim como os "oficiais." O outro é Damián Ríos, da editora Blatt & Ríos. Tanto a Mansalva como a Blatt & Ríos ficam em Villa Crespo, uma área próxima de Palermo cheia de galpões reformados, cafés, bares, galerias de arte. Há um contraste engraçado entre essa área – apinhada de jovens, muitos deles leitores de Aira – e o aspecto mais melancólico e antiquado de Flores, onde o autor mora. A onipresença de Aira em lugares como Villa Crespo tem outro lado cômico. Um pouco à moda de seus antepassados vanguardistas do início do século XX, as imagens do autor são onipresentes – quando visitei a sede da Blatt & Ríos, uma funcionária da editora havia deixado seu computador descansando e na imagem do fundo de tela Aira apareceu, flutuando e sorrindo (todos riram da cena). À diferença de Salvador Dalí, porém, com seu bigodinho e olhar alarmado, Aira, que usa óculos de grau e um corte de cabelo curto, tem a aparência inconspícua de um funcionário público.

A honraria de editores "oficiais" deve inspirar algum orgulho em Ríos e Garamona, porque não são poucas as edito-

Nas bancas, livrarias e em cultloja.com.br

cultrevista revistacult

revistacult.com.br



BENETT_2024

ras pelas quais Aira já publicou. Sua obra numerosa está descentralizada em dezenas de casas, a grande maioria delas minúsculas, o que faz dele um autor ubíquo e ao mesmo tempo elusivo. Uma controvérsia como a do *El hornero* não é difícil de entender nesse contexto. Aira deve ser um dos poucos escritores no mundo, talvez o único, a vender 25 mil exemplares de dado título (o número atingido, segundo Gaeb, por *Diez novelas de César Aira*, publicado na Espanha pela Literatura Random House) e lançar outros em tiragens muito menores, às vezes dificílimas de achar.

Das editoras pequenas na Argentina, ele nunca cobrou royalties ou adiantamentos. "À Garamona e à Damián eu dou meus livros de presente, não cobro", disse. "Esse foi o acordo que fiz com Michael. Eu não me meto no mundo. E ele não se mete na Argentina. Na Argentina é tudo grátis." Para Michael Gaeb, o método é às vezes exasperador. Podem se passar meses até ele ser avisado de dois, três livros que saíram na Argentina. "Eu ligo para ele e falo: 'César, poxa, me mande os livros!'" Por muito tempo – pelo menos até seus 50 e poucos anos –, Aira viveu apenas de suas traduções e do arrendamento de uma propriedade rural perto de Pringles, herança do seu avô materno, um comerciante de máquinas agrícolas. A propriedade fica em El Pensamiento, um povoadinho cujo nome foi, segundo Aira, inspirado nos acessos de depressão da esposa francesa de um latifundiário que, quando indagada sobre seu humor, respondia: *C'est la pensée* (É o pensamento). O nome também é o título de um livro mais autobiográfico que deve sair pela Random House na Espanha, em 2025 (das editoras grandes, mesmo na Argentina, ele obviamente cobra royalties).

La princesa primavera, romance que Aira me confessou ser o seu preferido entre todos – "porque foi o que mais chegou perto do conto de fadas" –, foi lançado originalmente no México. "Foi o primeiro romance que ele publicou e não saiu aqui, nem circulava na Argentina", me contou Sandra Contreras (o livro chegaria anos depois por outro selo). Professora da Universidade Nacional de Rosario e pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (Conicet, na sigla em espanhol), Contreras é ex-sócia da Beatriz Viterbo, uma das primeiras casas editorais independentes a publicar o autor. Leu Aira pela primeira vez no fim dos anos 1980. Em 1990, o peronista neoliberal Carlos Menem assumiu a Presidência. "Eu me lembro de ser uma década, um tempo em que tudo parecia congelado, gélido." Contreras e uma amiga, Adriana Astutti, passavam os dias fechadas no quarto estudando. Um dia, para sair um pouco da vida acadêmica, resolveram lançar uma editora. "Não sei bem na verdade por quê. A juventude é destemida." Contreras tinha 26 anos. Com a ajuda de Susana Zanetti, uma crítica literária amiga e admiradora de Aira, elas conseguiram o telefone do autor. Ligaram para ele e se encontraram para explicar o projeto. "Lembro que ele ficou encantado com o nome. Quando lhe contei que a editora se chamava Beatriz Viterbo, os olhos dele brilharam." (Beatriz Viterbo é a mulher por quem o narrador de *O Aleph*, de Jorge Luis Borges, é apaixonado.) "Quinze dias depois, nos enviou *Copi*, o seu primeiro livro de ensaios, que compilava algumas palestras dadas em 1988. E esse foi o nosso primeiro livro também."

Copi saiu em 1991; *El llanto*, um romance, foi publicado logo em seguida, em 1992. Aira passou a visitar Rosario e frequentar congressos por lá. Iniciou-se uma relação profissional que duraria mais de vinte anos, com mais ou menos um romance por ano saindo pelo selo. Mas não era uma relação exclusiva. De memória, Contreras tentou puxar as outras pequenas editoras pelas quais Aira já publicou: "El Broche, Bajolaluna Nueva, Eloísa Cartonera, Simurg, Belleza y Felicidad... tem um monte."

A década de 1990, a era de Menem, da paridade entre o peso e o dólar, privilegiava importações e empresas com escala. Editoras menores como a Beatriz Viterbo eram a exceção. "Hoje tem mais editoras independentes muito boas, que estão fazendo coisas bem interessantes, mas por anos não foi assim. O meio literário era dominado por multinacionais", disse Garamona. "Começou a mudar com a crise de 2001. Já não dava para importar livros em dólares porque era caro, o peso argentino tinha se desvalorizado muito. E os livreiros começaram então a prestar atenção nas produções locais para poder encher as mesas de novidades. E aí teve uma espécie de *boom* editorial." Depois de passar anos privilegiando os lançamentos espanhóis, os livreiros finalmente tinham olhos para as produções argentinas.

Aira publicou alguns poucos livros na década de 1980 e chegou a ser traduzido pontualmente na França, a pedido do editor Maurice Nadeau, conhecido por sua ligação com o surrealismo. Mas, segundo Contreras, foi a partir de *Os fantasmas*, romance publicado em 1990, que Aira acelerou sua produção e falou mais explicitamente de uma nova fase, "o início da publicação periódica de suas *novelas y novelitas*". Quando o iceberg da era Menem começou a derreter, Aira se viu numa posição ideal para ser tanto instigador como beneficiário da pequena revolução descrita por Garamona.

María Belén Riveiro, docente de sociologia da UBA, também pesquisadora do Conicet, começou seu doutorado por volta de 2010, interessada nos artistas performáticos do *underground* argentino da década de 1980. Eram figuras marginais, como Batato Barea, que desafiavam as normas do bom gosto e não tinham a chancela do establishment. Queria encontrar movimentos análogos na literatura. "Naquele momento circulava a noção da Nueva Narrativa Argentina", me disse Riveiro, durante um café num restaurante de Palermo, próximo ao prédio de La Rural, onde todo ano, entre diversos outros eventos, ocorre a feira de livros de Buenos Aires. "Esse é um termo que se referia a um grupo de escritores que haviam começado a publicar seus livros por volta de 2000, 2001, em editoras independentes. Alguns publicavam em editoras que eles mesmos haviam fundado. Algumas dessas existem até hoje, como Mansalva e Blatt & Ríos."

"Eu queria explicar o surgimento dessas editoras em termos sociológicos", continuou Riveiro. "E aí notei que todos os textos que eu vinha lendo [*sobre o período*], fossem de teoria literária, resenhas ou entrevistas, mencionavam Aira. Fosse para elogiar ou criticar, ele estava ali, era uma referência inescapável." Aira foi o primeiro autor publicado não apenas da Beatriz Viterbo, mas também da Mansalva e Blatt & Ríos, efetivamente dando o pontapé inicial a essas editoras. Riveiro acabou alterando o rumo de sua tese, argumentando que ele havia rompido com as formas tradicionais de se fazer literatura. Recentemente, ela escreveu o prólogo de *La ola que lee* (A onda que lê), uma coletânea de resenhas do autor; e hoje, junto com Strafacce, está entre o grupo seleto de pessoas que leram toda a obra.

Quando Gaeb notou a capa que retratava Rugendas, em Guadalajara, em 2002, Aira, portanto, já começava a ocupar sua posição central nas margens da cultura – uma aparente incongruência semântica que qualquer leitor seu intuitivamente compreende e um paradoxo crucial para entender seu apelo. "Com os prêmios, ele saiu dessa espécie de clandestinidade, na qual permaneceu por muitos anos e que de alguma forma ainda perdura", me disse o ficcionista e crítico Alan Pauls, de seu escritório em Berlim, numa conversa por Zoom. "Porque uma das coisas mais interessantes do Aira é isso. Ele é um escritor que existe em campos diferentes, em níveis distintos. Por um lado, ele tem bastante popularidade. E, por outro, segue sendo um escritor de nicho, um escritor *cult*. Seguimos pensando nele como um escritor de vanguarda, um fabricante de objetos muito sofisticados. O lugar de Aira sempre foi o do excêntrico. No sentido mais literal da palavra. Alguém que ocupa o centro a seu pesar e não porque o tenha buscado."

A forte presença cultural de Aira hoje disfarça o quão atravancado foi o início de sua carreira. "Durante muitos anos, isso aqui foi a única prova de que eu era um escritor", disse ele, mostrando um punhado de páginas amareladas, um miolo de livro sem capa. Sua voz oscilou e fiquei em dúvida se dessa vez estava de fato comovido. Em suas mãos havia uma cópia de *Moreira*, considerado por uns como seu primeiro romance publicado e, por outros, como o segundo. Enquanto conversávamos, tocava ao fundo uma combinação atmosférica de acordes dissonantes e notas de piano que aos poucos se esvaíam. "Só ouço Morton Feldman hoje em dia", disse Aira, quando lhe perguntei quem era o compositor. Só entendi o sentido literal da frase quando pouco depois ele se retratou, dizendo que recentemente abrira uma exceção para ouvir *Now and then*, a música nova dos Beatles, lançada graças à inteligência artificial. (Gaeb, seu agente, me diria depois: "Ele é incapaz de jogar conversa fora.")

Depois de subir ao escritório da editora Galerna em 1969, e num gesto meio impulsivo pedir seu manuscrito de volta, demorou alguns anos até Aira voltar a ter uma chance de publicar. *Moreira* era para ter saído em 1975, o ano que consta na ficha catalográfica do miolo. O responsá-

vel pela edição era seu amigo Horacio Achával, dono da editora Achával Solo ("antes ele tinha uma editora com um sócio que lhe roubou e depois disso jurou que sempre tocaria tudo sozinho"). Em 1976, houve outro golpe militar na Argentina. "O livro estava nesse estado aqui quando aconteceu. Horacio era militante político e teve que ir embora, desapareceu, foi para o Uruguai." Os exemplares, ainda sem capa, ficaram encalhados num depósito. Anos mais tarde, Achával voltou ao país e finalizou a capa. O livro foi lançado oficialmente em dezembro de 1981, um pouco depois de *Ema, la cautiva*, que saiu em novembro de 1981 por outra editora e hoje disputa com *Moreira* a alcunha de estreia oficial.

Strafacce, porém, contou uma história diferente. "*Moreira* foi impresso em junho de 1975. Acabou o dinheiro e não deu para fazer a capa porque no mesmo mês teve uma corrida bancária e cambial aqui na Argentina, o Rodrigazo", disse, referindo-se ao plano de ajuste fiscal anunciado no dia 4 de junho de 1975 por Celestino Rodrigo, então ministro de Economia do governo de María Estela Martínez de Perón, a Isabelita, terceira mulher de Perón. "De um dia para o outro o peso se desvalorizou 1 000%." Quando lhe relatei a história do exílio de Achával que Aira me contara, Strafacce disse, com um tom cético e ao mesmo tempo afetuoso: "Sim, sim... Mas não foi por isso a demora da capa. [*O editor*] não tinha dinheiro para pagar. Ele [*Aira*] sabe bem disso."

Aira tirara o exemplar de uma estante no seu escritório onde havia vários outros exemplares, a maioria deles com capa. Conseguir um *Moreira* hoje não é fácil – no site do Mercado Libre Argentina, em meados de dezembro, havia um exemplar à venda por cerca de 1,2 mil dólares (cerca de 6 mil reais). Outros sites não exibiam preços muito mais em conta. O valor vem subindo há alguns anos e certamente disparará caso Aira ganhe o Nobel. Um repórter do jornal diário *Clarín* certa vez chamou o livro de o "*bitcoin* dos colecionadores". Na capa que por anos ficou inacabada, há uma figura monstruosa, soturna, montada em um cavalo amarelo. Embaixo do desenho, a primeira frase do romance aparece em destaque: *Un día, de madrugada, por las lomas inmóviles del Pensamiento bajaba montado en potro amarillo un horrible gaucho* (Um dia, de madrugada, pelas colinas imóveis de Pensamento* surgia montado num potro amarelo um gaúcho horrível.)

A frase dá um gosto do tipo de mistura que o romance encampa. Evocando Juan Moreira, herói folclórico das brigas de faca nos pampas argentinos, o livro narra uma pantomima gauchesca, atravessada por alusões filosóficas e imagens oníricas – ao mesmo tempo homenagem e paródia de ancestrais. Já há, em *Moreira*, a identidade multifacetada e freneticamente imaginativa pela qual Aira ficaria posteriormente conhecido. Uma identidade, nas palavras de Pauls, quando conversamos, do escritor que "contrabandeia toda uma região do saber, de pensamento filosófico, e de algum modo o converte numa ficção bem *Pulp fiction*, uma mistura aberrante para a literatura argentina dos anos 1980". Mas ali a máquina aireana parece ainda estar pegando no tranco: o motor funciona, mas a fumaça exalada é às vezes insalubre. Eis o encontro inicial entre Julián Andrade, o *gaucho* do cavalo amarelo, e Paspartú, outro *gaucho*:

Os temas que surgiam eram tétricos e incoerentes. O oriente, recém-lavado, ficou vermelho. Os amigos foram arrebatados por um triste silêncio, pois o dia sempre os fazia lembrar de uma morte amada...

Paspartú enterrou seu pé, como um tesouro, embaixo das raízes de um eucalipto. Um jato de bile subiu à sua cabeça e disse:

"Falo como sou. Um fantasma recorre aos pampas!... traçando diagramas. Seria Sherlock Holmes? É alguma imagem que conhecemos? Se recorre aos pampas: não poderíamos reconstruir sua história, fazermo-nos presente nela, atuarmos em seus teatros? É uma construção teórica? O que o anima?

"Você há de saber, Julián, que todas essas perguntas não guardam relação causal com nada que já dissemos. Tampouco com o que viremos a dizer. Se trata apenas de um deslocamento de matéria."

Essa autoconsciência pesada, a ansiedade da piscadela metaficcional, está ausente em livros posteriores, a tal ponto que uma das originalidades de Aira é justamente resgatar a vanguarda de seu solipsismo, tornando-a divertida (para todos, e não só para iniciados). Sua prosa é límpida e convidativa; e sua mão para contar histórias aparece nitidamente mesmo quando ele troca uma história por outra no meio do caminho. Eis o início de *El mago*, publicado quase exatamente vinte anos depois:

Em março deste ano o mago argentino Hans Chans (seu nome verdadeiro era Pedro María Gregorini) participou de uma convenção de ilusionistas no Panamá; o evento, tal como explicava o convite e o folheto promocional, era uma reunião regional de profissionais prestigiosos, uma preparação para o grande congresso mundial do ano seguinte, que era celebrado a cada dez anos e desta vez aconteceria em Hong Kong. O anterior tinha sido em Chicago e ele não tinha ido. Agora planejava não apenas participar, mas também estabelecer-se de vez como o Melhor Mago do Mundo. A ideia não era disparatada e nem megalomaníaca; tinha um fundamento tão razoável como curioso: Hans Chans era um mago de verdade.

Aira leva essa premissa mágica a sério, extraindo do dilema um relato cômico e – na exploração das relações complexas entre ser e parecer – densamente filosófico. Hans Chans tem o dom, mas não a vocação para ser ilusionista. É indolente demais para se dedicar ao ofício e convencer o público de suas habilidades. Escreve o narrador: "Talvez, paradoxalmente, a vantagem que tinha jogara contra ele e o condenava à mediocridade. Se precisava tirar um coelho da cartola, o fazia sem recursos, fundos falsos, espelhos." Sem paciência para o teatro da magia, Chans se limita a tirar panos de copos de vinho e coisas do tipo. Mas, aos 50 anos, quer se emancipar de seus medos. "Por acaso um homem que havia recebido o dom de voar, ia passar a vida toda sem voar por medo de chamar a atenção? Era absurdo, lamentável, patético. De fato, ele podia voar, se quisesse; nunca o tinha feito, porque sofria de vertigem e, também, havia de reconhecer, para não chamar a atenção."

O público aplaude, mas ignora que o protagonista sabe tão pouco quanto eles sobre como um ilusionista convencional age. O narrador explica:

O espetáculo da magia tinha suas leis, [ele] *não podia fazer as paredes e o teto do teatro sumirem, ou fazer flutuar sob a cabeça dos espectadores hipopótamos de níquel em tamanho natural, ou transformar uma senhora do público num Volkswagen... quer dizer, até podia, mas corria o risco de assustar, ou despertar curiosidades incontroláveis, e acabar matando a sua galinha dos ovos de ouro, tão laboriosamente criada ao longo de vinte anos.*

Não seria disparatado ler *El mago* como uma alegoria para a carreira do próprio Aira: de alguém que tem o dom da escrita, mas a quem as convenções mais arraigadas do ofício parecem inócuas. Há alguma cláusula mais inegociável na Constituição da Literatura do que revisar? Assim como Hans Chans, o autor sabe de seu dom. Aira é afável e gentil, mas está longe de ser modesto (a modéstia, fingida ou não, é outra convenção do ofício). Sobre o manuscrito que pediu de volta à editora Galerna, em 1969, disse: "Era melhor que qualquer coisa que se publicava na época."

Num café a algumas quadras de seu escritório, ele criticou alguns de seus contemporâneos com uma calma desafetada. Estávamos num salão amplo, cheio de mesas espaçosas com sofás confortáveis, onde Aira costuma escrever de vez em quando, e que, conforme ele temia, exigiu uma espera até conseguirmos lugar. De Roberto Bolaño – um admirador cujo texto elogioso serviu de prefácio à edição inglesa de *Un episodio en la vida del pintor viajero* – confessou ter lido apenas um romance, o qual lhe pareceu terrível. "Algo sobre uns assassinatos no México", disse (possivelmente se referindo a um trecho de *2666*, obra póstuma do autor chileno). Sobre Juan José Saer, foi mais ambíguo: gosta de algumas coisas, outras não. Contou que, no início da década de 1990, Saer se aproximou dele por causa de uma resenha que escrevera sobre sua obra na revista *El Porteño* alguns anos antes. Saer lhe disse que era a melhor coisa que já tinham escrito sobre ele. Quando um pouco depois Aira viajou a Paris, onde Saer vivia, ficaram amigos. "Aí eu comecei a ter leitores, a ver resenhas sobre mim", disse Aira. "E disso ele não gostou nada. Não, não... começou a ver que eu podia ser uma ameaça." Segundo Aira, Saer morreu amargurado por não ter ganhado o Prêmio Cervantes. "Os prêmios espanhóis são todos arranjados", disse. Fez uma breve pausa e emendou: "Aqui também, provavelmente. Não sei..."

A crítica mais famosa que Aira já fez a um contemporâneo, porém, foi a Ricardo Piglia. Em 1981, ele escreveu um ensaio para a revista acadêmica *Vigencia*, recen-

BENETT_2024

* Na versão original em espanhol, "El Pensamiento" pode referir-se tanto ao substantivo abstrato quanto ao povoado próximo de onde Aira nasceu e passou a infância.

BENETT_2024

temente desenterrado na coleção *La ola que lee*. Nele, diz que *Respiração artificial* é "o pior romance de sua geração". No café, perguntei sobre o livro, que me parece incrível. "Quando eu li gostei também", respondeu, surpreendendo-me um pouco. "Mas depois pensando melhor, não. É um desses romances que deveria vir com índice temático. Índice de nomes – Barthes, Sartre, Camus..." Seu tom não era tão crítico quanto o da resenha de décadas atrás. Elogiou bastante um ciclo de palestras sobre Borges que Piglia deu em 2013 para a tevê pública, durante o governo de Cristina Kirchner. Garamona, por sua vez, disse que, pouco após a fundação da editora Mansalva, Piglia foi à sua livraria. Garamona ofereceu ao autor que escolhesse um livro do catálogo. Piglia escolheu *El pequeño monge budista*, um romance de Aira. "Não sei se fez para agradar, mas o fato é que foi esse o livro que ele escolheu."

Pauls conecta as críticas do início de carreira à ambição que Aira tinha de reconfigurar o romance argentino. "Quando ele surge no meio literário, sabe perfeitamente quais são os escritores com quem tem que brigar, porque são os únicos dois (Saer e Piglia) que de algum modo podem rivalizar com ele." Para Pauls, Aira perturbou o paradigma de certa literatura progressista argentina, uma literatura de esquerda, muito masculina e politicamente comprometida. "Algo que essa escola literária não suportava, por exemplo, era certo trabalho com a frivolidade, com o banal, com o que é superficial."

A resenha de 1981 na qual Aira menciona Piglia é de fato um ataque mais geral à literatura da época. Intitulado *Novela argentina: nada más que una idea*, o primeiro parágrafo é peremptório:

O romance argentino atual, quem duvida, é uma espécie raquítica e malfadada. Em linhas gerais, o que define uma produção novelística pobre é o mau uso, o uso oportunista, em bruto, do material mítico-social disponível. Em outras palavras, os sentidos sobre os quais vive uma sociedade em dado momento histórico. A transposição literária de uma realidade exige a presença de uma paixão muito precisa: a da literatura. E um exame rápido e provisório, nada exaustivo, dos romancistas argentinos não versados revela uma ausência completa dessa paixão e seu epifenômeno, o talento.

Nos parágrafos seguintes, Aira, que nem sequer tinha publicado um romance àquela altura, critica, de forma rápida e impiedosa, uma série de livros e autores – nomes como Luisa Valenzuela, Carlos Arcidiácono, Ramón Plaza – todos agora mais ou menos esquecidos, com a exceção de Piglia, que é ironicamente o último criticado do texto.

Para Aira, a literatura de seu país não é a maior do continente. Esse título fica com a literatura brasileira. Em *Desdeñosa ignorancia por la literatura del Brasil*, outra resenha da mesma coleção, ele escreve: "À autonomia da rigidez hispânica de nossos países, o Brasil opõe uma retórica, de raiz literária, baseada em transformações, maleável, mestiça, com sutilezas imperiais, africanas, cortesãs, indígenas, europeias." Aira critica Borges por não ter se interessado por autores brasileiros – "e alguns estavam feitos para ele, como os prodigiosos adolescentes românticos – Álvares de Azevedo, por exemplo – para não falar de Cruz e Sousa ou Machado de Assis", este último bem superior a Henry James, de acordo com Aira. Enquanto explorávamos alguns títulos em sua biblioteca, Aira definiu Guimarães Rosa e João Gilberto Noll como os principais brasileiros do seu cânone particular. "Nos encontramos uma vez em Curitiba", disse, sobre Noll. "Ele era tão desanimado que achei que nunca leria esse homem." Aira arregalou os olhos, recapitulando seu equívoco, e começou a rir.

O primeiro parágrafo de *Novela argentina: nada más que una idea* ainda se sustenta como pedra de toque da literatura aireana, que resiste não só ao que ele chama do "romance realista chato", mas até a variações um pouco mais ousadas dessa forma, como o romance de ideias praticado em *Respiração artificial*. Os livros de Aira rompem até o nexo causal que esperamos de uma história, um efeito que geralmente vem acompanhado de certo choque porque o autor gera mundos convincentes em apenas duas ou três páginas. Em *Yo era una chica moderna*, por exemplo, depois de uma imersão completa no vago tédio de duas amigas passando a noite numa boate, nos vemos diante de um aborto forçado, onde quantidades tarantinescas de sangue jorram e de onde sai um feto malandro chamado El Gauchito.

Essa forma – a combinação peculiar entre uma narração meio inocente e fecunda ("como os irmãos Grimm", Pauls sugeriu) e momentos surrealistas por vezes grotescos – se cristalizou desde muito cedo. Ainda que *Moreira* não esteja à altura dos seus livros seguintes, não há um senso claro de progressão na trajetória de Aira. Não existem saltos evolutivos, obras-primas ou arcos de aprendizagem. A descrição de Patti Smith sobre a obra de Aira – "fragmentos de um interconectado e infinito universo em expansão" – de relance parece inócua, mas no fim tem certo valor descritivo, porque a essência do universo de fato está ali desde o início, na origem – o resto é expansão, proliferação. Talvez por isso, nenhum dos leitores com os quais conversei souberam apontar um livro preferido. Todos se defendiam da pergunta, como se corressem o risco de serem reprovados num exame. Desde os anos 1980, Aira estava ali. Foi o mundo que demorou a perceber.

Aira me disse que tem duas *novelitas* novas prontas e que planeja dar um dos romancezinhos a Damián Ríos e o outro a Francisco Garamona. "E agora ando pensando, porque tem um que saiu melhor que o outro, mais imaginativo. Para quem será que vou dar esse?", perguntou, rindo.

"No caso das editoras grandes e das menores, ele escolhe com muito cuidado", me disse Ríos, quando nos encontramos na sede de sua editora, a Blatt & Ríos. "Eu não consegui decifrar qual é o critério, mas ele tem um. Ele tem critérios para cada livro que dá às editoras." Ríos tem 54 anos, é natural da província de Entre Ríos e migrou para Buenos Aires no início da década de 2000. Também ficcionista, é uma das figuras ligadas ao momento literário da Nueva Narrativa Argentina descrito por Riveiro. Conheceu Aira quando ainda trabalhava na interZona, uma outra editora menor pela qual Aira também publicou, e dali começaram uma relação de amizade.

"Damián acha que existem critérios, mas não tem muito, não", disse Aira. Da mesma forma, ele recusou grandes teorizações sobre sua decisão de dar livros de graça e publicar majoritariamente em editoras pequenas. As explicações sociológicas e políticas relacionadas a esses gestos sempre existiram, mas ficaram mais presentes desde que Aira se consolidou como o grande autor nacional. "A forma de publicar é parte de sua poética, de sua resistência ao capitalismo editorial, sua parte punk", diz Gaeb. Sandra Contreras classifica a hiperprodução de livrinhos em editoras pequenas como uma decisão estética. "Algo como: basta que um relato seja imaginado para que seja necessário publicá-lo. Há também o fascínio pelo livro como objeto único." E Pauls interpreta o ato como um jeito vanguardista de pensar. "Se o tipo de literatura que faço nunca vai ter centenas de milhares de leitores, o que acontece se inundo o mercado de livros? Essa ideia, por disparatada que soe, é uma ideia de escritor. E no caso do Aira é uma ideia muito boa e eficaz. Nesse sentido, ele é um pouco descendente de Marcel Duchamp."

A explicação do próprio Aira para ter enveredado para o lado de editoras menores, porém, é mais singela. Quando Sandra Contreras o procurou no início da década de 1990 para começar a editora Beatriz Viterbo, ele disse que daria o livro com "a condição de que publicassem o que eu queria publicar na extensão que eu quisesse publicar. Porque as editoras grandes viam qualquer coisa com menos de duzentas páginas com desconfiança". Entre seus amigos e editores, só Strafacce deu uma resposta similar: "Ele gosta de escrever e vai bem nisso, simples assim."

Quando perguntei a Aira se ele era editado hoje em dia, primeiro disse que "ninguém revisa nada". Depois concedeu que Damián Ríos às vezes fazia um ou outro comentário. Ríos corroborou a história, mas não soube dizer bem qual era a natureza dos seus comentários e deixou claro que não se tratava de nada estrutural (uma possibilidade que Aira, por sua vez, refutou quase como ofensa). Contreras disse que em sua época no máximo corrigia algum erro de digitação. E Garamona riu da noção de editar ou revisar um texto do autor. "Ele escreve desde que é adolescente sem parar e tem uma maestria da forma e do conteúdo que no fim não sobra muito que fazer. É pegar e simplesmente fazer uma boa capa, um desenho bonito, corrigir duas ou três erratas."

Na Espanha, Aira era editado por Claudio López Lamadrid (1960-2019), diretor editorial do braço espanhol da Penguin Random House, que foi também editor de Gabriel García Márquez, Javier Cercas e outros autores ilustres da literatura em espanhol. "Morreu repentinamente e foi um grande amigo meu, um amigo muito querido. E foi o pior editor que já

tive. Terrível, terrível." Perguntei a Aira se Lamadrid alterava muito seus textos. "Não, não alterava. Mas fazia tudo tão mal..." O autor foi à estante e voltou com *Las aventuras de Barbaverde*, uma coletânea de quatro romances seus. Segundo Aira, ele e Lamadrid tinham combinado de lançar os romances em separado, um a cada seis meses, numa coleção de mesmo título. "Aí, um dia, me deparo com isso aqui", disse, mostrando a compilação num volume único e a capa do livro com a figura de um homem de blazer, chapéu verde e máscara verde. "É o Besouro Verde! [*personagem de quadrinhos e série de tevê*]. Não tem nada a ver com nada!" Aira reclamou também da diagramação. Perguntei por que seguiu tanto tempo com Lamadrid. "Por amizade." E deu de ombros. "Viajávamos muito juntos. Fomos a Cuba, à França, ao México..."

Los hombrecitos con sobretodo é o título do romance que Aira definiu como o mais imaginativo entre os dois recentemente terminados. "Ocorre que aqui no bairro, a duas quadras, onde fica o Corpo de Bombeiros, os homens saem de noite. À meia-noite eles saem do teto. Brotam uns homenzinhos assim, bem pequenininhos, e saem muito de sobretudo. Eu vou vê-los à noite. Nas noites de Lua cheia."

Tinha posto uma inflexão de narrador, como se começasse um conto de fadas para uma criança e, em meio aos acordes de Morton Feldman, uma similaridade que havia rondado minha percepção dele desde que o encontrara pela primeira vez se cristalizou. A voz baixa e trêmula – transitando entre a ironia fina e o arrebatamento –, o senso de humor, a erudição, a vida sedentária numa casa escura no mesmo bairro de sempre em Buenos Aires, de onde histórias cosmopolitas, compactas, cheias de camadas metaficcionais são geradas, tudo lembrava um pouco a figura de Borges.

Para um argentino, dizer que um grande escritor local se parece ou é influenciado por Borges deve soar absurdamente preguiçoso – algo como dizer que Machado de Assis é importante para um medalhão brasileiro ou Tolstói para um russo. "Borges não produz influência, ele é uma presença", Strafacce me corrigiu, quando lhe sugeri a similaridade. Mas no caso de Aira, depois de reparar nos paralelos, é impossível voltar atrás. Os dois começam seus livros compactos com anedotas literárias ou memórias, escritas numa prosa límpida. Nos dois há digressões ensaísticas frequentes. Os dois são adeptos contumazes da écfrase. Há jogos metaficcionais e metaliterários, referências a outras obras. "Essa noção da literatura conceitual, de duas páginas que brilham com a força de uma ideia, isso ele herdou de Borges", disse Pauls. Os textos de Borges sempre foram tomados de empréstimo por vanguardistas, em que pese o desgosto de sua viúva María Kodama; Aira também é personagem de diversos romances de autores mais jovens.

A diferença principal talvez esteja na intensidade e direção das guinadas narrativas. Enquanto um conto de Borges pode versar sobre um manuscrito persa do século XIX que se perdeu, um romance de Aira o colocaria detrás de um balcão de um McDonald's em Flores, vigiado por um adolescente com um problema de acne. Esse conforto maior com a cultura pop e gêneros menores talvez esteja ligado ao abraço mais completo de Aira às vanguardas do início do século XX, com as quais Borges sempre manteve uma relação mais ambivalente.

Borges era um ser remoto, quase infantilizado em sua dedicação total como leitor, em sua distância do empurra-empurra comezinho do mundo. Ninguém que entrevistei tinha algo muito substancial a dizer sobre a vida privada de Aira. "Ele gosta de tomar café e falar de literatura", disse Damián Ríos. "Acho que para ele tudo é literatura", opinou Contreras. Gaeb falou que Aira tinha um lado infantil e parecia às vezes se dar melhor com crianças (de fato, a pessoa de seu círculo íntimo de quem Aira falou com mais paixão, ainda que brevemente, foi Arturito, seu único neto). Strafacce, seu amigo de mais de vinte anos, encontrou mais facilidade em explicar sobre o que eles *não* falam. "De política não costumamos falar, porque sou trotskista. E o César não é." Era a semana do segundo turno da eleição presidencial. Alguns dias depois o peronista Sergio Massa seria derrotado pelo ultradireitista Javier Milei. "Milei é pior que Bolsonaro", disse Aira, em seu único comentário sobre política. "Se a candidata hoje fosse Patricia Bullrich", disse Strafacce, referindo-se à política de centro-direita derrotada no primeiro turno, "provavelmente eu não entraria no assunto com César." Em seguida, Strafacce fez uma pausa. "Talvez." Hesitou um pouco mais. "Talvez eu esteja errado."

Eu tinha ouvido falar que, por sair do bairro muito raramente, Aira podia caminhar tranquilo por Flores. E ele de fato não é importunado por pedestres pedindo autógrafos ou paparazzi, o que de todo modo seria estranho para um escritor do século XXI. Mas mesmo em seu bairro, enquanto caminhávamos, notei sorrisos excessivamente gentis e olhares furtivos. É um tipo de atenção mais desconcertante. É como se houvesse uma expectativa no ar, a esperança de alguma mágica *à la* Hans Chans. Um ângulo diferente do paralelo entre Borges e Aira, que Garamona sugeriu, tem a ver com essa nova fase de sua carreira, a atual unanimidade em torno de sua figura. "Quando César triunfou mundo afora, aqui ele se tornou indiscutível. Mas antes os grandes jornais nem sequer publicavam artigos sobre ele. Porque sua obra é provocadora, mas também zombeteira, e isso deixa as pessoas furiosas. Não sabiam se era um autor para ser levado a sério, se tudo era uma grande piada. O mesmo aconteceu com Borges quando ganhou um prêmio internacional em 1961. De repente, ele vira o grande

autor argentino, mas até então só era lido por uma pequena minoria, como César."

Naquele dia, antes de ir ao café, passamos no Museu Barrio de Flores. Fomos porque, meia hora antes, Aira se enervara ao encontrar mais uma caixa de correio enviada por uma de suas editoras mundo afora. Era uma versão holandesa de um de seus romances. "Eles ficam me mandando isso aí", reclamou, como se o envio de livros ao próprio autor fosse uma espécie de gafe. Aira manuseia livros com o afã de um colecionador. Naquela tarde, ficou um bom tempo mesmerizado por uma edição do francês Raymond Roussel, um de seus ídolos surrealistas, e me mostrou uma caixinha roxa, do tamanho de um maço de cigarros: uma edição especial, minúscula, que a Biblioteca Nacional fizera de *El ilustre mago*, outro romance seu. Mas, por alguma razão, desejava se livrar da caixa com a edição holandesa.

Com uma entrada discreta, tetos altos e um interior iluminado, o Museu Barrio de Flores faz exatamente o que seu nome sugere, exibindo toda sorte de *memorabilia* – calculadoras e rádios antigos, quadros, recortes de jornal, pôsteres de propaganda política –, todos itens relacionados de alguma forma a habitantes ilustres do bairro. A definição de *ilustre* é plural, abarcando desde Perón – que viveu lá com sua primeira mulher, Aurelia Tizón – até duas sobrinhas de 10 e 11 anos de Roberto D'Anna, diretor do museu, que criaram uma biblioteca infantil durante a pandemia e saíram na primeira página do jornal *Clarín*. Esse critério provinciano gera algumas combinações estranhas. A bicicleta de uma atleta de triátlon falecida roça ombros com as botas de um veterano da Guerra das Malvinas. Um pôster patriótico ("Joven de Flores: El nacionalismo está en marcha") fica a alguns passos de um hipopótamo verde em miniatura, brinde do Pumper Nic. Aira parecia à vontade lá. Seu nome ocupa um dos degraus da escadaria que leva à porta de entrada. No degrau acima, está o nome do grande escritor Roberto Arlt; no de baixo, uma propaganda de imobiliária.

Deixou a caixa de livros com um funcionário, que o recolheu para o acervo, e seguiu comigo pelo museu, mostrando as paredes do salão principal. A certa altura se debruçou sobre uma carta emoldurada na parede, escrita pelo papa Francisco, outro ex-habitante do bairro. "Você viu que bonita a caligrafia do papa?", perguntou, com um sorriso vago. "Isso aí eles não ensinam mais na escola, não." No salão havia também um quadro seu – uma pintura amadora de duas casas idênticas, no estilo arquitetônico parisiense de Haussmann. Fomos depois a outra sala, ligada ao corredor, onde havia uma vitrine com alguns de seus livros.

Quando abrimos a porta, um grupo de senhoras maquiadas estava sentado ao redor de uma mesa grande. Havia uma aula em curso. Todas sorriram gentilmente, focando a atenção nele. Só a instrutora do curso parecia ter menos do que 65 anos.

– Qual o nome do aviãozinho que voa bem rente à terra? – uma das senhoras perguntou.

– O quê? – disse Aira.

– O aviãozinho – repetiu a senhora, com certa impaciência, botando sua palma aberta próxima ao chão. – Aquele que voa bem rente à terra.

Por um tempo, todos fitaram Aira, esperando uma resposta.

– Uma pergunta inesperada – brincou a instrutora, sem jeito, tentando mitigar um pouco a tensão da espera.

Aira deu de ombros e fomos ao canto ver sua vitrine. ✪

VALENTINA FRAIZ_2023

CRISÁLIDA

O tesouro que herdei da minha bisavó

BÁRBARA MAZZOLA

A primeira vez que escrevi foi sobre morte. Eu tinha 10 anos e estava na minha casa. No mesmo terreno, ficava a casa dos meus avós, onde também moravam minha tia-avó e minha bisavó. Vivíamos em casas separadas, mas com uma escada que fazia a ligação entre os dois quintais.

Minha bisa era paraense, filha de uma indígena e de um português que entrou no Brasil pelas portas de Belém. Pequena, magrinha, tinha a pele morena, os olhos grandes e puxados, os cabelos brancos bem lisos, sempre amarrados num coque baixo, os ombros ossudos e um temperamento doce, como o humor dos sábios. Mesmo depois de adulta, corria para baixo dos móveis, cheia de medo, ao ouvir um trovão.

"Macãeda, Macãeda!", sua melhor amiga a chamava. Maria Cândida era seu nome. Toda tarde, às 18 horas, ela rezava o terço que ouvia no rádio. Quase sempre trazia um lenço na cabeça. Muito católica. Não foram raras as vezes em que lhe fiz companhia naquele horário – que, para mim, era mágico. Eu ficava debruçada na mesa da cozinha, observando seus dedos enrugados rolarem calmamente sobre aquelas bolinhas coloridas que pareciam não ter fim, enquanto ela sussurrava orações imensas. Vai ver foi daí que tomei gosto por Nossa Senhora.

Minha vó conta que não havia pamonha nem tapioca como as da bisa. Ninguém as preparava com tanto cuidado, tanta calma, tanta bênção. Eu não peguei esse tempo, infelizmente, porque, quando nasci, a bisa já estava bem velhinha e não podia mais se dedicar às atividades que demandavam muita elaboração. Morreu dormindo, aos 100 anos.

Naquela manhã, minha mãe me colocou na lavanderia, sozinha e a portas fechadas, para que eu não visse o pessoal da funerária retirar o corpo da bisa. Talvez minha mãe tivesse esquecido que ali havia uma janela que dava exatamente para o quintal. Assim, a primeira coisa que fiz foi subir numa caixa, abrir o vitrô e esticar bem o pescoço. Fiquei olhando atenta através das grades. Eu sempre me interessei pela morte, acho. Quatro anos antes, quando minha tia morreu, pedi para que me levassem ao velório. Queria ver como era um corpo morto, saber como minha tia havia ficado depois desse acontecimento tão definitivo. Lembro que ela estava com aquela coisa muito estranha nas narinas, mais pálida... e gelada, eu encostei! Não sei bem por que, mas, na minha memória, esse dia ainda tem a cor roxa. Com a bisa, não foi diferente. Eu queria ver o que havia mudado nela.

Então permaneci ali, olhando da janela, na espreita do que ia acontecer. Um homem forte e muito alto, que vestia calça e camisa sociais pretas, apareceu no quintal. Sobre seu ombro esquerdo, levava o corpo da bisa, todo enrolado num tecido branco. Da cabeça aos pés. Parecia uma crisálida, só que do tamanho de uma pessoa. "Ah, é isso! Depois de morrer a bisa se transformou numa crisálida", falei baixinho, secretamente.

Não senti nada. Apenas olhei. Me concentrei para reparar se algo se passava em mim, tristeza ou dor. Nada. Nenhum choro, nem uma lágrima. Curiosidade apenas. E um vazio por dentro. Em pensamento, briguei ferozmente comigo pela insensibilidade de não derramar nem sequer uma lagriminha por alguém que eu amava tanto. "Que coração de pedra você tem... Credo!" Meu julgamento infantil só foi interrompido pela voz da minha mãe, um pouco trêmula: "Sim, é por aqui." O homem caminhou em direção à lavanderia e, quando passou em frente à janela, fechei meus olhos. Eu queria me despedir da bisa e achei que, se fechasse os olhos, ela ia me ouvir melhor. Falei que sentiria muito a falta dela e rezei uma única ave-maria. Logo depois, tudo ficou em silêncio.

Não lembro como, mas arranjei um jeito de escapar dali e correr até o portão. Ainda consegui assistir ao momento em que o carro da funerária saiu da garagem com o caixão no porta-malas. Nunca mais vi a bisa – nem em sonho. Dessa vez, não quis ir ao velório.

Enquanto o carro desaparecia pela rua, não sei o que me deu. Senti uma urgência atravessar meu corpo, uma necessidade estranha de buscar caneta e papel. Escrevi meu primeiro poema. Tal como aconteceu com minha bisa, nunca mais vi esse texto. Não sei onde o coloquei ou se ainda o tenho. Quando terminei de escrever, estava aos prantos.

Foi ali que tive a percepção tão nítida, tão corpórea e concreta de que, para algumas coisas, só caneta e papel. Se a gente falar, não resolve; se a gente calar, não resolve; se a gente dançar, se a gente cantar, se a gente beber, não resolve. Há coisas de que só a escrita dá conta.

A partir daquele dia, também descobri um mundo onde cabe absolutamente tudo, até mesmo o que não conhecemos. Se quero narrar as aventuras que vivi na Amazônia, sem nunca ter tirado os pés de São Paulo, posso. Se quero falar sobre uma máquina do tempo com o formato de uma *jukebox* e cinco entradas brilhando em neon que levam para doze dimensões, posso. Se quero contar sobre um homem que se transformou numa barata, também posso. Ou se quero dizer de uma mulher que um dia acessou o mistério da condição humana ao encontrar, esmagar e comer outra barata, ainda posso.

Mas se preferir

crisálida
um fio e
a luz se fez
do corpo à nudez

o papel receberá. Se quero gritar "Bisa, olha pelos teus antigos, olha pelos nossos porque aqui continuamos todos perdidos e cruéis. Bisa, ajuda porque estamos morrendo sem tempo nem hora, agora, agora e agora!", posso.

Foi naquele momento que compreendi que escrever é, na verdade, o trabalho de traduzir o invisível para o visível e que um caderno, muitas vezes, faz a gente se distrair da solidão. Um caderno pode ser uma mão no escuro para crianças com coração de pedra.

Quando a gente quer se esconder ou se revelar, quando a gente quer se esconder e se revelar, quando queremos olhar para os nossos medos, desejos, vaidades e verdades, ou simplesmente quando a gente quer fazer da vida algo mais bonito e, por isso, mais suportável, há caneta e papel.

Bisa, se você estiver lendo isso, saiba que foi ali que comecei. Que presente a sua crisálida me deixou! A invenção dessa herança imensurável: a possibilidade de escrever. Talvez, ao longo dos anos, esse tenha sido o seu jeito de reaparecer para mim. Melhor do que em sonho, em letra. ✪

VERSOS INCERTOS

Que eu saiba, parece.
Pelo sim, pelo não, por exemplo:
vai ver. Certeza.
Nem tudo,
ao que tudo indica, no fundo,
digamos, um dia,
e pronto.
Só que não.
Tomara.
Quem dera.
O sentido é sempre impre-
visível (invisível palavra,
sua máquina do tempo).
Sob a garoa vagarosa do agora
uma vaga vaga vaga.
Toda referência se rarefez
no raro fog dos afetos.
E por acaso, quer dizer, às vezes
ou mesmo antes,
chove uma luz verde, é claro,
que eu saiba, como sempre.

KOAN

Se o primeiro verso
nos dão os deuses

"Névoa matutina",
"Vulto de montanha",

Quem dá origem
a este silêncio?

MORPHIA

Do nada, como pequenas ilhas,
as cargas elétricas das sílabas.
Lá fora, a luz feroz.

Aprenda: só se arrependa
do que não se escreve.

O leão do tempo foge, urge.
Hoje ficou tão longe.
O vento sul apressa o amanhecer.

Receba, no afã das coisas breves,
rosas vulgares, visões comuns,
tornados de neve.

GÊNESIS

É assim que tudo começa:
Campo que uma pessoa lavra,
Página branca onde palavras
Vão chegando, sem pressa.

Mostrar, sim, não descrever:
carvão do crepúsculo, praia ocre.
Uma rima bem-feita pode ferver,
fazer brilhar uma linha medíocre.

Quase nunca um verso,
com sua lira nula, absurda,
calcula seu destino adverso.
Não tem ideia onde chafurda

além do instante em que está,
pântano onde insiste, imerso,
bruma que lembra Ishtar.
É como se todo o universo

Se equilibrasse neste espaço
feito de escansão, sentidos e som,
e só restasse ilusão, brancos, cansaço,
os estilhaços de uma canção.

ANDRÉA EBERT_2024

ME, MY SELFIE, AND I

Séculos de poesia pra dar nisso: é o fim.
Cada verso, uma foto de mim mesmo.

Este sou eu, em Berlim, andando a esmo.
Neste em Dublin (ou seria Sarajevo)? Enfim,

O que tenho pra dizer é isso mesmo:
Meus versos viraram meros selfies. ✪

FLÁVIO DINO

Ótimo perfil sobre o ministro Flávio Dino (*O espalha-brasas*, **piauí_208**, janeiro). Minha admiração por ele só aumentou. O STF só teve a ganhar com a aprovação dessa figura sensacional que é um ser humano correto, inteligente e visionário. Só esqueceram de dizer que o responsável pela "politização" do STF tem nome e sobrenome: Jair Messias Bolsonaro.

VALÉRIA BORDIN_FLORIANÓPOLIS/SC

KISSINGER & BUKELE

O jornalista Roberto Simon faz um resumo competente da trajetória de Henry Kissinger no seu artigo *Muy amigo* (**piauí_208**, janeiro). Natural de Fürth, Baviera, na Alemanha, onde nasceu em 1923, de família judia que fugiu do nazismo para os Estados Unidos em 1938, obteve a cidadania americana em 1943 e, após servir ao país na Segunda Guerra Mundial, completou seu doutorado pela Universidade Harvard em 1954, tendo obtido o título de professor. Daí então começou sua escalada política, primeiramente como conselheiro de Relações Exteriores de todos os presidentes desde Eisenhower a Gerald Ford. Assumiu o cargo da Secretaria de Estado de 1973 a 1977, sob as presidências de Richard Nixon e Gerald Ford, além de acumular o cargo como oitavo conselheiro de Segurança Nacional, de 1969 até 1975.

Essa participação ativa na política da grande potência, no auge da Guerra Fria, tornou-o peça fundamental da geopolítica americana naquele período, cometendo equívocos como o envolvimento maior dos Estados Unidos no Vietnã, embora, depois, tenha negociado o cessar-fogo, que lhe rendeu o Prêmio Nobel da Paz em 1973. Outro ponto positivo foi ter sido o pioneiro na política de *détente* com a União Soviética, assim como estabelecer as relações diplomáticas com a República Popular da China. Realmente, a maioria da América Latina, quase totalmente dominada por ditaduras fiéis aos americanos, não era motivo de preocupações, com exceção do Chile, cujo governo de Allende foi defenestrado em 1973 com a evidente participação americana, como também na sangrenta ditadura militar na Argentina.

Em resumo, ele teve um papel importante no desenho do mundo que conhecemos, sendo um protagonista da *realpolitik* americana e seus crimes de guerra, apesar de, ironicamente, ter sido contemplado com o Nobel da Paz. No cenário atual de total ausência de grandes estadistas com conhecimento da geopolítica, daí as crises sucessivas na ordem internacional, com certeza Kissinger fará falta pela sua enorme experiência na matéria. Lembro a questão ucraniana e sua posição contrária ao ingresso na Otan.

***

Gostaria de parabenizar o repórter Allan de Abreu, que mais uma vez nos surpreende com sua excelente reportagem sobre El Salvador, menor país da América Central, com área menor que nosso Sergipe e uma população de pouco mais de 6,5 milhões de habitantes, IDH 0,659 e de escassos recursos naturais (*O método Bukele*, **piauí_208**, janeiro). A grande novidade é o governo de Nayib Bukele, que apesar de estabelecer um estado policial com mais de 100 mil detentos, tem total apoio da população, cansada da insegurança causada pelas organizações criminosas que dominavam o país.

Bukele foi prefeito de San Salvador entre 2015 e 2019 e com 38 anos assumiu a presidência em 2019 com a promessa de limpar a área das quadrilhas, as *pandillas*, assim como acabar com a corrupção. Mesmo tendo um passado suspeito de negociações com algumas gangues, transformou-se num autocrata acumulando todos os poderes, tornando sua nação um enorme campo de concentração.

Para a alegria dos extremistas de direita no mundo, que aplaudem a solução radical por ele traçada, esse é o caminho. Aqui no Brasil, a família Bolsonaro sonha com algo parecido caso retornem ao poder. O que esse pessoal não enxerga são os problemas que advirão para um país que mantém em cativeiro tantos jovens, sem planos para recuperá-los, para integrá-los futuramente na sociedade como cidadãos produtivos. O outro aspecto é que certas falsas soluções podem trazer alívio a uma população sofrida de um país pequeno como El Salvador. O buraco é mais embaixo quando se trata de um país como o nosso, com toda a complexidade econômica própria de uma nação de dimensão continental, com diversos problemas estruturais para ainda serem equacionados.

DIRCEU LUIZ NATAL_RIO DE JANEIRO/RJ

CARTAS

Quero parabenizar o editor de cartas pela brilhante seção na edição de janeiro. Foram tão geniais as respostas que nem me atrevi a ler as reportagens. Se essa despretensiosa carta for suficiente para conquistar a cumplicidade do benemérito, competente e dedicado editor, gostaria de lhe pedir o favor de pegar o elevador até a cobertura do edifício **piauí** e sugerir ao diretor de redação uma reportagem sobre o triunvirato de fiéis missivistas dessa revista, Djalma, Dirceu e Adilson – se é que eles de fato existem fora da redação.

FELIPE BERNARDO_BELO HORIZONTE/MG

NOTA EXULTANTE DA REDAÇÃO: A glória! O reconhecimento! A imortalidade! Finalmente o editor de cartas tem seu esforço reconhecido. Foram 209 edições – quase dezoito anos – aguardando por este dia. Nessas páginas já passaram elogios a toda sorte de repórteres, cartunistas, fotógrafos, poetas, mas nunca – até este sagrado momento – um reles "olá" ao respondedor das missivas. O apagamento não era acaso; era projeto: afinal, em que parte do expediente consta o cargo de "editor de cartas"? Mas hoje, com a sua mensagem, meu caro Felipe Bernardo, o jogo começa a mudar. O gigante acordou! E ele sonha grande, com o dia em que Djalma, Dirceu e Adilson comentarão não uma matéria – e sim uma resposta do editor de cartas!

CONTRADIÇÕES

A mentira tem perna curta, mas dinheiro longo, como vemos pela matéria de Pedro Pannunzio sobre a Kwai (*Central da manipulação*, **piauí_208**, janeiro). A manipulação de mensagens e imagens está influenciando o (des)equilíbrio de forças políticas no mundo, o que deixaria Goebbels com invejinha.

Aliás, na edição anterior, após dezoito anos de **piauí**, achei que a tradição havia sido quebrada e nenhuma referência ao Natal havia sido estampada na capa da **piauí_207**, dezembro. A primeira impressão assim ficou até constatar que o nordeste do mapa da Argentina corresponde à silhueta do bom velhinho! O típico pompom no chapéu está em Misiones, e a barba do Papai Noel, em Buenos Aires. Aliviado, pois, ainda que faltando ao menos um pontinho vermelho, esperando que não venha nas próximas edições como representação do sangue que o país vizinho passará a pôr para fora, inevitável tragédia que bem conhecemos.

Formado em ciências exatas e acostumado a relatórios com métodos, resultados, tabelas, gráficos e explicação científica correspondente, surpreendi-me com o relato de um exitoso experimento social de alfabetização, elaborado por André Gravatá ("*De repente, eu aprendi*", **piauí_207**, dezembro). Não é por menos que a extrema direita vê o demônio na figura e na obra de Paulo Freire.

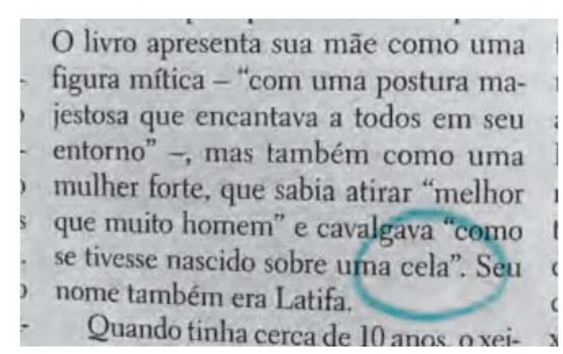
Por fim, no que pese a instigante e angustiante reportagem de Juliana Faddul (*Ondas migratórias*, **piauí_207**, dezembro) para mostrar que outro deserto de notícias se alevanta, além do já existente em relação à mídia impressa, fiquei incomodado com o mesmo erro de concordância ser repetido ao longo do texto: "... foi uma das clientes que se enganou..." e "... foi uma das que encerrou suas atividades". E, antes que perguntem novamente, não, não estou disponível, nem tenho formação para atuar como revisor (*Cartas*, **piauí_191**, agosto de 2022).

Em tempo: saibam que o espaço para a interlocução com os leitores é muito positivo para a **piauí**, ainda que críticas daí venham. Podem publicá-las e respondê-las ou refutá-las.

ADILSON ROBERTO GONÇALVES_CAMPINAS/SP

NOTA DE NARIZ ARREBITADO DA REDAÇÃO: Um tanto ofendido pela menção ao "erro de concordância", o Departamento de Checagem, Revisão e Certezas Gramaticais informa: o verbo fica no singular quando a ação se refere a uma única pessoa. Portanto, o correto é mesmo "Jandira Motta foi uma das clientes que se enganou..." e "a Rádio Pelotense... foi uma das que encerrou suas atividades...".

QUIÉISSO, MEURMÃO!



O livro apresenta sua mãe como uma figura mítica – "com uma postura majestosa que encantava a todos em seu entorno" –, mas também como uma mulher forte, que sabia atirar "melhor que muito homem" e cavalgava "como se tivesse nascido sobre uma cela". Seu nome também era Latifa.

Quando tinha cerca de 10 anos, o xei-

Olá! Veja na foto acima, tomei um susto hehehe (socorro!) em meio à densa narrativa...

Ah, tá, escapou, no calor da escritura, compreensível, mas, se fosse eu, não deixava escapar, conheço bem as trapaças que derrubam revisores.

Umas coisas ainda, grato pela atenção: essa matéria *As princesas fugitivas de Dubai* (**piauí_208**, janeiro) está um primor, fantástica de ler, ritmos e entradas, saídas de aportes ao conjunto muito bem posicionados, às vezes parece até coisa de inteligência artificial. A autora Heidi Blake e o tradutor Rogério Galindo fizeram um tremendo e excelente trabalho, difícil parar de ler, e o tempo todo senti o fantasma de uma desejada justiça, lendo junto com o(a) leitor(a). Haja fôlego (catorze páginas, direto)!

Também sendo um leitor da revista RAW (ixe), sei que, mais especialmente

desde a chegada da Françoise Mouly (+ o Spiegelman), a *New Yorker* se esmera e se garante em trazer mais impactantes formas e conteúdos, e foi aqui o caso, junto à arte do ilustrador Beto Nejme.

É ótimo assinar a **piauí** por esses e por (muitos) outros afagos à inteligência leitora!

O contraste entre aquela cultura e o Ocidente, capitalismo a galope, faz com que seja bom sermos só espectadores, onde a realidade é muito dura e a grana é muito alta para poder contorná-la. Por fim, um relato digno de Sherazade.

Só tiremos a princesa da cela, pois na sela ela fica muuuito melhor.

MAX KRICHANÃ_FORTALEZA/CE

NOTA DE NARIZ TAMPADO DA REDAÇÃO: Eita, ferro! Vamos abrir a porta do Departamento de Checagem, Revisão e Certezas Gramaticais com o bilhete azul na mão!

RÁDIO AM

Sobre a reportagem *Ondas migratórias*, da **piauí_207**, dezembro de 2023 (a respeito do fim das rádios AM de alcance local), sei que hoje a comunicação se dá majoritariamente pela internet. Mas é um erro depender exclusivamente dela. É preciso garantir a toda a população uma comunicação de longo alcance, de acesso livre e gratuito, independentemente da internet. Sou contra a internet? Claro que não. Mas é preciso ter uma alternativa de comunicação de caráter nacional, fora da internet, onde basta girar um botão e escutar, sem necessidade de pagar boletos, sem gastar dados e banda, de antena para antena, sem nenhuma infraestrutura no meio. Lembrando da personagem citada na matéria, existem milhões de donas Jandiras por este país.

LUCIO HAESER_CANELA/RS

DIREITO DE RESPOSTA

A propósito da matéria da revista **piauí** que faz referência a mim (*"Eu sou um príncipe"*, **piauí_206**, novembro de 2023), cabe esclarecer o seguinte: Em 19 de outubro, recebi mensagem por WhatsApp da jornalista Ana Clara Costa. Segundo o registro desta conversa que mantenho em meu telefone, Ana Clara me informa de que está preparando um perfil do embaixador Celso Amorim para a revista **piauí** e pergunta se eu gostaria de falar. "Se topar, será maravilhoso", disse ela. Declinei o convite e desejei sucesso no projeto. A jornalista voltou a enviar mensagem, insistindo no convite e sugerindo a possibilidade de eu falar em *off*. Novamente, declinei a oferta. Em nenhum momento fui procurada para confirmar qualquer informação concreta sobre minha carreira em reportagem eivada de menções tendenciosas. São notadamente mentirosas as aspas a mim atribuídas pela repórter.

MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO_GREENWICH, CONNECTICUT

NOTA DA REDAÇÃO: A **piauí** mantém as informações publicadas na reportagem.

Por questões de clareza e espaço, a **piauí** se reserva o direito de editar as cartas selecionadas para publicação. Solicitamos que as cartas informem o nome e o endereço completo do remetente.

Cartas para a redação:
REDACAOPIAUI@REVISTAPIAUI.COM.BR

piauí

FUNDADOR
João Moreira Salles

CONSELHO EDITORIAL
Dorrit Harazim, Flavia Lima, João Moreira Salles, Marcelo P.L. Medeiros, Natuza Nery, Simon Romero, Thiago Amparo

DIRETOR DE REDAÇÃO
André Petry

EDITORES EXECUTIVOS
Alcino Leite Neto, Daniel Bergamasco

PRODUTORA EXECUTIVA
Raquel Freire Zangrandi

EDITORES
Alejandro Chacoff, Armando Antenore, Luigi Mazza

REPÓRTERES
Allan de Abreu, Amanda Gorziza, Ana Clara Costa, Angélica Santa Cruz, Bernardo Esteves, Breno Pires, Consuelo Dieguez, Fernando de Barros e Silva, João Batista Jr., Tatiane de Assis, Thallys Braga, Tiago Coelho

DIRETORA DE ARTE
Maria Cecilia Marra

EDITORAS DE ARTE
Isabela Magalhães da Silveira, Paula Cardoso

REDES SOCIAIS
Emily Almeida, Fabio Brisolla, Isa Barros

COORDENADORA DE CHECAGEM
Marcella Ramos

CHECAGEM E REVISÃO
Carlos Santos, Carolina Rodrigues, Fábio Martins, Gilberto Porcidonio, João Felipe Carvalho, Luciene Gomes, Luiza Barbara

COORDENADOR DIGITAL
Pieter Zalis

COORDENADORA DE ESTRATÉGIAS
Mariana Faria

COORDENADORA DE NARRATIVAS VISUAIS
Fernanda Catunda

ESTAGIÁRIOS
Lara Machado, Leandra Souza, Maria Júlia Vieira, Pedro Tavares

DIRETOR FINANCEIRO
Guilherme Terra

ADMINISTRAÇÃO
Daniella de Amo, Elena Abramcheva, Elisangela Prado, Leandro Arruda, Pedro Eduardo Vinhas, Simone Cardoso

DIRETOR COMERCIAL
Lucio Del Ciello
lucio@revistapiaui.com.br

COORDENADOR DE PUBLICIDADE
Tarcisio Perroni
tarcisio@revistapiaui.com.br

GERENTE DE MARKETING
João Vinícius Saraiva

DEPARTAMENTO COMERCIAL
comercial@revistapiaui.com.br
Enio Santiago [RJ]:
eniosantiago@revistapiaui.com.br
Isabella Jaggi [SP]:
isabella.jaggi@revistapiaui.com.br
João Fernandes [SP]:
joao.fernandes@revistapiaui.com.br
Sérgio Siqueira [SP]:
sergio.siqueira@revistapiaui.com.br
Tida Cunha [SP]:
tida.cunha@revistapiaui.com.br
Paulo Tamanaha [BSB]:
paulo.cin@centrodeideiasenegocios.com.br

✪ EDITORA ALVINEGRA
rua Aníbal de Mendonça, 151 / 2º andar
22410-050 Rio de Janeiro / RJ
tel [21] 3511 7400
Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 445 / 1º andar
05415-030 - São Paulo / SP
tel [11] 3061 2122
e-mail: redacaopiaui@revistapiaui.com.br

Associação Nacional dos Editores de Revistas

Instituto Verificador de Comunicação

PRÉ-IMPRESSÃO
Antonio Rhoden

A **piauí** é impressa pela Plural Indústria Gráfica Ltda, em papel pólen bold 90 gramas nas capas e pólen soft 70 gramas no miolo, produzidos em bobinas exclusivamente para a **piauí** por Suzano Papel e Celulose S/A.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 36 115 exemplares

PARA ANUNCIAR
publicidade@revistapiaui.com.br

PARA ASSINAR
revistapiaui.com.br/assine
WhatsApp e SAC: [11] 3584 9200
Segunda a sexta, 9h às 17h30

SAC [ATENDIMENTO AO CLIENTE]
site: minhaabril.com.br
atendimento.piaui@abril.com.br
WhatsApp e SAC: [11] 3584 9200
Renovação: 0800 775 2112
Segunda a sexta, 9h às 17h30

COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO
Abril Assinaturas
assinaturas@revistapiaui.com.br

DISTRIBUIÇÃO NACIONAL EM BANCAS
Total Express
bancas@revistapiaui.com.br

NÚMEROS ATRASADOS
numerosatrasados@revistapiaui.com.br

www.revistapiaui.com.br

PIMENTA-ROSA

O percurso brilhante, rebelde e trágico de Denise Assunção

LUIZ CHAGAS

ACERVO PESSOAL

A multiartista passou os últimos anos vivendo com Cornélio, seu gato, em hotéis baratos

Nem bem 2024 raiou e Denise Assunção partiu. Sua morte em 4 de janeiro, aos 67 anos, mereceu chamada na primeira página da *Folha de S.Paulo* e velório no Teatro Oficina, onde a atriz, cantora, compositora e *performer* se apresentava desde 1984. As duas homenagens, apesar de significativas, dão somente uma tênue ideia da dimensão artística dessa mulher preta, desconhecida fora das rodas culturais alternativas.

O diretor José Celso Martinez Corrêa – fundador do Oficina, que morreu há sete meses – se referiu assim à parceira de trupe em 2012, numa entrevista ainda inédita: "A Denise é uma coisa estranhíssima. Negra, no escuro do teatro emite uma luz... Irradia, porque tem uns olhos fortes, um sorriso maravilhoso. Às vezes, fica com essa luz acesa o tempo todo."

Em 12 de janeiro, no jornal literário *Rascunho*, a escritora Cidinha da Silva, também negra, definiu Denise como "Blade Runner, Grace Jones, indomável, indestrutível e feroz". No Instagram, outra artista negra, a atriz Lena Roque, lamentou a morte da colega com um punhado de perguntas incômodas: "E se pudesse ter sido diferente? E se pudesse ter sido possível o Brasil ter conhecido a genialidade de Denise? E se Denise fosse midiática? Seria reverenciada? E se fosse possível ter domado-enquadrado-formatado Denise? Haveria mil e um posts chorando sua partida? E se Denise tivesse sido premiada, bajulada, cortejada? Seria sua passagem lamentada em rede nacional? E se fosse rica? E se não fosse 'fora da curva'? E se não fosse 'endoidecida'? [...] E se tivesse tido filhos, propriedades, espólios, pensão, herança? E se não fosse preta, numa época em que preto não tava na moda?"

A entrevista de Zé Celso serviria para uma nova edição, nunca concluída, do livro de memórias que Denise lançou em 2006 e batizou de "*Ela*" (com aspas mesmo). A autobiografia, irreverente e ácida, trazia o *fac-símile* de uma ordem de despejo contra a própria atriz, emitida em 27 de abril de 2004, possivelmente por atraso no pagamento de aluguéis. Ao longo da obra, a autora falava de si sempre na terceira pessoa. Logo de cara, se dizia "ex-integrante do Teatro Oficina", o que não correspondia exatamente à verdade. Ela jamais largou a companhia por completo, embora a renegasse e se afastasse dela quando as rusgas com o diretor atingiam níveis insustentáveis. Certa ocasião, num texto registrado em cartório, Denise chegou a declarar que nunca participou do grupo. Entretanto, durante o velório de Zé Celso, também no Oficina, a atriz cantou de improviso diante do caixão dele, como se a dupla estivesse reatando definitivamente.

O encenador a descobriu em 1982, no Complexo Cultural Funarte, em São Paulo, cidade onde a artista passou boa parte da vida. Ela deitava e rolava como mestre de cerimônias da banda Isca de Polícia, liderada por seu irmão, o cantor Itamar Assumpção. Zé Celso ficou fascinado ao vê-la no show e a convidou para uma leitura pública de *Roda viva* em 1984, no teatro paulistano Maria Della Costa. O Oficina já havia montado a peça de Chico Buarque em 1968, quando apoiadores da ditadura militar destruíram o cenário e espancaram os atores, acusando-os de subversão. Na leitura pública, Denise incorporou o personagem Capeta e usou como rabo uma vassoura, símbolo da campanha presidencial de Jânio Quadros, em 1960. Mais tarde, a intérprete atuaria em outros espetáculos marcantes da companhia, a exemplo de *Hamlet*, *Mistérios gozosos*, *Bacantes*, *Cacilda!!!!* e *Os sertões*.

Em 1994, recebeu um dos raros prêmios de sua carreira. Foi considerada melhor atriz de curta-metragem no Festival de Cinema de Gramado por *Lumpet*, de Ricardo Elias. Onze anos depois, fez *Hoje é dia de Maria*, minissérie de Luiz Fernando Carvalho, na TV Globo. Pouco antes da pandemia, entre novembro de 2019 e janeiro de 2020, interpretou um anjo em *Pretoperitamar: o caminho que vai dar aqui*, musical sobre Itamar Assumpção. Aos diretores com os quais trabalhava, Denise alertava: "Quando estou criando, não gosto de intervenções nem de moralismo frouxo." Ela dificilmente ensaiava. "Não ensaio. Confiem!", repetia.

Como cantora, gravou dois álbuns: *A maior bandeira brasileira* (1990) e *Estátua da paciência* (1997), que reunia canções de Noel Rosa. Em 2021, dirigida pelo ator Alexandre Borges, protagonizou o show *Pantera*. Por não ter formação musical, preferia o acompanhamento de instrumentistas exímios. "Se vocês não tocarem sempre igual, vou errar", avisava para os músicos. "Não posso me dar ao luxo de improvisar. Não sei."

Recentemente, num camarim, lhe perguntaram o que é arte. Ela se levantou da cadeira, cruzou os braços, aprumou a cabeça e respondeu, um tanto agitada: "Arte é a minha comida, o sangue que escorre da minha cabeça até os dedinhos dos pés. É um dom, é a minha fé, é aquilo que transforma."

Denise Aparecida Januária de Assunção nasceu no dia 5 de dezembro de 1956, em Tietê, município do interior de São Paulo, onde também nasceram seus dois irmãos, Itamar (1949-2003) e o primogênito, Narciso Júlio (1948-2001). O sobrenome dela era o único da família sem o "m" e o "p" mudo. Na infância, a futura atriz se mudou com os pais para Arapongas, no Norte do Paraná. Ali Narciso viraria locutor de rádio, se iniciaria na carreira de ator e conheceria a diretora de teatro Nitis Jacon, criadora do Festival Internacional de Londrina, o Filo. Ela logo percebeu o talento dos três irmãos e os incentivou. Em 1969, quando dirigiu uma montagem paranaense do musical *Arena conta Zumbi*, de Gianfrancesco Guarnieri e Augusto Boal, escalou Denise como percussionista e membro do coro. A menina tinha apenas 12 anos. Narciso representava Zumbi.

Na década de 1970, a atriz se transferiu para Curitiba e integrou diversas produções do Teatro Guaíra. O cineasta e ator Amácio Mazzaropi a viu numa dessas apresentações e a colocou na comédia *Jeca e seu filho preto*, de 1978, que atraiu quase 2,9 milhões de espectadores. No ano seguinte, Denise participou de outro sucesso estrelado por Mazzaropi, *A banda das velhas virgens*. O filme vendeu 2,3 milhões de ingressos.

Enquanto a atriz e Itamar ascendiam no meio artístico, Narciso se consolidava como repórter de televisão. Apesar do reconhecimento profissional, o trio nunca usufruiu de estabilidade financeira. Denise atribuía os percalços econômicos da família à discriminação racial.

As pressões do racismo acabaram conduzindo a atriz para uma situação de delírio constante. Ela passou os últimos anos vivendo com Cornélio, seu gato, em hotéis baratos. Sofria de esquizofrenia paranoide e se julgava perseguida. Escutava vozes que a ameaçavam e a xingavam de escrava. Seus espetáculos, porém, continuavam irrepreensíveis.

Nessas fases conturbadas, Denise contou com a solidariedade de amigos e da sobrinha, a cantora Anelis Assumpção, filha de Itamar. Embora amargasse transtornos psiquiátricos, a atriz já havia se livrado do álcool e da cocaína. Ela deixou de usá-los após se converter ao neopentecostalismo. Ultimamente, cursava uma faculdade de teologia.

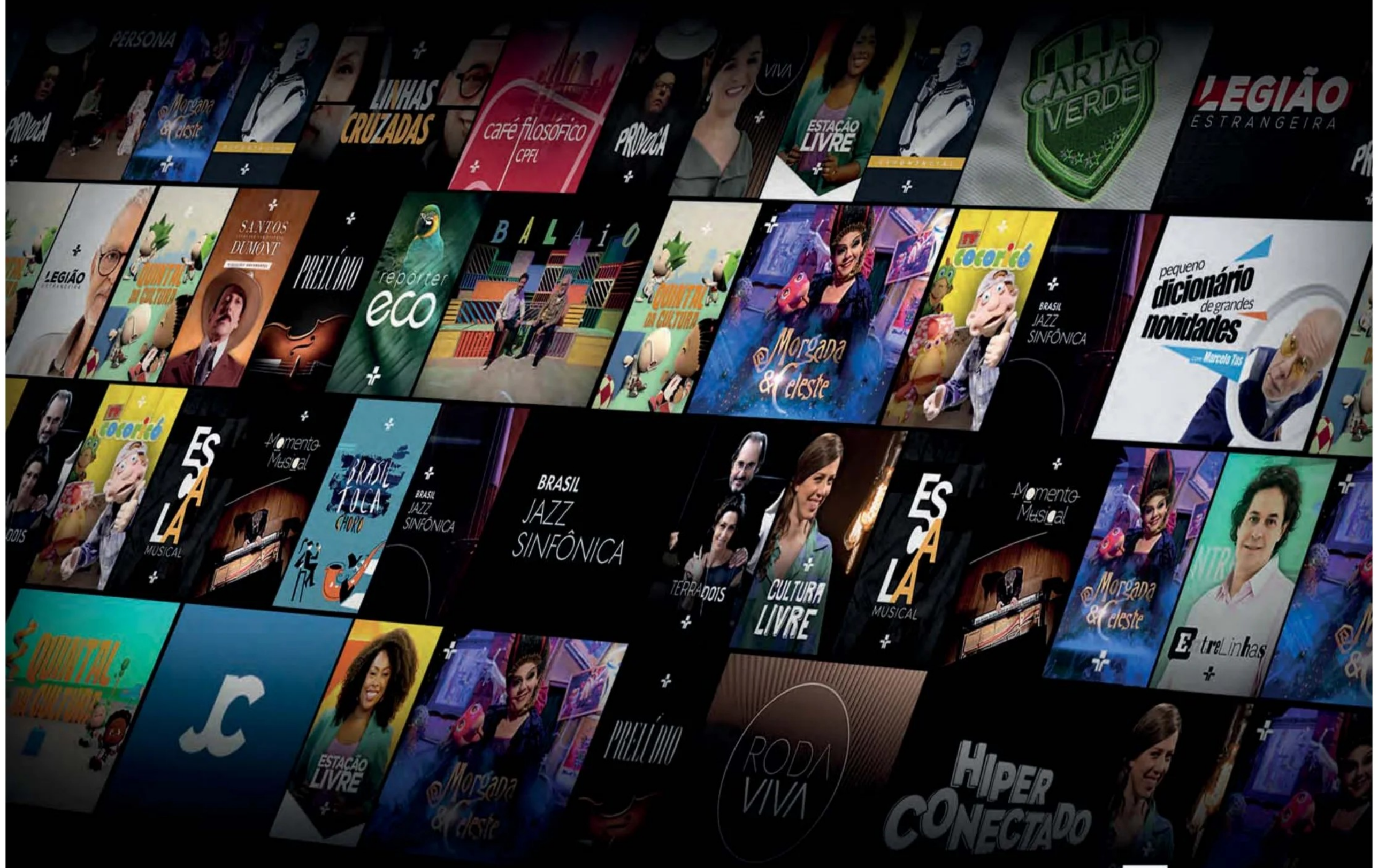
Seu último show, *Relembrança*, ocorreu no Sesc Guarulhos em 25 de novembro. Naquela tarde, Denise mal conseguiu subir no palco, de tão magra. Estava doente, mas não contava para ninguém. Uns dias depois, entregou os pontos. Foi internada no Hospital das Clínicas com um câncer intestinal avançado, mesma doença que matou Itamar.

Em homenagem à atriz, companheiros do Oficina plantaram uma aroeira na parte externa do teatro. A árvore medicinal oferece um fruto muito bonito, de sabor tão picante quanto adocicado. O povo o chama de pimenta-rosa. ✪

VOCÊ SABE A DIFERENÇA
DE UMA **TV COMERCIAL**
PARA UMA **TV PÚBLICA**?

CULTURA

Curadoria sem **algoritmo**, **com inteligência**.
AQUI, A AUDIÊNCIA É CONSEQUÊNCIA.



BAIXE
O APP

AQUI TEM
CULTURA

Um clássico instantâneo sobre nossa arquitetura moderna, de volta às livrarias

Em aguardada nova edição – revista, ampliada e com ilustrações inéditas –, *São Paulo nas alturas* recupera um período tão virtuoso como raro, no qual a união de arquitetos talentosos e empreendedores ousados mudou a cara de São Paulo.

"Raul Juste Lores escreveu uma obra-prima sobre o nosso urbanismo e, também, sobre a nossa sociedade."

Marcos Lisboa

"Raul desvela cada um dos principais edifícios erguidos entre os anos 1950 e 1960 em São Paulo, joga luz na história de seus autores e faz justiça àqueles que ainda hoje passam despercebidos."

Isay Weinfeld

companhiadasletras.com.br | blogdacompanhia.com.br | companhiadasletras.com.br/radio

COMPANHIA DAS LETRAS